

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS EXERCÍCIO DE 2020



Presidente

Romildo Carneiro Rolim

Diretores

Anderson Aorivan da Cunha Possa

Bruno Ricardo Pena de Sousa

Cornélio Farias Pimentel

Hailton José Fortes

Haroldo Maia Junior

Thiago Alves Nogueira

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves

Gerente: Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Avaliação de Políticas e Programas - CAPP

Gerente Executivo: Airton Saboya Valente Junior

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho

Equipe Técnica

Airton Saboya Valente Junior - Coordenador

Elizabeth Castelo Branco

Luiz Fernando Gonçalves Viana

Maria Inez Simões Sales

Maria Odete Alves

Wendell Márcio Araújo Carneiro

Pedro Costa de Castro Ivo (Estagiário)

Unidades Colaboradoras

Ambiente de Administração de Crédito

Ambiente de Comunicação

Ambiente de Contabilidade

Ambiente de Controladoria

Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito

Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar

Ambiente de Negócios Corporate e Estruturação de Operações

Ambiente de Negócios Empresariais e Governo

Ambiente de Negócios com Micro e Pequena Empresa

Ambiente de Negócios com Pessoa Física, PMPR e Agronegócio

Ambiente de Políticas de Desenvolvimento

Ambiente de Recuperação de Crédito

Escritório de Promoção e Atração de Investimentos e Relacionamento
Institucional São Paulo

Escritório de Promoção e Atração de Investimentos e Relacionamento
Institucional Rio de Janeiro

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - BRASIL: VARIAÇÃO (%) DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL EM 2020.....	30
GRÁFICO 2 - BRASIL: VARIAÇÃO (%) DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA RESTRITO (¹) E AMPLIADO (²) EM 2020	31
GRÁFICO 3 - BRASIL: VARIAÇÃO (%) DO VOLUME DE SERVIÇOS EM 2020.....	32
GRÁFICO 4 - FNE - ORÇAMENTO POR SETOR (%) - 2020.....	42
GRÁFICO 5 - MEI - OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL - BRASIL (2007-2018)	192
GRÁFICO 6 - TAXA DE SOBREVIVÊNCIA DE EMPRESAS COM ATÉ 2 ANOS, POR PORTE - BRASIL (2008 - 2012)	195
GRÁFICO 7 - TAXA DE MORTALIDADE DE EMPRESAS COM ATÉ 2 ANOS, POR PORTE - BRASIL (2008-2012).....	195
GRÁFICO 8 - CONCESSÃO DO CRÉDITO PARA PESSOA JURÍDICA, POR PORTE (2016-2018)	197
GRÁFICO 9 - CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS POR GRAU DE ESCOLARIDADE (2011-2019)	203
GRÁFICO 10 - MEI - CONTRATAÇÕES FNE, POR ANO (2011-2019)	206
GRÁFICO 11 - MEI - CONTRATAÇÕES FNE POR FINALIDADE (2011-2019).....	207
GRÁFICO 12 - PIB DO BRASIL - VARIAÇÃO ANUAL (%).....	216
GRÁFICO 13 - MÉDIA DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTADOS (PIB, POPULAÇÃO E FNE).....	221
GRÁFICO 14 - DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	223
GRÁFICO 15 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES ECONÔMICOS NOS FINANCIAMENTOS DO FNE NA REGIÃO NORDESTE - PERÍODO 2010-2014 E 2015-2019	224
GRÁFICO 16 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NO VALOR ADICIONADO BRUTO DO NORDESTE	225
GRÁFICO 17 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NO VALOR ADICIONADO BRUTO DO BRASIL.....	225
GRÁFICO 18 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS ATIVIDADES DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO NO VALOR AGREGADO DO BRASIL.....	226
GRÁFICO 19 - VALOR FINANCIADO POR SETOR DE ATIVIDADE (EM R\$ MILHÃO).....	226
GRÁFICO 20 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NOS FINANCIAMENTOS DO FNE NA REGIÃO NORDESTE - PERÍODO 2010-2014 E 2015-2019.....	227
GRÁFICO 21 - FINANCIAMENTO DO FNE ÀS PRINCIPAIS ATIVIDADES NA REGIÃO NORDESTE - PERÍODO 2010-2019 (EM R\$ MILHÃO).....	228
GRÁFICO 22 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NOS FINANCIAMENTOS DO FNE AOS ESTADOS - PERÍODO (2010-2014).....	230
GRÁFICO 23 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NOS FINANCIAMENTOS DO FNE AOS ESTADOS - PERÍODO (2015-2019).....	231
GRÁFICO 24 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO VOLUME DE FINANCIAMENTO AOS SETORES ENTRE OS PERÍODOS DE (2010-2019)	232

GRÁFICO 25 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NOS FINANCIAMENTOS DO FNE AOS ESTADOS - PERÍODO (2010-2014).....	234
GRÁFICO 26 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NOS FINANCIAMENTOS DO FNE AOS ESTADOS - PERÍODO (2015-2019).....	234
GRÁFICO 27 - PRINCIPAIS PRODUTOS FINANCIADOS NOS ESTADOS DO NORDESTE (EM %)	236
GRÁFICO 28 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS FINANCIAMENTOS DOS ESTADOS DO NORDESTE EM RELAÇÃO AO FINANCIAMENTO AGRÍCOLA PARA O ESTADO	237
GRÁFICO 29 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CULTURAS NOS FINANCIAMENTOS DOS ESTADOS DO NORDESTE EM TERMOS RELATIVOS (2010-2014)	237
GRÁFICO 30 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CULTURAS NOS FINANCIAMENTOS DOS ESTADOS DO NORDESTE (2015-2019).....	238
GRÁFICO 31 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SETOR AGRÍCOLA NOS FINANCIAMENTOS AOS ESTADOS DO NORDESTE	239
GRÁFICO 32 - FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES PECUÁRIAS NO NORDESTE (EM PERCENTUAL)	240
GRÁFICO 33 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRODUTOS PECUÁRIOS NOS FINANCIAMENTOS AOS ESTADOS DO NORDESTE	241
GRÁFICO 34 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PECUÁRIA NOS FINANCIAMENTOS AOS ESTADOS DO NORDESTE	241
GRÁFICO 35 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SUBSETORES INDUSTRIAIS NOS FINANCIAMENTOS AOS ESTADOS DO NORDESTE (2010-2014).....	242
GRÁFICO 36 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SUBSETORES INDUSTRIAIS NOS FINANCIAMENTOS AOS ESTADOS DO NORDESTE (2015-2019).....	242
GRÁFICO 37 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO NORDESTE	243
GRÁFICO 38 - FINANCIAMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS POR ESTADO DO NORDESTE (%).....	244
GRÁFICO 39 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SETOR INDUSTRIAL NOS FINANCIAMENTOS AOS ESTADOS DO NORDESTE	245
GRÁFICO 40 - FINANCIAMENTO AOS SETORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS NO NORDESTE - (R\$ MILHÃO).....	245
GRÁFICO 41 - FINANCIAMENTO AOS SETORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS NO NORDESTE - (EM PERCENTUAL)	246
GRÁFICO 42 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SETOR DE COMÉRCIO NOS FINANCIAMENTOS AOS ESTADOS DO NORDESTE	247
GRÁFICO 43 - FINANCIAMENTO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DE SERVIÇOS NO NORDESTE - EM %)	248
GRÁFICO 44 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SETOR DE SERVIÇOS NO TOTAL DE FINANCIAMENTO AOS ESTADOS DO NORDESTE	249

GRÁFICO 45 - ENERGIA ELÉTRICA - PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO POR ESTADO NO NORDESTE

.....250

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - BRASIL E REGIÕES: VARIAÇÃO (%) DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) TOTAL E SETORIAL EM 2020 ⁽¹⁾	29
TABELA 2 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS DA SAFRA AGRÍCOLA - 2019 E 2020 - EM TONELADAS	30
TABELA 3 - NORDESTE E ESTADOS SELECIONADOS: VARIAÇÃO (%) DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) TOTAL E SETORIAL EM 2020 ⁽¹⁾	33
TABELA 4 - NORDESTE: PRINCIPAIS PRODUTOS DA SAFRA AGRÍCOLA EM 2019 E 2020 - EM TONELADAS	33
TABELA 5 - NORDESTE E ESTADOS SELECIONADOS: VARIAÇÃO (%) DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL EM 2020	34
TABELA 6 - BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: VARIAÇÃO (%) DAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM 2020	34
TABELA 7 - BRASIL, REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS: MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM 2020	35
TABELA 8 - FNE 2020: ESTIMATIVA DE RECURSOS	37
TABELA 9 - FNE - ESTIMATIVA DE RECURSOS - 2020 - REPROGRAMAÇÃO DO FNE	39
TABELA 10 - PROJEÇÃO DE FINANCIAMENTO POR PROGRAMA DE CRÉDITO - EXERCÍCIO 2020 ...	40
TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UF - EXERCÍCIO 2020	41
TABELA 12 - PROJEÇÃO DE FINANCIAMENTO POR ESTADO E SETOR DE ATIVIDADE (*) (**) - EXERCÍCIO 2020	43
TABELA 13 - FNE - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2020	44
TABELA 14 - FNE - DESEMPENHO OPERACIONAL - 2020 ⁽¹⁾	45
TABELA 15 - FNE - CONTRATAÇÕES POR UF - PROGRAMADO X REALIZADO - 2020 ⁽¹⁾	46
TABELA 16 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PORTE - PROGRAMADO X REALIZADO - 2020	47
TABELA 17 - FNE - CONTRATAÇÕES POR SETOR DE ATIVIDADE - PROGRAMADO X REALIZADO - 2020	48
TABELA 18 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO - PROGRAMADO X REALIZADO - 2020	49
TABELA 19 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA - PROGRAMADO X REALIZADO - 2020 ⁽¹⁾	50
TABELA 20 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E UF - 2020	51
TABELA 21 - FNE - CONTRATAÇÕES POR UF E SETOR - 2020	52
TABELA 22 - FNE - CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE DO CRÉDITO - 2020	53
TABELA 23 - FNE - CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE DO CRÉDITO - CLASSIFICAÇÃO ABRANGENTE - 2020	54
TABELA 24 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO	55
TABELA 25 - FNE - CONTRATAÇÕES POR ESTADO - PROGRAMADO X REALIZADO - EXERCÍCIO 2020 ⁽¹⁾	56

TABELA 26 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PORTE DO MUTUÁRIO E ESTADO - EXERCÍCIO 2020 ⁽¹⁾ ..	57
TABELA 27 - FNE - CONTRATAÇÕES POR UF E TIPOLOGIA DE MUNICÍPIO - 2020	58
TABELA 28 - FNE - CONTRATAÇÕES NO SEMIÁRIDO -2020	60
TABELA 29 - FNE - CONTRATAÇÕES POR MESORREGIÃO - 2020	60
TABELA 30 - FNE - CONTRATAÇÕES - RIDE - PROGRAMADO X REALIZADO - 2020.....	61
TABELA 31 - FNE - BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO - EXERCÍCIOS 2019 X 2020	61
TABELA 32 - FNE - BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO POR UF - 2020	62
TABELA 33 - FNE - BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO POR SETOR - 2020	63
TABELA 34 - FNE-BENEFICIÁRIOS DE 1ª CONTRATAÇÃO POR TIPOLOGIA SUB-REGIONAL DO MUNICÍPIO - 2020	63
TABELA 35 - FNE - BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO POR PORTE - 2020	64
TABELA 36 - FNE - BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO POR MESORREGIÃO PRIORITÁRIA - 2020.....	64
TABELA 37 - FNE - CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALOR - 2020.....	65
TABELA 38 - FNE - INSTITUIÇÕES REPASSADORAS - CONTRATAÇÃO ¹ POR MUNICÍPIO - 2020.....	66
TABELA 39 - FNE - INSTITUIÇÕES REPASSADORAS - BENEFICIÁRIOS POR PORTE E SETOR - 2020	66
TABELA 40 - FNE - INSTITUIÇÕES REPASSADORAS - CONTRATAÇÕES ⁽¹⁾ POR REGIÃO - 2020	67
TABELA 41 - FNE - INSTITUIÇÕES REPASSADORAS - SALDO DEVEDOR E INADIMPLÊNCIA -2020 ...	67
TABELA 42 - FNE - CONTRATAÇÕES E VALOR PROGRAMADO NO ÂMBITO DO PRONAF POR ESTADO - EXERCÍCIO 2020 ⁽¹⁾	78
TABELA 43 - FNE - CONTRATAÇÕES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - LINHAS EMERGENCIAIS - 2020	80
TABELA 44 - FNE - CONTRATAÇÕES POR SETOR DE ATIVIDADE - LINHAS EMERGENCIAIS - 2020.	81
TABELA 45 - FNE - CONTRATAÇÕES POR LINHAS DE FINANCIAMENTO - LINHAS EMERGENCIAIS - 2020	81
TABELA 46 - FNE - CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE DO CRÉDITO - LINHAS EMERGENCIAIS - 2020	82
TABELA 47 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PORTE - LINHAS EMERGENCIAIS - 2020.....	83
TABELA 48 - FNE - CONTRATAÇÕES POR TIPOLOGIA DA PNDR - LINHAS EMERGENCIAIS - 2020..	84
TABELA 49 - FNE - CONTRATAÇÕES POR REGIÃO - LINHAS EMERGENCIAIS - 2020	84
TABELA 50 - FNE - CONTRATAÇÕES POR MESORREGIÃO - LINHAS EMERGENCIAIS - 2020	85
TABELA 51 - FNE - CONTRATAÇÕES POR RIDE - LINHAS EMERGENCIAIS - 2020.....	86
TABELA 52 - FNE - PNMP - 2020	87
TABELA 53 - FNE - PNMP - FINANCIAMENTOS - 2020	87
TABELA 54 - FNE - PNMP - FINALIDADE, PORTE E ESPAÇOS PRIORITÁRIOS - 2020.....	88
TABELA 55 - FNE - VERDE SOL (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - CONTRATAÇÕES POR UF - 2020.	89
TABELA 56 - FNE - VERDE SOL - CONTRATAÇÕES POR TIPOLOGIA DE MUNICÍPIO - 2020	90
TABELA 57 - FNE - VERDE SOL - CONTRATAÇÕES NO SEMIÁRIDO - 2019	91

TABELA 58 - FNE - VERDE SOL - PROPOSTA EM CARTEIRA POR SITUAÇÃO - 2020	92
TABELA 59 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO - FIES (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) PROGRAMADO X REALIZADO EXERCÍCIO 2020	93
TABELA 60 - FNE - CONTRATAÇÕES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E PROGRAMA - FIES (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - 2020.....	94
TABELA 61 - FNE - CONTRATAÇÕES POR UF E TIPOLOGIA DE MUNICÍPIO - FIES (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) EXERCÍCIO 2020	96
TABELA 62 - FNE - CONTRATAÇÕES POR MESORREGIÃO FIES (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - 2020	97
TABELA 63 - FNE - PROPOSTAS EM CARTEIRA POR SETOR - INFRAESTRUTURA (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - POSIÇÃO EM 31.12.2020.....	99
TABELA 64 - FNE - INFRAESTRUTURA - PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA - CONTRATAÇÕES POR UF EM 2020	99
TABELA 65 - FNE - INFRAESTRUTURA (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - CONTRATAÇÕES POR TIPOLOGIA DE MUNICÍPIO - 2020	100
TABELA 66 - CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA - INFRAESTRUTURA (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - 2020.....	101
TABELA 67 - CONTRATAÇÕES POR UF E POR PROGRAMA - INFRAESTRUTURA (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - 2020	101
TABELA 68 - CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE FINANCIADA - INFRAESTRUTURA (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - 2020	102
TABELA 69 - FNE - INFRAESTRUTURA (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE DO CRÉDITO - 2020	103
TABELA 70 - FNE - CONTRATAÇÕES POR PORTE DO MUTUÁRIO E ESTADO - INFRAESTRUTURA (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - 2020.....	104
TABELA 71 - FNE - PROPOSTAS EM CARTEIRA POR PORTE - INFRAESTRUTURA (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - POSIÇÃO: 31.12.2020 - VALORES EM R\$ MIL	104
TABELA 72 - FNE - CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALOR - SETOR INFRAESTRUTURA (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - 2020.....	105
TABELA 73 - FNE - CONTRATAÇÕES POR REGIÃO CLIMÁTICA - SETOR INFRAESTRUTURA (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - 2020.....	105
TABELA 74 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS - SETOR INFRAESTRUTURA (PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA) - 2020	106
TABELA 75 - FNE - INFRAESTRUTURA - CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALOR - 2020.....	107
TABELA 76 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES POR UF - 2020	108
TABELA 77 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES POR SETOR - 2020.....	109
TABELA 78 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES POR PORTE - 2020	109
TABELA 79 - FNE - PRONAF - SALDO DAS APLICAÇÕES - POR UF - 2020.....	110
TABELA 80 - FNE - PRONAF- SALDOS DAS APLICAÇÕES POR PROGRAMA - 2020.....	111

TABELA 81 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES POR RISCO DE CRÉDITO ⁽¹⁾ - 2020	111
TABELA 82 - FNE - APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR RISCO DO TOMADOR - 2020	112
TABELA 83 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR UF - 2020.....	113
TABELA 84 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E ATRASO POR SETOR - 2020	113
TABELA 85 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E ATRASO POR PORTE DOS BENEFICIÁRIOS -2020	114
TABELA 86 - FNE - PRONAF - SALDOS DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR PROGRAMA- 2020	114
TABELA 87 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR RISCO ⁽¹⁾ - 2020	116
TABELA 88 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR RISCO DO TOMADOR ⁽¹⁾ - 2020	116
TABELA 89 - FNE - SITUAÇÃO DAS PROPOSTAS EM CARTEIRA POR UF - 2020	117
TABELA 90 - FNE - PROPOSTAS EM CARTEIRA POR SETOR E PROGRAMA - 2020	118
TABELA 91 - FNE - MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO E DO PREJUÍZO - 2020	120
TABELA 92 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR RISCO ⁽¹⁾ - 2020	121
TABELA 93 - FNE - SALDOS DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA POR RISCO DO TOMADOR ⁽¹⁾ - 2020	121
TABELA 94 - FNE - REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS/2020	122
TABELA 95 - FNE - RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS - 2020	123
TABELA 96 - FNE - REGULARIZAÇÕES DE OPERAÇÕES REALIZADAS EM 2020 COM BASE NAS RESOLUÇÕES CMN Nº 4.782, 4.798, 4.801/4.840 E 4.802	125
TABELA 97 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS POR UF - 2020.....	127
TABELA 98 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS POR PROGRAMA - SETOR RURAL - 2020.....	128
TABELA 99 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS POR PROGRAMA - DEMAIS SETORES - 2020.....	129
TABELA 100 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS POR PORTE - SETOR RURAL - 2020.....	129
TABELA 101 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS POR PORTE - DEMAIS SETORES - 2020.....	130
TABELA 102 - FNE - VALORES DESEMBOLSADOS - PRONAF - 2020.....	131
TABELA 103 - VALOR DESEMBOLSADO POR RISCO DE CRÉDITO EM 2020.....	131
TABELA 104 - VALOR DESEMBOLSADO POR FAIXA DE RISCO DO TOMADOR EM 2020	132
TABELA 105 - FNE ITINERANTE - 2010 - 2019	150
TABELA 106 - FNE - ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO CRCIC - 2020.....	155
TABELA 107 - REPERCUSSÕES ECONÔMICAS DAS CONTRATAÇÕES DO FNE - 2020 ¹	184
TABELA 108 - QUANTIDADE DE MEI'S INSCRITOS NA REGIÃO NORDESTE (2018)	193
TABELA 109 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DOS CRÉDITOS BANCÁRIOS CONCEDIDOS (2009-2018) ..	196
TABELA 110 - PARTICIPAÇÃO DO BNB NA REDE BANCÁRIA E NOS FINANCIAMENTOS - OUT 2017	200
TABELA 111 - MEI - CONTRATAÇÕES POR ANO (2011-2019).....	201
TABELA 112 - MEI - CONTRATAÇÕES POR FONTE (2011-2019)	202

TABELA 113 - MEI - CONTRATAÇÕES NO SEMIÁRIDO (2011-2019)	202
TABELA 114 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MEI - POR ATIVIDADE ECONÔMICA.....	203
TABELA 115 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO - POR INTERVALO DE TEMPO DE CONSTITUIÇÃO	204
TABELA 116 - MEI - CONTRATAÇÕES FNE POR UF (2011-2019).....	207
TABELA 117 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTADOS NOS FINANCIAMENTOS DO FNE NA REGIÃO NORDESTE - PERÍODO 2010-2014 E 2015-2019 (1)	220
TABELA 118 - PIB E POPULAÇÃO - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTADOS NA REGIÃO NORDESTE (MÉDIA) - PERÍODO 2010-2019.....	221
TABELA 119 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NOS FINANCIAMENTOS DO FNE NA REGIÃO NORDESTE - PERÍODO 2010-2014 E 2015-2019.....	222
TABELA 120 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NOS FINANCIAMENTOS DO FNE NA REGIÃO NORDESTE - PERÍODO 2010-2014 E 2015-2019.....	227
TABELA 121 - PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS FINANCIADAS PELO FNE NA REGIÃO NORDESTE - PERÍODO - 2010-2014 E 2015-2019 (EM R\$ MILHÃO)	228
TABELA 122 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NOS FINANCIAMENTOS DO FNE AOS ESTADOS - PERÍODO 2010-2014	229
TABELA 123 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NOS FINANCIAMENTOS DO FNE AOS ESTADOS - PERÍODO 2015-2019	231
TABELA 124 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS FINANCIAMENTOS À INDÚSTRIA POR PERÍODO	233
TABELA 125 - FINANCIAMENTOS DO FNE À AGRICULTURA NO NORDESTE (EM R\$ MILHÃO)	235
TABELA 126 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS FINANCIADOS NOS ESTADOS DO NORDESTE EM RELAÇÃO À PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO	236
TABELA 127 - FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES PECUÁRIAS NO NORDESTE (EM PERCENTUAL)	239
TABELA 128 - FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES PECUÁRIAS NO NORDESTE POR ESTADO (EM (%))	240
TABELA 129 - FINANCIAMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS POR ESTADO DO NORDESTE EM (%)	243
TABELA 130 - FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO NO NORDESTE (EM %).....	247
TABELA 131 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTADOS DO NORDESTE EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RECURSOS DO SETOR DE SERVIÇOS	249

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO CONDEL/SUDENE: PROGRAMAÇÃO FNE, 2020	23
QUADRO 2 - ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES DO FUNDO	68
QUADRO 3 - ALIANÇAS INSTITUCIONAIS VIGENTES EM 2020.....	132
QUADRO 4 - DETALHAMENTO DAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO FNE EM 2019	167
QUADRO 5 - MARCO LEGAL RELACIONADO COM OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	191
QUADRO 6 - EVOLUÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO DO FNE PARA MEIS (2011-2018).....	205

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - FNE - CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA E UF - 2020.....	256
APÊNDICE B - FNE - CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE - PRONAF - 2020	267
APÊNDICE C - FNE - CONTRATAÇÕES NA MODALIDADE FIES - POR UF E CURSO - 2020	270
APÊNDICE D - ESCRITÓRIOS REGIONAIS - CARTAS CONSULTAS APROVADAS 2020	273
APÊNDICE E - ESCRITÓRIOS REGIONAIS - OPERAÇÕES CONTRATADAS 2020	277

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - ACÓRDÃOS TCU 11-03-21-1	280
ANEXO 2 - INCLUSÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS VALORES DESEMBOLSADOS (ITEM 1.5.A E 1.5.B) DO OFÍCIO Nº 1189/2021/DFIN/SUDENE	282

LISTA DE SIGLAS

ACJ	Autorização de Cobrança Judicial
AGN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte
Agroamigo	Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste
AL	Estado de Alagoas
AR	Alta Renda
BA	Estado da Bahia
BCB	Banco Central do Brasil
Banese	Banco do Estado de Sergipe
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BR	Baixa Renda
CAPP	Célula de Avaliação de Políticas e Programas do Etene
CE	Estado do Ceará
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Condel	Conselho Deliberativo da Sudene
Desenbahia	Agência de Fomento do Estado da Bahia
DMR	Dinâmico de Média Renda
EMR	Estagnado de Média Renda
ES	Estado do Espírito Santo
Etene	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fies	Programa de Financiamento Estudantil
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNE Agrin	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste
FNE Aquipesca	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Nordeste
FNE Comércio e Serviços	Programa de Financiamento aos Setores Comercial e de Serviços
FNE Profrota Pesqueira	Programa de Financiamento à Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional
FNE Industrial	Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste
FNE Inovação	Programa de Financiamento à Inovação
FNE Irrigação	Programa de Financiamento à Agropecuária Irrigada
FNE MPE	Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais
FNE Proatur	Programa de Apoio ao Turismo Regional
FNE Proinfra	Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste
FNE Rural	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste
FNE Verde	Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

GERAT	Gerências de Reestruturação de Ativos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
MA	Estado do Maranhão
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MEI	Micro Empreendedor Individual
MG	Estado de Minas Gerais
MIP	Matriz de Insumo-Produto
MP	Medida Provisória
MPE	Micro e Pequena Empresa
NE	Nordeste
Nexport	Nordeste Exportação
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PB	Estado da Paraíba
PE	Estado de Pernambuco
PI	Estado do Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado
PRD	Propostas de Renegociação de Dívidas
Procir	Programa para Recuperação da Capacidade de Investimento no Setor Rural
Prodeter	Programa de Desenvolvimento Territorial
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
Ride	Região Integrada de Desenvolvimento
RN	Estado do Rio Grande do Norte
SE	Estado de Sergipe
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIAC	Sistema Integrado de Análise de Crédito
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIIPNE	Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UF	Unidade da Federação
VBP	Valor Bruto da Produção

Sumário

LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE QUADROS	13
LISTA DE APÊNDICES	14
LISTA DE ANEXOS	15
LISTA DE SIGLAS	16
1. APRESENTAÇÃO	20
2. INTRODUÇÃO	27
2.1 DESEMPENHO DA ECONOMIA	28
2.2 NORDESTE E ESTADOS	32
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	36
3.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	36
3.2 RECURSOS PREVISTOS PARA APLICAÇÃO	36
3.3 VALORES DA REPROGRAMAÇÃO DE RECURSOS	38
3.4 ORÇAMENTO POR PROGRAMA	40
3.5 ORÇAMENTO POR UF	41
3.6 ORÇAMENTO POR SETOR E UF	42
3.7 DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	43
4. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES	44
4.1 PREVISTO X EXECUTADO	46
4.2 POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E POR UF	49
4.3 POR SETOR DE PRODUÇÃO E UF	51
4.4 POR FINALIDADE DE CRÉDITO	52
4.5 POR LINHA DE FINANCIAMENTO E POR UF	54
4.6 POR PORTE DE MUTUÁRIO E POR UF	56
4.7 PNDR: POR TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS, UF E ÁREAS PRIORITÁRIAS	57
4.8 MUNICÍPIOS ATENDIDOS	61
4.9 BENEFICIÁRIOS DE PRIMEIRA CONTRATAÇÃO	61
4.10 CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALOR	65
4.11 REPASSE A OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	65
4.12 ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES DO FUNDO	68
5. PROGRAMAS ESPECÍFICOS	78
5.1 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF	78
5.2 PROGRAMA ESPECIAL DE CRÉDITO (LINHAS EMERGENCIAIS)	79
5.3 FNE PNMP - PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO – PNMP	86
5.4 MINI E MICROGERAÇÃO DE ENERGIA PARA PESSOA FÍSICA – FNE SOL	88
5.5 FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES) NO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	92
5.6 FINANCIAMENTO AO SETOR DE INFRAESTRUTURA	98
5.7 AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS IMPACTOS NEGATIVOS DA PANDEMIA COVID-19 NA ECONOMIA	108
6. PERFIL DA CARTEIRA	108

6.1	COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA FNE	108
6.2	ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA (PORTARIA INTERMINISTERIAL E RES. CMN Nº 2.682/1999).....	112
6.3	SITUAÇÃO DA DEMANDA DE CRÉDITO – PROPOSTAS EM CARTEIRA	117
6.4	COMPOSIÇÃO DA CONTA DE PROVISÃO	119
6.5	CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO.....	120
7.	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	122
7.1	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE ACORDO COM A LEI Nº 7.827/1989 E DEMAIS MEDIDAS VIGENTES.....	122
7.2	AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS IMPACTOS NEGATIVOS DA PANDEMIA COVID-19 NA ECONOMIA	125
8.	VALORES DESEMBOLSADOS	127
9.	GESTÃO DO FUNDO PELO BANCO OPERADOR.....	132
9.1	FORMAÇÃO DE ALIANÇAS INSTITUCIONAIS.....	132
9.2	AÇÕES REALIZADAS COM A FINALIDADE DE ESTIMULAR O ATENDIMENTO EM ESPAÇOS GEOGRÁFICOS E SEGMENTOS PRIORITÁRIOS, BEM COMO ESTÍMULO A NOVOS CLIENTES.....	147
9.2.1	<i>Ações para estimular o atendimento no Semiárido.....</i>	<i>147</i>
9.2.2	<i>Ações para estimular o atendimento em áreas prioritárias da PNDR</i>	<i>151</i>
9.2.3	<i>Ações para estimular o atendimento no âmbito do Prodeter</i>	<i>152</i>
9.2.4	<i>Ações para estimular o atendimento por meio dos escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo</i>	<i>154</i>
9.2.5	<i>Ações para estimular o atendimento por meio da Central de Relacionamento do Banco do Nordeste</i>	<i>154</i>
9.2.6	<i>Ações para estimular o atendimento junto às carteiras de segmentos de clientes.....</i>	<i>156</i>
10.	ÓRGÃOS DE CONTROLE	163
10.1	ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES.....	163
10.2	OUVIDORIA.....	177
11.	ESTIMATIVA DOS IMPACTOS MACROECONÔMICOS	177
11.1	ESTIMATIVA DOS IMPACTOS DOS FINANCIAMENTOS DO FNE EM 2020 – CONSIDERANDO A MIP REGIONAL	177
11.2	IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO FNE NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – CONTRATAÇÕES NO ANO DE 2020.....	182
11.3	OS EFEITOS TRANSBORDAMENTO DO FNE	185
11.4	MICROEMPREENHIMENTOS INDIVIDUAIS E ACESSO AO CRÉDITO: A INTERVENÇÃO DO BNB NO CONTEXTO DA CIDADANIA FINANCEIRA.....	186
11.5	OS FINANCIAMENTOS DO FNE NO NORDESTE EM PERÍODOS DE EXPANSÃO E DE RECESSÃO ECONÔMICA	216
12.	APÊNDICES	256
13.	ANEXOS	280

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao exercício de 2020, tem a finalidade de apresentar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) na administração do FNE, cuja área de abrangência contempla os nove estados da Região Nordeste, o Norte de Minas Gerais e o Norte do Espírito Santo.

O documento foi elaborado em atendimento ao Ofício nº 10/2021/SFI/Gabinete SE-MDR, de 29 de janeiro de 2021, da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional. Após a sua conclusão, o BNB o encaminhará ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como determina o art. 20 da Lei nº 7.827/1989.

Cabe assegurar que a execução da Programação Regional FNE 2020 está de acordo com a PNDR, com as políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e com as prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudene, por meio da Portaria MDR nº 1.953, de 15/08/2019, Portaria MDR nº 931, de 07/04/2020, além da Proposição Condel/Sudene nº 128, de 12/08/2019, sendo finalmente aprovadas pelas Resoluções Condel/Sudene nº 133, de 12/12/2019, e nº 134 de 20/04/2020. Soma-se a essas referências legais o arcabouço publicado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no que se refere à metodologia das Taxas de Juros dos Fundos Constitucionais.

A Proposição acima mencionada expõe Diretrizes Gerais e Especiais a serem obedecidas na Programação do FNE em 2020, além de Diretrizes Específicas, conforme a seguir.

a) Diretrizes Gerais

- i) concessão de financiamento aos setores produtivos das regiões beneficiadas;

- ii) ação integrada com instituições federais sediadas nos estados da área de atuação da SUDENE;
- iii) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, entendidos como os componentes da cesta básica, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- iv) preservação do meio ambiente;
- v) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- vi) conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- vii) orçamentação anual das aplicações dos recursos;
- viii) uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- ix) apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intrarregionais de renda;
- x) proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
- xi) programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão do Fundo e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;
- xii) ampla divulgação das exigências de garantia e de outros requisitos para a concessão de financiamento;

- xiii) concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;
- xiv) destinação de 50% (cinquenta por cento) dos recursos ingressos, conforme art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal de 1988 ao financiamento de atividades econômicas localizadas na região do Semiárido;
- xv) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 119.810, de 30 de maio 2019;
- xvi) as diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos do FNE em 2020, conforme portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional.

b) Diretrizes Espaciais

Serão priorizados para fins de aplicação do Fator de Localização 0,9 (conforme alínea a, inciso V do artigo 1º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001) os empreendimentos cuja localização enquadre-se em ao menos, uma das seguintes condições:

- i) seja em um município polo de uma região intermediária, com exceção das capitais estaduais, conforme Proposição nº 128;
- ii) esteja inserido numa microrregião que seja classificada como de baixa renda, independente do dinamismo;
- iii) esteja localizado no Semiárido e, concomitantemente, esteja inserido numa microrregião que seja, média renda e baixo dinamismo ou média renda e médio dinamismo.

c) Diretrizes Específicas

As diretrizes específicas constituem-se de cinco eixos de desenvolvimento setorial previstos pela PRNDE, os quais estão resumidos no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Diretrizes específicas do Condel/Sudene: programação FNE, 2020

Inovação	
Inovação para o desenvolvimento	
Prioridade setorial	Como prioridade alinhado às estratégias e diretrizes do PRDNE, indicam-se os setores, a seguir, com maior intensidade tecnológica para todos os Estados da Área de Atuação da Sudene:
Indústria diferenciada	Máquinas e equipamentos; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação; Equipamentos de instrumentação médico-hospitalares; Instrumentos ópticos, cronômetros e relógios.
Indústria baseada em ciência	Produtos farmacêuticos, Máquinas de escritório e equipamentos de informática; Equipamentos de distribuição de energia elétrica; Aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; Máquinas e aparelhos de automação industrial; Equipamentos de transporte aeronáutico.
Educação e desenvolvimento das capacidades humanas	
Capacitação profissional e fortalecimento da educação superior	
Prioridade setorial	Financiamento das instituições de ensino técnico e superior para melhoria da sua infraestrutura e financiamento estudantil (P-Fies) para cursos considerados prioritários (Programação FNE, 2020).
Prioridade espacial	Municípios selecionados, inclusive as capitais estaduais (Programação FNE, 2020).
Programa Fies	Cursos nas áreas de: Engenharia, produção e construção; Ciências, matemática e computação; Agricultura e veterinária; Educação; Saúde e bem-estar social.
Educação, exceto Fies	
Dinamização e diversificação produtiva	
Comunicação digital	Telecomunicações; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação; Equipamentos de informática.

Aproveitamento do potencial energético do Nordeste	Setores associados à distribuição e processamento de gás natural. Prioridade setorial: setores associados à geração de energia renovável, especialmente para micro e minigeração.
Integração logística regional	Transporte terrestre, aquaviário e aéreo.
Nova economia	Indústria de energias solar e eólica; Saúde, engenharia consultiva, comunicação, publicidade; Internet das coisas, inteligência artificial, indústria 4.0; Design; Moda; Publicidade & Marketing; Editorial e Audiovisual; Música; Eventos culturais; Biotecnologia; TIC; Indústria farmacológica, de biofármacos, de bioinseticidas, de cosméticos, de biomateriais e da defesa.
Desenvolvimento da agropecuária	Relação de estados da área de atuação da Sudene e respectivos setores da agropecuária a serem adotados nas prioridades da Proposição (SEI nº 0094410).
Nordeste turístico	Turismo e serviços associados, conforme Programa do Ministério do Turismo “30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil”.
Reestruturação industrial	Estados da área de atuação da Sudene e respectivos setores da indústria a serem adotados nas prioridades da Proposição (SEI nº 0094410).
Desenvolvimento social e urbano	
Saneamento básico	Abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de resíduos sólidos, inclusive para geração de energia.
Transporte terrestre urbano	Transporte terrestre urbano.
Segurança hídrica e conservação ambiental	
Gestão integrada da oferta e do uso de recursos hídricos	Irrigação; Adutoras e canais; Barragens; Barraginhas e barragens subterrâneas; Sistemas de reúso; Sistemas de dessalinização; Perfuração e recuperação de poços; Sistemas de eficiência hídrica para redução de perdas e desperdícios.
Conservação, proteção e uso sustentável dos recursos naturais	Implantação de sistemas agroflorestais e manutenção de florestas; Produção de sementes e mudas; Regularização de áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; Adequação aos condicionantes de licenciamento ambiental.

Prioridades Espaciais	
Semiárido	Região Semiárida
Rides	Regiões Integradas de Desenvolvimento: Petrolina-Juazeiro (PE/BA) e Grande Teresina-Timon (PI/MA).
Microrregiões prioritárias	Tipologias Sub-regionais de Média e Baixa Rendas, independente do dinamismo da economia.

Fonte: Elaboração ETENE/CAPP, com base na Programação FNE 2020.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, este Relatório se constitui em instrumento que permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica do País e da Região, tendo foco nos 3E's: eficiência, eficácia e efetividade.

Cabe destacar que, além de informações sobre a execução do Fundo, este Relatório representa a expectativa de impactos macroeconômicos do FNE, sob a perspectiva do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), bem como os resultados das avaliações encerradas no período.

Dentre essas avaliações, apresenta-se o estudo “Microempreendimentos individuais e acesso ao crédito: a Intervenção do BNB no contexto da cidadania financeira”, que avalia a contribuição do Banco do Nordeste do Brasil para o fortalecimento da proposta de cidadania financeira. Para tanto, analisa a vertente inclusão financeira a partir dos financiamentos concedidos a microempreendimentos individuais (MEIs) com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), de fontes internas e do Crediamigo, nos anos de 2011 a 2019.

Na sequência, tem-se o estudo “Os financiamentos do FNE no Nordeste em períodos de expansão e de recessão econômica”, que analisa a dinâmica de participação dos estados, setores e atividades econômicas nos financiamentos concedidos pelo BNB em períodos de expansão e de recessão da economia brasileira. Objetiva fornecer subsídios para uma aplicação mais eficiente dos recursos. Os dados para a elaboração do trabalho foram coletados da base do ativo operacional do BNB no período de 2010 a 2019, abordados por segmento temporal (2010-2014 e 2015-2019), representando, respectivamente, o período de expansão e de recessão da economia brasileira.

Dessa maneira, este Relatório contribui para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, cujo foco é a geração de emprego e renda e a redução das desigualdades regionais.

2. INTRODUÇÃO

A base normativa para elaboração do Relatório de Resultados e Impactos do FNE está consubstanciada pelo Decreto nº 6.047/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), como também as diretrizes e orientações gerais oriundas do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene) e pela programação anual, que é o instrumento normativo e de planejamento direcionador dos financiamentos anuais do FNE¹.

Os Fundos Constitucionais - FCO, FNE e FNO - foram criados no âmbito da Constituição Federal de 1988 pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" e pelo artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para incentivar e apoiar as atividades produtivas por meio de financiamento, de modo a reduzir as desigualdades regionais. Tais dispositivos definiram que os Fundos seriam formados por repasse de 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cabendo ao FNE 1,8%, enquanto o restante é repassado aos outros dois fundos na proporção de 0,6% para cada um. Além das transferências do Tesouro Nacional, os Fundos possuem como fonte de recursos os reembolsos das operações de crédito, os quais correspondem aos pagamentos realizados pelos tomadores de empréstimos.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, que definiu o BNB, juntamente com o MDR e o Condel/Sudene), como responsáveis por sua administração.

Para elaboração da Programação Regional do FNE para o exercício 2020, foram observadas as diretrizes e orientações gerais do MDR e do Condel/Sudene estabelecidas mediante a Portaria MI nº 334/2018, de 10/08/2018, bem como as Resoluções Condel/Sudene nº 123/2018, de 15/08/2018 e nº 124/2018, de 11/12/2018, e o Decreto nº 9.810/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). São ainda consideradas, para efeito de aplicação dos recursos do FNE para o exercício de 2020, o arcabouço publicado

¹ A Programação é elaborada sob a coordenação do Banco do Nordeste, com participação da Sudene e do Ministério do Desenvolvimento Regional, além da contribuição dos governos estaduais, dos movimentos sociais e dos setores produtivos. Em seguida, a Programação Anual é submetida à apreciação do Conselho Deliberativo da Sudene.

pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no que se refere à metodologia das Taxas de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC).

As contratações totais com recursos do FNE em 2020 totalizaram R\$ 25,8 bilhões. Desse total, R\$ 19,1 bilhões foram contratados obedecendo a Programação Padrão. No Setor de Infraestrutura, foram financiados R\$ 6,6 bilhões, enquanto R\$ 112,9 milhões foram destinados ao FNE Sol. Em relação ao Fies, foram 816 operações, totalizando R\$ 11,7 milhões.

2.1 Desempenho da Economia

Diante do cenário de pandemia, com um choque econômico sem precedentes desde a crise de 1929, a economia brasileira entrou em um novo período recessivo.

Registre-se, contudo que, antes da eclosão da crise sanitária, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou retração de 1,5% no primeiro trimestre de 2020 (comparado ao quarto trimestre de 2019). Na comparação com igual período de 2019, o PIB teve variação negativa de 0,3%. No acumulado nos quatro trimestres, terminados em março de 2020, registrou moderado aumento de +0,9%, comparado aos quatro trimestres imediatamente anteriores, de acordo com o IBGE.

Nesse sentido, o desempenho econômico do País já se apresentava frágil, antes do cenário de pandemia. A Covid-19 potencializou, de forma substancial, os impactos negativos em diferentes setores econômicos nacionais.

Conforme o IBGE, o PIB do Brasil caiu 4,1% em 2020, alcançando R\$ 7,4 trilhões, constituindo-se no maior recuo anual da série iniciada em 1996. O PIB *per capita* alcançou R\$ 35.172 em 2020, recuo recorde de 4,8%. A população atingiu 211,8 milhões de habitantes.

A agropecuária registrou favorável desempenho, tendo incrementado 2,0% em 2020. Por outro lado, a indústria (-3,5%) e os serviços (-4,5%) encolheram de forma expressiva. Somados, o secundário e o terciário representam aproximadamente 95% da economia brasileira.

Quanto às regiões, apenas o Norte (+1,1%) registrou crescimento em 2020. Seguem as estimativas de desempenho do PIB para as demais Regiões do País: Centro-Oeste (-2,4%), Sudeste (-4,6%), Sul (-5,1%) e Nordeste (-6,0%), conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Brasil e Regiões: Variação (%) do Produto Interno Bruto (PIB) total e setorial em 2020⁽¹⁾

Região/País	PIB	Agropecuário	Indústria	Serviços
Norte	1,1	6,4	-0,6	1,1
Nordeste	-6,0	2,6	-2,8	-7,6
Centro-Oeste	-2,4	5,9	-3,3	-3,4
Sudeste	-4,6	2,4	-3,8	-4,4
Sul	-5,1	-2,5	-5,7	-5,2
Brasil	-4,3	2,0	-3,5	-4,5

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE para o Brasil e da LCA Consultoria para as Regiões.

Nota: (1) Dados estimados para as Regiões.

O favorável desempenho da produção nacional de grãos, leguminosas e oleaginosas contribuiu para os resultados do PIB Agropecuário. Assim é que referida safra totalizou 254,1 milhões de toneladas em 2020, 5,2% superior à colheita de 2019 (241,5 milhões de toneladas). Verificou-se aumento na produção nacional em onze das quatorze culturas que são contabilizadas como cereais, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme detalhado na Tabela 2.

Dentre as principais lavouras nacionais de grãos, trigo (+17,7%), arroz (+7,7%), soja (+7,1%), algodão (+2,8%) e milho (+2,7%) obtiveram incremento em suas respectivas colheitas. Contudo, estima-se que ocorreu declínio na produção de feijão (-5,0%). Em conjunto, a participação desses seis produtos representaram aproximadamente 98% da produção de grãos no País em 2020.

Quanto aos demais produtos agrícolas, café (+24,3%), cacau (+11,1%) e cana-de-açúcar (+1,6%) apresentaram incrementos em suas respectivas colheitas. Contudo, as produções de laranja (-10,6%), banana (-5,6%), tomate (-2,9%), uva (-2,0%) e castanha-de-caju (-0,4%) declinaram, conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 - Brasil: Principais produtos da safra agrícola - 2019 e 2020 - Em toneladas

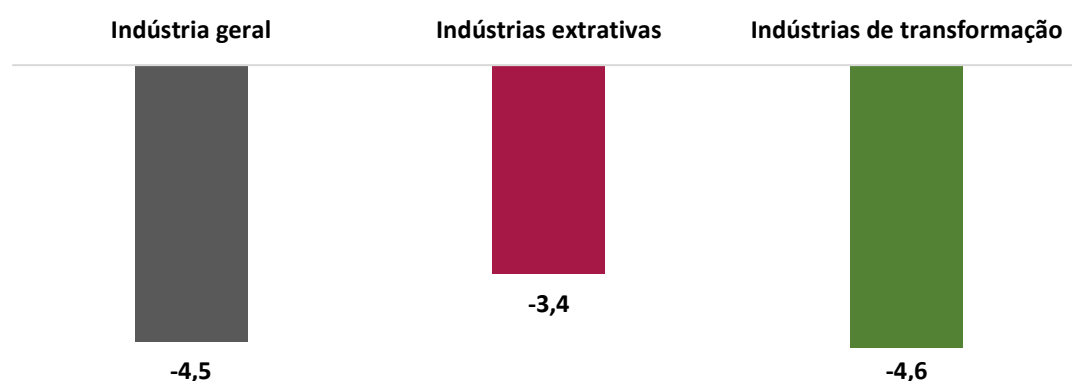
Produto	Safra 2019	Safra 2020	Var. (%)	Produto	Safra 2019	Safra 2020	Var. (%)
Cereais, leguminosas e oleaginosas	241.462.754	254.084.470	5,2	Trigo	5.231.336	6.159.544	17,7
Algodão herbáceo	6.894.169	7.089.939	2,8	Triticale	30.670	34.474	12,4
Amendoim	562.300	691.369	23,0	Banana	7.113.594	6.718.160	-5,6
Arroz	10.260.474	11.046.184	7,7	Batata - inglesa	3.854.054	3.679.979	-4,5
Aveia	911.754	925.088	1,5	Cacau	252.540	280.661	11,1
Centeio	9.922	10.139	2,2	Café	2.995.564	3.724.967	24,3
Cevada	400.415	378.877	-5,4	Cana-de-açúcar	667.532.475	677.916.429	1,6
Feijão	3.039.651	2.887.695	-5,0	Castanha-de-caju	139.383	138.763	-0,4
Girassol	131.173	83.437	-36,4	Fumo	759.470	695.601	-8,4
Mamona	28.360	36.626	29,1	Laranja	17.614.270	15.745.940	-10,6
Milho	100.566.125	103.235.064	2,7	Mandioca	18.990.014	18.955.430	-0,2
Soja	113.488.489	121.522.363	7,1	Tomate	4.075.890	3.956.559	-2,9
Sorgo	2.596.642	2.748.747	5,9	Uva	1.445.705	1.416.398	-2,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: Os cereais, leguminosas e oleaginosas incluem algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Entre as Regiões, o Centro-Oeste produziu 121,8 milhões de toneladas (47,9%); o Sul, 73,0 milhões de toneladas (28,8%); o Sudeste, 25,7 milhões de toneladas (10,1%); o Nordeste, 22,6 milhões de toneladas (8,9%); e, o Norte, 11,0 milhões de toneladas (4,3%). Tiveram aumento na produção: Nordeste (+17,7%); Norte (+12,1%); Centro-Oeste (+9,2%); e Sudeste (+8,4%). O Sul (-5,4%) foi a única com declínio.

No que se refere à Indústria, a produção nacional caiu 4,5% em 2020. Tanto a indústria extrativa (-3,4%) quanto a indústria de transformação (-4,6%) declinaram, de acordo com os dados especificados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Brasil: Variação (%) da produção física industrial em 2020



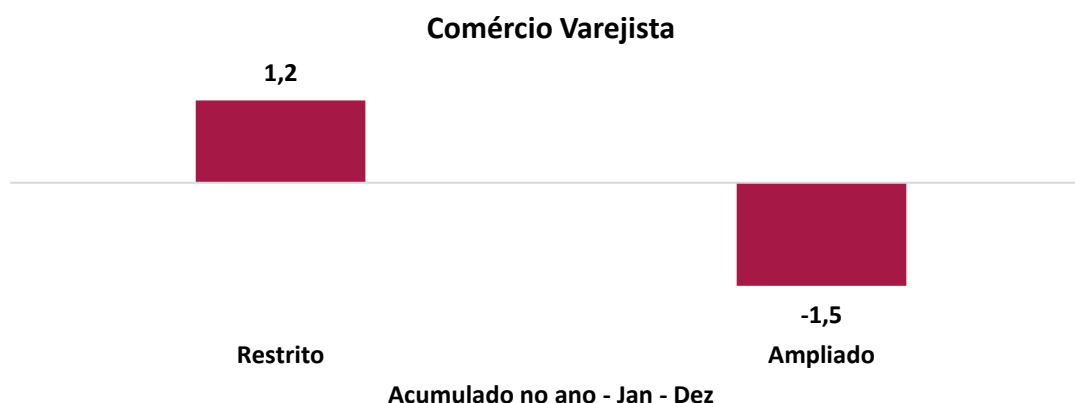
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Conforme o IBGE, a produção das grandes categorias industriais declinaram no País em 2020: Bens de Capital (-9,8%); Bens Intermediários (-1,1%); Bens de Consumo (-8,9%); Bens de Consumo Duráveis (-19,8%); e Bens de Consumo Semiduráveis e Não Duráveis (-5,9%).

O volume de vendas do varejo restrito no Brasil expandiu +1,2% em 2020, enquanto que o varejo ampliado obteve desempenho desfavorável, isto é, queda de -1,5%, nessa mesma base de comparação (Gráfico 2).

O desempenho do varejo, em 2020, ocorreu de maneira desigual entre os grupos comerciais. Material de construção (+10,8%); Móveis e eletrodomésticos (+10,6%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+8,3%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+4,8%) apresentaram crescimento. Por outro lado, Livros, jornais, revistas e papelaria (-30,6%); Tecidos, vestuário e calçados (-22,7%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-16,2%); Veículos e motos, partes e peças (-13,7%); e Combustíveis e lubrificantes (-9,7%) registraram quedas.

Gráfico 2 - Brasil: variação (%) do volume de vendas do comércio varejista restrito ⁽¹⁾ e ampliado ⁽²⁾ em 2020

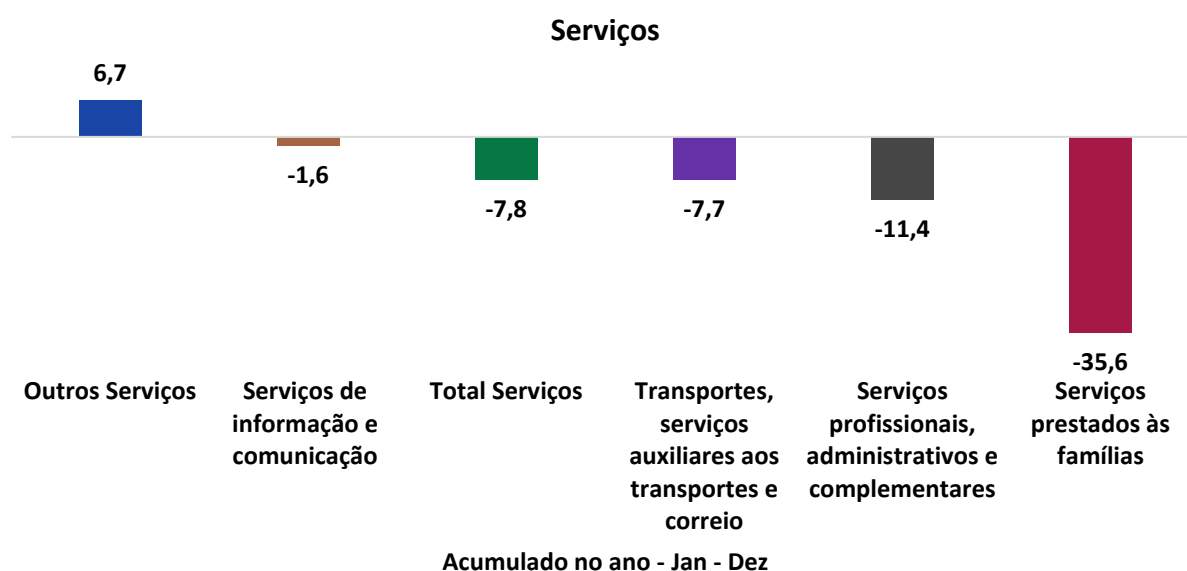


Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) O varejo restrito inclui a comercialização de oito grupos, a saber: Combustíveis e lubrificantes; Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; Tecidos, vestuário e calçados; Móveis e eletrodomésticos; Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; Livros, jornais, revistas e papelaria; Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e Outros artigos de uso pessoal e doméstico. (2) O varejo ampliado inclui o varejo restrito somado com as vendas de veículos, motos, partes, peças e de material de construção.

O volume de serviços obteve elevada queda no País, ou seja, -7,8% no acumulado de janeiro a dezembro de 2020, conforme os dados especificados no Gráfico 3.

Dentre os cinco grupos de atividades de serviços, somente Outros serviços (+6,7%) registraram aumento em 2020. Por sua vez, Serviços prestados às famílias (-35,6%); Serviços profissionais, administrativos e complementares (-11,4%); Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-7,7%); e Serviços de informação e comunicação (-1,6%) recuaram no período em análise.

Gráfico 3 - Brasil: variação (%) do volume de serviços em 2020



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

2.2 Nordeste e Estados

Especificamente em relação ao Nordeste, estima-se que o PIB caiu -6,0% em 2020. O PIB Agropecuário obteve resultados favoráveis (+2,6%), enquanto que o PIB Industrial declinou -2,8% e o de Serviços encolheu -7,6%. Em consequência, o PIB do Nordeste alcançou R\$ 1,0 trilhão e o PIB per capita R\$ 18,2 mil, considerando uma população de 57,4 milhões de habitantes.

Com exceção do Maranhão (+0,2%), o desempenho econômico em 2020, nos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste foi desfavorável, conforme especificado na Tabela 3.

Tabela 3 - Nordeste e Estados selecionados: Variação (%) do Produto Interno Bruto (PIB) total e setorial em 2020⁽¹⁾

Estado/Região	PIB	Agropecuário	Indústria	Serviços
Maranhão	0,2	2,1	-2,3	0,6
Piauí	-4,5	7,5	-2,7	-6,4
Ceará	-4,2	5,1	-4,7	-4,7
Rio Grande do Norte	-8,8	-1,9	-2,2	-10,8
Paraíba	-4,9	9,0	-3,2	-5,9
Pernambuco	-6,1	-8,7	0,6	-7,6
Alagoas	-10,6	-11,5	-3,8	-11,5
Sergipe	-7,6	15,4	-1,2	-10,9
Bahia	-7,9	10,1	-4,1	-10,8
Minas Gerais	-4,6	13,0	-3,4	-2,6
Espírito Santo	-6,3	-2,1	-15,0	-2,5
Nordeste	-6,0	2,6	-2,8	-7,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da LCA Consultoria. Nota: (1) Estimativas.

O Nordeste, com 8,9% da participação da produção de cereais no País, obteve incremento de 17,7% na safra de grãos em 2020. Verificou-se incremento da produção de milho (+33,8%), soja (+10,3%), feijão (+7,6%) e arroz (+6,2%). Além disso, as produções de café (+35,8%), cacau (+12,4%) e cana-de-açúcar (+5,1%) também expandiram, conforme especificado na Tabela 4.

Tabela 4 - Nordeste: Principais produtos da safra agrícola em 2019 e 2020 - Em toneladas

Produto	Safra 2019	Safra 2020	Var. (%)	Produto	Safra 2019	Safra 2020	Var. (%)
Cereais, leguminosas e oleaginosas	19.188.190	22.587.556	17,7	Batata - inglesa	200.006	200.144	0,1
Algodão herbáceo	1.661.272	1.651.597	-0,6	Cacau	105.018	118.018	12,4
Amendoim	12.364	12.479	0,9	Café	181.633	246.700	35,8
Arroz	314.090	333.440	6,2	Cana-de-açúcar	49.671.912	52.217.415	5,1
Feijão	616.750	663.703	7,6	Castanha-de-caju	138.572	137.916	-0,5
Mamona	27.569	36.330	31,8	Fumo	23.936	30.035	25,5
Milho	6.518.893	8.723.840	33,8	Laranja	1.175.771	1.157.501	-1,6
Soja	10.495.757	11.581.628	10,3	Mandioca	3.799.398	3.971.369	4,5
Sorgo	159.391	211.662	32,8	Tomate	518.644	496.721	-4,2
Trigo	30.000	17.000	-43,3	Uva	498.160	387.662	-22,2
Banana	2.488.454	2.300.477	-7,6				

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Os cereais, leguminosas e oleaginosas incluem algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Por outro lado, o desempenho da indústria foi negativo no Nordeste, considerando que a produção industrial da Região caiu 3,0% em 2020, com

queda expressiva na indústria extrativa (-12,2%) e recuo na indústria de transformação (-2,3%), vide Tabela 5.

Tabela 5 - Nordeste e estados selecionados: variação (%) da produção física industrial em 2020

Região/Estado	Variação % Acumulada em 2020 - Janeiro a Dezembro		
	Indústria Geral	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação
Nordeste	-3,0	-12,2	-2,3
Ceará	-6,1	n.d.	-6,1
Pernambuco	3,7	n.d.	3,7
Bahia	-5,3	-6,7	-5,2
Minas Gerais	-3,2	-8,5	-2,0
Espírito Santo	-13,9	-28,9	-0,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Quanto à atividade comercial, seis Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste apresentaram incremento de vendas no varejo restrito em 2020: Maranhão (+7,7%), Piauí (+6,7%), Espírito Santo (+4,6%), Minas Gerais (+3,5%), Paraíba (+2,4%) e Pernambuco (+0,7%).

No varejo ampliado, cabe mencionar: Maranhão (+6,0%), Espírito Santo (+4,0%) Minas Gerais (-2,4%) e Paraíba (+0,4%). Por sua vez, as vendas nos demais Estados estudados declinaram, de acordo com os dados apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Brasil e estados selecionados: variação (%) das vendas do comércio varejista e serviços em 2020

Estado/País	Variação % Acumulada em 2020 - Janeiro a Dezembro		
	Varejo		Serviços
	Restrito ⁽¹⁾	Ampliado ⁽²⁾	
Maranhão	7,7	6,0	-4,0
Piauí	6,7	-0,2	-14,5
Ceará	-5,8	-5,0	-13,6
Rio Grande do Norte	-3,2	-4,2	-15,7
Paraíba	2,4	0,4	-10,9
Pernambuco	0,7	-0,4	-12,4
Alagoas	-2,2	-0,6	-16,1
Sergipe	-3,7	-3,1	-15,1
Bahia	-4,3	-7,9	-14,8
Minas Gerais	3,5	2,4	-6,1
Espírito Santo	4,6	4,0	-7,4
Brasil	1,2	-1,5	-7,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) O varejo restrito inclui a comercialização de oito grupos, a saber: Combustíveis e lubrificantes; Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; Tecidos, vestuário e calçados; Móveis e eletrodomésticos; Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; Livros, jornais, revistas e papelaria; Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e Outros artigos de uso pessoal e doméstico. (2) O varejo ampliado inclui o varejo restrito somado com as vendas de veículos, motos, peças, partes e de material de construção.

Em relação às vendas dos serviços, todas as Unidades Federativas pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste registram expressivas quedas, conforme especificado na Tabela 6.

Quanto ao mercado de trabalho, o Nordeste registrou o quarto maior crescimento do nível de emprego dentre as Regiões do País, em 2020, considerando a geração de 34.689 postos de trabalho. Em 2019, o Nordeste havia obtido saldo de 76.561 postos de trabalho formais.

O Sul liderou (saldo de 85.500 vagas) em 2020, seguido pelo Centro-Oeste (73.450 vagas) e Norte (62.265 vagas). Por outro lado, o Sudeste apresentou queda (-88.875 postos). No País, o saldo totalizou 142.690 vagas, em contraste com 559.626 vagas em 2019.

Com exceção do Piauí (-181), Sergipe (-4.475) e Bahia (-5.307), as demais Unidades Federativas pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste apresentaram saldo positivo na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada em 2020: Minas Gerais (+32.717), Maranhão (+19.753), Ceará (+18.546), Espírito Santo (+6.812), Paraíba (+5.152), Alagoas (+4.595) e Rio Grande do Norte (+1.769), vide Tabela 7.

Tabela 7 - Brasil, regiões e estados selecionados: movimentação do emprego formal em 2020

Região/Estado/País	Janeiro a Dezembro de 2020			Var. (%)
	Admitidos	Desligados	Saldo	
Norte	683.485	621.220	62.265	3,5
Nordeste	1.985.818	1.951.129	34.689	0,55
Maranhão	160.586	140.833	19.753	4,11
Piauí	79.244	79.425	-181	-0,06
Ceará	368.287	349.741	18.546	1,62
Rio Grande do Norte	137.454	135.685	1.769	0,41
Paraíba	130.716	125.564	5.152	1,24
Pernambuco	382.843	388.006	-5.163	-0,42
Alagoas	113.900	109.305	4.595	1,3
Sergipe	72.680	77.155	-4.475	-1,57
Bahia	540.108	545.415	-5.307	-0,31
Sudeste	7.925.004	8.013.789	-88.785	-0,44
Minas Gerais	1.598.742	1.566.025	32.717	0,8
Espírito Santo	300.038	293.226	6.812	0,93
Sul	3.218.454	3.132.954	85.500	1,18
Centro-Oeste	1.582.192	1.508.742	73.450	2,3
Brasil	15.166.221	15.023.531	142.690	0,37

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Programação Orçamentária

A Programação do FNE é anualmente elaborada pelo Banco do Nordeste, com base em diretrizes e prioridades previamente estabelecidas, sendo posteriormente submetida à apreciação do Condel/Sudene. Em seu bojo, contempla a projeção dos recursos, o plano de aplicação, as condições gerais e os programas de financiamento.

Como ocorre todos os anos, a elaboração da programação do FNE referente a 2020, ocorreu “a partir de uma metodologia participativa desenvolvida entre os meses de junho e outubro de 2019, contando com a contribuição de toda a Instituição BNB”, bem como de “representantes de entidades públicas, a exemplo dos governos estaduais, de órgãos representativos de classes e dos demais parceiros institucionais”, em reuniões que se realizaram nos onze estados da área de financiamento do FNE.

No Plano de Aplicação de Recursos do FNE para 2020 da referida programação, encontra-se o detalhamento dos recursos disponíveis, bem como a projeção de sua distribuição pelos diversos programas, com cortes por Unidade da Federação, programa, setor, porte dos beneficiários e região climática.

3.2 Recursos previstos para aplicação

A elaboração de uma proposta anual de aplicação dos recursos do FNE está prevista no parágrafo único do Art. 14 da Lei nº 7.827/1989 e, para o exercício de 2020, suas diretrizes, orientações gerais e prioridades foram estabelecidas por meio da Portaria MDR nº 1953/2019, de 15/08/2019, e da Proposição Condel/Sudene nº 128/2019, de 12/08/2019. A Resolução Condel/Sudene nº 133, de 12/12/2019, aprovou o Plano de Aplicação dos recursos do FNE para o exercício de 2020. Somam-se a essa referência legal a legislação publicada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no que concerne à metodologia das Taxas de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) (BNB, Programação Regional FNE 2020).

Para 2020, o orçamento inicialmente projetado para aplicação do FNE foi de R\$ 29,3 bilhões, abrangendo as fontes de recursos elencadas na Tabela 8.

Tabela 8 - FNE 2020: estimativa de recursos

Discriminação	R\$ Bilhões
Origem dos Recursos (A)	54,0
Disponibilidades previstas ao final do exercício anterior	26,7
Transferências da União ⁽¹⁾	8,4
Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência)	16,7
Remuneração das Disponibilidades	1,4
Cobertura de Risco pelo BNB	0,7
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	0,1
Aplicação de Recursos (B)	-3,6
Taxa de Administração	-1,3
Remuneração sobre Disponibilidades	-0,1
Taxa de Administração Adicional	0,0
Remuneração do BNB sobre Saldos Operações Pronaf	-0,3
Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações Pronaf	-0,1
Prêmio de Performance sobre Reembolsos Pronaf	-0,1
Despesas Auditoria Externa	0,0
Del credere BNB	-1,7
Del credere Outras Instituições	0,0
Disponibilidade total do FNE (C) = (A) + (B)	50,4
Previsão de desembolsos/liberações para o exercício (D)	-21,8
Disponível para aplicação pelo FNE (E) = (C) + (D)	28,6
Recursos disponíveis repasses bnb no exercício anterior (F) (2)	0,7
Total disponível para aplicação (G) = (E) + (F) (3)	29,3
Retornos das aplicações exercício anterior (H) (4)	14,9
Resultados das aplicações no exercício anterior (I) (5)	1,4
Recursos para atividades de avaliação (J) = 0,01% x (H + I)	0,002
Disponibilidade total do FNE para 2020 (K) = (G) - (J)	29,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria / Superintendência de Controle Financeiro.

NOTAS: (1) Estimativas com base no valor registrado no Siafi-2019 conforme consulta de 08/08/2019, acrescido das variações reais do PIB e do IPCA em cada exercício; (2) Considerando a contratação, em 2019, do saldo dos Recursos Disponíveis dos Repasses ao BNB em agosto/2019 (R\$ 1,5 bilhão); (3) Valores estimados considerando a necessidade de manutenção de disponibilidades positivas, com metas de contratação e de desembolsos para 2020 de R\$ 27,7 bilhões e R\$ 18,9 bilhões; (4) Reembolsos efetivados em 2018; (5) Considerado o resultado entre as receitas e despesas com operações de crédito e repasses no exercício 2018. Observações: **Observação 1:** Em referência ao parágrafo 6º do artigo 20 da Lei nº 7.827/1989, registra-se o valor de até R\$ 1,628 milhão, correspondente ao percentual máximo de 0,01%, calculado com base nos retornos e resultados das aplicações do FNE, para contratação e pagamento de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do Fundo. **Observação 2:** Os valores são passíveis de ajustes em função do fluxo de ingressos, obrigações, reembolsos e desempenho da economia brasileira, ressaltando-se que tais parâmetros e a estimativa global de aplicações devem ser encaradas, em seu conjunto, unicamente como instrumentos de planejamento e não como verbas inflexíveis para alocação de recursos.

3.3 Valores da reprogramação de recursos

Em consonância com o artigo 12º da Portaria MD nº 1.953/2019, é permitida ao Banco do Nordeste a adoção de sistemática de reprogramação automática dos recursos (revisão dos valores disponíveis, bem como a previsão de aplicação desse montante por UF, Porte, Setor, Programa, Região e Prioridades).

Nesse contexto, atualizou-se a disponibilidade de recursos para o ano 2020, considerando, entre outros fatores, o reembolso de operações, cuja soma havia sido projetada em cerca de R\$ 16,7 bilhões (Tabela 8) e que, na reprogramação, alcançou o patamar de, aproximadamente, R\$ 12,1 bilhões (Tabela 9).

Dessa forma, a estimativa de recursos disponíveis para financiamentos, no exercício de 2019, foi reprogramada para R\$ 25,3 bilhões, de acordo com a Tabela 9.

Tabela 9 - FNE - Estimativa de recursos - 2020 - Reprogramação do FNE

Valores em R\$ mil	
Discriminação	Valor
Origem dos recursos (A)	43,319,058
Disponibilidades no Início do Período	22,691,198
Transferências da União (1) (2)	7,381,104
Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência)	12,068,057
Remuneração das Disponibilidades	561,174
Cobertura de Risco pelo BNB	560,852
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	56,675
Aplicação de recursos (B)	-3,926,640
Taxa de Administração	-1,397,520
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades	-73,377
Taxa de Administração Adicional	0
Remuneração do BNB sobre Saldos Operações Pronaf	-290,229
Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações Pronaf	-70,681
Prêmio de Performance sobre Reembolsos Pronaf	-65,582
Despesas Auditoria Externa	-198
Del credere BNB	-1,923,508
Del credere Outras Instituições	-3,423
Despesas com Operações Renegociadas BNB e FNE - Lei 12.249 e seguintes	-31,226
Devolução Parcela de Risco ao BNB	-70,897
	39,392,418
Previsão de desembolsos/liberações operações contratadas até 2019 (D) ⁽³⁾	-14,109,946
Disponibilidade parcial para novas aplicações (E) = (C) + (D)	25,282,473
Retorno das aplicações em 2019 (F)	14,876,270
Resultado das aplicações em 2019 (G)	1,406,356
Recursos destinados a atividades de avaliação (H) = 0,01% x (F + G) ⁽⁴⁾	-1,628
Disponibilidade total do FNE para 2020 (I) = (E) - (H) ⁽⁵⁾	25,280,844

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria / Superintendência de Controle Financeiro.

Notas: (1) Orçamento registrado no Siafi-2020, consulta jul/2020; (2) Para fins de revisão foi utilizado o valor estimado conforme Decreto nº 10.444, de 30.06.2020; (3) Utilizado 85% do saldo Comin existente em 31/12/2019; (4) Conforme Art. 20, parágrafo 6º, Lei 7.827/1989; (5) Meta de contratações utilizada R\$ 25,2 bilhões. Meta de desembolsos utilizada R\$ 21,3 bilhões. Estimativa de baixas de saldos Comin de R\$ 3,6 bilhões no exercício.

Observação 1: Em referência ao parágrafo 6º do artigo 20 da Lei nº 7.827/1989, registra-se o valor de até R\$ 1,628 milhão, correspondente ao percentual máximo de 0,01%, calculado com base nos retornos e resultados das aplicações FNE, para contratação e pagamento de atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação desses recursos. **Observação 2:** Os valores são passíveis de ajustes em função do fluxo de ingressos, obrigações, reembolsos e desempenho da economia brasileira, ressaltando-se que tais parâmetros e a estimativa global de aplicações devem ser encaradas, em seu conjunto, unicamente como instrumentos de planejamento e não como verbas inflexíveis para alocação de recursos.

Desse volume de recursos, R\$ 17,3 bilhões (68,4%) foram alocados para setores enquadráveis na Programação Padrão de aplicação do FNE, R\$ 7,9 bilhões (31,3%) para projetos de infraestrutura, além de R\$ 80 milhões destinados ao FNE Sol e R\$ 10 milhões para o Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

3.4 Orçamento por programa

A Programação Padrão foi definida com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelos órgãos gestores, e foi dividida em Programas Setoriais e Programas Multissetoriais (Tabela 10). A distribuição dos recursos entre os diversos setores foi elaborada com base nas potencialidades e oportunidades de investimentos da área de abrangência do Fundo, bem como na distribuição histórica de suas aplicações.

Tabela 10 - Projeção de financiamento por programa de crédito - exercício 2020

Valores em R\$ mil		
Programa	Valor Projetado	[%]
1. Programas Setoriais	8.644.359	50,0
- FNE Rural	2.764.582	16,0
- FNE Aquipisca	36.771	0,3
- FNE Profrota Pesqueira	0	0,0
- FNE Industrial	1.156.523	6,7
- FNE Irrigação	356.551	2,1
- FNE Agrin	298.464	1,7
- FNE Proatur	298.846	1,7
- FNE Comércio e Serviços	3.732.622	21,6
2. Programas Multissetoriais	8.655.641	50,0
- Pronaf	3.300.000	19,1
- FNE Inovação	186.531	1,1
- FNE Verde	315.810	1,8
- FNE PNMPPO	1.050.000	6,1
- FNE MPE	3.803.300	22,0
Total	17.300.000	100,0

Fonte: Programação Regional FNE, 2020.

Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação, poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

Para os Programas Setoriais, foram destinados 50,0% do montante relativo à Programação Padrão e para os Programas Multissetoriais, 50,0% dos recursos orçados (Tabela 10). Entre os programas setoriais, destacam-se FNE Rural, FNE Industrial e FNE Comércio e Serviços que, juntos, respondem por 44,3% da Programação Padrão e os Programas Multissetoriais voltados para pequenos estabelecimentos, como o FNE Pronaf e o FNE-MPE, que respondem por 41,1%.

Tal fato demonstra a prioridade que o BNB continua dando a esses segmentos produtivos nordestinos.

Referida distribuição considera a dinâmica econômica regional, com maiores percentuais destinados aos setores rural e comércio e serviços. Reflete também o direcionamento de recursos para MPE e Agricultura Familiar, contribuindo para mitigar a assimetria de crédito para tais públicos.

3.5 Orçamento por UF

De acordo com a legislação pertinente, quando da aplicação dos recursos do FNE, deve-se observar o princípio da democratização do crédito, cabendo para cada Unidade da Federação um limite mínimo de 4,5%, exceto para o Norte do Espírito Santo, e limite máximo de 30,0%.

Em relação à aplicação dos recursos da Programação Padrão, a previsão inicial é de que a distribuição estadual do montante de R\$ 17,3 bilhões ocorra conforme apresentado na Tabela 11.

Tabela 11 - Distribuição orçamentária por UF - exercício 2020

Unidade da Federação	Total	Valores em R\$ mil
		% Estado
Alagoas	865.800	5,0
Bahia	3.601.100	20,8
Ceará	2.734.900	15,8
Espírito Santo	357.200	2,1
Maranhão	1.580.200	9,1
Minhas Gerais	1.130.400	6,5
Paraíba	1.019.900	5,9
Pernambuco	2.479.500	14,3
Piauí	1.612.300	9,3
Rio Grande do Norte	1.028.400	5,9
Sergipe	890.300	5,1
Total	17.300.000	100,0

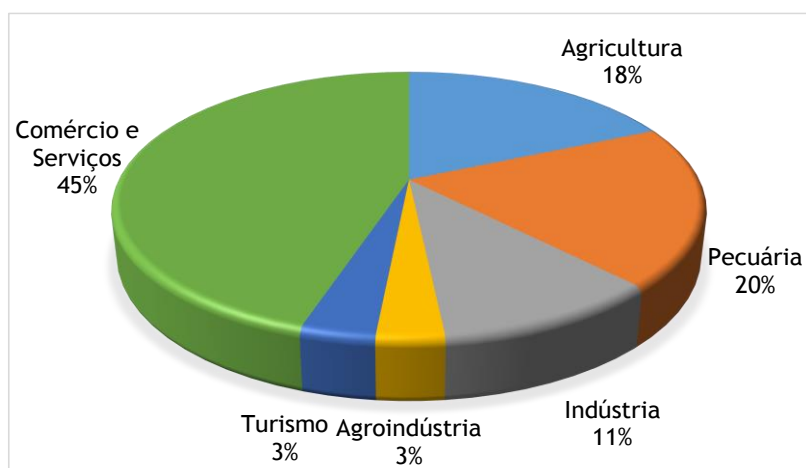
Fonte: Programação Regional FNE, 2020.

Os estados da Bahia (20,8%), Ceará (15,8%), Pernambuco (14,3%) e Piauí (9,3%) representam 60,2% da previsão de aplicação dos recursos para o ano de 2020, tendo em vista que economias mais dinâmicas tendem a demandar maior aporte de recursos.

3.6 Orçamento por setor e UF

Considerando-se a Programação Padrão, os seguintes setores receberam maior atenção na projeção dos recursos: o Setor Comércio e Serviços, com cerca de 45,0%, lidera em volume orçado; seguido pelo Setor Rural, com 38% do total de recursos destinados à agricultura e à pecuária; e pelo Setor da Indústria com 10,0% (Gráfico 4 e Tabela 12).

Gráfico 4 - FNE - Orçamento por setor (%) - 2020



Fonte: BNB Ambiente de Controladoria. Elaboração: BNB/Etene.

Tabela 12 - Projeção de financiamento por estado e setor de atividade (*) (**) - exercício 2020

Valores em R\$ mil								
UF/ Setor	Agricultura (1)(2)	Pecuária (1)(2)(3)	Indústria (1)	Agroindústria (1)(2)	Turismo (1)	Comércio e Serviços (1)	Total	% Estado
Alagoas	104.000	162.000	83.000	68.000	77.000	371.800	865.800	5,0
Bahia	1.012.000	563.000	294.000	68.000	109.000	1.555.100	3.601.100	20,8
Ceará	269.000	448.000	440.000	50.000	61.000	1.466.900	2.734.900	15,8
Espírito Santo	71.000	34.000	61.000	8.000	6.000	177.200	357.200	2,1
Maranhão	396.000	461.000	72.000	27.000	32.000	592.200	1.580.200	9,1
Minas Gerais	151.000	383.000	125.000	23.000	5.000	443.400	1.130.400	6,5
Paraíba	81.000	272.000	81.000	95.000	44.000	446.900	1.019.900	5,9
Pernambuco	217.000	389.000	376.000	79.000	179.000	1.239.500	2.479.500	14,3
Piauí	629.000	353.000	73.000	29.000	14.000	514.300	1.612.300	9,3
Rio Grande do Norte	78.000	195.000	86.000	12.000	20.000	637.400	1.028.400	5,9
Sergipe	153.000	131.000	124.000	85.000	57.000	340.300	890.300	5,2
Total	3.161.000	3.391.000	1.815.000	544.000	604.000	7.785.000	17.300.000	100,0
Projeção para o programa de Infraestrutura							7.910.000	
Projeção para o programa de financiamento estudantil - P-Fies							10.000	
Projeção para o financiamento FNE sol pessoa física							80.000	
Total disponível para aplicação							8.000.000	

Fonte: Programação Regional FNE, 2020.

(*) Os valores são indicações para efeito de planejamento; (**) O BNB poderá repassar até 3% do total dos valores programados para 2020 a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, observados os limites de crédito aprovados a cada instituição, a existência de recursos para o atendimento da demanda apresentada diretamente às suas agências; (1) Inclusive Meio Ambiente/ Inovação; (2) Inclusive Pronaf; (3) Inclusive Aquicultura e Pesca.

Quanto à distribuição orçamentária por Unidade da Federação, como já relatado, verifica-se o protagonismo dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí, que se projetam com 60,3% do total de recursos. A Bahia, que se destaca pela alocação de 20,8% do total de recursos previstos no orçamento, destina parte significativa dos recursos ao Setor de Comércio e Serviços (43,2%) e à agricultura (28,1%). O Estado do Ceará projeta 53,6% para o Setor de Comércio e Serviços, setor este priorizado também por Pernambuco ao qual destinou 50,0% do seu orçamento. O Estado do Piauí, por sua vez, projeta 39,0% para o Setor agrícola e 31,9% para o Setor de Comércio e Serviços (Tabela 12).

3.7 Disponibilidade de Recursos

Como se pode observar na Tabela 13, houve acréscimo de 11,9% na disponibilidade efetiva em relação ao previsto para o exercício 2020, explicado principalmente pela disponibilidade de recursos de repasses ao BNB, de R\$ 1,6

bilhão e que não havia valor previsto na programação inicial, assim como aumento de 5,5% nas transferências da União e de 9,3% nos reembolsos de operações.

Tabela 13 - FNE - Execução orçamentária - 2020

Discriminação	Valores em R\$ mil	
	Previsto	Realizado
Origem de recursos (A)	43.319.058	44.779.568
Disponibilidades no Início do Período	22.691.198	22.691.198
Transferências da União	7.381.104	7.788.374
Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência)	12.068.057	13.192.440
Remuneração das Disponibilidades	561.174	545.992
Cobertura de Risco pelo BNB	560.852	513.976
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	56.675	47.588
Aplicação de recursos (B)	-3.926.640	-4.013.328
Taxa de Administração	-1.397.520	-1.487.336
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades	-73.377	-70.339
Taxa de Administração Adicional	0	0
Remuneração do BNB sobre Saldo Operações Pronaf	-290.229	-297.099
Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações Pronaf	-70.681	-84.834
Prêmio de Performance sobre Reembolsos Pronaf	-65.582	-68.531
Despesas Auditoria Externa	-198	-125
Del credere BNB	-1.923.508	-1.949.580
Del credere Outras Instituições	-3.423	-3.194
Despesas com Operações Renegociadas BNB e FNE - Lei 12.249 e seguintes	-31.226	-1.508
Devolução Parcela de Risco ao BNB	-70.897	-50.782
	39.392.418	40.766.240
Previsão de desembolsos/liberações operações contratadas até 2019 (D)	-14.109.946	-14.109.946
Disponibilidade parcial para novas aplicações (E) = (C) + (D)	25.282.473	26.656.294
Retorno das aplicações em 2020 (F)	14.876.270	13.192.440
Resultado das aplicações em 2020 (G)	1.406.356	-799.994
Recursos destinados a atividades de avaliação (H) = 0,01% x (F + G)	-1.628	-1.237
Disponibilidade do FNE para 2020 (I) = (E) - (H)	25.280.844	26.655.057
Disponibilidade recursos de repasses ao BNB (Art. 9º A, Lei 7.827) (J)	0	1.629.532
Disponibilidade total de recursos do FNE para 2020 (K) = (I) + (J)	25.280.844	28.284.589

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

4. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES²

Este capítulo visa analisar as contratações realizadas comparando, sempre que possível, sob duas perspectivas: i) da programação anual do Fundo, onde se analisa a relação entre valores contratados no exercício e os valores programados no âmbito espacial, setorial e das prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudene; e ii) da variação intertemporal, na qual as contratações realizadas em 2020 serão comparadas com os valores do exercício anterior.

As contratações totais com recursos do FNE em 2020 totalizaram R\$ 25,8 bilhões (Tabela 14), representando um decréscimo nominal de 12,8% em relação ao

² Contratações referem-se às operações, considerando parcelas desembolsadas e a desembolsar.

exercício 2019. Desse total, R\$ 19,1 bilhões foram contratados obedecendo a Programação Padrão, cujo valor nominal foi superior em 5,0% considerando o mesmo período de 2019, quando foram contratados aproximadamente R\$ 18,2 bilhões.

Tabela 14 - FNE - Desempenho operacional - 2020⁽¹⁾

Setores e Programas	Valores em R\$ mil			
	Contratações ⁽²⁾			
	Nº de Operações	Quant. Benef. ⁽³⁾	Valor	%
Rural	590.877	1.772.298	7.673.387	40,0
FNE Rural	7.045	20.867	3.562.465	18,5
FNE Irrigação	395	1.146	442.821	2,3
Pronaf - Grupo A	3.395	10.185	88.399	0,5
Pronaf - Demais Grupos	579.804	1.739.415	3.386.062	17,6
FNE Verde	142	419	80.605	0,4
FNE Inovação	44	120	83.092	-
FNE Aquicultura	52	146	29.944	0,2
FNE Profrota Pesqueira	-	-	-	-
Agroindustrial	492	611	445.954	2,3
FNE Agrin	196	193	406.266	2,1
FNE Rural	-	-	-	0,0
PRONAF - Agroindústria	59	177	1.430	0,0
FNE Inovação-Agrin	-	-	-	-
FNE Verde MPE	6	9	1.664	0,0
FNE MPE	231	232	36.594	0,2
Industrial	5.183	6.050	2.040.848	10,6
FNE Industrial	1.056	1.923	1.206.565	6,3
FNE PNMPO	-	-	-	0,0
FNE Verde	166	166	48.136	0,3
FNE Inovação	20	20	300.547	1,6
FNE MPE	3.941	3.941	485.600	2,5
Turismo	2.004	2.004	532.719	2,8
FNE Proatur	158	158	313.770	1,6
FNE Verde MPE Turismo	56	56	10.454	0,1
FNE MPE - Turismo	1.790	1.790	208.494	1,1
Comércio e Serviços	107.969	107.414	8.388.178	43,7
FNE Comércio e Serviços	6.901	6.940	3.769.985	19,6
FNE PNMPO	66.187	65.319	1.047.732	5,5
FNE Verde	584	623	180.832	0,9
FNE Inovação	13	13	14.183	0,1
FNE MPE	34.284	34.519	3.375.446	17,6
Pessoa Física	4.529	4.529	124.689	0,6
FNE Sol Pessoa Física	3.713	3.713	112.950	0,6
Fies Estudante	816	816	11.739	0,1
Total	711.054	1.892.906	19.205.774	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito e BNB - Ambiente da Administração das Centrais de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, considerando parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Considera-se que cada operação no âmbito do Pronaf beneficia, em média, três pessoas; no âmbito das cooperativas, 60 pessoas; 40 pessoas no das associações; e uma pessoa no âmbito de todas as demais categorias/portes.

Observa-se que, do total de 1.892,9 mil beneficiários do FNE, no período em referência, cerca de 93,6% foram atendidos no âmbito do FNE Rural (1.772,3 mil), mantendo-se o mesmo grau de importância de 2019. Percebe-se, também, a forte presença da Agricultura Familiar, que sozinha representou 91,9% dos

beneficiários do FNE, evidenciando a ampliação do acesso ao crédito. Isso demonstra o esforço do BNB com o aumento de sua eficiência operacional em prol do desenvolvimento regional. Observou-se, ainda, que pouco mais de 50,0%, tanto do número de beneficiários como do valor contratado, referem-se à bovinocultura.

4.1 Previsto x Executado

✓ Por Unidade da Federação

No recorte das contratações por estado, destacam-se os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão que, juntos, responderam por 61,8% do montante contratado no período, realizando, respectivamente, 116,4%, 104,8%, 108,4% e 129,2% da programação anual, conforme a Tabela 15. Observa-se que os estados da Bahia e do Ceará foram os que demandaram maior volume de recursos.

Tabela 15 - FNE - Contratações por UF - Programado X Realizado - 2020⁽¹⁾

Unidade da Federação	Programado		Contratado		(B / A) %
	Valor (A)	%	Valor (B)	%	
Alagoas	865.800	5,0	860.557	4,5	99,4
Bahia	3.601.100	20,8	4.192.405	22,0	116,4
Ceará	2.734.900	15,8	2.867.458	15,0	104,8
Espírito Santo	357.200	2,1	340.986	1,8	95,5
Maranhão	1.580.200	9,1	2.040.976	10,7	129,2
Minas Gerais	1.130.400	6,5	1.102.875	5,8	97,6
Paraíba	1.019.900	5,9	1.211.072	6,4	118,7
Pernambuco	2.479.500	14,3	2.687.298	14,1	108,4
Piauí	1.612.300	9,3	1.817.050	9,5	112,7
Rio Grande do Norte	1.028.400	5,9	1.017.996	5,3	99,0
Sergipe	890.300	5,2	942.412	4,9	105,9
Total	17.300.000	100,0	19.081.085	100,0	110,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Conforme aprovado pelo Condel, não foi projetada distribuição para projetos de Infraestrutura por estado.

Na Bahia, as atividades que receberam maior volume de recursos foram a produção e distribuição de eletricidade, gás e água, comércio varejista, produção de grãos e bovinocultura. Em Pernambuco, a indústria de produtos de limpeza, perfumaria e cosméticos e o comércio atacadista também se destacaram.

É oportuno ressaltar que a maior quantidade de recursos contratados pelos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco decorre do maior peso de suas economias. O Maranhão é um grande produtor de grãos, especialmente soja.

No Apêndice A, é apresentada a quantidade de operações e o valor contratado por Programa de financiamento, discriminado por Unidade da Federação.

✓ Por Porte

Considerando as contratações por porte, os mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes responderam por 65,6% das contratações em 2020, com total de R\$ 12,5 bilhões. Neste sentido, alcançou-se em 117,4% o que havia sido programado para estes portes, prioritários nas contratações do FNE. Os portes médio e grande responderam por 34,4% das contratações, com total de R\$ 6,6 bilhões (Tabela 16).

Tabela 16 - FNE - Contratações por Porte - Programado X Realizado - 2020

Valores em R\$ milhões					
Porte do Empreendimento	Programado Valor (A)	(%)	Contratado Valor (B)	(%)	(B/A) %
Mini, Micro, Pequeno e Pequeno-médio	10.660,9	61,6	12.513,6	65,6	117,4
Médio (I e II) e Grande	6.639,1	38,4	6.567,5	34,4	98,9
Total	17.300,0	100,0	19.081,1	100,0	110,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por Setor de Atividade

As contratações por setor de atividade estão distribuídas conforme apresentado na Tabela 17. Considerando a distribuição proporcional dos recursos por setor, pecuária (22,4%) e indústria (10,7%) apresentaram contratações superiores às programadas, de 19,6% e 10,5%, respectivamente.

Quando observado o volume contratado por setor, comparativamente ao programado, apenas os setores da agroindústria e turismo não atingiram a meta estabelecida. Apesar de todos os setores terem sofrido negativamente os efeitos da pandemia do novo Coronavírus, o Setor de Turismo foi o que mais sofreu este impacto, dificultando o atingimento da meta. No caso da agroindústria, muitas delas no Nordeste são de pequeno porte, o que prejudicou sua manutenção diante do cenário nacional de retração econômica.

Tabela 17 - FNE - Contratações por Setor de Atividade - Programado X Realizado - 2020

Setor de Atividade	Programado Valor (A)	(%)	Contratado Valor (B)	Valores em R\$ milhões	
				(%)	(B/A) %
Agricultura	3.161,0	18,3	3.397,8	17,8	107,5
Pecuária	3.391,0	19,6	4.275,6	22,4	126,1
Agroindustrial	544,0	3,1	446,0	2,3	82,0
Indústria	1.815,0	10,5	2.040,8	10,7	112,4
Turismo	604,0	3,5	532,7	2,8	88,2
Comércio e Serviços	7.785,0	45,0	8.388,2	44,0	107,7
Total	17.300,0	100,0	19.081,1	100,0	110,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por Programa de financiamento

Os programas setoriais foram responsáveis por 51,0% do volume de contratações em 2020, ante 50,0% do programado, enquanto que os multissetoriais responderam pelos 49,0% restantes (Tabela 18). Dos programas setoriais, o FNE Comércio e Serviços (19,8%) e o FNE Rural (18,7%) apresentaram as maiores contratações, com R\$ 3,77 bilhões e 3,56 bilhões, respectivamente. Quanto aos programas multissetoriais, o FNE MPE (21,5%) e o Pronaf (18,2%) acumularam os maiores volumes contratados, de R\$ 4,11 bilhões e R\$ 3,48 bilhões, respectivamente.

No que se refere ao desempenho no atingimento das metas estabelecidas, a maioria dos programas conseguiram superar os volumes programados para 2020, como destaque para o FNE Inovação (213,3%) e o FNE Agrin (136,1%). Apenas o FNE Aquipisca e o FNE PNMPPO não atingiram a meta estabelecida na programação de 2020, com resultados 81,4% e 99,8% do esperado, nessa ordem.

Tabela 18 - FNE - Contratações por Programa de Financiamento - Programado X Realizado - 2020

Programa de Financiamento	Valores em R\$ milhões				
	Valor	(%)	Valor	(%)	(B / A)
	Programado (A)		Contratado (B)		%
Programas Setoriais	8.644,4	50,0	9.731,8	51,0	112,6
FNE Rural	2.764,6	16,0	3.562,5	18,7	128,9
FNE Aquipisca	36,8	0,2	29,9	0,2	81,4
FNE Industrial	1.156,5	6,7	1.206,6	6,3	104,3
FNE Irrigação	356,6	2,1	442,8	2,3	124,2
FNE Agrin	298,5	1,7	406,3	2,1	136,1
FNE Proatur	298,8	1,7	313,8	1,6	105,0
FNE Comércio e Serviços	3.732,6	21,6	3.770,0	19,8	101,0
Programas Multissetoriais	8.655,6	50,0	9.349,3	49,0	108,0
Pronaf	3.300,0	19,1	3.475,9	18,2	105,3
FNE Inovação	186,5	1,1	397,8	2,1	213,3
FNE Verde	315,8	1,8	321,7	1,7	101,9
FNE PNMP	1.050,0	6,1	1.047,7	5,5	99,8
FNE MPE	3.803,3	22,0	4.106,1	21,5	108,0
Total	17.300,0	100,0	19.081,1	100,0	110,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Pelos dados analisados, o Banco do Nordeste tem conseguido atender ao estipulado na programação do FNE 2020, principalmente no que diz respeito ao direcionamento de recursos para o Setor Rural, mais notadamente para a agricultura familiar, e para as micro e pequenas empresas, principalmente no Setor de Comércio e Serviços.

4.2 Por programa de financiamento e por UF

O Programa FNE Inovação se destaca, entre os diversos programas, realizando 213,3% da meta estabelecida. As contratações beneficiaram principalmente as inovações na indústria de produtos de limpeza, perfumaria e cosméticos, indústria de transportes e na produção de grãos. Merecem registro o FNE-MPE, o FNE-Comércio e Serviços, o FNE Rural e o Pronaf, que cumpriram, respectivamente, 108,0%, 101,0%, 128,9% e 105,3% da programação, além de terem sido os maiores volumes contratados. Este último respondendo por 82,6% do número de operações contratadas em 2020 (Tabela 19).

Tabela 19 - FNE - Contratações por programa - Programado x realizado - 2020⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Programa de Financiamento	Quant. de Operações	Valor	Valor	(A / B) %
		Contratado (A)	Programado (B)	
FNE Rural	7.045	3.562.465	2.764.582	128,9
FNE Irrigação	395	442.821	356.551	124,2
Pronaf	583.258	3.475.891	3.300.000	105,3
FNE Verde	954	321.691	315.810	101,9
FNE Inovação	77	397.822	186.531	213,3
FNE Aquipisca	52	29.944	36.771	81,4
FNE Agrin	196	406.266	298.464	136,1
FNE MPE	40.246	4.106.133	3.803.300	108,0
FNE PNMP	66.187	1.047.732	1.050.000	99,8
FNE Industrial	1.056	1.206.565	1.156.523	104,3
FNE Proatur	158	313.770	298.846	105,0
FNE Comércio e Serviços	6.901	3.769.985	3.732.622	101,0
Total	706.525	19.081.085	17.300.000	109,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

No âmbito do Pronaf, as atividades pecuárias absorveram maior volume de recursos, a saber: bovinocultura, ovinocultura e caprinocultura, suinocultura e avicultura que, juntas, receberam 77,2% dos recursos destinados à Agricultura Familiar. Na agricultura, a fruticultura se destaca, com 6,8% do Pronaf.

O FNE-Agrin também apresentou bom desempenho nas contratações, considerando o valor programado, alcançando 136,1% do que havia sido planejado para o ano de 2020, com R\$ 406,3 milhões.

Quando analisadas as contratações por programa e financiamento e estado, conforme observado na Tabela 20, percebe-se que o FNE Rural tem suas maiores contratações nos estados da Bahia (R\$ 1,15 bilhão), Piauí (R\$ 723,6 milhões) e Maranhão (R\$ 693,0 milhões), alavancadas pelas atividades de produção de grãos e algodão nos cerrados. As contratações do Pronaf se destacam nos estados da Bahia (R\$ 778,2 milhões), Ceará (R\$ 433,8 milhões) e Pernambuco (R\$ 403,4 milhões). Estes três estados também se destacam nas contratações do FNE MPE, com valores de R\$ 797,0 milhões, R\$ 738,7 milhões e R\$ 622,4 milhões, respectivamente. Por serem as maiores economias regionais, estes três estados também se destacam nas contratações do FNE Comércio e Serviços,

com respectivos valores de R\$ 784,5 milhões, R\$ 721,0 milhões e R\$ 639,9 milhões, para Bahia, Ceará e Pernambuco.

Tabela 20 - FNE - Contratações por programa de financiamento e UF - 2020

Programa de Financiamento	Valores em R\$ milhões											Total Programa
	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	
FNE Rural	96,2	1.147,9	108,1	16,5	693,0	254,6	102,4	199,6	723,6	46,6	173,8	3.562,5
FNE Irrigação	45,7	121,5	5,4	69,4	-	98,1	9,1	60,3	6,1	21,9	5,2	442,8
Pronaf	165,2	778,2	433,8	10,1	391,9	303,7	275,9	403,4	394,0	182,8	137,1	3.475,9
FNE Verde	14,3	31,5	58,7	10,5	14,9	52,7	10,3	58,6	21,2	38,1	10,7	321,7
FNE Inovação	4,2	38,8	0,5	-	2,9	18,6	25,9	274,1	21,2	9,8	1,9	397,8
FNE Aquipisca	-	2,3	11,4	-	3,5	-	4,2	-	5,5	2,3	0,8	29,9
FNE Agrin	20,6	46,1	32,2	29,4	0,5	9,9	72,6	73,0	53,9	3,5	64,6	406,3
FNE MPE	182,8	797,0	738,7	79,0	390,4	192,9	266,5	622,4	292,7	340,0	203,7	4.106,1
FNE PNMPO	48,4	162,3	344,1	1,7	102,0	47,5	81,7	66,5	102,5	41,9	49,1	1.047,7
FNE Industrial	75,7	240,2	379,7	50,2	45,3	31,0	80,3	130,6	19,7	60,6	93,4	1.206,6
FNE Proatur	33,9	42,1	33,8	1,0	8,7	0,1	9,4	158,9	3,4	15,6	6,8	313,8
FNE Comércio e Serviços	173,5	784,5	721,0	73,3	387,8	93,7	272,7	639,9	173,2	255,0	195,3	3.770,0
Total	860,6	4.192,4	2.867,5	341,0	2.041,0	1.102,9	1.211,1	2.687,3	1.817,1	1.018,0	942,4	19.081,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.3 Por setor de produção e UF

Na Tabela 21, são apresentadas as contratações por setor de produção e estado, para o exercício de 2020. Como já citado, o Estado da Bahia lidera o volume de contratações, demandando recursos da ordem de R\$ 4,2 bilhões. Na divisão setorial dos recursos, diferentemente do observado no exercício anterior, destaca-se o Setor Comércio e Serviços, ao qual foram destinados cerca de R\$ 8,4 bilhões, seguido pelo Setor Rural, com cerca de R\$ 7,7 bilhões, montante que representa, em conjunto, 84,2% do total de recursos contratados no âmbito do FNE, no período em referência.

Tabela 21 - FNE - Contratações por UF e Setor - 2020

Estado	Valores em R\$ mil					
	Rural	Agroindustrial	Industria	Turismo	Comercio e Serviços	Total Geral
Alagoas	315.641	21.656	95.928	54.852	372.480	860.557
Bahia	2.092.721	51.777	343.520	82.472	1.621.915	4.192.405
Ceará	559.406	36.766	507.179	88.072	1.676.035	2.867.458
Espírito Santo	97.327	30.728	68.130	2.920	141.881	340.986
Maranhão	1.097.895	2.097	71.147	16.118	853.719	2.040.976
Minas Gerais	678.286	10.189	67.266	7.265	339.869	1.102.875
Paraíba	399.135	76.655	141.054	26.611	567.617	1.211.072
Pernambuco	705.170	85.847	472.008	190.344	1.233.929	2.687.298
Piauí	1.151.787	57.060	46.424	20.009	541.770	1.817.050
Rio Grande do Norte	256.583	7.103	109.617	31.031	613.662	1.017.996
Sergipe	319.436	66.075	118.575	13.025	425.301	942.412
Total	7.673.387	445.953	2.040.848	532.719	8.388.178	19.081.085

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O Setor Rural, historicamente o setor que mais recebeu recursos, foi destaque nos estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Piauí. O Setor Industrial, que vem encolhendo ao longo do tempo em todo o Brasil, participou com apenas 10,7% dos financiamentos entre os setores, não se destacando em nenhum estado.

4.4 Por finalidade de crédito

O investimento rural destaca-se em primeiro lugar entre as principais finalidades do crédito, no âmbito do FNE, com contratações de, aproximadamente, R\$ 4,7 bilhões (24,7% do volume de recursos do FNE e 75,9% do total de operações contratadas), principalmente na atividade de bovinocultura (que absorveu mais de R\$ 2,1 bilhões) e na produção de grãos (R\$ 617,6 milhões). Em seguida, vem a aquisição isolada de matéria-prima e insumo/mercadoria, cujas contratações são da ordem de R\$ 4,4 bilhões (o equivalente a 23,1% do total de recursos destinados ao FNE Padrão), conforme Tabela 22.

Tabela 22 - FNE - Contratações por finalidade do crédito - 2020

Finalidade	Valores em R\$ mil	
	Quantidade	Valor
Aquisição isolada de móveis e utensílios	113	6.028
Comercialização	103	155.693
Custeio	54.558	2.800.974
Investimento rural	536.275	4.718.151
Investimentos fixos	738	1.014.310
Capital de giro	66.181	1.047.709
NE export-aq. In. mt-pr ins-exp.	34	241.505
Aquisição isolada matéria-prima e insumo/mercado	13.552	4.409.049
Investimento misto (fixo + capital de giro)	2.068	962.203
Aq. isolada matérias-primas/mercadorias	5	2.154
Aquisição isolada de máq. veículos e/ou equipamentos	5.631	1.567.720
Financiamento integrado FNE sol	3	241
Aquisição isolada FNE sol	774	128.675
Aquisição isolada FNE prêmio de seguro	2	98
FGPP	2	10.990
Aquisição isolada de imóveis	75	28.486
Investimentos fixos e semifixos	1	2.500
Credito emergencial Res. 4798/20	26.402	1.983.726
Não especificada	8	873
Total	706.525	19.081.085

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Operações destinadas a custeio absorveram cerca de R\$ 2,8 bilhões e, aproximadamente, R\$ 2,0 bilhões foram direcionadas ao crédito emergencial, conforme Resolução 4.798/20, em auxílio ao setor produtivo por conta da pandemia do novo Coronavírus.

As contratações por finalidade de crédito, considerando um recorte mais abrangente que o apresentado na Tabela 22, aponta que 53,0% das contratações foram destinados a investimentos, seguido de 15,7% para aquisição isolada e 14,7% destinados ao custeio. (Tabela 23)

Tabela 23 - FNE - Contratações por finalidade do crédito - Classificação abrangente - 2020

Finalidade	Quant.	Valores em R\$ mil
		Valor
Custeio	54.558	2.800.973
Investimento	539.124	10.104.173
Capital de giro	66.181	1.047.709
Comercialização	103	155.693
Aquisição isolada	26.149	2.987.938
Crédito emergencial	20.402	1.983.726
Não especificada	8	873
TOTAL	706.525	19.081.085

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.5 Por linha de financiamento e por UF

No que concerne ao desempenho em relação às metas estabelecidas, o FNE Inovação lidera esse ranking, com realização de 213,3% da meta, em 2020. O FNE-Agrin segue em destaque, uma vez que alcançou 136,1% da meta estabelecida, superando o desempenho do ano anterior. Analogamente, merecem registros o FNE Rural e o FNE Irrigação que cumpriram 128,9% e 124,2% dos montantes estabelecidos, respectivamente. O FNE Aquipesca não atingiu o estabelecido em meta, mas melhorou seu desempenho em relação a 2019, enquanto que o FNE PNMPO alcançou 99,8 da meta programada (Tabela 24).

Tabela 24 - FNE - Contratações por programa de financiamento
Programado x realizado - Exercício 2020⁽¹⁾

Programa de Financiamento	Quant. de Operações	Valores em R\$ mil		
		Valor Contratado (A)	Valor Programado (B)	(B / A) %
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	7.045	3.562.465	2.764.582	128,9
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	395	442.821	356.551	124,2
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	583.258	3.475.891	3.300.000	105,3
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	954	321.691	315.810	101,9
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	77	397.822	186.531	213,3
FNE Aquipisca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	52	29.944	36.771	81,4
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	196	406.266	298.464	136,1
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	40.246	4.106.133	3.803.300	108,0
FNE PNMP - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	66.187	1.047.732	1.050.000	99,8
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	1.056	1.206.565	1.156.523	104,3
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	158	313.770	298.846	105,0
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	6.901	3.769.985	3.732.622	101,0
Total	706.525	19.081.085	17.300.000	109,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

Relativamente ao desempenho das contratações por estado, destacam-se os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão, cujas somas ultrapassaram a marca de 60,0% do total de recursos. De um modo geral, as metas estabelecidas foram superadas, mormente nos estados do Maranhão (129,2%), Paraíba (118,7%), Bahia (116,4%) e Piauí (112,7%), conforme Tabela 25.

Tabela 25 - FNE - Contratações por estado - Programado x realizado - Exercício 2020⁽¹⁾

Estado	Programado		Contratado		(B / A) %
	Valor (A)	%	Valor (B)	%	
Alagoas	865.800	5,0	860.557	4,5	99,4
Bahia	3.601.100	20,8	4.192.405	22,0	116,4
Ceará	2.734.900	15,8	2.867.458	15,0	104,8
Espírito Santo	357.200	2,1	340.986	1,8	95,5
Maranhão	1.580.200	9,1	2.040.976	10,7	129,2
Minas Gerais	1.130.400	6,5	1.102.875	5,8	97,6
Paraíba	1.019.900	5,9	1.211.072	6,4	118,7
Pernambuco	2.479.500	14,3	2.687.298	14,1	108,4
Piauí	1.612.300	9,3	1.817.050	9,5	112,7
Rio Grande do Norte	1.028.400	5,9	1.017.996	5,3	99,0
Sergipe	890.300	5,2	942.412	4,9	105,9
Total	17.300.000	100,0	19.081.085	100,0	110,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Conforme Portaria MDR nº 1953/2019, excluem-se da presente Tabela os valores contratados em Infraestrutura e P-FIES.

Como pode ser observado, a maioria dos estados da área de atuação do FNE contratou acima do piso de 4,5% estabelecido na Programação Anual do Fundo, à exceção do Espírito Santo (1,8%), sem ultrapassar o teto de 30,0%.

A Bahia segue como o estado que contratou o maior volume de recursos, Unidade da Federação em que as quatro atividades a seguir relacionadas absorveram 47,9% da soma total dos recursos: Comércio Varejista, R\$ 816,0 milhões; grãos, R\$ 668,6 milhões; bovinocultura, R\$ 303,7; e fibras e têxteis, R\$ 219,6 milhões.

4.6 Por porte de mutuário e por UF

No presente exercício, observa-se que a proporcionalidade da distribuição dos recursos entre os diferentes portes, comportou-se de modo diferente ao ano de 2019, com maiores volumes para os pequeno e médio portes, com totais de 5,1 bilhões e 4,3 bilhões, respectivamente. Analisando entre 2019 e 2020, os micro e pequeno portes tiveram sua participação aumentada em 320,0% e 23,4%, respectivamente. Naturalmente, o incremento da participação dos menores ocorreu em detrimento da fatia destinada aos maiores. Nesse contexto, os de

grande porte, tiveram sua participação reduzida em 51,9%, em relação ao exercício anterior.

De outra forma, de modo análogo ao exercício anterior, os mini/micro empreendedores, em conjunto com os de pequeno e pequeno-médio portes, foram responsáveis por cerca de 65,6% do montante contratado (Tabela 26).

Portanto, no exercício de 2020, o desempenho das contratações do FNE conseguiu atingir a meta estabelecida de destinar o mínimo de 61,6% aos empreendimentos de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes. Assim, reflete-se o compromisso do Banco do Nordeste em apoiar o desenvolvimento dos empreendimentos de menor porte.

Tabela 26 - FNE - Contratações por porte do mutuário e estado - Exercício 2020⁽¹⁾

Estado	Valores em R\$ mil						
	Micro	Mini	Pequeno	Pequeno-médio	Médio	Grande	Total
Alagoas	62.541	187.019	232.122	75.422	172.808	130.645	860.557
Bahia	225.759	848.407	1.144.722	512.285	1.002.242	458.989	4.192.405
Ceará	411.070	522.971	702.856	249.311	600.432	380.818	2.867.458
Espírito Santo	7.493	17.972	133.398	38.713	90.204	53.206	340.986
Maranhão	131.982	497.821	592.109	251.425	303.058	264.580	2.040.976
Minas Gerais	78.241	333.878	331.262	110.503	119.850	129.141	1.102.875
Paraíba	109.510	307.256	290.694	123.589	278.872	101.151	1.211.072
Pernambuco	120.191	450.365	672.650	210.574	779.174	454.344	2.687.298
Piauí	141.884	438.777	351.849	215.771	497.535	171.235	1.817.050
Rio Grande do Norte	79.096	222.183	334.924	107.012	211.082	63.699	1.017.996
Sergipe	78.123	201.701	275.971	82.158	199.106	105.352	942.412
Total	1.445.890	4.028.350	5.062.559	1.976.764	4.254.362	2.313.160	19.081.085

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Conforme Portaria MDR nº 1953/2019, excluem-se da presente Tabela os valores contratados em Infraestrutura e P-Fies.

Os estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco seguem na liderança quanto ao volume de contratações, com a absorção de 61,8% do total dos recursos investidos na Região.

4.7 PNDR: Por tipologia dos municípios, UF e áreas prioritárias

- a) Tipologia dos municípios: As contratações realizadas distribuíram-se nos estados, conforme apresentado na Tabela 27.

Tabela 27 - FNE - Contratações por UF e tipologia de município - 2020

UF	Tipologia Sub-Regional	Quantidade	Valores em R\$ mil
			Valor
Alagoas	Baixa Renda e Médio Dinamismo	8.159	88.703
	Média Renda e Baixo Dinamismo	7.626	179.406
	Média Renda e Alto Dinamismo	7.912	156.960
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	4.881	87.781
	Alta Renda e Médio Dinamismo	1.499	298.239
	Média Renda e Médio Dinamismo	4.377	49.468
Bahia	Baixa Renda e Médio Dinamismo	16.210	180.355
	Média Renda e Baixo Dinamismo	32.971	1.318.433
	Média Renda e Alto Dinamismo	24.612	467.381
	Média Renda e Médio Dinamismo	80.014	1.428.004
	Alta Renda e Baixo Dinamismo	3.254	798.232
Ceará	Baixa Renda e Médio Dinamismo	30.586	419.830
	Média Renda e Baixo Dinamismo	2.432	108.131
	Média Renda e Alto Dinamismo	9.238	281.806
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	6.740	88.788
	Alta Renda e Médio Dinamismo	11.818	1.255.688
	Média Renda e Médio Dinamismo	36.223	653.953
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	5.594	59.262
Espírito Santo	Média Renda e Baixo Dinamismo	253	33.672
	Média Renda e Alto Dinamismo	608	95.906
	Média Renda e Médio Dinamismo	1.082	211.408
Maranhão	Baixa Renda e Médio Dinamismo	25.938	621.957
	Média Renda e Alto Dinamismo	10.424	292.828
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	857	47.554
	Alta Renda e Médio Dinamismo	2.471	374.496
	Média Renda e Médio Dinamismo	13.189	452.260
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	20.019	251.881
Minas Gerais	Média Renda e Baixo Dinamismo	1.637	119.721
	Média Renda e Alto Dinamismo	28.046	374.244
	Média Renda e Médio Dinamismo	28.785	599.036
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	1.476	9.874
Paraíba	Baixa Renda e Médio Dinamismo	11.077	163.652
	Média Renda e Alto Dinamismo	1.118	31.149
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	685	51.262
	Alta Renda e Médio Dinamismo	2.009	375.605
	Média Renda e Médio Dinamismo	43.542	589.404
Pernambuco	Baixa Renda e Médio Dinamismo	3.778	48.519
	Média Renda e Baixo Dinamismo	3.328	42.872
	Média Renda e Alto Dinamismo	33.495	929.465
	Alta Renda e Médio Dinamismo	3.279	598.977
	Média Renda e Médio Dinamismo	33.299	1.064.784
	Alta Renda e Baixo Dinamismo	29	2.681
Piauí	Média Renda e Alto Dinamismo	36.190	1.118.425

UF	Tipologia Sub-Regional	Quantidade	Valor
Rio Grande do Norte	Baixa Renda e Alto Dinamismo	35.269	339.280
	Alta Renda e Alto Dinamismo	6.737	359.345
	Média Renda e Baixo Dinamismo	1.919	156.602
	Média Renda e Alto Dinamismo	8.310	152.113
	Alta Renda e Médio Dinamismo	2.229	324.310
Sergipe	Média Renda e Médio Dinamismo	25.716	384.971
	Média Renda e Baixo Dinamismo	8.418	231.258
	Média Renda e Alto Dinamismo	5.245	131.481
	Alta Renda e Médio Dinamismo	1.844	252.588
	Média Renda e Médio Dinamismo	10.078	327.085
Total		706.525	19.081.085

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

As áreas prioritárias contrataram 75,7% do FNE, superando o mínimo de 70,0% definido pelo Condel/Sudene. Em 2019, a participação foi ainda superior, de 80,1%.

A Bahia contratou R\$ 3,4 bilhões nos municípios de baixa e média rendas em todos os dinamismos, direcionadas principalmente aos produtos soja, algodão e bovinocultura na agropecuária, e a atividade de comércio varejista, no Setor de Comércio.

b) Semiárido: Mesmo diante de um cenário econômico de muitas adversidades, conseguiu-se contratar cerca de R\$ 14,1 bilhões na região semiárida nordestina, o que equivale a 276,3% do montante programado para o período (Tabela 28). O valor total contratado, foi direcionado principalmente para o Setor de Infraestrutura (40,6%), beneficiando 64 operações voltadas à transmissão, geração e distribuição de energia elétrica nos estados de Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte; saneamento básico, em Alagoas e Ceará; e telecomunicações, na Bahia e Ceará. As principais atividades em outros setores foram: bovinocultura, com 20,7%; comércio e serviços, com 21,0% e agricultura, representando 9,7% do total contratado no Semiárido.

Tabela 28 - FNE - Contratações no Semiárido - 2020

Região	Quantidade de Operações	Valores em R\$ mil		
		Valor Contratado (A)	Programado (B)	(A) / (B)
Semiárido	477.229	14.074.281	5.093.466	276,3%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O valor contratado no Semiárido equivale a 190,7% do total repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Fundo.

- c) Mesorregiões: As contratações nas mesorregiões totalizaram, aproximadamente, R\$ 3,4 bilhões, com 147.451 operações (Tabela 29). Destacou-se a mesorregião da Chapada das Mangabeiras, seguida, quanto ao volume de recursos, pelas mesorregiões Chapada do Araripe e Xingó, que juntas, absorveram 65,9% dos recursos. É interessante observar que nessas mesorregiões as principais atividades financiadas foram produção de grãos, na Chapada das Mangabeiras; comércio varejista, no Vale do Jequitinhonha e do Mucuri; e produção e distribuição de eletricidade, gás e água, no Xingó.

Tabela 29 - FNE - Contratações por mesorregião - 2020

Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)
Águas Emendadas	1.801	78.994
Bico do Papagaio	6.009	312.065
Chapada das Mangabeiras	11.453	873.021
Chapada do Araripe	51.061	692.560
Seridó	12.835	173.766
Vales do Jequitinhonha e do Mucuri	19.928	580.148
Xingó	44.364	646.889
Total	147.451	3.357.443

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

- d) Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE): Foram direcionados recursos da ordem de R\$ 770,1 milhões para as regiões da Grande Teresina - Timon e Polo de Juazeiro - Petrolina, tendo cumprido 209,3% da meta (Tabela 30). Na Região da Grande Teresina - Timon, destacaram-se as contratações para comércio varejista e atacadista; enquanto no Polo de Juazeiro e Petrolina

predomina a fruticultura. Ressalte-se a importância do apoio a tais regiões, que configuram importantes vetores para o desenvolvimento sub-regional.

Tabela 30 - FNE - Contratações - RIDE - Programado x realizado - 2020

RIDE	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Programado (R\$ mil)
Grande Teresina - Timon	6.814	342.794	170.500
Polo de Juazeiro e Petrolina	8.100	427.298	197.400
Total	14.914	770.092	367.900

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.8 Municípios atendidos

Dos 1990 municípios da área de jurisdição do Banco do Nordeste, na Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, todos apresentaram contratações com recursos do FNE no ano de 2020.

4.9 Beneficiários de primeira contratação³

Os beneficiários que realizaram a primeira contratação durante o ano de 2020 somaram 258.687 e contrataram R\$ 11,6 bilhões (Tabela 32). Relativamente ao exercício de 2019, houve queda tanto na quantidade de beneficiários (-44,1%) quanto no volume dos recursos contratados (-28,1%), conforme apresentado na Tabela 31. Variações positivas foram observadas no volume contratado do FNE Padrão, de 19,5% em relação a 2019, e no número de beneficiários e volume contratado do Fies + FNE Sol-Pessoa Física, de 16,2% e 29,4%, respectivamente.

Tabela 31 - FNE - Beneficiários de primeira contratação - Exercícios 2019 X 2020

Contratação	2019		2020		Variação (%)	
	Quantidade de Beneficiários	Valor (R\$ mil)	Quantidade de Beneficiários	Valor (R\$ mil)	Quantidade de Beneficiários	Valor
Padrão	459.862	4.907.185	255.035	5.864.729	-44,5	19,5
Infraestrutura	115	11.139.111	63	5.630.334	-45,2	-49,5
Fies + FNE-Sol Pessoa Física	3.089	81.593	3.589	105.549	16,2	29,4
Total	463.066	16.127.889	258.687	11.600.612	-44,1	-28,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

³ Este item inclui dados referentes à primeira contratação em infraestrutura, Fies e FNE Verde Sol.

A liderança em termos de novos clientes é da Bahia (21,3%), seguida pelos estados do Ceará (16,3%) e do Maranhão (12,3%). A Bahia lidera também no volume de recursos recebidos (R\$ 3,0 bilhões) e o Ceará ocupa a segunda posição neste quesito (R\$ 2,1 bilhões), seguido do Rio Grande do Norte (R\$ 1,3 bilhão), conforme apresentado na Tabela 32.

Tabela 32 - FNE - Beneficiários de primeira contratação por UF - 2020

UF	Quantidade de Beneficiários	Valor Contratado (R\$ mil)
Alagoas	12.544	271.364
Bahia	55.106	3.019.485
Ceará	42.082	2.065.652
Norte do Espírito Santo	1.134	146.463
Maranhão	31.846	1.076.809
Norte de Minas Gerais	17.887	352.762
Paraíba	19.085	603.598
Pernambuco	30.345	1.274.886
Piauí	28.567	1.222.769
Rio Grande do Norte	12.435	1.333.092
Sergipe	7.656	233.732
Total	258.687	11.600.612

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O Setor Pecuário foi o maior beneficiário em termos de contratos com novos clientes, incorporando cerca de 148 mil beneficiários ao FNE. No entanto, a maior incorporação de valor contratado é observada no Setor de Infraestrutura (R\$ 5,6 bilhões), correspondendo a 48,5% do contratado.

Por outro lado, confirma-se a tendência de crescimento do Setor de Serviços, já observada no ano anterior, com a absorção de cerca de R\$ 3,1 bilhões, superior ao valor contratado pelo Setor Pecuário. Este volume de crédito corresponde a 26,4% do total firmado com clientes de primeira contratação, enquanto que a pecuária, neste ano, absorveu apenas R\$ 1,3 bilhão, o equivalente a 11,2% (Tabela 33).

Tabela 33 - FNE - Beneficiários de primeira contratação por setor - 2020

Setor	Quantidade de Beneficiários	Valor Contratado (R\$ mil)
Agricultura	36.831	561.021
Agroindústria	110	32.468
Comércio e Serviços	66.963	3.065.858
Industria	2.122	694.177
Infraestrutura	63	5.630.334
Pecuária	148.016	1.296.008
Pessoa Física (*)	3.589	105.549
Turismo	993	215.197
Total	258.687	11.600.612

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

(*) Contratações no âmbito do Fies e/ou FNE Verde Sol.

A incorporação de novos clientes indica um movimento no sentido de estender os recursos para as regiões menos desenvolvidas. Veja-se que o maior número de novos clientes encontra-se na tipologia Média Renda e Médio Dinamismo, com 93.388 (36,1%), totalizando R\$ 3,1 bilhões (26,9%). Em segundo lugar, aparece a tipologia Média Renda e Baixo Dinamismo, com 21.725 novos clientes (8,6%) e contratação de R\$ 2,5 bilhões (21,6%). Com esses novos contratos, os municípios de baixa e média renda receberam a injeção de recursos de cerca de R\$ 9,5 bilhões (Tabela 34).

Tabela 34 - FNE-Beneficiários de 1ª Contratação por Tipologia Sub-Regional do Município - 2020

Tipologia Sub-regional	Quantidade Beneficiários 1ª Operação	Valor Contratado (R\$ mil)
Alta Renda e Alto Dinamismo	3.594	116.550
Alta Renda e Baixo Dinamismo	2.181	288.117
Alta Renda e Médio Dinamismo	16.179	1.656.948
Baixa Renda e Alto Dinamismo	24.323	472.134
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	4.689	72.333
Baixa Renda e Médio Dinamismo	34.198	1.095.048
Média Renda e Alto Dinamismo	58.410	2.266.552
Média Renda e Baixo Dinamismo	21.725	2.509.325
Média Renda e Médio Dinamismo	93.388	3.123.605
Total	258.687	11.600.612

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Os dados da Tabela 35 revelam que houve crescimento na incorporação de clientes em todos os portes, assim como em termos de valor contratado. No entanto, o maior crescimento foi verificado entre beneficiários de porte mini,

com a incorporação de quase 188 mil novas contratações, o equivalente a 72,7% do total de novos clientes do FNE. Em termos de volume contratado, porém, existe concentração em empreendimentos de grande porte (45,2%), em função de englobar contratos no âmbito da Infraestrutura, os quais representam 90,1% do valor contratado entre beneficiários de grande porte.

Tabela 35 - FNE - Beneficiários de primeira contratação por porte - 2020

Porte dos Beneficiários	Quantidade de Beneficiários	Valor Contratado (R\$ mil)
Grande	104	5.240.354
Médio	634	1.688.576
Micro	57.432	1.049.973
Mini	187.940	1.430.225
Pequeno	11.633	1.764.928
Pequeno-Médio	944	426.556
Total	258.687	11.600.612

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Entre as mesorregiões prioritárias da PNDR, a Chapada do Araripe e o Xingó incorporaram o maior número de novos clientes ao FNE (15,3 mil e 11,5 mil, respectivamente). Em ordem inversa, ambas as mesorregiões obtiveram os maiores volumes de recursos, R\$ 623,2 milhões e R\$ 386,2 milhões, respectivamente (Tabela 36).

Tabela 36 - FNE - Beneficiários de primeira contratação por mesorregião prioritária - 2020

Mesorregião	Quantidade de Beneficiários	Valor Contratado (R\$ mil)
Águas Emendadas	420	3.154
Bico do Papagaio	1.820	42.166
Chapada das Mangabeiras	4.101	66.948
Chapada do Araripe	15.318	386.158
Seridó	2.904	28.056
Vales do Jequitinhonha e do Mucuri	3.383	54.027
Xingó	11.538	623.212
Fora das mesorregiões prioritárias (*)	219.203	10.396.891
Total	258.687	11.600.612

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.10 Contratações por faixa de valor

A distribuição das contratações por faixa de valor é apresentada na Tabela 37. Observa-se que a maior parcela dos beneficiários (82,5%) tomou recursos na faixa de valores acima de R\$ 1.000,00 e até R\$ 10 mil, absorvendo 15,2% do total contratado. Em termos de valor contratado, no entanto, observa-se uma concentração de 39,3% do valor contratado nas duas faixas mais elevadas (acima de R\$ 1,0 milhão até 10 milhões; acima de R\$ 10 milhões).

Tabela 37 - FNE - Contratações por faixa de valor - 2020

Faixa de Valor	Total	
	Quantidade	Valor (em R\$ mil)
Até R\$ 1.000,00	620	559
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	582.952	2.906.986
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	67.625	1.291.193
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	37.032	2.683.495
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 200.000,00	8.509	1.292.641
Acima de R\$ 200.000,00 até R\$ 500.000,00	5.525	1.764.972
Acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00	2.257	1.633.880
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	1.886	4.831.130
Acima de R\$ 10.000.000,00	119	2.676.229
Total	706.525	19.081.085

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.11 Repasse a outras instituições financeiras

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores podem repassar recursos para outras instituições, desde que autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Contudo, tais instituições devem apresentar comprovada capacidade técnica e estruturas operacional e administrativa. Ou seja, precisam estar aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo MI (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

A estratégia de repasse de recursos é adotada pelo BNB, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE. Em 2020, foram contratados R\$ 11,9 milhões por intermédio do Banco do Estado de Sergipe (Banese) e da

Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), distribuídos em 48 operações, conforme Tabela 38. Trata-se de redução significativa em relação ao ano anterior, quando foram contratados R\$ 54,1 milhões. Dificuldades relativas à pandemia pelo novo Coronavírus podem ter contribuído para este resultado.

Tabela 38 - FNE - Instituições repassadoras - Contratação¹ por município - 2020

UF	Instituições Repassadoras	Nº. de Operações	%	Valor Contratado (em R\$ mil)	%
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	45	93,8	11.751	98,7
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	3	6,3	150	1,3
Total		48	100,0	11.901	100,0

Fonte: BANESE; BANDES.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Destaque para a divisão dos recursos entre os beneficiários dos portes pequeno (47,9%) e médio (52,1%), conforme Tabela 39. O Setor Rural respondeu por 81,3% dos beneficiários, com maior proporção no pequeno porte (51,3%).

Tabela 39 - FNE - Instituições repassadoras - Beneficiários por porte e setor - 2020

Porte/Setor	Rural		Comércio e Serviços		Total	
	Quantidade de Beneficiários	(%)	Quantidade de Beneficiários	(%)	Quantidade de Beneficiários	(%)
Pequeno	20	51,3	3	33,3	23	47,9
Pequeno Médio	-	-	-	-	-	-
Médio	19	48,7	6	66,7	25	52,1
Grande	-	-	-	-	-	-
Total	39	100,0	9	100,0	48	100,0

Fonte: Banese; Bandes.

Sob a perspectiva das regiões climáticas, de acordo com a Tabela 40, a área geográfica localizada no Semiárido contratou, em 2020, 33,3% das operações e 52,7% do valor repassado.

Tabela 40 - FNE - Instituições repassadoras - Contratações⁽¹⁾ por região - 2020

Área	Nº. de Beneficiários	%	Valor (em R\$ mil)	%
Semiárido	16	33,3	6.274	52,7
Fora do Semiárido	32	66,7	5.627	47,3
Total	48	100,0	11.901	100,0

Fonte: Banese; Bandes.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O saldo devedor total das instituições repassadoras era de R\$ 170,3 milhões em 31.12.2020 (Tabela 41), contra R\$ 139,0 milhões do mesmo período do exercício de 2019.

Tabela 41 - FNE - Instituições repassadoras - saldo devedor e inadimplência - 2020

Setor	Valores em R\$ mil											
	Instituições Repassadoras											
	AGN		AGEFEPE		BANDES		BANESE		DESENBÁHIA		BDMG	
	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência
Industrial	-	-	152	4,1	-	-	56.556	-	10.682	95,6	-	-
Rural	-	-	-	-	-	-	33.527	-	8.760	15,8	-	-
Outros	-	-	836	41,7	1.889	-	-	-	47.821	16,9	10.050	-
Total	-	-	988	-	1.889	-	90.083	-	67.263	24,0	10.050	-

Fonte: Banese; Bandes.

4.12 Atendimento às Diretrizes e Prioridades do Fundo

Quadro 2 - Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo

Valores em R\$ milhão

Diretrizes e prioridades	Discriminação	Programado/Reprogramado (A)	Realizado (B)	Indicador (B)/(A) x 100	Justificativa de Desempenho (*)	Avaliação (**)
Diretrizes						
Inovação para o desenvolvimento						
Indústria Diferenciada	Máquinas e equipamentos; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação; Equipamentos de instrumentação médico-hospitalares; Instrumentos ópticos, cronômetros e relógios.	143,5	48,2	33,6	Segundo o IBGE (2020), na passagem de novembro para dezembro de 2020, a atividade industrial nacional apresentou crescimento de 0,9%, após períodos de paralisações e interrupções, causados pelos diferentes movimentos de contenção da pandemia. A produção industrial nacional caiu 4,5% e a da indústria de transformação, caiu 4,6%, em 2020. O PIB nacional da indústria apresentou queda de 3,5%, e o do Nordeste 2,8%, no mesmo período. Assim, durante o exercício de 2020, no segmento da indústria, principalmente as médias e grandes empresas, suspenderam seus planos de investimento, devido ao cenário de incertezas, causado pela Covid-19. Mesmo com a ampliação dos serviços digitais, que possibilitou contratações, principalmente, para materiais eletrônicos, aparelhos e equipamentos de comunicação; e das ações desempenhadas pelo BNB, por meio das Superintendências Operacionais,	Meta não atingida

					no sentido de divulgar as linhas de financiamento e atrair investidores, não foi possível alcançar a meta programada.	
Indústria baseada em Ciência	Produtos farmacêuticos, Máquinas de escritório e equipamentos de informática; Equipamentos de distribuição de energia elétrica; Aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; Máquinas e aparelhos de automação industrial; Equipamentos de transporte aeronáutico.	218,2	19,9	9,1	Idem, os comentários sobre o comportamento da indústria nacional e regional, acima. Especificamente sobre o segmento da Indústria baseada em ciência, observa-se que as atividades de produtos farmacêuticos e farmacêuticos; e equipamentos de informática e produtos eletrônicos não apresentaram contribuição para composição da taxa de crescimento da indústria geral, no Nordeste, em 2020 (IBGE,2020). O BNB realizou contratações para fabricação de produtos farmacêuticos, mas não suficientes para atingir a meta planejada. No âmbito operacional do Banco, foram realizadas sistemáticas ações de divulgação das Linhas de Financiamento do FNE, em todas as oportunidades. No entanto, essa prioridade contempla atividades que exigem estratégias em nível das políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, assim como ações no âmbito da Sudene e do Banco do Nordeste, e em especial dos governos estaduais e dos setores produtivos, que não se realizaram na medida da necessidade, e prospecções de investimentos, em torno de R\$195,0 milhões, não foram concretizadas.	Meta não atingida
Capacitação profissional e fortalecimento da educação superior						
Programa Fies	Engenharia, produção e construção; Ciências, matemática e computação;	10,0	11,7	117,0	O crédito vinculado ao processo de seleção do MEC tornava as regras pouco claras e não atrativas. A partir do segundo semestre de	Meta superada

	Agricultura e veterinária; Educação; Saúde e bem-estar social.				2020, com a desvinculação, houve aumento da demanda.	
Educação, exceto Fies		58,5	68,1	116,4	Com o movimento de abertura de faculdades fora das capitais dos estados, alguns municípios, em toda a área de atuação do FNE, tornaram-se polos educacionais, com instituições de ensino superior bem estruturadas e consolidadas, ampliando a demanda por crédito. Além disso, com as restrições ao ensino presencial, devido à Covid-19, muitas instituições demandaram crédito, notadamente, para capital de giro.	Meta superada
Dinamização e diversificação produtiva						
Comunicação digital	Telecomunicações; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação; Equipamentos de informática.	71,3	805,5	1.129,7	A dinâmica de expansão do segmento de comunicação digital decorrente, principalmente, da necessidade de grande parte da sociedade de realizar as atividades a distância, <i>on-line</i> , e a consolidação das estratégias e ações do Hub de Inovação Banco do Nordeste, nas cidades de Fortaleza, Salvador e Recife, contribuíram para a superação da meta.	Meta superada
Aproveitamento do potencial energético do Nordeste	Setores associados à distribuição e processamento de gás natural. Prioridade setorial: setores associados à geração de energia renovável, especialmente para micro e minigeração.	4.979,0	4.692,5	94,2	Houve crescimento da demanda por crédito para projetos de geração de energia renovável, para micro e minigeração, porém projetos de maior porte ficaram prejudicados devido a restrições no atendimento em órgãos públicos, dificultando a obtenção da documentação exigida para contratação dos financiamentos. O incentivo advindo das campanhas realizadas, durante o exercício de 2020, divulgando as linhas de financiamento para geração e distribuição de energia,	Meta satisfatoriamente atingida

					principalmente as de fontes renováveis, possibilitou alavancar as contratações, mas não o suficiente para cumprir 100% da meta programada para essa prioridade.	
Integração logística regional	Transporte terrestre, aquaviário e aéreo.	1.253,2	532,0	42,5	No indicador acumulado de janeiro a dezembro de 2020, o volume de serviços recuou 7,8% frente a igual período do ano anterior (IBGE, 2020a). O segmento de serviços de transporte foi amplamente impactado pelas restrições de deslocamento e pelas medidas de isolamento social para conter o rápido espalhamento da doença, enquanto não houvesse medicação eficaz e vacinação em massa da população, levando autoridades do mundo inteiro a implementarem medidas mais drásticas a fim de impedir a aglomeração de pessoas (IBGE, 2020a). Assim, os serviços prestados em caráter presencial foram os que mostraram as perdas mais intensas. Embora com a adoção de protocolos de proteção, com a flexibilização da economia, as demandas por investimentos, foram aquém das prospecções realizadas para o segmento.	Meta não atingida
Nova economia	Indústria de energia solar e eólica; Saúde, engenharia consultiva, comunicação, publicidade; Internet das coisas, inteligência artificial, indústria 4.0; Design; Moda; Publicidade & Marketing; Editorial e Audiovisual; Música; Eventos culturais; Biotecnologia; TIC; Indústria	292,4	773,3	264,5	As ações do Hub de Inovação Banco do Nordeste atraíram empresas do segmento, alavancando as contratações. Os investimentos realizados na produção e distribuição de energia de fontes solar e eólica também contribuíram para a superação da meta programada.	Meta superada

	farmacoquímica, de biofármacos, de bioinseticidas, de cosméticos, de biomateriais e da defesa.					
Desenvolvimento da agropecuária	Prioridades elencadas na Proposição (SEI nº 0094410)	2.921,9	5.814,8	199,0	Um dos setores menos afetados pela crise sanitária da Covid-19. Na Região Nordeste, após vários anos de baixos índices pluviométricos, tem chovido em níveis satisfatórios, em vários espaços da Região, e essa previsão de tempo bom para a agropecuária estimulou os empresários a investirem. Além disso, o BNB atua promovendo o desenvolvimento sistêmico e a melhoria da competitividade e da organização das cadeias produtivas, por meio do Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) e de apoio à pesquisa e à difusão tecnológica. Assim, fortalece-se todo o sistema agropecuário, financiando empreendedores de todos os portes e atividades econômicas (Notícias BNB, 2021).	Meta superada
Nordeste turístico	Turismo e serviços associados.	604,0	532,7	88,2	O setor mais afetado pela pandemia da Covid-19. Houve incremento da demanda por crédito para capital de giro, em especial pelo crédito emergencial. Os empresários do Setor, diante do cenário de isolamento social, fechamento de fronteiras, suspensão de viagens e, consequentemente, de forte queda da atividade turística, optaram por adiar os projetos de investimentos. Estimativas indicam que as perdas econômicas, em comparação ao PIB do setor em 2019, totalizarão R\$ 116,7 bilhões no biênio 2020-2021, o que representa perda	Meta satisfatoriamente atingida

					de 21,5% na produção total do período (FGV, 2020).	
Reestruturação industrial	Segmentos da indústria a serem adotados nas prioridades elencadas na Proposição (SEI nº 0094410)	922,9	1.998,2	216,5	O Nordeste conta com Polos Industriais importantes, em diferentes segmentos como: alimentos e bebidas, automotivo, de transformação, metalúrgico, produtos químicos, produção de álcool, materiais de construção, metalmecânico etc). Neles coexistem, em geral, empreendimentos de pequeno, médio e grande portes, que apresentam boa demanda por crédito. Some-se a esse fato, o processo de prospecção de negócios das unidades operacionais, o que possibilitou a superação da meta programada.	Meta superada
Desenvolvimento social e urbano						
Saneamento básico	Abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de resíduos sólidos, inclusive para geração de energia.	487,6	476,1	97,6	Financiamentos de obras de esgotamento sanitário, localizadas no Semiárido do Estado do Ceará, e de captação, tratamento e distribuição de água no Semiárido de Alagoas, dentre outras de menor representatividade quanto aos recursos contratados, possibilitaram o alcance da meta.	Meta atingida
Transporte terrestre urbano	Transporte terrestre urbano	5,5	0,0	0,0	Restrições de deslocamento e mobilidade às quais a sociedade foi submetida, em 2020, devido à pandemia, e o cenário econômico de incertezas, ocasionaram adiamentos dos investimentos, por parte dos empresários do segmento. E, mesmo com as constantes ações de divulgação das Linhas de Financiamento realizadas pelo Banco do Nordeste, em todas as oportunidades, não houve demanda por crédito. Por outro lado, essa prioridade apresentou um valor programado reduzido, em função	Meta não atingida

					da prioridade Integração Logística Regional. Para o ano de 2021, o valor programado para essa prioridade é de, aproximadamente, R\$ 70,0 milhões e, em termos de contratações, considerará aquelas operações de cunho estadual e municipal, diferenciação importante em relação à prioridade Integração Logística Regional.	
Segurança hídrica e conservação ambiental						
Gestão integrada da oferta e do uso de recursos hídricos	Irrigação; Adutoras e canais; Barragens; Barraginhas e barragens subterrâneas; Sistemas de reúso; Sistemas de dessalinização; Perfuração e Recuperação de poços; Sistemas de eficiência hídrica para redução de perdas e desperdícios.	184,7	522,2	282,7	Com a melhoria dos índices pluviométricos nos últimos meses de 2020, em vários espaços da Região, reabastecendo os mananciais, houve estímulo ao investimento em projetos de irrigação. Em geral, esses números foram impulsionados pelas operações do Pronaf Semiárido que detém exigibilidade, de no mínimo 50%, das inversões, voltadas para a convivência sustentável com os recursos hídricos.	Meta superada
Conservação, proteção e uso sustentável dos recursos naturais	Implantação de sistemas agroflorestais e manutenção de florestas; Produção de sementes e mudas; Regularização de áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; Adequação aos condicionantes de licenciamento ambiental.	5,0	17,0	340,0	Financiamento de projetos de manejo florestal, reflorestamento para recuperação ambiental e cultivo de mudas nos estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Após o período mais grave de estiagem, com o retorno das chuvas em vários espaços da Região, ampliou-se a preocupação com a adoção de melhores práticas ambientais, visando à conservação dos recursos naturais existentes nas propriedades e empreendimentos, o que elevou a procura por financiamentos para essas finalidades.	Meta superada
Prioridades Espaciais						
Semiárido	Região semiárida	5.093,5	14.074,3	276,3	Financiamentos realizados, na prioridade espacial do Semiárido, principalmente nas	Meta superada

					atividades a seguir especificadas, possibilitaram superar a meta programada: pecuária de leite e de corte em regime semi-intensivo de produção; fruticultura irrigada, notadamente manga e uva; cultivo de grãos (soja, feijão e milho), de sequeiro; produção de energias eólica e solar; extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e produtos químicos; indústria de calçados; financiamento de saneamento básico, principalmente, esgotamento sanitário; moagem e beneficiamento de farinhas e grãos; fibras e têxteis, notadamente o algodão e o sisal de sequeiro; atividades de condicionamento físico; aluguel de máquinas e equipamentos, principalmente para construção civil; serviços médicos; transporte rodoviário; educação fundamental e graduação superior; telefonia móvel; indústria de alimentos; comércio varejista, principalmente, de alimentos, de combustíveis e de materiais de construção; comércio atacadista de produtos alimentícios e farmacêuticos, principalmente.	
RIDES	Regiões Integradas de Desenvolvimento: Petrolina-Juazeiro (PE/BA) e Grande Teresina-Timon (PI/MA)	367,9	770,1	209,3	Financiamentos realizados, na prioridade espacial das RIDES, principalmente nas atividades a seguir especificadas, possibilitaram superar a meta programada: caprino, ovino e bovinocultura em regime semi-intensivo de produção; produção de aves e porcos; fruticultura irrigada, principalmente, uva e manga; comércio atacadista de produtos alimentícios; comércio varejista de alimentos,	Meta superada

					combustíveis, automóveis e vestuário; educação (fundamental e médio); transporte rodoviário de carga; serviços médicos, principalmente atividades de atendimento hospitalar; aluguel de equipamentos médicos e hospitalares; processamento e beneficiamento da cana-de-açúcar; moagem e beneficiamento de farinhas e grãos; distribuição de energia elétrica e geração de energia elétrica de fonte eólica; produção de álcool para automóveis.	
Microrregiões prioritárias	Tipologias Sub-regionais de Média e Baixa Renda, independente do dinamismo da economia	17.710,0	20.383,4	115,1	Financiamentos realizados, na prioridade espacial das Rides, principalmente nas atividades a seguir especificadas, possibilitaram superar a meta programada: bovino e ovinocultura em regime semi-intensivo de produção; avicultura e suinocultura; produção de uva e café irrigados, comércio atacadista, principalmente de produtos alimentícios; comércio varejista de supermercados, combustíveis, peças do vestuário e acessórios, materiais de construção, produtos farmacêuticos; indústria de produtos alimentícios; telefonia móvel; produção de cana-de-açúcar de sequeiro; produção de milho e soja de sequeiro; meios de hospedagem; transporte rodoviário de carga, exceto de produtos perigosos; serviços médicos, principalmente, atividade médica ambulatorial e atendimento hospitalar; indústria de produtos de limpeza, notadamente sabões e detergentes; cultura de algodão de sequeiro; fabricação de cimento e cerâmicas	Meta superada

					(exceto azulejos e pisos); geração de energia elétrica de fonte eólica.	
--	--	--	--	--	---	--

(*) FGV. **Impacto Econômico da Covid-19 Propostas para o Turismo Brasileiro**. Centro de Estudos em Competitividade da FGV/EBAPE. Projetos EBAPE, Abr, 2020.

IBGE. Indicadores IBGE. Pesquisa industrial mensal. Dez, 2020.

IBGE. Indicadores IBGE. Pesquisa mensal de serviços. Dez, 2020a.

Notícias BNB. **Banco do Nordeste aplicou R\$ 3,4 bilhões com o plano Agronordeste em 2020**. Disponível em: <http://intra/web/guest/noticias/-/asset_publisher/clSalw3TMxiS/content/banco-do-nordeste-e-plano-agronordeste-apresentam-os-resultados-de-2020/22166?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fintra%2Fweb%2Fguest%2Fnoticias%3Fp_id%3D101_INSTANCE_clSalw3TMxiS%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D2%26p_p_col_count%3D6>. Acesso em 01/mar/2021.

2020/22166?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fintra%2Fweb%2Fguest%2Fnoticias%3Fp_id%3D101_INSTANCE_clSalw3TMxiS%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D2%26p_p_col_count%3D6>. Acesso em 01/mar/2021.

(**) Critérios para a coluna da avaliação: I) Até 50% = meta não atingida; II) A partir de 50% até 80% = meta parcialmente atingida; III) A partir de 80% até 95% = meta satisfatoriamente atingida; IV) A partir de 95% até 100% = meta atingida; e V) acima de 100% = meta superada.

5. PROGRAMAS ESPECÍFICOS

5.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf

As contratações realizadas no âmbito do Pronaf, em 2020, alcançaram o patamar de 583.258 operações e recursos da ordem de, aproximadamente, R\$ 3,5 bilhões (Tabela 42). Referidas contratações atingiram 105,3% do montante projetado para o exercício de 2020. Merece destaque o volume de contratações no Espírito Santo que ficou 44,10% acima da programação

No recorte das contratações por estado, destacam-se os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Maranhão que, juntos, responderam por 69,1% do montante contratado no período. Como em igual período do exercício anterior, o Estado da Bahia contratou, com folga, o maior volume de recursos (22,4% do total do Pronaf, em 2020).

Tabela 42 - FNE - Contratações e valor programado no âmbito do Pronaf por estado - Exercício 2020⁽¹⁾

Estado	Contratações		Valores em R\$ mil
	Quantidade	Valor	Valor programado
Alagoas	28.767	165.175	164.500
Bahia	136.084	778.187	714.700
Ceará	72.727	433.758	413.500
Espírito Santo	741	10.087	7.000
Maranhão	62.149	391.899	374.700
Minas Gerais	53.894	303.658	312.200
Paraíba	49.090	275.856	270.400
Pernambuco	64.637	403.392	362.800
Piauí	66.067	393.984	362.100
Rio Grande do Norte	30.210	182.764	165.200
Sergipe	18.892	137.131	152.900
Total	583.258	3.475.891	3.300.000

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Conforme Portaria MDR nº 1953/2019, excluem-se da presente Tabela os valores contratados em Infraestrutura e P-Fies.

Em 2020, o estado que mais contratou, no âmbito do Pronaf, foi a Bahia, absorvendo 22,4% dos recursos aplicados pelo Programa, com destinação de 53,7% desses recursos para a bovinocultura. Especificamente no Pronaf Grupo B, a atividade mais financiada também foi a bovinocultura, com 53,5%.

O Apêndice B apresenta as contratações do Pronaf em 2020, discriminadas por atividade.

5.2 Programa Especial de Crédito (Linhas Emergenciais)

✓ Contratação por UF

Em 2020, com o advento da crise sanitária decorrente da Covid-19, o BNB disponibilizou linhas emergenciais de crédito para o setor produtivo regional, no intuito de preservar as empresas e os empregos. O Estado do Ceará foi responsável por 26,5% do número de operações (24,5 mil) e 22,0% do volume contratado (R\$ 665,47 milhões), seguido de Bahia (16,9% das operações e 17,9% do volume contratado - R\$ 554,1 milhões) e Pernambuco (9,1% das operações 12,1% do volume contratado - R\$ 367,6 milhões). O total contratado com recursos de linhas emergenciais atingiu R\$ 3,0 bilhões, em 2020 (Tabela 43).

Tabela 43 - FNE - Contratações por unidade da federação - Linhas Emergenciais - 2020

UF	Quantidade	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Alagoas	4.422	4,8	132.276,8	4,4
Bahia	15.666	16,9	544.060,3	17,9
Ceará	24.543	26,5	665.474,6	22,0
Espírito Santo	574	0,6	37.311,8	1,2
Maranhão	7.820	8,4	287.532,3	9,5
Minas Gerais	4.361	4,7	164.915,9	5,4
Paraíba	7.230	7,8	254.244,2	8,4
Pernambuco	8.412	9,1	367.608,4	12,1
Piauí	9.839	10,6	226.461,2	7,5
Rio Grande do Norte	5.171	5,6	205.150,3	6,8
Sergipe	4.546	4,9	146.499,5	4,8
Total	92.584	100,0	3.031.535,2	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Contratação por Setor de Atividade

Os setores de Comércio e Serviços contrataram majoritariamente os recursos das linhas emergenciais disponibilizadas pela Instituição, conforme evidenciado na Tabela 44, sendo responsáveis por 96,1% das operações contratadas (89,0 mil) e 90,6% do volume de recursos (R\$ 2,7 bilhões). Estes valores estão totalmente de acordo com o que vem sendo observado na economia nacional, cujos setores mais afetados pela pandemia foram justamente os de comércio e serviços, que necessitaram ficar fechados em boa parte do ano de 2020, alguns inclusive ainda não retomando suas atividades desde então, como o segmento de eventos.

O Setor Industrial aparece em seguida, com 2,6% das operações (2,4 mil) e 6,3% do volume contratado (R\$ 191,3 milhões), enquanto Turismo contratou 1,1 mil operações e R\$ 80,0 milhões nesta mesma linha de crédito, outro segmento também bastante afetado pela pandemia.

Tabela 44 - FNE - Contratações por setor de atividade - Linhas Emergenciais - 2020

Setor de Atividade	Quantidade	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Industria	2.363	2,6	191.290,1	6,3
Turismo	1.111	1,2	79.956,2	2,6
Agroindústria	138	0,1	14.294,6	0,5
Comercio e Serviços	88.972	96,1	2.745.994,3	90,6
Total	92.584	100,0	3.031.535,2	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Contratação por Linhas de Financiamento

As contratações por linha de financiamento, no âmbito das linhas emergenciais, concentraram-se no FNE MPE e FNE PNMPPO (CrediAmigo), conforme Tabela 45. Para o primeiro, 56,1% dos recursos foram destinados para empresas de micro e pequeno portes, totalizando R\$ 1,7 bilhão em 23,6 mil operações (25,5%).

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) foi responsável por 71,5% do número de contratações (66,2 mil), com total de R\$ 1,1 bilhão de volume contratado (34,6%). Enquanto que o FNE Comércio e Serviços respondeu por 2,7% das operações (2,5 mil) e 8,2% do volume contratado (R\$ 249,1 milhões). Estes dados corroboram o direcionamento dos recursos emergenciais justamente para aqueles setores mais afetados pelos efeitos da pandemia.

Tabela 45 - FNE - Contratações por linhas de financiamento - Linhas Emergenciais - 2020

Linhas de Financiamento	Quantidade	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Agrin	38	0,0	4.864,2	0,2
FNE PNMPPO	66.187	71,5	1.047.731,6	34,6
FNE Verde	6	0,0	637,9	0,0
FNE Comércio e Serviços	2.467	2,7	249.136,1	8,2
FNE MPE	23.606	25,5	1.700.499,9	56,1
FNE Industrial	240	0,3	24.856,2	0,8
FNE Proatur	40	0,0	3.809,2	0,1
Total	92.584	100,0	3.031.535,2	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Contratação por Finalidade do Crédito

As contratações no âmbito das linhas emergenciais se concentraram nas orientações da Resolução nº 4798/2020 e para capital de giro, conforme apresentado na Tabela 46. No primeiro caso, foram R\$ 2,0 bilhões em 26,4 mil operações, enquanto que R\$ 1,0 bilhão foi direcionado para capital de giro, em 66,2 mil operações de crédito.

Tabela 46 - FNE - Contratações por finalidade do crédito - Linhas Emergenciais - 2020

Finalidade	Quantidade	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Aq isol mt-prim e insumo/mercadoria	1	0,0	100,0	0,0
Capital de Giro	66.181	71,5	1.047.708,7	52,9
Crédito Emergencial Res. 4798/20	26.402	28,5	1.983.726,5	65,4
Total	92.584	100,0	3.031.535,2	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Contratação por Porte

As contratações por porte concentraram-se no pequeno porte, com 51,1% do volume contratado (R\$ 1,6 bilhão) e 20,8% do número de contratações (19,2 mil), conforme Tabela 47. O programa de microcrédito orientado do Banco do Nordeste, o CrediAmigo, foi responsável por 71,5% das operações (66,2 mil) e 34,6% do volume contratado (R\$ 1,0 bilhão). Considerando que este programa atende público de porte micro, o Banco do Nordeste antedeu majoritariamente clientes de micro e pequeno portes, os mais afetados durante a pandemia.

Tabela 47 - FNE - Contratações por porte - Linhas Emergenciais - 2020

Porte	Quantidade	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Pequeno-médio	1.744	1,88	180.975,97	5,97
CrediAmigo	66.187	71,49	1.047.731,58	34,56
Miniprodutor	1	0,00	22,50	0,00
Microempreendedor individual	52	0,06	955,43	0,03
Médio II	67	0,07	6.941,17	0,23
Médio I	755	0,82	80.769,67	2,66
Pequeno	19.232	20,77	1.548.763,81	51,09
Grande	29	0,03	2.795,72	0,09
Microempresa	4.517	4,88	162.579,31	5,36
Total	92.584	100,00	3.031.535,16	100,00

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Contratação por Tipologia da PNDR

Considerando a tipologia da PNDR para atendimento aos municípios da Região Nordeste, verifica-se que os recursos das linhas emergências foram direcionados, em sua maioria, para os municípios de média renda e médio dinamismo (31,2% das operações e 30,0% do volume de recursos), alta renda e médio dinamismo (17,3% das operações e 22,4% do volume de recursos) e aqueles de média renda e alto dinamismo (20,0% das operações e 20,1% do volume de recursos), como se observa na Tabela 48.

Os impactos da pandemia têm atingindo todos os municípios regionais, independentemente do tamanho e sua dinâmica econômica. Com isso, os recursos acabam sendo direcionados para aqueles cujas demandas por crédito são maiores, conforme elencando na Tabela 48.

Tabela 48 - FNE - Contratações por tipologia da PNDR - Linhas Emergenciais - 2020

Tipologia Sub Regional	Quantidade	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Baixa Renda e Médio Dinamismo	8.964	9,68	241.530,34	7,97
Média Renda e Baixo Dinamismo	7.555	8,16	241.790,92	7,98
Média Renda e Alto Dinamismo	18.504	19,99	608.018,06	20,06
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	2.011	2,17	42.472,40	1,40
Alta Renda e Médio Dinamismo	16.058	17,34	679.148,61	22,40
Média Renda e Médio Dinamismo	28.923	31,24	908.340,28	29,96
Alta Renda e Baixo Dinamismo	2.309	2,49	107.453,02	3,54
Baixa Renda e Alto Dinamismo	5.876	6,35	131.781,00	4,35
Alta Renda e Alto Dinamismo	2.384	2,57	71.000,52	2,34
Total	92.584	100,00	3.031.535,16	100,00

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Contratação por Região

Considerando que a maior parcela dos municípios com economias mais dinâmicas da Região Nordeste se encontra fora da região semiárida, o maior volume de recursos se direcionou para outras regiões, com 68,1% dos recursos disponíveis pelas linhas emergenciais (R\$ 2,1 bilhões), em 85,7% das operações (79,4 mil). Para o semiárido, foram direcionados 32,0% dos recursos (R\$ 968,2 milhões) para 14,3% das operações (13,2 mil), conforme Tabela 49.

Tabela 49 - FNE - Contratações por região - Linhas Emergenciais - 2020

Região	Quantidade	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Semiárido	13.200	14,26	968.181,70	31,94
Outras Regiões	79.384	85,74	2.063.353,46	68,06
Total	92.584	100,00	3.031.535,16	100,00

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Contratação por Mesorregião

Dos recursos das linhas emergenciais, 14,7% foram direcionados para as mesorregiões prioritárias, segundo Tabela 50. Destes, a Chapada do Araripe respondeu por 4,9% do volume e 6,3% do número de contratações (R\$ 147,7 milhões e 5,8 mil operações). Em seguida, destacam-se as mesorregiões do Xingó, com 3,3% dos recursos (R\$ 98,7 milhões) e 4,4% das operações (4,0 mil), e Vale do Jequitinhonha e Mucuri, com 2,9% dos recursos (R\$ 88,2 milhões) e 2,1% das operações (1,9 mil).

Como era de se esperar, o maior volume de recursos foi direcionado para outras regiões do Nordeste, em virtude da menor representatividade numérica e econômica dos municípios das mesorregiões selecionadas da Tabela 50.

Tabela 50 - FNE - Contratações por mesorregião - Linhas Emergenciais - 2020

Mesorregião	Quantidade	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Xingó	4.047	4,37	98.713,04	3,26
Vale do Jequitinhonha e do Mucuri	1.921	2,07	88.155,11	2,91
Chapada do Araripe	5.790	6,25	147.734,62	4,87
Bico do Papagaio	638	0,69	29.483,11	0,97
Chapada das Mangabeiras	1.078	1,16	28.247,63	0,93
Águas Emendadas	66	0,07	2.599,06	0,09
Seridó	1.431	1,55	49.229,48	1,62
Outras regiões	77.613	83,83	2.587.373,10	85,35
Total	92.584	100,00	3.031.535,16	100,00

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Contratação por Ride

A Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Grande Teresina-Timon recebeu em 2020, por meio das linhas emergenciais, o valor de R\$ 79,3 milhões (2,6%) em 2,7 mil operações (2,9%), enquanto que o Polo de Juazeiro e Petrolina respondeu por 1,2% do volume (R\$ 36,4 milhões) e 0,8% do número de contratações (752 operações), no mesmo ano (Tabela 51).

Tabela 51 - FNE - Contratações por RIDE - Linhas Emergenciais - 2020

Valores em R\$ mil

RIDE	Quantidade	%	Valor	%
Polo de Juazeiro e Petrolina	752	0,81	36.367,62	1,20
Grande Teresina - Timon	2.691	2,91	79.260,99	2,61
Outras regiões	89.141	96,28	2.915.906,55	96,19
Total	92.584	100,00	3.031.535,16	100,00

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

5.3 FNE PNMPPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO

O objetivo do Programa é financiar e apoiar atividades produtivas de micro e pequenos empreendedores formais, por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado, utilizando metodologia específica do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPPO), criado pela Lei nº 13.636/2018 e regulamentado pelo Decreto nº 9.161/2017.5.14.2.

O Programa tem por finalidade atender às necessidades financeiras de empreendimentos enquadrados no PNMPPO, dos setores industrial, comercial e de prestação de serviços, destinando-se a:

- ✓ Investimento fixo: aquisição de máquinas e equipamentos, novos ou usados, reformas e assistência técnica de instalações físicas e equipamentos de tecnologia para inovação do empreendimento;
- ✓ Capacitação: custos com pagamento de cursos de capacitação, educação formal e/ou consultoria gerencial para o titular da empresa ou seus empregados.
- ✓ Capital de giro associado ao investimento.

Em 2020, foram contratadas 66.187 operações no âmbito do FNE PNMPPO, totalizando mais de R\$ 1,0 bilhão em financiamentos.

- ✓ Por UF

Em termos de valores, os estados do Ceará, da Bahia, do Piauí e do Maranhão realizaram financiamentos que correspondem a 67,8% do total contratado, no exercício de 2020 (Tabela 52). Em termos de execução, o valor das contratações ficou levemente abaixo do valor programado (-0,22%). O resultado da Paraíba

chama atenção pois foi o que mais ultrapassou a programação, contratando cerca de 10% acima do valor programado.

Tabela 52 - FNE - PNMPO - 2020

UF	Contratações		Valores em R\$ mil
	Quantidade	Valor	Valor programado
Alagoas	3.403	48.440	49.859
Bahia	10.714	162.255	158.423
Ceará	20.278	344.068	346.152
Espírito Santo	110	1.701	1.701
Maranhão	5.472	101.968	106.633
Minas Gerais	2.594	47.547	46.998
Paraíba	4.950	81.693	74.247
Pernambuco	4.384	66.498	66.420
Piauí	8.080	102.536	103.065
Rio Grande do Norte	2.923	41.881	43.223
Sergipe	3.279	49.145	53.280
Total	66.187	1.047.732	1.050.000

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por setor e por atividade

A totalidade dos financiamentos realizados com recursos do PNMPO, em 2020, foram no Setor de Comércio e Serviços (Tabela 53).

Tabela 53 - FNE - PNMPO - Financiamentos - 2020

Setor Comércio e Serviços	Quant. operações	Vr. Contratações
FNE PNMPO	66.187	1.047.732
Total	66.187	1.047.732

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notadamente, nas atividades de comércio varejista de produtos alimentícios e de serviços pessoais, relacionados a atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza.

✓ Por finalidade, porte e espaços prioritários

A quase totalidade dos financiamentos, teve por finalidade capital de giro para microempreendedores localizados em regiões de baixa e média rendas. Para

essas regiões prioritárias foram destinados, aproximadamente, 80% dos valores financiados (Tabela 54).

Tabela 54 - FNE - PNMP - Finalidade, porte e espaços prioritários - 2020

Finalidade	Porte	Espaços Prioritários	Valores em R\$ mil	
			Quant. Operações	Valor Contratado
Capital de giro	Micro	Baixa Renda e Médio Dinamismo	7.178	112.605
		Média Renda e Baixo Dinamismo	5.548	86.839
		Média Renda e Alto Dinamismo	12.918	205.146
		Baixa Renda e Baixo Dinamismo	1.769	24.596
		Alta Renda e Médio Dinamismo	9.672	176.392
		Média Renda e Médio Dinamismo	21.076	332.921
		Alta Renda e Baixo Dinamismo	1.135	10.998
		Baixa Renda e Alto Dinamismo	5.103	74.552
		Alta Renda e Alto Dinamismo	1.782	23.660
Credito emergencial- RES.4798/20	Mini	Alta Renda e Médio Dinamismo	6	23
Total			66.187	1.047.732

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

5.4 Mini e Microgeração de Energia para Pessoa Física - FNE Sol

✓ Contratação por UF

A participação de cada estado nas contratações do FNE SOL ocorreu de acordo com suas respectivas condições objetivas. O Programa propiciou oportunidades de negócios em toda a área de atuação do FNE. Destaca-se a participação dos estados do Piauí, da Bahia e do Ceará que, em conjunto, contrataram 48,6% das operações e 49,9% do valor total do Programa (Tabela 55). O volume contratado cresceu 30,4% em relação ao ano de 2019.

Vale ressaltar, ainda, que o volume contrato em 2020 ficou 41,19% acima do valor programado para o mesmo período demonstrando que a demanda por recursos nesta linha de financiamento é crescente. O único estado que não atingiu a meta programada foi o Espírito Santo.

Tabela 55 - FNE - Verde Sol (Programação Específica) - Contratações por UF - 2020

Estado	Contratado				Valores em R\$ mil
	Quant	%	Valor	%	Valor programado
Alagoas	156	4,2	5.404	4,8	3.600
Bahia	680	18,3	19.487	17,3	18.653
Ceará	508	13,7	15.643	13,8	11.914
Espírito Santo	50	1,3	1.373	1,2	8.675
Maranhão	374	10,1	12.273	10,9	1.710
Minas Gerais	266	7,2	6.169	5,5	4.598
Paraíba	336	9,0	9.043	8,0	4.880
Pernambuco	324	8,7	10.327	9,1	10.082
Piauí	617	16,6	21.217	18,8	7.538
Rio Grande do Norte	266	7,2	7.876	7,0	4.458
Sergipe	136	3,7	4.138	3,7	3.893
Total	3.713	100,0	112.950	100,0	80.000

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Em relação à distribuição das contratações por faixa de valor, verifica-se que a maior parte dos contratos (73,1%) corresponde a valores acima de R\$ 10 mil e até R\$ 35 mil, enquanto que 26,5% deles se encontram na faixa acima de R\$ 35 mil e até R\$ 100 mil. Não existem contratos com valores superiores a R\$ 100 mil.

✓ Por tipologia dos municípios e UF

Em relação à tipologia sub-regional, destacam-se os municípios caracterizados como de Média Renda e Médio Dinamismo, de Média Renda e Alto Dinamismo e de Alta Renda e Médio Dinamismo, com respectivamente, 28,4%, 24,2% e 22,0% dos contratos e 26,4%, 22,8% e 23,6% dos valores contratados. Juntos, os municípios que compõem essas três tipologias concentraram 74,6% das operações e 72,7% de todo o valor contratado (Tabela 56).

Tabela 56 - FNE - Verde Sol - Contratações por tipologia de município - 2020

UF	Tipologia Sub-Regional	Valores em R\$ mil	
		Quant.	Valor
Alagoas	Baixa Renda e Médio Dinamismo	8	269
	Média Renda e Baixo Dinamismo	26	854
	Média Renda e Alto Dinamismo	21	629
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	10	391
	Alta Renda e Médio Dinamismo	88	3.142
	Média Renda e Médio Dinamismo	3	119
Bahia	Baixa Renda e Médio Dinamismo	42	1.117
	Média Renda e Baixo Dinamismo	215	6.032
	Média Renda e Alto Dinamismo	81	2.136
	Média Renda e Médio Dinamismo	240	6.703
	Alta Renda e Baixo Dinamismo	102	3.500
Ceará	Baixa Renda e Médio Dinamismo	35	1.063
	Média Renda e Baixo Dinamismo	7	272
	Média Renda e Alto Dinamismo	34	1.012
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	23	655
	Alta Renda e Médio Dinamismo	271	8.731
	Média Renda e Médio Dinamismo	130	3.583
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	8	328
Espírito Santo	Média Renda e Baixo Dinamismo	2	30
	Média Renda e Alto Dinamismo	15	358
	Média Renda e Médio Dinamismo	33	985
Maranhão	Baixa Renda e Médio Dinamismo	61	1.801
	Média Renda e Alto Dinamismo	75	2.328
	Alta Renda e Médio Dinamismo	98	3.370
	Média Renda e Médio Dinamismo	119	3.882
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	21	892
Minas Gerais	Média Renda e Baixo Dinamismo	15	376
	Média Renda e Alto Dinamismo	137	2.967
	Média Renda e Médio Dinamismo	113	2.811
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	1	15
Paraíba	Baixa Renda e Médio Dinamismo	16	475
	Média Renda e Alto Dinamismo	68	1.675
	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	1	19
	Alta Renda e Médio Dinamismo	69	2.053
	Média Renda e Médio Dinamismo	182	4.821
Pernambuco	Média Renda e Baixo Dinamismo	5	130
	Média Renda e Alto Dinamismo	119	3.992
	Alta Renda e Médio Dinamismo	72	2.494

UF	Tipologia Sub-Regional	Quant.	Valor
Piauí	Média Renda e Médio Dinamismo	128	3.709
	Média Renda e Alto Dinamismo	312	9.675
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	62	1.976
	Alta Renda e Alto Dinamismo	243	9.566
Rio Grande do Norte	Média Renda e Baixo Dinamismo	22	551
	Média Renda e Alto Dinamismo	30	745
	Alta Renda e Médio Dinamismo	134	4.322
	Média Renda e Médio Dinamismo	80	2.258
Sergipe	Média Renda e Baixo Dinamismo	18	491
	Média Renda e Alto Dinamismo	7	230
	Alta Renda e Médio Dinamismo	84	2.495
	Média Renda e Médio Dinamismo	27	922
Total		3.713	112.950

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por região

A região semiárida foi atendida com 54,7% dos recursos contratados no âmbito do FNE Verde Sol (Tabela 57), totalizando mais de R\$ 51 milhões na atividade.

Tabela 57 - FNE - Verde Sol - Contratações no Semiárido - 2019

Região	Quant. de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	% Sobre o Total
Semiárido	2.104	61.825	54,7
Fora do Semiárido	1.609	51.125	45,3
Total	3.713	112.950	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Apesar da Programação Específica para o FNE Verde Sol não exigir percentual mínimo de aplicação no Semiárido, o BNB tem priorizado esta porção regional, com investimentos que tendem a dinamizar sua economia.

✓ Proposta em carteira

A demanda regional pelo FNE Verde Sol cresceu significativamente em 2020, comparativamente ao ano de 2019. Veja-se que a quantidade de propostas “aprovadas a contratar” saltou de 110 para mais de 157 mil. Em termos de valor, no entanto, houve uma redução em 27,0%. Da mesma forma, em relação

às propostas em análise, aumentou significativamente a quantidade (de 94 para mais de 103 mil), enquanto houve pequena queda no valor, denotando que, de um modo geral, os recursos aplicados experimentaram maior pulverização regional. No total, as propostas em carteira atingiram a quantidade de mais de 314 mil em 2020, somando R\$ 6,3 milhões (Tabela 58).

Tabela 58 - FNE - Verde Sol - Proposta em carteira por situação - 2020

UF	Situação						Total	
	Aprovadas a Contratar		Em análise		Em processo de Decisão		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alagoas	1.673	119	-	-	1.237	138	2.910	257
Bahia	15.458	397	5.378	283	5.461	208	26.297	888
Ceará	37.588	465	38.994	443	2.824	95	79.406	1.003
Espírito Santo	1.174	28	1.254	39	-	-	2.428	67
Maranhão	8.732	236	10.111	310	1.899	15	20.742	561
Minas Gerais	4.250	161	2.934	112	1.830	83	9.014	356
Paraíba	3.516	50	5.053	103	2.235	138	10.804	291
Pernambuco	27.500	391	12.749	489	9.343	120	49.592	1.000
Piauí	37.624	502	8.116	129	15.975	487	61.715	1.118
Rio Grande do Norte	12.632	201	17.334	268	8.567	90	38.533	559
Sergipe	7.681	100	2.000	107	3.262	20	12.943	227
Total	157.828	2.650	103.923	2.283	52.633	1.394	314.384	6.327

Fonte: BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

5.5 Financiamento Estudantil (Fies) no Banco do Nordeste do Brasil

As contratações do Financiamento Estudantil (Fies) no BNB tiveram início no primeiro semestre de 2018, após diversas ações visando à formalização de acordos com instituições de ensino, além de definição de normativos, processos e sistemas para a operacionalização na modalidade P-Fies⁴. Para realizar as

⁴ Modalidade de financiamento estudantil prevista nos arts. 15-D a 15-M da Lei nº 10.260, de 2001, que é concretizada por meio de fontes de financiamento distintas do Fies, entre elas o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional do Nordeste FNE, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, têm a sua operação em relação aos estudantes e às mantenedoras de instituição de educação superior sob a responsabilidade de agentes financeiros

contratações, o BNB implantou um modelo automatizado com fluxo digital, que elimina a necessidade de comparecimento à agência bancária para apresentação da proposta de financiamento. Somente na ocasião da formalização, estudante e avalista(s) são atendidos por meio de uma Agência Itinerante do BNB, na própria instituição de ensino, para apresentação de documentação e assinaturas.

Registre-se que as informações constantes no modelo automatizado são originárias de informações dos sistemas do Ministério da Educação (MEC), cadastradas por alunos e instituições de ensinos, de acordo com cronograma definido por aquele Órgão. Com as informações registradas, o BNB providencia de forma automática: cadastro do estudante e do avalista, conta-corrente para o estudante, cartão de débito, internet *banking*, proposta de crédito, proposta de seguro e instrumento de crédito.

Entre o período de 2019 e 2020 foi registrado um crescimento de 13,5% nas contratações do Fies, passando de 719 para 816 operações. Em relação ao volume de recursos injetados em 2020, o crescimento foi mais significativo, em torno de 36,6%, saltando de R\$ 7.446 milhões para R\$ 11.739 milhões (Tabela 59).

Tabela 59 - FNE - Contratações por programa de financiamento - Fies (programação específica) programado x realizado exercício 2020

Programa de Financiamento	Quant. de Operações	Valores em R\$ mil		
		Valor Contratado (A)	Valor Programado (B)	(B / A) %
FNE P-Fies - Programa de Financiamento Estudantil	816	11.739	10.000	117,4
Total	816	11.739	10.000	117,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

Importante observar que já em 2019, se registrava um crescimento nos contratos e volumes financiados relativamente a 2018. O crescimento em

operadores de crédito, não poderá ser garantida pelo Fundo Garantidor do Fies e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar Per capita de 3 (três) salários mínimos até 5 (cinco) salários mínimos.

ambos os anos subsequentes ao início das operações revela a superação de problemas diversos observados no ano de 2018, os quais seriam responsáveis pelos baixos valores contratados (0,22% do programado), conforme indicado no relatório anual do BNB de resultados e impactos daquele ano.

O fato é que, ainda em 2018, o BNB realizou diversas ações para promover a disseminação do Programa e a desconcentração espacial verificada naquele ano. Visitas e reuniões foram realizadas, durante as quais foram apresentadas as regras e o modelo de atendimento e formalizados acordos com Instituições de Ensino.

Considerando a distribuição estadual dos recursos do Fies (Tabela 60) em 2020, mesmo com uma redução no percentual em relação ao ano anterior, o Ceará ainda aparece com o maior número de contratações (312 operações), o equivalente a 38,2% do total. O valor dos recursos contratados nesse Estado (R\$ 3,01 milhões) corresponde a cerca de 25,7% do valor total aplicado em 2020. O Estado da Bahia, que em 2019 se apresentava como segundo colocado em contratos e volume financiado, perdeu a posição para o Estado do Maranhão. Este último, alcançou a quantidade de 126 contratos (15,4% do total) e o volume de R\$ 724 mil em financiamentos. O restante dos recursos contratados em 2020 foi distribuído entre os demais estados da área de atuação do BNB, excetuando-se o Espírito Santo, onde não foram contratadas operações do Fies.

Tabela 60 - FNE - Contratações por Unidade da Federação e Programa - Fies (programação específica) - 2020

UF	Quantidade	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Alagoas	9	1,1	195	1,7
Bahia	67	8,2	1.085	9,2
Ceará	312	38,2	3.012	25,7
Maranhão	126	15,4	724	6,2
Minas Gerais	30	3,7	1.095	9,3
Paraíba	61	7,5	774	6,6
Pernambuco	10	1,2	51	0,4
Piauí	42	5,1	222	1,9
Rio Grande do Norte	104	12,7	4.236	36,1
Sergipe	55	6,7	345	2,9
Total	816	100,0	11.739	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Em 2020, houve um crescimento de 2,9% na quantidade de contratos e 57,7% no volume de recursos emprestados no âmbito do Fies, quando comparado ao ano de 2019.

Em relação à distribuição das contratações por faixa de valor, verifica-se que a maior parte (65,7%) corresponde a valores acima de R\$ 1 mil e até R\$ 10 mil. Contratos com valores acima de R\$ 10 mil e até R\$ 35 mil, correspondem a 16,2% do total, enquanto 18,1% deles foram firmados com valores superiores a R\$ 35 mil e até R\$ 100 mil. Não foram registrados contratos com valores superiores a R\$ 100 mil.

Em termos de tipologia sub-regional, observa-se o predomínio do Fies em municípios classificados como “Alta Renda e Médio Dinamismo”, absorvendo 57,6% dos contratos e 62,0% do valor financiado. Em segundo lugar, aparecem os municípios classificados como “Média Renda e Médio Dinamismo”, com 24,0% dos contratos e 29,2% do valor contratado. Juntas, portanto, essas duas classes de municípios concentram 81,6% dos contratos e 91,1% dos recursos do Fies aplicados em 2020. O Estado do Ceará concentrou o maior número de contratos (28,1%) e o maior volume de recursos emprestados (20,2%) nessas duas classes de renda e dinamismo (Tabela 61).

Tabela 61 - FNE - Contratações por UF e tipologia de município - Fies (programação específica) exercício 2020

UF	Tipologia Sub-Regional	Valores em R\$ mil	
		Quant.	Valor
Alagoas	Média Renda e Alto Dinamismo	1	1
	Alta Renda e Médio Dinamismo	8	190
Bahia	Média Renda e Baixo Dinamismo	7	62
	Média Renda e Alto Dinamismo	2	12
	Média Renda e Médio Dinamismo	55	984
	Alta Renda e Baixo Dinamismo	3	27
Ceará	Baixa Renda e Médio Dinamismo	1	2
	Média Renda e Alto Dinamismo	82	641
	Alta Renda e Médio Dinamismo	184	1.842
	Média Renda e Médio Dinamismo	45	527
Maranhão	Média Renda e Alto Dinamismo	7	7
	Alta Renda e Médio Dinamismo	116	647
	Média Renda e Médio Dinamismo	9	69
Minas Gerais	Média Renda e Médio Dinamismo	30	1.095
Paraíba	Média Renda e Alto Dinamismo	3	24
	Alta Renda e Médio Dinamismo	2	8
	Média Renda e Médio Dinamismo	56	742
Pernambuco	Média Renda e Alto Dinamismo	4	19
	Alta Renda e Médio Dinamismo	6	33
Piauí	Baixa Renda e Alto Dinamismo	7	38
	Alta Renda e Alto Dinamismo	35	184
Rio Grande do Norte	Alta Renda e Médio Dinamismo	103	4.231
	Média Renda e Médio Dinamismo	1	5
Sergipe	Média Renda e Baixo Dinamismo	4	21
	Alta Renda e Médio Dinamismo	51	324
Total		816	11.739

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Considerando-se as mesorregiões, observa-se uma queda em relação ao ano de 2019, tanto no número de operações (passando de 102 para 87) quanto no valor contratado (queda de R\$ 731 mil para R\$ 675 mil). Em relação à distribuição dos recursos, percebe-se que a Chapada do Araripe continua concentrando a maior parte (95,4% e 95,3%, respectivamente de beneficiários e de valor contratado), requerendo um esforço para melhor distribuir os recursos (Tabela 62).

Tabela 62 - FNE - Contratações por mesorregião Fies (programação específica) - 2020

Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valores em R\$ mil
		Valor Contratado
Bico do Papagaio	2	21
Chapada do Araripe	83	643
Vale do Jequitinhonha e do Mucuri	1	3
Xingó	1	8
Total	87	675

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

No Apêndice C são apresentados os financiamentos na modalidade Fies discriminados por UF e curso. Observa-se que alunos de 36 cursos de diversas áreas foram contemplados com os recursos. No entanto, mais da metade dos recursos contratados (54,7%) destinaram-se a cursos de medicina. Outros 14,2% foram destinados ao curso de direito e os 31,1% restantes foram distribuídos entre estudantes dos demais cursos.

Em relação ao ticket médio, o mais elevado refere-se ao curso de medicina (R\$ 43.772,16), seguido pelo de ciências aeronáuticas (R\$ 40.550,94), odontologia (R\$ 15.904,74) e medicina veterinária (R\$ 12.410,33). De fato, conforme levantamento realizado pelo Guia do Estudante (Editora Abril), estes quatro cursos figuram no topo da lista dos cursos, em termos de valor pago por mensalidade.

O elevado ticket desses cursos, comparativamente a outras graduações, pode ser justificado pela própria característica de cada um. Os da área de saúde, por exemplo, requerem infraestrutura com diferentes laboratórios, tornando as mensalidades superiores às da maioria dos cursos de graduação disponíveis⁵.

⁵ Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/nordeste-as-mensalidades-mais-baratas-e-as-mais-caras-da-regiao/>. Acesso em: 23 fev 2021.

5.6 Financiamento ao Setor de Infraestrutura⁶

✓ Valores Programados x Contratações do FNE em Infraestrutura

Na perspectiva de que o Setor de Infraestrutura é dinamizador da economia e repercute diretamente no bem-estar da população e na competitividade das empresas, o Banco do Nordeste, por meio do FNE, vem, gradualmente, ampliando o apoio a projetos de Infraestrutura, em sua área de atuação.

Ressalte-se que as contratações realizadas pelo BNB em infraestrutura vêm em ascensão há mais de 15 anos. De 2004 a 2016, somaram, em valores atualizados, cerca de R\$ 20 bilhões, com destaque para o setor de energia, que absorveu 72% desse montante (BEZERRA; VIANA, 2017).

Vale registrar, também, que os aportes do BNB poderiam ter sido mais elevados, não fora restrições imputadas ao financiamento, com recursos do FNE, a projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir do final de 2011, em atendimento a diretrizes governamentais. Essas limitações estão sendo gradativamente retiradas, desde 2016, e o BNB autorizado a apoiar projetos na área de geração de energia (BEZERRA; VIANA, 2017).

Para o exercício de 2020, foi programado o montante de R\$ 7,9 bilhões e, aplicados, aproximadamente, R\$ 6,6 bilhões, o que perfaz 83,9% do total programado.

Cabe observar, que na posição de 31.12.2020, estavam aprovadas e a contratar propostas de financiamento, no Setor, de montante em torno de R\$2,0 bilhões; e em fase de análise, havia propostas que somavam, aproximadamente, R\$ 1,0 bilhão (Tabela 63).

O processo de análise desse tipo de financiamento é composto de várias etapas, requer, por exigência legal, documentação extensa, o que pode demandar mais prazo e não depende diretamente do Banco.

⁶ BEZERRA, F; VIANA, F. *Infraestrutura: oportunidades no Nordeste brasileiro*. Caderno Opinião. FGV Energia. Jun, 2017; TRALDI, M. *Energia eólica no semiárido brasileiro e o controle do lugar sobre a parcela técnica da produção*. Acta Geográfica. São Paulo. Set/Dez, 2017.

Tabela 63 - FNE - Propostas em carteira por setor - Infraestrutura
(programação específica) - posição em 31.12.2020

(proj. análise superficial) - posição em 31/12/2020

Setor	Situação						Valores em R\$ mil	
	Aprovadas a Contratar		Em Análise		Em Processo de Decisão		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Infraestrutura	20	2.036.002	4	1.007.727	-	-	24	3.043.729
Total	20	2.036.002	4	1.007.727	-	-	24	3.043.729

Fonte: BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

✓ Contratação por UF

As contratações em cada estado ocorreram de acordo com suas respectivas condições objetivas, propiciando oportunidades de negócios em Infraestrutura em todos os estados da Região Nordeste. Destacam-se as contratações realizadas nos estados da Bahia, do Ceará e do Rio Grande do Norte, que reuniram projetos de investimentos que correspondem a 68,4% do total contratado no Setor (Tabela 64), no exercício de 2020.

Tabela 64 - FNE - Infraestrutura - Programação específica - Contratações por UF em 2020

Estado	Contratações	
	Valores (R\$ mil)	%
Alagoas	3.060	0,1
Bahia	2.259.077	34,0
Ceará	1.214.275	18,3
Maranhão	581.284	8,7
Paraíba	362.253	5,5
Pernambuco	334.519	5,0
Piauí	793.749	12,0
Rio Grande do Norte	1.068.403	16,1
Sergipe	20.304	0,3
Total	6.636.924	100,0

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por tipologia dos municípios e UF

Do volume total de contratações do FNE, no Setor de Infraestrutura, 37,4% foram direcionados aos municípios caracterizados como Média Renda e Baixo Dinamismo, 19,5% foram para municípios de tipologia Média Renda e Alto Dinamismo e 18,5% para os municípios de Média Renda e Médio Dinamismo (Tabela 65).

Tabela 65 - FNE - Infraestrutura (programação específica) - Contratações por tipologia de município - 2020

UF	Tipologia Sub Regional	Quant.	Valores (R\$ mil)
Alagoas	Média Renda e Alto Dinamismo	1	3.060
Bahia	Baixa Renda e Médio Dinamismo	2	246.001
	Média Renda e Baixo Dinamismo	16	1.543.013
	Média Renda e Alto Dinamismo	2	200.345
	Média Renda e Médio Dinamismo	1	269.718
Ceará	Baixa Renda e Médio Dinamismo	7	400.762
	Alta Renda e Médio Dinamismo	3	365.225
	Média Renda e Médio Dinamismo	9	448.288
Maranhão	Média Renda e Alto Dinamismo	1	43.529
	Alta Renda e Médio Dinamismo	4	357.349
	Média Renda e Médio Dinamismo	1	16.377
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	1	164.029
Paraíba	Média Renda e Médio Dinamismo	5	362.253
Pernambuco	Média Renda e Alto Dinamismo	3	334.519
Piauí	Média Renda e Alto Dinamismo	7	715.107
	Baixa Renda e Alto Dinamismo	1	49.567
	Alta Renda e Alto Dinamismo	1	29.075
Rio Grande do Norte	Média Renda e Baixo Dinamismo	6	936.250
	Média Renda e Médio Dinamismo	3	132.153
Sergipe	Alta Renda e Médio Dinamismo	1	20.304
Total		75	6.636.924

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Essa distribuição de recursos demonstra o compromisso do Banco do Nordeste com as prioridades espaciais sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), e com a operacionalização do Fundo Constitucional, como instrumento de política pública visando à redução das desigualdades intrarregionais.

✓ Por Programa e UF

Os financiamentos, no Setor de Infraestrutura, no exercício de 2020, foram contratados no âmbito de dois programas: Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE Verde) e o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (FNE-Proinfra) (Tabela 66).

Tabela 66 - Contratações por Programa - Infraestrutura (programação específica) - 2020

Programa	Quantidade	Valores (R\$ mil)
FNE Verde-Infraestrutura	54	4.806.656
Proinfra	21	1.830.268
Total Geral	75	6.636.924

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

A Tabela 67, apresenta as contratações em Infraestrutura, por Unidade da Federação e por Programa de financiamento, no exercício de 2020.

Tabela 67 - Contratações por UF e por Programa - Infraestrutura (Programação Específica) - 2020

UF	Programa	Valores em R\$ mil	
		Quant.	Valor
Alagoas	Proinfra	1	3.060
Bahia	FNE Verde-Infraestrutura	17	1.767.039
	Proinfra	4	492.038
Ceará	FNE Verde-Infraestrutura	15	793.376
	Proinfra	4	420.899
Maranhão	Proinfra	7	581.284
Paraíba	FNE Verde-Infraestrutura	4	270.535
	Proinfra	1	91.718
Pernambuco	FNE Verde-Infraestrutura	2	192.195
	Proinfra	1	142.324
Piauí	FNE Verde-Infraestrutura	7	715.107
	Proinfra	2	78.642
Rio Grande do Norte	FNE Verde-Infraestrutura	9	1.068.403
Sergipe	Proinfra	1	20.304
Total		75	6.636.924

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por atividade financiada

Os projetos, em ambos os programas, estão focalizados em geração e transmissão de energia, principalmente a de fonte eólica, cujos financiamentos correspondem a, aproximadamente, 53,2% dos valores totais financiados no Setor, nesse exercício.

Os projetos de geração de energia, de origem solar, absorveram recursos da ordem de R\$1,2 bilhão, 18,0% dos valores totais financiados no Setor, nesse mesmo exercício, perfazendo cerca de 71,2% dos recursos aplicados em projetos de geração de energia de fontes renováveis e mais adequadas, sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável. A Tabela 68 apresenta a distribuição das contratações por atividade, no Setor de Infraestrutura.

Tabela 68 - Contratações por atividade financiada - Infraestrutura (programação específica) - 2020

Atividade	Detalhe da Atividade	Quant.	Contratações (R\$ mil)
Ativs. Aux. Transportes	Armazéns gerais - emissão de warrant	1	61.687
	Administração da infraestrutura portuária	0	1.836
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	Prod. distrib. energia elétrica	1	58.910
	Distribuição de energia elétrica	4	322.026
	Geração de energia elétrica de origem eólica	37	3.533.010
	Transmissão de energia elétrica	7	460.773
	Geração de energia elétrica de origem solar	16	1.195.826
Saneamento Básico	Construção de esgoto, inclusive interceptores	3	219.611
	Captação, tratamento e distribuição de água	1	3.060
Telecomunicações	Telefonia móvel celular	4	752.479
Transp. Aquaviário Urbano	Atividades do Operador Portuário	1	27.706
Total		75	6.636.924

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Embora haja consenso sobre os ganhos socioeconômicos dos projetos de financiamentos em Infraestrutura, no apoio às atividades econômicas e na contribuição para melhoria da qualidade de vida da população, eles requerem uma tramitação legal complexa, de médio a longo prazo, de concessões públicas, que perpassa vários órgãos de Governo.

Para estimular a demanda por esses financiamentos, o Banco promoveu diferentes eventos durante o ano de 2019, articulando investidores e o Setor Público para, em parceria, viabilizarem projetos de apoio à infraestrutura da Região Nordeste.

Ventos fortes e constantes e a incidência de luz solar direta, praticamente durante todo o ano, devido localizar-se na zona equatorial do globo terrestre, fazem da Região Nordeste do Brasil um espaço natural vocacionado para a produção de energia limpa, tanto eólica, quanto solar.

Com o avanço da tecnologia de produção e da melhoria da atratividade das condições operacionais, a demanda por projetos dessa natureza apresenta forte tendência de crescimento.

A exemplo do que se observa para o País, em geral, o desafio do Nordeste é atrair investidores e novas fontes de recursos para financiamento de sua infraestrutura.

✓ Por finalidade do crédito

No Setor de Infraestrutura, no exercício de 2020, aproximadamente, 51,3% dos financiamentos tiveram a finalidade de promover investimentos fixos (Tabela 69).

Tabela 69 - FNE - Infraestrutura (Programação Específica) - Contratações por finalidade do crédito - 2020

Finalidade	Quant.	Valores (R\$ mil)
Investimentos fixos	42	3.407.009
Projeto em implantação-Greenfield	26	2.876.015
Aquisição isolada matérias-primas/mercadorias	2	43.060
Projeto infraestrutura água esgoto logist	5	310.840
Total	75	6.636.924

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Ressalte-se que investimentos fixos, principalmente em infraestrutura, possibilitam a formação de base para outras finalidades de crédito

contribuindo, de maneira direta, para o crescimento econômico e social duradouro.

- ✓ Por porte do mutuário e por faixa de valor

Pelas próprias características das atividades do setor de infraestrutura e pelos valores dos projetos de financiamentos, predominam os financiamentos para clientes de médio e grande portes; em torno de 85% de clientes de grande porte (tabela 70).

Tabela 70 - FNE - Contratações por porte do mutuário e estado - Infraestrutura (programação específica) - 2020

Estado	Valores em R\$ mil				
	Médio	Médio I	Médio II	Grande	Total
Alagoas	-	-	-	3.060	3.060
Bahia	-	-	-	2.259.077	2.259.077
Ceará	-	-	448.288	765.987	1.214.275
Espírito Santo	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	63.524	517.760	581.284
Minhas Gerais	-	-	-	-	-
Paraíba	270.535	-	-	91.718	362.253
Pernambuco	-	192.195	-	142.324	334.519
Piauí	-	-	-	793.749	793.749
Rio Grande do Norte	-	-	-	1.068.403	1.068.403
Sergipe	-	-	-	20.304	20.304
Total	270.535	192.195	511.812	5.662.382	6.636.924

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Observa-se que nas propostas em carteira, 2,2% são de empreendimentos de porte pequeno-médio, o que equivale a 7,4% do total de propostas aprovadas a contratar, na posição de 31.12.2020 (Tabela 71).

Tabela 71 - FNE - Propostas em carteira por porte - Infraestrutura (programação específica) -posição: 31.12.2020 - valores em R\$ mil

Porte	Situação						Total	
	Aprovadas a Contratar		Em Análise		Em Processo de Decisão			
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Pequeno-médio	1.723	150.056	-	-	-	-	1.723	150.056
Médio I	-	-	1.936	110.527	-	-	1.936	110.527
Médio II	-	-	5.179	58.800	-	-	5.179	58.800
Grande	75.434	1.885.946	1.753	838.400	-	-	77.187	2.724.346
Total	77.157	2.036.002	8.868	1.007.727	-	-	86.025	3.043.729

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Vem ao encontro a Tabela 72, de contratações por faixa de valor, no Setor de Infraestrutura, com 99,9% dos valores contratados em projetos de valores superiores a R\$ 10,0 milhões.

Tabela 72 - FNE - Contratações por faixa de valor - Setor Infraestrutura (programação específica) - 2020

Faixa de Valor	Total	
	Quant. Operações	Valores (R\$ mil)
Até R\$ 1.000,00	-	-
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	-	-
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	-	-
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	-	-
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 200.000,00	-	-
Acima de R\$ 200.000,00 até R\$ 500.000,00	-	-
Acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00	-	-
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	2	5.075
Acima de R\$ 10.000.000,00	73	6.631.849
Total	75	6.636.924

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por Região

Do montante contratado, no exercício de 2020, no Setor de Infraestrutura, 86% desses valores, mais de R\$ 5,7 bilhões, financiaram projetos na região semiárida (Tabela 73).

Tabela 73 - FNE - Contratações por região climática - Setor Infraestrutura (programação específica) - 2020

Região	Quant. Operações	Valores em R\$ mil
		Valor Contratado
Semiárido	64	5.709.116
Fora do Semiárido	11	927.808
Total	75	6.636.924

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

A expansão da produção de energia eólica no Brasil vem ocorrendo notadamente no Sudeste e no Nordeste. A Região Nordeste concentra a maioria dos parques eólicos brasileiros em operação, além de apresentar grande potencial para aproveitamento futuro.

De início, a implantação de parques eólicos ocorreu no litoral, mas é no interior Semiárido que ela avança em número de parques e em potência instalada.

Dentre as principais características geográficas do Semiárido nordestino que garantem a atratividade da Região para a produção de energia, de fonte eólica, estão: a existência de ventos constantes e velozes, o que revela o elevado potencial eólico disponível e o interesse do Estado brasileiro em ampliar a geração de energia elétrica através da diversificação de suas fontes, transformando a matriz energética brasileira (TRALDI, 2017).

Para Programação Específica do Setor de Infraestrutura, não existem exigências legais de percentuais mínimos de aplicação na região semiárida, mas o BNB tem como diretriz a redução das desigualdades intrarregionais e prioriza esta porção regional com investimentos que têm potencial para transformar a dinâmica dessas economias locais.

✓ Valores desembolsados

No exercício de 2020, foram desembolsados R\$ 7,7 bilhões em financiamentos no Setor de Infraestrutura, no âmbito do FNE (Tabela 74).

Tabela 74 - FNE - Valores desembolsados - Setor Infraestrutura (programação específica) - 2020

Valores em R\$ mil	
UF	Infraestrutura
Alagoas	21.612
Bahia	1.856.457
Ceará	1.227.308
Espírito Santo	-
Maranhão	765.238
Minas Gerais	287.798
Paraíba	227.810
Pernambuco	858.519
Piauí	557.873
Rio Grande do Norte	1.899.251
Sergipe	16.880
Total	7.718.746

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O valor desembolsado em 2020 é, aproximadamente, 13,2% superior aos R\$ 6,8 bilhões desembolsados no Setor de Infraestrutura no ano anterior, confirmando a curva ascendente dos valores de financiamentos de projetos nesse Setor, nos últimos anos.

Ao final de 2020, o Setor de Infraestrutura contava com, aproximadamente, R\$ 22,8 bilhões de saldo devedor, correspondendo a 27,7% do saldo total de aplicações do Banco, que era de R\$ 80,3 bilhões.

✓ Perfil da carteira

Ao final de 2020, o Setor de Infraestrutura contava com, aproximadamente, R\$ 22,8 bilhões de saldo devedor, correspondendo a 27,7% do saldo total de aplicações do Banco, que era de R\$ 80,3 bilhões.

✓ Inadimplência

Não foram identificados atrasos no Setor de Infraestrutura ao final de 2020.

✓ Por faixa de valor

Considerando a própria natureza da Infraestrutura, a grande maioria dos financiamentos do Setor em 2020 foram na faixa acima de R\$ 10,0 milhões (Tabela 75).

Tabela 75 - FNE - Infraestrutura - contratações por faixa de valor - 2020

Faixa de Valor	Quantidade de Operações	Valores Contratados (R\$ mil)
Até R\$ 1.000,00	-	
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	-	
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	-	
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	-	
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 200.000,00	-	
Acima de R\$ 200.000,00 até R\$ 500.000,00	-	
Acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00	-	
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	2	5.075
Acima de R\$ 10.000.000,00	73	6.631.849
Total	75	6.636.924

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

5.7 Ações de enfrentamento aos impactos negativos da pandemia Covid-19 na economia

Para enfrentar os impactos negativos na economia o CMN, por intermédio da Resolução Nº 4.798, de 06 de abril de 2020, institui linha de crédito especial com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, e suspendeu por 12 meses as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020.

Ao longo de 2020 foram amparadas pela resolução, isto é, deixaram de ser recebidas 91.648 operações que totalizaram R\$ 43,5 bilhões.

6. PERFIL DA CARTEIRA

6.1 Composição da carteira FNE

- Composição da carteira de financiamentos
- ✓ Por UF

A carteira de financiamentos do FNE fechou o ano de 2020 com um saldo de R\$ 80,3 bilhões. Os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão responderam por 61,4% desse saldo, conforme Tabela 76.

Tabela 76 - FNE - Saldos das aplicações por UF - 2020

UF	Saldos das Aplicações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	Aplicações por UF (%)
Alagoas	2.792.750	3,48
Bahia	18.142.705	22,58
Ceará	12.096.906	15,06
Norte do Espírito Santo	1.247.786	1,55
Maranhão	9.072.904	11,29
Norte de Minas Gerais	4.362.524	5,43
Paraíba	4.163.687	5,18
Pernambuco	10.004.169	12,45
Piauí	7.805.639	9,72
Rio Grande do Norte	7.878.538	9,81
Sergipe	2.763.621	3,44
Total	80.331.229	100,00

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações e Crédito.

Nota:(1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

✓ Por Setor

Na carteira do FNE, encontram-se alocados recursos em todos os setores da economia. O saldo de aplicações do Setor Rural (agricultura somado à pecuária) corresponde a 30,7%; da Infraestrutura 27,7%; do Comércio e Serviços 23,7%; e o Turismo, Indústria e Agroindústria 17,5% (Tabela 77).

Tabela 77 - FNE - Saldos das aplicações por setor - 2020

Setor	Saldo Aplicações	Valores em R\$
		% por Setor ⁽²⁾
Rural	24.664.380	30,70
Agroindustrial	1.197.567	1,5
Industrial/Turismo	12.822.801	16,0
Infraestrutura	22.336.442	27,7
Comércio e Serviços	19.026.569	23,7
Financiamento à Exportação	283.470	0,4
Total	80.331.229	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações.

✓ Por Porte

Os beneficiários de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes responderam por um saldo de aplicações de aproximadamente R\$ 33,2 bilhões, o equivalente a 41,4% do saldo total (Tabela 78).

Tabela 78 - FNE - Saldos das aplicações por porte - 2020

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽²⁾
Cooperativas/Associações	218.031	0,27
Micro e Mini	14.968.342	18,63
Pequeno	13.179.749	16,41
Pequeno-Médio	5.071.473	6,31
Médio	12.967.716	16,14
Grande	33.926.518	42,23
Total	80.331.229	100,00

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Específica do Pronaf

A carteira do Pronaf, constituída por mini produtores rurais da agricultura familiar, concluiu o exercício de 2020 com um saldo de aplicações de R\$ 9,6 bilhões. Tais recursos estão distribuídos entre os estados da área de atuação do Banco, conforme Tabela 79.

Tabela 79 - FNE - Pronaf - saldo das aplicações - por UF - 2020

Estado	Saldo Aplicações (R\$ mil)	%
Alagoas	389.843	4,07
Bahia	1.924.582	20,09
Ceará	1.431.829	14,95
Espírito Santo	62.845	0,66
Maranhão	1.062.340	11,09
Minas Gerais	714.827	7,46
Paraíba	668.201	6,98
Pernambuco	1.298.611	13,56
Piauí	1.124.100	11,74
Rio Grande do Norte	557.017	5,82
Sergipe	343.638	3,59
Total	9.577.833	100,00

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Essa carteira está distribuída em programas, de acordo com as características dos beneficiários e a finalidade do crédito. No exercício de 2020, predominaram os programas Pronaf-B/Plano-Safra Semiárido e Pronaf-Mais Alimentos (FNE), com mais de 49,83% do saldo total de aplicações; o Pronaf Grupo “B” - FNE com 14,83%; e o Pronaf Semiárido - FNE com 11,24% (Tabela 80).

Tabela 80 - FNE - Pronaf- Saldos das aplicações por programa - 2020

Programas	Saldos das Aplicações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Pronaf-B/Plano-Safra Semiárido	2.572.179	26,86
Pronaf-Mais Alimentos (FNE)	2.199.736	22,97
Pronaf Grupo "B" - FNE	1.420.623	14,83
Pronaf Semiárido - FNE	1.076.629	11,24
Pronaf Grupo "A" - FNE	802.639	8,38
Pronaf-Semiárido/Seca-2012-Outros	706.865	7,38
Pronaf-Comum (FNE)	270.358	2,82
Pronaf-Semiárido/Seca-2012-Grupo B	192.385	2,01
Pronaf Mulher - FNE	134.808	1,41
Pronaf Grupo "C" - FNE	56.501	0,59
Pronaf Grupo "D" - FNE	25.364	0,26
Pronaf Floresta - FNE	24.013	0,25
Pronaf/Seca-2012/Custeio/Outros	19.364	0,20
Procir/Pronaf-A/Risco-FNE	16.757	0,17
Pronaf-Agroecologia (FNE)	9.325	0,10
Pronaf-Eco (FNE)	8.514	0,09
Procir/Pronaf-Outros/Risc. Comp.	7.473	0,08
Outros programas	34.300	0,36
Total	9.577.833	100,00

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por Risco do Crédito

Quanto à natureza do risco do crédito, 89,1% do saldo das aplicações foi de risco compartilhado entre o FNE e o BNB (Tabela 81).

Tabela 81 - FNE - saldos das aplicações por risco de crédito⁽¹⁾ - 2020

Risco	Aplicações	(%)
Integral BNB	908.060	1,1
Exclusivo FNE	7.869.800	9,8
Compartilhado FNE / BNB	71.553.369	89,1
Total	80.331.229	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

✓ Por faixa de risco dos tomadores

O saldo das operações em atraso somou, aproximadamente, R\$ 1,4 bilhão, o que corresponde a 1,7% do saldo total (Tabela 82).

Tabela 82 - FNE - Aplicações e inadimplência por risco do tomador - 2020

Risco do Tomador	Aplicações	Atraso	(%)
AA	41.965.312	32.483	0,1
A	22.035.718	11.894	0,1
B	6.277.583	154.523	2,5
C	2.231.678	35.160	1,6
D	967.317	25.810	2,7
E	690.366	19.524	2,8
F	538.176	26.382	4,9
G	538.884	15.649	2,9
H	5.086.195	1.071.194	21,1
Total	80.331.229	1.392.619	1,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Ressalte-se que a classificação constante na Tabela 82 refere-se à posição na data 31.12.2020 e não na data de contratação da operação. A classificação de risco de um cliente após a contratação pode sofrer degradação ao longo do tempo, em face da piora na capacidade de pagamento do cliente e/ou inadimplência de seus compromissos de crédito junto à Instituição. O BNB possui política de risco de crédito onde é estabelecido que as unidades somente podem contratar operações cujas propostas apresentem riscos AA, A ou B.

6.2 Índices de inadimplência (Portaria Interministerial e Res. CMN nº 2.682/1999)

✓ Por UF

O Estado do Ceará apresentou o maior índice de inadimplência 2,4%, mas reduziu em comparação ao anterior que foi de 3,5%. Outros estados também apresentaram índices de inadimplência superiores ao percentual do FNE no período, como Alagoas, Maranhão, Pernambuco e Sergipe, conforme Tabela 83.

Tabela 83 - FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por UF - 2020

Estado	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
Alagoas	2.792.750	58.609	2,1
Bahia	18.142.705	265.745	1,5
Ceará	12.096.906	293.442	2,4
Espírito Santo	1.247.786	16.722	1,3
Maranhão	9.072.904	190.469	2,1
Minas Gerais	4.362.524	70.582	1,6
Paraíba	4.163.687	58.428	1,4
Pernambuco	10.004.169	214.786	2,1
Piauí	7.805.639	109.130	1,4
Rio Grande do Norte	7.878.538	64.266	0,8
Sergipe	2.763.621	50.440	1,8
Total	80.331.229	1.392.619	1,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por Setor

Analisando-se o comportamento da inadimplência entre os setores da economia, observou-se que o Setor Agroindustrial, para o qual foram destinados apenas 1,5% do volume dos recursos financiados, apresentou o maior índice de inadimplência (2,2%) (Tabela 84).

Tabela 84 - FNE - Saldos das aplicações e atraso por setor - 2020

Setor	Valores em R\$ mil				
	Saldo Aplicações (1)	Aplicações (%) (2)	Saldo em Atraso (3)	Inadimplência (%) (4)	Inadimplência do Segmento (%)
Rural	24.664.380	30,7	751.421	0,9	3
Agroindustrial	1.197.567	1,5	26.349	0,0	2,2
Industrial/Turismo	12.822.801	16,0	232.433	0,3	1,8
Infraestrutura	22.336.442	27,7	0	0,0	0,0
Comércio e Serviços	19.026.569	23,7	382.416	0,5	2
Financiamento à Exportação	283.470	0,4	0	0,0	0,0
Total	80.331.229	100,0	1.392.619	1,7	1,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

✓ Por porte

O segmento de associações e cooperativas, embora detendo o menor volume de aplicações (0,3%), apresentou o maior índice de inadimplência (4,6%). Os empreendimentos de grande porte apresentaram o maior volume de aplicações (42%,3) e o menor índice de inadimplência (0,6%) (Tabela 85).

Tabela 85 - FNE - Saldos das aplicações e atraso por porte dos beneficiários - 2020

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁵⁾
Cooperativas/Associações	218.031	0,3	10.026	0,0	4,6
Micro e Mini	14.968.342	18,6	549.204	0,7	3,7
Pequeno	13.179.749	16,4	327.480	0,4	2,5
Pequeno-Médio	5.071.473	6,3	96.780	0,1	1,9
Médio	9.911.125	12,3	180.158	0,2	1,8
Médio I	2.048.072	2,5	11.873	0,0	0,6
Médio II	1.007.919	1,3	0	0,0	0
Grande	33.926.518	42,3	217.098	0,3	0,6
Total	80.331.229	100,0	1.392.619	1,7	1,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento, em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento, em relação ao saldo de aplicações do segmento.

✓ Específica do Pronaf

Quanto à inadimplência da carteira Pronaf, cujo índice foi de aproximadamente 4,0%, os programas com índices mais elevados foram: OP. Fat Pronaf Reclassif - FNE com 41,0% e FNE - OP. Pronaf Conv-Lei 10.696 com 26,0% (Tabela 86).

Tabela 86 - FNE - Pronaf - Saldos das aplicações e inadimplência por programa- 2020

Programas	Saldos das Aplicações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	Percentual por Programa (%)	Saldo Inadimplência	Percentual Inadimplência (%)
Op. Fat Pronaf Reclassif- FNE	17	0,00	7	41,0
FNE-Op. Pronaf Conv-Lei10696	928	0,01	245	26,0
Procir/Pronaf-A/Risco-BNB	13	0,00	3	23,0
Pronaf-A/Fat Op. Adq. P/ FNE	706	0,01	154	22,0
Procir/Pronaf-Outros/Risco- FNE	597	0,01	121	20,0
Procir/Pronaf-Outros/Risco BNB	540	0,01	106	20,0
Procir/Pronaf-A-Recup/Risc. FNE	41	0,00	8	20,0

Programas	Saldos das Aplicações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	Percentual por Programa (%)	Saldo Inadimplência	Percentual Inadimplência (%)
Procir/Pronaf-Jovem-mulher/Ris.Com	187	0,00	36	19,0
Procir/Pronaf-Ac/Risco- FNE	308	0,00	56	18,0
Procir/Pronaf-Outros/Risco – Comp.	7.473	0,08	1.287	17,0
Procir/Pronaf-Semiárido/Risco FNE	161	0,00	27	17,0
Procir/Pronaf-A/Risco- FNE	16.757	0,17	2.724	16,0
FNE-Op. Pronaf Adq.-Lei 11322	56	0,00	9	16,0
Pronaf-Grupo A/Recuperação/ FNE	1.942	0,02	276	14,0
Pronaf Grupo "C" - FNE	56.501	0,59	6.253	11,0
Pronaf-Semiárido/Seca-2012-Outros	706.865	7,38	70.841	10,0
Pronaf-Agrinf (FNE)	240	0,00	25	10,0
Pronaf Grupo A/C - FNE	5.531	0,06	500	9,0
Pronaf-Emergencial/2009	633	0,01	56	9,0
Pronaf-Mais Alimentos/Revitaliza	2.560	0,03	201	8,0
Procir/Pronaf-B/Risco- FNE	436	0,00	35	8,0
Pronaf Grupo "D" - FNE	25.364	0,26	1.877	7,0
Pronaf Grupo "B" - FNE	1.420.623	14,83	78.280	6,0
Pronaf Grupo "A" - FNE	802.639	8,38	42.999	5,0
Pronaf-Comum (FNE)	270.358	2,82	14.435	5,0
Pronaf-Semiárido/Seca-2012-Grupo B	192.385	2,01	10.413	5,0
Pronaf/Seca-2012/Custeio/Grupo B	2.753	0,03	150	5,0
Pronaf/Estiagem 2010-FNE	52	0,00	2	4,0
Pronaf-B/Plano-Safra Semiárido	2.572.179	26,86	69.798	3,0
Pronaf-Mais Alimentos (FNE)	2.199.736	22,97	62.496	3,0
Pronaf Semiárido - FNE	1.076.629	11,24	35.530	3,0
Pronaf/Seca-2012/Cust./Outros	19.364	0,20	630	3,0
Pronaf-Agroindústria (FNE)	2.760	0,03	78	3,0
Pronaf Grupo "E" - FNE	1.089	0,01	33	3,0
Pronaf Mulher - FNE	134.808	1,41	2.685	2,0
Pronaf Floresta - FNE	24.013	0,25	420	2,0
Pronaf-Eco (FNE)	8.514	0,09	167	2,0
Pronaf Jovem - FNE	5.568	0,06	129	2,0
FNE-Op. Pronaf Conv-Lei10464	3.389	0,04	76	2,0
Pronaf-Agroecologia (FNE)	9.325	0,10	101	1,0
Pronaf (FNE)	3.792	0,04	21	1,0
Procir/Pronaf-Jovem/Risco- FNE	1	0,00	-	-
Total	9.577.833	100,00	403.290	4,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por risco do crédito

As aplicações com o risco compartilhado entre o FNE e o BNB detiveram 89,1% do saldo das aplicações e 1,4% de inadimplência. (Tabela 87).

Tabela 87 - FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por risco⁽¹⁾ - 2020

Tipo de Risco	Valores em R\$ mil			
	Saldo Aplicações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	Aplicações por Tipo de Risco (%)	Saldo em Atraso (R\$ mil)	Saldo em Atraso por Tipo de Risco
Integral BNB	908.060	1,1	6.129	0,7
Exclusivo FNE	7.869.800	9,8	389.223	4,9
Compartilhado FNE / BNB	71.553.369	89,1	997.267	1,4
Total	80.331.229	100,0	1.392.619	1,7%

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

✓ Por faixa de risco dos tomadores

Os tomadores de crédito classificados quanto ao risco na letra H detiveram 76,92% do total dos valores dos saldos em atraso, com apenas 6,33% do total do saldo das aplicações (Tabela 88).

Tabela 88 - FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por risco do tomador⁽¹⁾ - 2020

Risco do Tomador	Aplicações	Atraso	(%)
AA	41.965.312	32.483	0,1
A	22.035.718	11.894	0,1
B	6.277.583	154.523	2,5
C	2.231.678	35.160	1,6
D	967.317	25.810	2,7
E	690.366	19.524	2,8
F	538.176	26.382	4,9
G	538.884	15.649	2,9
H	5.086.195	1.071.194	21,1
Total	80.331.229	1.392.619	1,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Ressalte-se que a classificação constante na Tabela 88 refere-se à posição na data 31.12.2020 e não na data de contratação da operação. A classificação de risco de um cliente após a contratação pode sofrer degradação ao longo do tempo, em face da piora na capacidade de pagamento do cliente e/ou inadimplência de seus compromissos de crédito junto à Instituição.

6.3 Situação da demanda de crédito - propostas em carteira

As demandas por recursos do FNE totalizaram R\$ 1,3 bilhão em 2020⁷, distribuídos em todos os estados da área de atuação do Fundo. Ao final do ano, 51,4% do montante em estoque já estavam aprovados, em fase de contratação. Outros 45,2% correspondiam a propostas em análise e somente 3,4% a propostas ainda em processo de decisão (Tabela 89).

No recorte estadual, observam-se altas nos estoques de Alagoas, Espírito Santo e Sergipe, relativamente a 2019. Todos os demais estados apresentaram baixas nos volumes de estoque. Em 2020, os maiores estoques concentram-se nos estados da Bahia (26,0%), do Ceará (21,4%), Minas Gerais (18,3%) e Pernambuco (9,0%).

Tabela 89 - FNE - Situação das propostas em carteira por UF - 2020

UF	Situação						Total	
	Aprovadas a Contratar		Em Análise		Em Processo de Decisão			
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alagoas	38.147	8.493	29.139	17.102	4.817	7.077	72.103	32.672
Bahia	445.271	108.677	320.892	211.871	48.047	10.226	814.210	330.774
Ceará	442.123	128.154	344.248	137.255	71.319	7.164	857.690	272.573
Espírito Santo	15.931	6.549	5.740	9.214	-	-	21.671	15.763
Maranhão	292.486	51.881	138.989	30.978	25.967	6.904	457.442	89.763
Minas Gerais	131.704	211.972	80.652	19.765	17.226	1.013	229.582	232.750
Paraíba	109.780	32.665	68.633	7.468	6.136	56	184.549	40.189
Pernambuco	291.954	48.782	205.792	57.874	23.681	7.966	521.427	114.622
Piauí	239.597	11.280	111.171	29.985	22.284	1.505	373.052	42.770
Rio Grande do Norte	141.330	35.120	96.605	13.822	6.282	675	244.217	49.617
Sergipe	92.029	11.725	70.593	40.622	1.120	333	163.742	52.680
Total	2.240.352	655.298	1.472.454	575.956	226.879	42.919	3.939.685	1.274.173

Fonte: BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

⁷ O montante de cerca de R\$ 1,3 bilhão refere-se tão somente às propostas que já se encontram em tramitação no BNB.

Em termos setoriais, a distribuição das propostas do FNE em carteira era a seguinte no final de 2020: 23,0% no Industrial; 35,1% no Comércio e Serviços; 24,9% no Rural; 10,4% no Turismo; e 6,7% na Agroindústria. O Setor de Comércio e Serviços, que em 2019 representava 19,9% do volume em carteira, apresentou significativo aumento em sua representatividade diante dos demais setores, com 35,1% das propostas em carteira em 2020. Em seguida, o Setor Rural obteve maior representatividade, alcançando 24,9% em 2020, ante 11,2% em 2019. Turismo e Agroindústria, assim como os anteriores, evoluíram diante da participação em 2019. O Setor Industrial foi o único a reduzir sua participação, de 59,4% em 2019, para 23,0% no ano seguinte (Tabela 90).

Tabela 90 - FNE - Propostas em carteira por setor e programa - 2020

Setores e Programas	Valor em Carteira (R\$ mil)	%
Rural	316.965	24,9
FNE Rural	217.555	17,1
FNE Irrigação	46.446	3,7
Pronaf - Grupo A	27.967	2,2
Pronaf - Demais Grupos	5.409	0,4
FNE Verde	8.394	0,7
FNE Inovação	10.475	0,8
FNE Aquipesca	719	0,1
Agroindustrial	84.972	6,7
FNE Agrin	84.165	6,6
FNE Verde	807	0,1
FNE MPE	-	-
Industrial	293.155	23,0
FNE Industrial	84.764	6,7
FNE Verde	2.816	0,2
FNE Inovação	183.067	14,4
FNE MPE	22.508	1,8
Turismo	132.432	10,4
FNE Proatur	123.672	9,7
FNE Verde	1.710	0,1
FNE MPE	7.050	0,6
Comércio e Serviços	446.649	35,1
FNE Comércio e Serviços	262.832	20,6
FNE PNMPPO	2	-
FNE Verde	57.743	4,5
FNE Inovação	9.440	0,7
FNE MPE	116.632	9,2
Total	1.274.173	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

6.4 Composição da conta de provisão

A provisão para perdas em operações de crédito, na contabilidade do FNE, é regulamentada pelas Portarias Interministeriais nº 11, de 28.12.2005, nº 46, de 07.03.2007 e nº 244, de 14.10.2008.

Na apuração dos valores a serem contabilizados a título de provisão, serão consideradas as parcelas de principal e encargos com atraso superior a 180 dias, conforme o disposto no Art. 3º da Portaria Interministerial nº 11, observado o percentual de risco atribuído ao Fundo em cada operação, conforme segue:

- a) operações com risco integral do FNE: 100% (cem por cento) do valor das parcelas de principal e encargos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias;
- b) operações com risco compartilhado entre o FNE e o Banco: 50% (cinquenta por cento) do valor das parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias;
- c) e nas operações com risco integral do BNB, operações de repasse a outras instituições e operações de repasse ao BNB: 0% (zero por cento) do valor das parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Conforme se pode observar na Tabela 91, a constituição de provisão para perdas em operações de crédito, em 2020, foi de R\$ 868,8 milhões, e em se tratando de operações baixadas para prejuízo, o montante foi de R\$ 889,4 milhões.

Tabela 91 - FNE - Movimentação da provisão e do prejuízo - 2020

Especificação	Valor (R\$ mil)
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	486.024
. Risco Integral do FNE	160.483
. Risco Compartilhado	325.541
(+) Constituição de Provisão Líquida	752.424
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	752.424
. Risco Integral do FNE	296.961
. Provisão por Atraso/Renegociações	296.964
. Ajustes de Provisão por Deságio	-3
. Risco Compartilhado	455.463
. Provisão por Atraso/Renegociações	459.800
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	-4.337
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Semestre	-837.958
. Risco Integral do FNE	-330.163
. Risco Compartilhado	-507.795
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	400.490
. Risco Integral do FNE	127.281
. Risco Compartilhado	273.209

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Ressalte-se que não há constituição de provisões nas contas do FNE para rebates sobre encargos, bônus de adimplência e dispensa de correção monetária, porquanto não foram definidas, na legislação dos Fundos Constitucionais, regras para apuração e contabilização dessas provisões e o Banco não está autorizado a definir tais regras.

6.5 Critérios de enquadramento

- ✓ Por classificação do risco do crédito

As aplicações com o risco compartilhado entre o FNE e o BNB detiveram 89,1% do saldo das aplicações e 1,4% de inadimplência (Tabela 91).

Tabela 92 - FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por risco⁽¹⁾ - 2020

Tipo de Risco	Saldo Aplicações ⁽¹⁾ (R\$ mil)	Aplicações por Tipo de Risco (%)	Valores em R\$ mil	
			Saldo em Atraso (R\$ mil)	Saldo em Atraso por Tipo de Risco (%)
Integral BNB	908.060	1,1	6.129	0,7
Exclusivo FNE	7.869.800	9,8	389.223	4,9
Compartilhado FNE / BNB	71.553.369	89,1	997.267	1,4
Total	80.331.229	100,0	1.392.619	1,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

✓ Por faixa de risco dos tomadores

Os tomadores de crédito classificados quanto ao risco na letra H detiveram 76,92% do total dos valores dos saldos em atraso, com apenas 6,33% do total do saldo das aplicações (Tabela 93).

Tabela 93 - FNE - Saldos das aplicações e inadimplência por risco do tomador⁽¹⁾ - 2020

Risco do Tomador	Aplicações	Atraso	(%)
AA	41.965.312	32.483	0,1
A	22.035.718	11.894	0,1
B	6.277.583	154.523	2,5
C	2.231.678	35.160	1,6
D	967.317	25.810	2,7
E	690.366	19.524	2,8
F	538.176	26.382	4,9
G	538.884	15.649	2,9
H	5.086.195	1.071.194	21,1
Total	80.331.229	1.392.619	1,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Ressalte-se que a classificação constante na Tabela 93 refere-se à posição na data 31.12.2020 e não na data de contratação da operação. A classificação de risco de um cliente após a contratação pode sofrer degradação ao longo do tempo, em face da piora na capacidade de pagamento do cliente e/ou inadimplência de seus compromissos de crédito junto à Instituição.

7. RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

7.1 Renegociação de dívidas de acordo com a Lei nº 7.827/1989 e demais medidas vigentes

Em 2020, foram renegociadas 154.471 operações de crédito no âmbito do FNE, que estavam em situação de Prejuízo ou com o mínimo de 61 dias de atraso, implicando a regularização de dívidas no montante aproximado de R\$ 2,4 bilhões. Tais regularizações propiciaram recebimento, em espécie, de R\$ 253,8 milhões, equivalentes a 10,55% do total recuperado (Tabela 94).

Tabela 94 - FNE - Regularização de dívidas/2020

Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Valores em R\$ mil	
				Total Recuperado	% Regularização
Alagoas	7.047	10.998	56.285	67.283	2,80
Bahia	22.245	42.445	274.867	317.313	13,20
Ceará	26.481	56.449	682.104	738.553	30,71
Espírito Santo	373	9.071	32.917	41.988	1,75
Maranhão	12.540	30.400	190.357	220.758	9,18
Minas Gerais	9.746	11.481	93.227	104.708	4,35
Paraíba	15.561	12.262	119.177	131.439	5,47
Pernambuco	24.765	25.945	357.760	383.705	15,96
Piauí	19.911	20.569	200.796	221.365	9,21
Rio Grande do Norte	11.537	11.601	90.883	102.484	4,26
Sergipe	4.265	22.593	52.503	75.096	3,12
Total	154.471	253.815	2.150.877	2.404.692	100,00

Fonte: Ambiente de Recuperação de Crédito.

Ainda de acordo com a Tabela 94, o valor renegociado foi de R\$ 2,1 bilhões, distribuídos pelos diversos setores econômicos, inclusive no Pronaf, cujas renegociações de 2020 tiveram fortes impactos em relação à regularização de dívidas, conforme apresentado na Tabela 95.

Tabela 95 - FNE - Renegociação de dívidas - 2020

Programa	Valores em R\$ mil	
	Quantidade de Operações	Valor Total Regularizado
Pronaf	139.722	514.668
Não Pronaf	24.570	1.890.024
Total	164.292	2.404.692

Fonte: BNB/Ambiente de Recuperação de Crédito.

O esforço empreendido pelo Banco, visando reduzir os indicadores de inadimplência, é reflexo de uma política de gestão dos créditos em situação de atraso ou prejuízo. Destacam-se as seguintes ações estratégicas com foco especial nos valores mais expressivos:

- a) definição e divulgação de melhores práticas de recuperação de crédito nas áreas de controle, segurança e apoio operacionais, possibilitando o cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva, com vistas a preservar a qualidade dos ativos do Banco;
- b) disseminação e acompanhamento diário dos resultados do Programa de Ação do Indicador Regularização de Dívidas;
- c) sistematização de reuniões com parceiros institucionais externos para esclarecimentos e difusão das condicionantes necessárias à contemplação dos benefícios previstos nos Instrumentos Legais de Renegociação de Dívidas vigentes (Resoluções do Conselho Monetário Nacional-CMN n°s 4.782, 4.798, 4.801, 4.802 e 4.840);
- d) difusão contínua em mídia externa para produtores rurais com condições de enquadramento nas disposições dos instrumentos de renegociações de dívidas;
- e) monitoramento dos resultados obtidos nas regularizações de dívidas amparadas em legislações específicas, a exemplo das Resoluções vigentes no ano18;
- f) realização periódica de Reuniões de Trabalho e de conferências com os funcionários das Gerências de Reestruturação de Ativos (GERATs), Superintendências Estaduais e Ambiente, visando analisar o desempenho de cada Unidade com o direcionamento de ações para melhoria dos

resultados, envolvendo as Centrais de Crédito, Centrais Regionais de Controle Interno e Ambiente de Contencioso Jurídico;

- g) constante revisão do fluxo de renegociação de dívidas, com o propósito de simplificar o processo, mantendo elevados níveis de controle e governança;
- h) constante revisão dos Instrumentos Normativos internos, visando às melhores condições de enquadramento para regularização de dívidas;
- i) realização de estudo dos roteiros e ferramentas utilizados na verificação de conformidade das propostas de renegociação de dívidas, com o objetivo de promover a elevação dos níveis de conformidade deste produto;
- j) obrigatoriedade de confirmação da verificação de autoconformidade das propostas de renegociação ou liquidação de dívidas com redução de valor, quando do cadastramento das operações no SIAC;
- k) reforço sistemático nas videoconferências, nos treinamentos internos e nos Fóruns de Gestão em que a Autoverificação de Conformidade é uma atividade realizada em 1º nível pela unidade executora para reparação de todas as exigências originadas de leis, disciplinamentos normativos, despachos das alçadas, laudos, recomendações das áreas técnicas do BNB ou dos ambientes gestores do processo/produto, e que cabe aos seus gestores certificarem-se de que o roteiro foi aplicado na minuta/versão corretas, e que foi respondido, assinado e/ou anexado no Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED-S557);
- l) monitoramento diário do cumprimento dos prazos normativos referentes à instrução da Autorização de Cobrança Judicial (ACJ);
- m) as medidas legais constituem importantes mecanismos de recuperação de crédito, em particular dos valores inadimplidos, pelo que se reforça continuamente o apelo para que as unidades operadoras busquem o enquadramento do maior número possível de operações, com vistas à melhoria contínua dos resultados corporativos.

7.2 Ações de enfrentamento aos impactos negativos da pandemia covid-19 na economia

No âmbito de sua responsabilidade, o Ambiente de Recuperação de Crédito implementou diversas ações para minimizar os efeitos negativos na economia causados pela pandemia de Covid-19. Os números da Tabela 96, adiante, registram os resultados dessas ações, cujo detalhamento é apresentado em seguida.

Tabela 96 - FNE - Regularizações de operações realizadas em 2020 com base nas Resoluções CMN nº 4.782, 4.798, 4.801/4.840 e 4.802

Valores em R\$ mil			
Instrumentos Legais	Quant. Operações	Quant. Clientes	Valor Regularizado
Resol. CMN nº 4.782	10.409	6.577	3.685.431
Resol. CMN nº 4.798	91.648	58.714	43.557.503
Resol. CMN nº 4.801/4.840	249.282	156.249	597.293
Resol. CMN nº 4.802	1.477	1.115	57.423
Total	352.816	222.655	47.897.651

Fonte: Ambiente de Recuperação de Crédito.

- a) Ação 1 - RENEGOCIAÇÃO EMERGENCIAL - Instrumento específico para renegociação de dívidas (Res. CMN nº 4.782/20). O Banco do Nordeste implementou instrumento corporativo de renegociação das operações cujo público-alvo foram os empreendimentos, pessoas físicas ou jurídicas, que tiveram déficit de caixa, em função dos efeitos da pandemia Covid-19. Tal instrumento permitiu a suspensão das parcelas imediatamente vincendas e a extensão do prazo final das operações. Essa renegociação foi direcionada às operações descritas na Res. CMN nº 4.782, isto é, operações não caracterizadas como créditos problemáticos. Referida resolução definiu um tratamento específico a ser dado pelas instituições financeiras quanto ao provisionamento relacionado às operações de crédito reestruturadas por conta da pandemia Covid-19.
- b) Ação 2 - RES. CMN Nº 4.798/2020 - Instrumento específico para renegociação de dívidas. O Banco do Nordeste implementou medidas para cumprimento das disposições da Resolução CMN nº 4.798. Referida resolução autorizou a suspensão do pagamento pelos mutuários das

prestações vencidas ou vincendas no período de 08/01 a 31/12/2020, de operações de crédito não rurais lastreadas com recursos do FNE, bem como a prorrogação do vencimento final dessas operações pelo mesmo período da suspensão. As ações adotadas ao amparo da referida resolução foram as seguintes:

- ✓ Implementação de procedimento automatizado para suspensão das prestações vencidas e vincendas em 2020;
- ✓ Implementação de instrumento corporativo para renegociação das operações passíveis de enquadramento;
- ✓ Disponibilização aos clientes de ferramentas digitais para a concretização das renegociações com prorrogação do vencimento final das operações através da internet e por meio do aplicativo do Banco.

c) Ação 3 - RES. CMN Nº 4.801/2020 - Instrumento específico para renegociação de dívidas. O Banco do Nordeste implementou instrumento corporativo de renegociação de operações conforme disposições da Res. CMN nº 4.801. Referida resolução autorizou a prorrogação do vencimento das prestações de operações de crédito rural vencidas no período de 01/01 a 14/12/2020 para vencerem em 15/12/2020 (conforme redação dada pela Res. CMN nº 4.840). As ações adotadas ao amparo da referida resolução foram as seguintes:

- ✓ Implementação de instrumento corporativo para renegociação das operações passíveis de enquadramento;
- ✓ Disponibilização aos clientes de ferramentas digitais para a concretização das prorrogações do vencimento das prestações através da internet e por meio do aplicativo do Banco.

d) Ação 4 - RENEGOCIAÇÃO COMPLEMENTAR - Instrumento específico para renegociação de dívidas complementando as renegociações realizadas anteriormente pela Res. CMN 4.798/20. O Banco do Nordeste implementou instrumento corporativo de renegociação de operações como medida complementar à Res. CMN nº 4.798, de forma a buscar mitigar os impactos financeiros dos setores de atividade mais impactados

pela pandemia Covid-19. A Res. 4.798/2020 estabeleceu o mês de janeiro/2021 como vencimento inicial das parcelas suspensas. Tendo em vista que neste período ainda perduravam os efeitos negativos da pandemia de Covid-19, o BNB implementou instrumento de renegociação para auxiliar os setores impactados pela pandemia, conforme Portaria nº 20.809 de 14/09/2020 complementada pelo estudo do Etene intitulado “Proposta de Classificação de Nível de Impacto para as Atividades Econômicas Impactadas pela Pandemia do Coronavírus, segundo Portaria nº 20.809/2020, do Ministério da Economia.” Este instrumento de renegociação possibilitou a extensão do período de carência e de prazo final por mais até 6 meses após o prazo inicialmente definido pela Res. 4.798/2020.

8. VALORES DESEMBOLSADOS⁸

✓ Por UF

Os estados da Bahia e do Ceará desembolsaram os maiores volumes de recursos em 2020 (22,6% e 15,1%, respectivamente). Os demais desembolsos foram distribuídos entre os demais estados da área de abrangência do FNE (Tabela 97).

Tabela 97 - FNE - Valores desembolsados por UF - 2020

UF	Desembolsos (R\$ mil)	Participação UF (%)
Alagoas	873.037,60	3,3
Bahia	6.065.763,98	22,6
Ceará	4.048.025,52	15,1
Norte do Espírito Santo	409.551,93	1,5
Maranhão	2.864.024,33	10,7
Norte de Minas Gerais	1.367.167,41	5,1
Paraíba	1.393.316,98	5,2
Pernambuco	3.351.679,66	12,5
Piauí	2.342.130,77	8,7
Rio Grande do Norte	3.202.739,40	11,9
Sergipe	890.203,60	3,3
Total	26.807.641,17	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

⁸ Neste item incluem-se os valores de desembolso de Infraestrutura.

✓ Por setor

No Setor Rural, os valores desembolsados atingiram o montante aproximado de R\$ 7,3 bilhões, o equivalente a 27,4% do total. A Bahia foi contemplada com o maior percentual (27,5%), seguida pelo Piauí (15,4%) e Maranhão (15,0%).

Em conjunto, os três estados alcançaram quase 58,0% do total de desembolsos do Setor. Outros programas do Setor Rural foram responsáveis por 10,2% dos desembolsos (Tabela 98).

Tabela 98 - FNE - Valores desembolsados por programa - Setor Rural - 2020

UF	Valores em R\$ mil						
	Pronaf A	Pronaf B	Pronaf-Demais	Aquicultura e Pesca	FNE Verde	Rurais - Outros	Total
Alagoas	2.066,07	134.716,98	145.794,35	-	10.741,59	29.347,79	322.666,77
Bahia	6.579,69	605.503,43	1.258.667,44	2.181,48	10.861,79	136.231,72	2.020.025,56
Ceará	12.809,19	317.393,57	102.891,40	3.220,59	971,55	89.657,69	526.943,99
Espírito Santo	271,84	2.634,96	66.518,71	-	673,25	6.759,39	76.858,15
Maranhão	20.508,46	278.495,89	722.546,77	3.234,87	6.624,78	72.323,70	1.103.734,48
Minas Gerais	1.477,63	241.968,15	319.039,36	-	13.374,53	48.570,12	624.429,78
Paraíba	4.992,42	221.519,89	95.145,64	3.984,04	587,13	40.807,69	367.036,82
Pernambuco	13.618,39	291.985,60	227.776,75	-	12.106,01	86.631,04	632.117,79
Piauí	12.098,14	287.642,14	744.895,65	4.814,73	2.157,29	80.013,55	1.131.621,50
Rio Grande do Norte	7.669,50	132.940,03	62.961,71	3.462,61	992,81	31.513,59	239.540,25
Sergipe	3.726,81	83.903,04	156.179,69	734,13	1.392,86	45.939,23	291.875,76
Total	85.818,13	2.598.703,69	3.902.417,48	21.632,46	60.483,58	667.795,51	7.336.850,86

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O montante desembolsado nos demais setores foi de aproximadamente R\$ 19,5 bilhões, equivalendo a 72,6% do total. As participações mais importantes são da Bahia (20,8%), do Ceará (18,1%) e do Rio Grande do Norte (15,2%), absorvendo, juntos, 54,1% do total de desembolsos dos “Demais setores” (Tabela 99). Comparativamente a 2019, houve um crescimento de 25,7% no valor total desembolsado nos “Demais Setores”. Considerando o desembolso por programa, o crescimento em relação a 2019 variou de 9,9% (Agroindustrial) a 164,8% (FNE-verde). Apenas no FNE-El observou-se redução, de -41,6%.

Tabela 99 - FNE - Valores desembolsados por programa - Demais Setores - 2020

Valores em R\$ mil										
UF	Agro-industrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Inovação	FNE Verde	FNE-MPE	FNE-EI	Total
Alagoas	49.670,00	97.618,60	37.264,43	21.611,72	188.241,66	12.594,39	12.760,64	130.471,01	138,38	550.370,84
Bahia	46.533,15	368.657,55	88.680,26	1.856.457,06	849.760,52	91.714,99	34.507,71	709.080,69	346,48	4.045.738,42
Ceará	32.562,85	726.231,53	69.367,01	1.227.308,29	693.012,05	10.001,56	139.211,16	621.510,16	1.876,91	3.521.081,53
Espírito Santo	33.449,97	55.039,31	2.909,82	-	70.647,53	85.345,28	11.068,04	74.233,83	-	332.693,78
Maranhão	324,00	168.983,70	15.050,06	765.237,62	440.778,11	-	22.443,32	346.658,57	814,47	1.760.289,85
Minas Gerais	7.198,17	78.294,61	8.883,69	287.797,91	98.673,97	52.290,09	33.659,63	174.652,26	1.287,30	742.737,63
Paraíba	60.088,61	159.310,35	24.167,85	227.810,01	303.505,05	9.041,62	19.407,01	222.834,19	115,46	1.026.280,15
Pernambuco	77.656,32	297.065,05	123.417,12	858.518,52	640.287,99	116.777,49	65.008,03	540.664,07	167,28	2.719.561,88
Piauí	26.901,95	118.218,72	16.324,87	557.873,34	207.987,47	765,00	39.977,19	241.850,51	610,22	1.210.509,27
Rio Grande do Norte	5.078,44	137.162,33	65.676,93	1.899.250,73	243.543,08	5.755,38	310.932,86	295.645,87	153,54	2.963.199,15
Sergipe	23.742,00	154.513,04	11.825,80	16.880,34	181.210,65	19.273,63	11.613,07	178.914,09	355,22	598.327,84
Total	363.205,47	2.361.094,78	463.567,84	7.718.745,54	3.917.648,08	403.559,45	700.588,66	3.536.515,25	5.865,25	19.470.790,31

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por porte

Os agricultores familiares foram responsáveis pelo maior desembolso do Setor Rural (43,6%). Somando os familiares aos mini e pequenos produtores rurais, o percentual atingiu 68,2%. Os produtores de médio porte, por sua vez, receberam o segundo maior volume de recursos do FNE Rural, com acesso a 16,4% dos desembolsos (Tabela 100).

Tabela 100 - FNE - Valores desembolsados por porte - Setor Rural - 2020

Valores em R\$ mil							
UF	Agricultor Familiar	Mini	Pequeno	Pequeno-Médio	Médio	Grande	Total
Alagoas	157.037,89	30.069,79	55.220,58	6.236,84	13.886,96	60.214,71	322.666,77
Bahia	725.167,92	90.304,74	372.035,14	221.826,87	565.236,94	45.453,94	2.020.025,56
Ceará	385.359,29	119.191,85	6.115,29	4.749,05	4.484,31	7.044,21	526.943,99
Espírito Santo	9.436,37	7.370,67	45.728,58	7.200,04	7.122,49	-	76.858,15
Maranhão	356.289,57	122.935,47	214.202,82	166.346,27	144.728,59	99.231,76	1.103.734,48
Minas Gerais	284.286,53	38.055,04	148.749,86	40.768,77	32.868,38	79.701,20	624.429,78
Paraíba	253.860,52	41.358,80	32.101,69	4.751,82	33.349,94	1.614,05	367.036,82
Pernambuco	377.447,78	58.011,62	76.663,71	6.326,48	40.099,47	73.568,72	632.117,79
Piauí	356.222,76	69.324,97	82.823,13	139.568,31	343.049,96	140.632,36	1.131.621,50
Rio Grande do Norte	164.975,62	43.990,37	13.609,89	6.849,78	1.684,24	8.430,36	239.540,25
Sergipe	127.417,63	58.381,72	80.739,81	5.376,70	19.959,90	-	291.875,76
Total	3.197.501,87	678.995,02	1.127.990,51	610.000,94	1.206.471,19	515.891,33	7.336.850,86

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nos “Demais Setores”, o maior percentual de desembolsos contemplou os empreendimentos de grande porte (49,0%), seguidos de longe pelos de médio (19,0%) e pequeno portes (18,0%) (Tabela 101).

Tabela 101 - FNE - Valores desembolsados por porte - demais setores - 2020

UF	Valores em R\$ mil								
	Empreendedor Individual	Micro	Mini	Pequeno	Pequeno-Médio	Média	Grande	Pessoa Física (1)	Total
Alagoas	119,14	58.025,91	410,64	140.789,15	58.459,92	163.340,25	123.152,92	6.072,91	550.370,84
Bahia	190,91	217.377,50	1.326,04	717.581,32	227.017,61	559.962,27	2.300.856,08	21.426,70	4.045.738,42
Ceará	1.501,90	397.365,23	1.201,32	622.248,49	227.302,27	1.070.502,08	1.178.217,80	22.742,44	3.521.081,53
Espírito Santo	25,54	7.032,44	19,99	74.287,92	23.205,97	74.189,57	152.668,26	1.264,09	332.693,78
Maranhão	362,61	128.688,07	960,71	334.220,07	92.087,14	217.634,27	973.573,65	12.763,33	1.760.289,85
Minas Gerais	876,96	72.730,73	749,53	160.917,25	73.720,29	53.883,88	372.357,03	7.501,96	742.737,63
Paraíba	72,68	102.207,37	987,08	221.888,94	97.484,52	408.252,35	183.358,94	12.028,27	1.026.280,15
Pernambuco	129,49	106.079,08	219,83	540.029,96	182.653,42	622.957,91	1.256.452,88	11.039,30	2.719.561,88
Piauí	461,64	135.455,58	2.007,13	228.047,23	66.598,47	175.289,85	579.013,68	23.635,70	1.210.509,27
Rio Grande do Norte	141,57	73.987,16	726,08	290.870,39	100.689,02	188.809,39	2.295.200,80	12.774,74	2.963.199,15
Sergipe	150,57	74.647,86	10.725,76	166.075,78	62.105,11	160.430,16	119.277,46	4.915,15	598.327,84
Total	4.033,00	1.373.596,93	19.334,10	3.496.956,50	1.211.323,74	3.695.251,97	9.534.129,50	136.164,57	19.470.790,31

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Específica do Pronaf

Os desembolsos do Pronaf alcançaram o montante de R\$6,6 bilhões, em 2020, representando 89,8% do total de desembolsos do Setor Rural, no exercício. Destaca-se o grupamento Pronaf-Demais, com R\$ 3,9 bilhões de desembolso (Tabela 102).

Tabela 102 - FNE - Valores desembolsados - Pronaf - 2020

				Valores em R\$
UF	Pronaf A	Pronaf B	Pronaf-Demais	Total
Alagoas	2.066.065,04	134.716.975,22	145.794.351,09	282.577.391,35
Bahia	6.579.693,71	605.503.433,65	1.258.667.443,36	1.870.750.570,72
Ceará	12.809.188,86	317.393.574,04	102.891.403,37	433.094.166,27
Espírito Santo	271.842,56	2.634.958,51	66.518.711,22	69.425.512,29
Maranhão	20.508.458,67	278.495.893,27	722.546.772,48	1.021.551.124,42
Minas Gerais	1.477.625,36	241.968.148,56	319.039.363,52	562.485.137,44
Paraíba	4.992.419,34	221.519.892,49	95.145.641,40	321.657.953,23
Pernambuco	13.618.386,47	291.985.602,76	227.776.748,24	533.380.737,47
Piauí	12.098.135,49	287.642.141,26	744.895.651,35	1.044.635.928,10
Rio Grande do Norte	7.669.501,86	132.940.032,11	62.961.708,50	203.571.242,47
Sergipe	3.726.811,50	83.903.039,25	156.179.688,39	243.809.539,14
Total	85.818.128,86	2.598.703.691,12	3.902.417.482,92	6.586.939.302,90

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por risco de crédito

Do total de valores desembolsados em 2020, 88,1% representaram risco compartilhado, 10,6% risco FNE e 1,3% risco do BNB, conforme especificado na Tabela 103.

Tabela 103 - Valor desembolsado por risco de crédito em 2020

Tipo de Risco	Valor Desembolsado (R\$)	%
Risco do Banco	360.105.472,91	1,3
Risco Compartilhado	23.617.077.006,39	88,1
Risco 100% FNE	2.830.458.688,45	10,6
Total	26.807.641.167,75	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por faixa de risco dos tomadores

Quanto aos valores desembolsados por faixa de risco dos tomadores em 2020, 42,5% estavam na faixa AA, 27,8% na faixa A e 15,5% na faixa B, de acordo com a Tabela 104.

Tabela 104 - Valor desembolsado por faixa de risco do tomador em 2020

Faixa de Risco do Tomador	Valor Desembolsado (R\$)	%
A	7.454.807.410,11	27,8
AA	11.389.038.506,96	42,5
B	4.152.264.747,21	15,5
C	204.971.383,32	0,8
D	60.270.231,62	0,2
E	6.488.847,01	0,0
F	3.088.777,29	0,0
G	2.883.538,59	0,0
H	9.338.915,36	0,0
Sem Nota	3.524.488.810,28	13,1
Total	26.807.641.167,75	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

9. GESTÃO DO FUNDO PELO BANCO OPERADOR

9.1 Formação de Alianças Institucionais

Distintas ações de articulação institucional foram desenvolvidas ao longo do ano de 2020. Nessa articulação, destaca-se a atuação sistemática das Agências, Superintendências Estaduais e Direção Geral do BNB, em articulação com governos estaduais, municipais e demais atores locais, com o objetivo de divulgar o FNE e efetivar negócios. Destacam-se as ações apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Alianças Institucionais vigentes em 2020

Abrangência	Instituição	Objetivo
Área de atuação do FNE	ABDE - Associação dos Bancos de Desenvolvimento e Agências de Fomento	Representar o BNB institucionalmente, visto o mesmo ser associado, e disseminar as suas formas de atuação e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	Associação Brasileira de Franchising - ABF	Estabelecer, entre os partícipes, ações cooperadas e coordenadas que viabilizem a concessão de créditos às empresas franqueadoras e franqueadas associadas à ABF, possibilitando elevar os níveis de qualidade, eficiência e rentabilidade do trabalho por elas desenvolvido, mediante a realização de operações de financiamento e empréstimos para investimentos, aquisição isolada de matérias-primas, insumos e mercadorias, além de isolada de máquinas, veículos e equipamentos.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Área de atuação do FNE	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - Abimaq	Estabelecer a conjugação de esforços entre o BNB e a ABIMAQ, visando à disponibilização de linhas de crédito às sociedades empresárias associadas da ABIMAQ, aos seus sócios, empregados e clientes.
Área de atuação do FNE	Abegás - Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	ACRJ - Associação Comercial do Rio de Janeiro	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	AHK Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	Amcham Brasil Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	Crea RJ - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	FGV RJ (FGV ENERGIAS, dentre outras)	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	Firjan - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	Funcex - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	LAB GT - Laboratório de Inovação Financeira (Organizadores Bid, Cvm, Abde, Giz)	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	NBCC - Norwegian Brazilian Chamber of Commerce	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	Sebrae RJ	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.
Área de atuação do FNE	UK Export Finance	Representar o BNB institucionalmente e disseminar as formas de atuação do Banco e condições de apoio aos investidores e parceiros na área da Sudene.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Área de atuação do FNE	Water.org	Melhorar a estrutura hídrica rural, uso e reúso da água por comunidades rurais na Região Nordeste.
Área de atuação do FNE	Arezzo	Renovação de acordo de cooperação com a franqueadora para a concessão de crédito em condições diferenciadas junto aos seus franqueados.
Área de atuação do FNE	Boticário	Renovação de acordo de cooperação com a franqueadora para a concessão de crédito em condições diferenciadas junto aos seus franqueados.
Alagoas	Seinfra - Sindicato da Infraestrutura	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	CPLA - Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Cooperativa Pindorama	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Associação dos Panificadores de Alagoas	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Log Estratégia	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Fecomércio AL	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	CRC AL	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Fetag AL	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Maceió Antares	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Emater AL	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Sebrae AL	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Mapa SFA AL	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Seagri	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Prefeitura de Arapiraca	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Fundepes	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Sindipan	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Fiea - Federação das Indústrias do Estado de Alagoas	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Alagoas	Ufal - Universidade Federal de Alagoas	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Secti - Secretaria de Ciência e Tecnologia	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	IBGE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	IRT	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Alba	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Bahia	Secult BA	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	IBNA FOCCO	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Desenbahia	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Conab	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Faceb	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Sema	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Codevasf	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Sefaz ba	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Seagri	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Dnocs	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Fieb	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Seplan Ba	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	BAHIA TEC/LBOR	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	SDE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	CCP BA	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	BAHIA PESCA	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Oleb	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Setre	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Faeb Senar	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	SDR Bahia Ter	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Senai	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Bahia	Seplan	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Abad - Associação Brasileira de Atacadista e Distribuidores de Produtos Industrializados	Promover a divulgação e a concessão de linhas de crédito do FNE para investimento e capital de giro, FNE SOL, Cartão BNB, às sociedades empresariais associadas.
Ceará	Associação dos condutores de veículos automotores	Promover a divulgação e a concessão de linhas de crédito do FNE para investimento e capital de giro, FNE SOL, Cartão BNB, às sociedades empresariais associadas.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Ceará	Sindicato dos taxistas do Ceará - Sinditaxi	Promover a divulgação e a concessão de linhas de crédito do FNE para investimento e capital de giro, FNE SOL, Cartão BNB, às sociedades empresariais associadas.
Ceará	Conselho Regional de Contabilidade do Ceará- CRC/CE	Promover a divulgação e a concessão de linhas de crédito do FNE para investimento e capital de giro, FNE SOL, Cartão BNB, às sociedades empresariais associadas.
Ceará	Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Ceará	Promover a divulgação e a concessão de linhas de crédito do FNE para investimento e capital de giro, FNE SOL, Cartão BNB, às sociedades empresariais associadas.
Ceará	Sindicato dos Contabilistas do Estado do Ceará e a Associação dos Contabilistas do Estado do Ceará	Promover a divulgação e a concessão de linhas de crédito do FNE para investimento e capital de giro, FNE SOL, Cartão BNB, às sociedades empresariais associadas.
Ceará	Sindicato das empresas prestadoras de serviços e do comércio do ramo de pet shops e clínicas veterinárias, escolas de adestramento de animais domésticos, canis, gatis e hotéis para animais domésticos do estado do Ceará - Sinpet-CE	Promover a divulgação e a concessão de linhas de crédito do FNE para investimento e capital de giro, FNE SOL, Cartão BNB, às sociedades empresariais associadas.
Ceará	Ematerce	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Fecomércio CE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Sebrae CE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Dnocs	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Seinfra	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	SRH	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Sedet	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Ceará	Ipece	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Marquise	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	CNI	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Camed	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Fiec Núcleo energia	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Mapa CE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Cal Fortaleza	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Embrapa	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Cambi	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Sedet CE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Sincopeças	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	DAS	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Fiec	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Seplag	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Ceará	Faec	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo - Fetaes	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Galcromo Indústria e Comércio	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Costanox Aços Inoxidáveis	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Associação Comercial de Vitória	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Vitória Stones	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	A & R Consultoria e Treinamento Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Espírito Santo	AG Consultores Independentes Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	BNG Metal Mecânica	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Ápice Projeto de Gestão	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	WEFOR SPG Inovação	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Chronus Soluções Em Engenharia	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Planeta Pedra Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	RRC Limpeza E Manutenção	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Mindworks	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Lubiana Assessoria Financeira	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Costa Granitos Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Seagri ES	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	MEGA Sistemas Corporativos ES	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Cesan	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Instituto Jones dos Santos Neves	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	IMG Aliança Construção e Serviços	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Sanevix Engenharia Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Datainfo	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Getpower Energia	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Galcromo Indústria e Comércio	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	ES3D Usinagem	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Espírito Santo	Sindiplastest	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Tubo News Construção E Montagens	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Arca Ambiental	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	FCP&G - Fórum Capixaba do Petróleo e Gás / Findes	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Faes - Federação da Agricultura do Espírito Santo	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Aderes - Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Espírito Santo	Fapes - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Conselho de Economia do Estado do MA	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Mapa	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Fiema	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Fetaema	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Agerp	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Crc MA	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Imesc	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Sinfra	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Cesma	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Saf MA	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Seplan MA	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Uema	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Maranhão	Sepe Gov MA	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Sagrima	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Itermas	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Sebrae MA	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Aged MA	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Seinc - Secretaria de Estado Indústria Comércio e Energia	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Maranhão	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão - Agerp	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	IDENE - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	INDI Agencia de Prospecção de Investimentos	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	THEO Empreendimento e Locação	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Adenor Agencia de Desenvolvimento	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Sinergia Comercio de Materiais	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Cariri Recicláveis Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Andrade Pimenta Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Fiemg	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	SOLCITY Energia Solar E Instalações	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Minas Gerais	Câmara Municipal de Montes Claros	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Triama Tratores	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	UAI TINTAS Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	P & L Conveniência Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Ifnmg	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Mister Shake Master Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	KOB E KOB'S Cosméticos do Brasil Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Sociedade Rural	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Sebrae MG	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	AGREGAR Comércio Atacadista e Distribuição	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Transprimo Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Comercial Adalmo Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	WW Transporte e Comércio Ltda	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Emater MG	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	LUBRICAR Lubrificantes Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Unimontes	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	HIDRA Projetos e Consultoria	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Transportes e Comércio de Frutas Santana Ltda.	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Minas Gerais	EMBALAMONTES Comércio de Embalagens	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	PET LIFE MAIA Serviços e Produtos Veterinários	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg)	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Minas Gerais	Sociedade Rural de Montes Claros	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Câmara de Dirigentes Lojistas de João Pessoa (CDL-JP)	Promover a divulgação e a concessão de linhas de crédito do FNE para investimento e capital de giro, FNE SOL, Cartão BNB, às sociedades empresárias associadas.
Paraíba	Fiep	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Asplan	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	UFPB Inova	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Epaer PB	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	SEPLAG PB	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Conab PB	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Fetag PB	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Faepa	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Fecomércio PB	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Cinep	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	SEAFDS	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Paraíba	SETDE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Ascom PB	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap)	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Paraíba	Associação Comercial da Paraíba	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Associação Comercial De Pernambuco	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - sara	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - Sedec	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco- semas	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Associação Municipalista de Pernambuco - Amupe	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Sindhospe - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde e Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas do Estado de Pernambuco	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Secretaria da Mulher de Pernambuco	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Senar PE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Secretaria Trabalho Emprego e Qualificação	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Agefep - Agencia de Fomento do Estado	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Pernambuco	Instituto de Terras de PE - Iterpe	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Jornal do Comércio	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Secretaria de Ciências Tecnologia e Inovações	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Fecomércio PE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	UFPE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Fiepe	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	CDL Recife	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Alepe	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Diário de PE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Folha de PE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Conab	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Agência Pernambucana de Águas e Clima	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Sindaçúcar	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Senac	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	ETC BIO	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Prorural	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Dnocs	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	UFRPE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Adagro	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Porto Digital	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Complexo Industrial e Portuário de Suape	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	FCDL	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Codevasf	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Prefeitura do Recife	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Fetra	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Femicro	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Pernambuco	AD Diper - Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Pernambuco	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - Fetape	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	Sindiloja PI	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	SAF PI	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	Semdec	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	Incra	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	Suparc	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	Conab	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	Seplan	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	Agrespi	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	GD AGRO	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	Secretaria de Governo - Segov	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	Secretaria de Agricultura Familiar do Piauí - SAF	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Piauí	Superintendência de Parcerias e Concessões - Suparc	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	Emater RN	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	Conab	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	CDL RN	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	SAPE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	Idema	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	Seplan	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	IMD/UFRN	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	Defesa Civil Estadual	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Rio Grande do Norte	IBGE RN	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	Fetarn	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	Fiern	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	Emparn	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	UFRN	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Rio Grande do Norte	Senar	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	ACESE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	ASEOPP	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Prumo Energia	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe - Fecomércio/SE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Faese - Federação dos Agricultores do Estado de Sergipe	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Associação Brasileira de Agências de Viagens - Abave	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Hidroplan CDL Aracaju	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	ALSHOP	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Agência Sanitária Municipal de Aracaju	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Seagri SE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Fanese	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Prosolar SE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Sedetec	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	ELO SOLARES	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	GTERRA Consultoria	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Grupo Tiradentes	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	OPTIMIZE ENG	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Corecon SE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	PROSPERAR	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	LAN Eventos	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Abrangência	Instituição	Objetivo
Sergipe	Sedurbs	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Sergiptec	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Sebrae SE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Rio Verde	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Eplac	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	EP Engenharia	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Codevasf	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Codise	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	ITP	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Proex IFS	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Mapa SFA SE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	EDS AGRO	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	PROJECT	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Fapitec SE	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.
Sergipe	Embrapa	Participação no processo de elaboração participativa da Programação FNE.

Fonte: BNB - Sistema 258. Nota: Constam as alianças institucionais por iniciativa e responsabilidade das Superintendências Estaduais e também da Direção Geral.

9.2 Ações realizadas com a finalidade de estimular o atendimento em espaços geográficos e segmentos prioritários, bem como estímulo a novos clientes

Diversas foram as ações empreendidas em 2020 para estimular o financiamento do setor produtivo na área de abrangência do FNE. Cabe destacar as ações descritas a seguir.

9.2.1 Ações para estimular o atendimento no Semiárido

Embora ainda caracterizada por um padrão de desenvolvimento inferior a outros subespaços regionais, a sub-região semiárida tem apresentado evoluções em sua dinâmica econômica. Alguns municípios considerados polos irradiadores

de externalidades positivas influenciam na dinâmica de outros municípios menores do entorno.

Relativamente aos municípios polos, atualmente totalizam 42 (excluídas as capitais estaduais), de acordo com o estabelecido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Deste total, 29 estão situados no Semiárido, a exemplo de Parnaíba (PI), Juazeiro do Norte (CE), Mossoró (RN), Campina Grande (PB), Petrolina (PE), Arapiraca (AL) e Vitória da Conquista (BA), dentre outras, considerados prioritários para efeito de alguns Eixos do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), sinalizando uma ação direcionada.

Cumprindo sua missão de atuar como banco de desenvolvimento, o BNB busca suprir, em sua área de atuação, grande parcela da lacuna referente ao crédito, especialmente por meio do FNE, de modo a contribuir para a transformação do cenário econômico regional e favorecer a redução das desigualdades econômicas, sociais e espaciais, especialmente no Semiárido.

O leque de linhas de financiamento setoriais e multissetoriais, no âmbito do FNE, apoia empreendimentos rurais e urbanos de todos os portes, desde agricultores familiares e microempreendedores individuais a empreendimentos de infraestrutura, fundamentais ao acúmulo de um plano de crescimento e de atração de investimentos à Região, desdobrando-se ao apoio de pessoas naturais, a exemplo de estudantes, por meio da linha FNE-Fies, de mini e micro geradores de energia fotovoltaica na linha FNE Sol, e até microempreendedores urbanos beneficiários da linha FNE PNMPPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado).

A partir do desafio de se manter aderente ao contexto da competitividade empresarial e atuante nos nichos mais modernos de crédito, o BNB, por meio do FNE, oferece opções para o financiamento de projetos de inovação (linha FNE Inovação) e para *startups* (FNE *Startups*), além de linhas voltadas ao segmento verde (FNE Verde), ao uso eficiente de recursos hídricos (FNE Água) e ao segmento da Saúde (pessoas jurídicas prestadoras de serviços e indústrias contido no Complexo Econômico Industrial da Saúde - Ceis).

Além de associar todas essas opções de apoio financeiro do FNE a fontes de recursos complementares, o BNB adota ações e metodologias diferenciadas, a exemplo da atuação do Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) e do Agente de Desenvolvimento, inclusive no apoio e sinergia junto a outras Iniciativas Federais (AgroNordeste e Programa Rotas da Integração), do microcrédito orientado no meio rural (AgroAmigo) e do Hub de Inovação do Nordeste. Atuando desta forma, o BNB tem mantido a sua presença em todos os 1990 municípios abrangidos pela área de atuação da Sudene e elevado, especialmente em 2020, o seu nível de cobertura em múltiplas operações, por município, com recursos do FNE.

Importante ressaltar que a própria política de crédito do FNE garante algumas situações de direcionamento prioritário ao Semiárido, a exemplo de maiores níveis de alavancagem de projetos de financiamento, maior limite de financiamento para capital de giro, encargos financeiros reduzidos por ocasião da incidência do redutor Fator Localização (FL), do qual são beneficiários parte dos municípios contidos nesse espaço, além de itens de financiamento específicos e exceções a vedações no âmbito dessa fonte de recursos. Há que se destacar o direcionamento obrigatório de pelo menos 50% dos ingressos anuais de recursos a essa porção do território regional, representando R\$ 5,1 bilhões em 2020.

Levando em conta somente os recursos do FNE, o BNB aplicou cerca de R\$ 14,1 bilhões no Semiárido. Para atingir esse patamar, foram importantes as ações relacionadas à organização de cadeias produtivas, desempenhada pelo Prodeter, graças à atuação do Agente de Desenvolvimento. Notadamente nos municípios em que não há agências físicas da Instituição, tais agentes lançam mão das agências itinerantes, que aliam o papel operacional de Banco à articulação para capacitação, inovação tecnológica, políticas públicas, estratégias associativas, assistência técnica e gerencial, dentre outros fatores imprescindíveis, principalmente aos produtores rurais do Semiárido.

O FNE Itinerante é também um dos instrumentos utilizados pelo BNB para levar o crédito ao Semiárido. Com tal instrumento, a Instituição busca promover e divulgar, de maneira prática e objetiva, as possibilidades de financiamento com

recursos do FNE às micro e pequenas empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs), especialmente no Setor de Comércio e Serviços.

Realizado desde 2010, o FNE Itinerante tem contado com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Sudene. O FNE Itinerante configura-se, prioritariamente, pela realização de encontros de informação e atendimento negocial em municípios onde não existem agências físicas do BNB (caracterizados por economias menos dinâmicas e, em função disso, com poucas operações contratadas com recursos do FNE) e localizados em espaços considerados prioritários, segundo preceitos emanados pela PNDR, em especial o Semiárido⁹.

A avaliação positiva dos eventos tem motivado sua continuidade e ampliação para outros municípios ano a ano, conforme apresentado na Tabela 105. Desde a sua criação, o instrumento já permitiu a realização de 1.074 eventos. Ressalte-se, no entanto, a atipicidade do ano de 2020, no início do qual se instalou uma crise sanitária mundial provocada pelo SARS-Cov2 (Covid 19). Em função de tal crise, o ofício BNB 2020/490-006, de 29 de abril de 2020) sugeriu a suspensão dos eventos do FNE Itinerante até que as condições sanitárias estejam em normalidade.

Tabela 105 - FNE Itinerante - 2010 - 2019

Eventos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
No Semiárido	9	41	57	84	59	107	144	111	37	90	739
Fora do Semiárido	2	24	11	16	41	82	70	46	23	20	335
Total	11	65	68	100	100	189	214	157	60	110	1074

Fonte: BNB - Ambiente de Políticas de Desenvolvimento. Eventos suspensos em 2020, em função da crise sanitária provocada pela Covid-19.

No que foi possível realizar, assim como em 2019, as ações do FNE Itinerante no ano de 2020 aconteceram em conjunto com o Prodeter, valendo-se da convergência existente entre ambos. Pelo mesmo motivo, o FNE Itinerante

⁹ Os municípios prioritários são aqueles que atendem a certos critérios coadunados às prioridades espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), notadamente em relação ao Semiárido.

alinhou-se às iniciativas governamentais do Programa AgroNordeste e do Rotas da Integração.

9.2.2 Ações para estimular o atendimento em áreas prioritárias da PNDR

Além da preocupação com as aplicações dos recursos do FNE no Semiárido, condições diferenciadas e ações têm sido implementadas para estimular o financiamento em áreas prioritárias da PNDR, por meio do atendimento, principalmente, aos beneficiários de menor porte e a captação de novos clientes. Dentre as condições diferenciadas e ações, merecem destaque:

- i) Limites de financiamento diferenciados para operações de investimento: maiores percentuais para as áreas de menor renda e de menor dinamismo; e limites especiais para o financiamento de empreendimentos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs);
- ii) Limites de financiamento diferenciados para operações de capital de giro isolado, inclusive para empresas exportadoras e maior limite para financiamentos localizados em municípios de Baixa Renda e de RIDEs;
- iii) Destinação de dotação de recursos específicos na Programação anual para serem aplicados nos municípios classificados nas tipologias prioritárias da PNDR e nas RIDEs;
- iv) Monitoramento da evolução das aplicações do FNE no âmbito dos espaços prioritários da PNDR (Semiárido, municípios de tipologias consideradas prioritárias e RIDEs), a partir de acompanhamentos semanais, mensais e trimestrais, com vistas a subsidiar as decisões negociais em âmbito estratégico e operacional visando ao cumprimento das metas estabelecidas^[1];

^[1] Esse processo tem gerado um relacionamento sistemático e periódico entre a Direção Geral (por meio da Superintendência de Políticas de Desenvolvimento) e as unidades de negócios das Superintendências Estaduais e Agências bancárias, quando são analisados a evolução das aplicações, o cenário conjuntural e as dificuldades para o alcance das metas propostas.

- v) Monitoramento da cobertura das aplicações do FNE no âmbito de todos os municípios da área de atuação do BNB, tanto com operações dos Programas FNE para os agricultores familiares (Pronaf) quanto operações dos outros Programas do FNE (Empresarial), por meio de relatórios sistemáticos.

9.2.3 Ações para estimular o atendimento no âmbito do Prodeter

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), um dos instrumentos por meio do qual se materializa a Política de Desenvolvimento Territorial do BNB, consolidou importantes resultados em termos de ganhos de competitividade das atividades econômicas objeto de estruturação.

Até o fim de 2020, o Programa contava com 132 Territórios/Projetos em andamento, divididos em três fases: a primeira fase composta por 21 projetos; a segunda, por 50 projetos; a terceira fase, com 61 projetos, cuja execução dos PATs (Planos de Ação Territorial) se iniciou em 2020. As fases primeira e segunda encontram-se com seus PATs em execução e monitoração.

Os PATs implementados nos primeiros 21 territórios abrangidos pelo Prodeter, bem como os 50 novos projetos da primeira expansão, para 2020, evidenciam resultados expressivos em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas. Observam-se avanços positivos na solução dos gargalos que, conseqüentemente, contribui para melhorar as condições de produção e redução de riscos de inadimplência dos recursos aplicados. Em relação aos 61 projetos da terceira fase, portanto, iniciados em 2020, observa-se que boa parte já evidencia resultados positivos.

As atividades econômicas priorizadas no Prodeter receberam, em 2020, aproximadamente R\$ 945,1 milhões em financiamento. Considerando todo o período de funcionamento do Prodeter, desde 2016, o valor do financiamento acumulado já ultrapassa a marca R\$ 2,02 bilhões.

No ano de 2020, o Prodeter contou com cerca de 9.887 participantes. Destes, 8.708 são clientes do BNB, dos quais 20% mantêm operações de crédito com a Instituição. Ao longo do ano, o Programa esteve presente em 649 municípios da

área de atuação do BNB (32,6% de toda a área), contando com a parceria de aproximadamente 1.800 instituições.

Assim como nos anos anteriores, em 2020 houve atualização do banco de dados de registro e difusão de ganhos de competitividade das cadeias produtivas objeto das ações do Prodeter. Os resultados são expressivos, valendo destacar:

- i) Avanços em inovações tecnológicas na atividade de bovinocultura leiteira, tais como: fertilização *in vitro* - (FIV) na Bahia e em Minas Gerais; produção de mudas para unidades demonstrativas de bancos do forragens, no Estado de Alagoas; realização de dias de campo, oficinas de capacitação, visitas técnicas, palestras virtuais, entre outras ações, com temas variados, desde reserva estratégica alimentar até o melhoramento genético do rebanhos;
- ii) Financiamento integrado e orientado nas diversas atividades priorizadas, viabilizando o aumento da produção e fortalecendo a competitividade, com destaque para os R\$ 500 milhões assegurados pelo BNB aos Carcinicultores do Rio Grande do Norte, bem como o financiamento de R\$ 6,0 milhões, para uma empresa âncora no setor de Turismo no Ceará;
- iii) Fortalecimento do associativismo, visualizado por meio da compra coletiva de insumos agropecuários e venda coletiva de produtos, com a disponibilização de novos canais de comercialização e aplicativos, além da reestruturação e criação de cooperativas de produtores, como por exemplo a Implantação da Cooperativa dos Produtores de Leite de Rio Vermelho (Cooperiver) em Minas Gerais, a criação da Cooperativa Agrícola dos Produtores Integrados de Caprinos e Ovinos do Nordeste (Capricon) em Pernambuco, a criação da Cooperativa dos Aquicultores da Paraíba (Aquivale) e a Cooperativa dos Agricultores e Produtores Rurais de Hidrolândia no Estado do Ceará, entre outras;
- iv) Aumento da quantidade de produtores rurais com produção em bases agroecológicas e uso da tecnologia para melhorar a produção, como por exemplo o Projeto para desenvolvimento de software para

rastreabilidade da produção orgânica (BNB/Fundeci) no Espírito Santo;

- v) Aprimoramento da infraestrutura produtiva regional, como a modernização do abatedouro frigorífico em Pernambuco, a instalação de fábrica de gelo (Financiada pelo BNB) em Sergipe, a implantação de sistemas de reúso de águas cinzas no Rio Grande do Norte, entre outras melhorias nos demais estados de atuação do Prodeter.

9.2.4 Ações para estimular o atendimento por meio dos escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo

Com o objetivo de prospectar novos negócios e clientes para investimentos na Região Nordeste, em 2020 foram realizadas diversas ações de promoção e atração de investimentos pelos Escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo. Cabe destacar a aprovação de cerca de R\$ 17,7 bilhões em Cartas-Consulta e aproximadamente R\$ 11,06 bilhões em operações de crédito (Apêndices D e).

9.2.5 Ações para estimular o atendimento por meio da Central de Relacionamento do Banco do Nordeste

O Centro de Relacionamento com o Cliente e de Informação ao Cidadão (CRCIC) prestou aproximadamente 738 mil atendimentos em 2020, envolvendo clientes e usuários relacionados aos recursos do FNE (Tabela 106).

Os números referem-se aos Atendimentos Receptivos e Ativos registrados nos canais (telefônico, e-mail, mídias sociais) e as principais ações realizadas com uso desses canais.

Tabela 106 - FNE - atendimentos prestados pelo CRCIC - 2020

Tipo de Atendimento	Contatos Realizados	%
A - Atendimento Receptivo - Demandas atendidas telefone e multimeios	42.456	5,8
1. Telefone (SAC/CAC)	33.973	4,6
2. Multimeios	8.483	1,1
2.1 Email	3.258	0,4
2.2 Reclame Aqui	40	0,0
2.3 consumidor.gov	52	0,0
2.2 Facebook	4.599	0,6
2.3 Instagram	534	0,1
2.4 Twitter	0	0,0
B. Atendimento Ativo - Contatos realizados por telefone e SMS	695.723	94,2
3. Telefone	133.048	18,0
3.1 Aviso de Reembolso - Contatos Via FONE	40.375	5,5
3.2 Recuperação de Crédito - Contatos Via FONE	92.673	12,6
4. SMS	562.675	76,2
4.1 SMS Aviso de Reembolso	236.578	32,0
4.2 SMS Recuperação de Crédito - Cobrança	120.177	16,3
4.3 SMS Campanha - Aviso Reembolso - Fies	2.111	0,3
4.4 SMS Campanha - P-Fies	13.353	1,8
4.5 Campanha SMS - Renovação Agroamigo	51.540	7,0
4.6 SMS Campanha - P-Fies	494	0,1
4.9 SMS Campanha - Prospecção C giro MPE	1.615	0,2
4.10 SMS Campanha - FNE Sol Pessoa Física - Sócios	9.875	1,3
4.11 SMS Campanha - Dia da MPE e Premio BNB MPE	63.252	8,6
4.12 SMS Campanha - FNE P-Fies	87	0,0
4.13 SMS Campanha - Live dia da MPE	63.234	8,6
4.14 SMS Campanha - Aditamento P-Fies	359	0,0
Total	738.179	100,0

Fonte: BNB - Relatórios gerenciais 2020 e Sistema Clarify.

O Atendimento Receptivo representou 5,8% do total, tratando do recebimento de demandas de clientes e usuários sobre os recursos do FNE, seja para informações em sua maioria, ou reclamações. Dentre os atendimentos receptivos, 80% aconteceram via telefone (SAC e CAC) e, 20%, via multimeios (e-mails, reclame aqui, consumidor.gov, facebook, instagram e twitter).

A maioria dos atendimentos (94,2%), no entanto, aconteceu no formato Ativo, ou seja, por meio de telefone e SMS, abrangendo ações relacionadas a cobranças de parcelas vencidas e a vencer (Recuperação de Crédito, Aviso de

reembolso, respectivamente); pesquisas de satisfação; e campanhas institucionais junto aos clientes e para prospecção de novos clientes. Nesse formato, 80,9% dos atendimentos aconteceu com o uso de SMS e, 19,1%, com telefone.

9.2.6 Ações para estimular o atendimento junto às carteiras de segmentos de clientes

a) Em relação ao segmento Corporate:

- realização do XI Encontro de Trabalho com os Gerentes de Negócios Corporate para alinhamento das estratégias empresariais e definição das ações necessárias para consecução das metas corporativas;
- incentivo ao compartilhamento das boas práticas adotadas pelos Gerentes de Negócios Corporate;
- participação em eventos direcionados à geração, transmissão e distribuição de energia;
- realização de audioconferências com clientes e rede de agências, para tratar das condições de financiamento do pleito;
- pauta específica sobre saneamento no XXVI - Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento;
- Acompanhamento do resultado dos leilões do Setor de Infraestrutura, realizados em 2020, objetivando a prospecção de clientes e negócios;
- participação em fóruns, webinars, lives e eventos para prospecção de novos projetos de Infraestrutura, com ênfase nos setores de logística, saneamento, iluminação pública, produção e transporte de gás natural;
- relativamente ao Setor de Saneamento, a atuação se dá junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Fazenda, Banco Central, entidades representativas do Setor e clientes. O objetivo é ampliar o limite para contratação de operações de crédito com órgãos e entidades do setor público. Realizaram-se, também, reuniões não presenciais, inclusive com a Secretaria Nacional de Saneamento.

b) Em relação aos segmentos empresariais e de Governo:

- Em 2020, foram realizados quatro encontros virtuais com os Gerentes de Negócios das carteiras empresariais, ocorridos em 29/01/20 (Resultados de 2019), 29/04/20 (Ações durante a pandemia da Covid), 15/07/20 (Resultados do primeiro semestre) e 16/09/20 (Desempenho até agosto), com a participação de outras unidades do BNB, no sentido de aprofundar alguns assuntos, tais como prorrogação de dívidas, FNE Saúde e Desembolso, com a participação média de 200 gerentes por encontro.

c) Em relação aos segmentos de micro e pequena empresas:

- ampliação do número de carteiras de clientes MPEs, com a criação de 22 carteiras especializadas;
- contratação de R\$ 1,7 bilhão da linha FNE Emergencial, com ticket médio de R\$ 71,7 mil;
- disponibilização do alongamento de dívidas por meio da Renegociação Digital, promovida pela área de Recuperação de Crédito;
- disponibilização, na Plataforma virtual de cursos (Comunidade Virtual de Aprendizagem - CVA), do curso Plano de Negócios - Investimento Urbano, promovido pela área de Concessão de Crédito;
- encaminhamento de sugestões relacionadas à programação do FNE, visando à ampliação da atuação do Fundo no financiamento às diversas necessidades do setor produtivo;
- lançamento da Renegociação Digital, promovida pela área de Recuperação de Crédito;
- lançamento do programa de crédito FNE *Startup*. Única linha de financiamento bancário para *startups* na América Latina, o Programa visa fomentar o empreendedorismo regional.
- participação na Semana Nacional do Crédito e na Semana do Brasil, iniciativas do Governo Federal para promover o acesso ao crédito pelos empreendedores;
- produção e distribuição de folders impressos e por meio digital;

- promoção de diversas iniciativas em comemoração ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, destacando as vantagens e linhas de crédito oferecidas pelo BNB ao segmento e realização de LIVE com a participação de autoridades do segmento, destacando os desafios a enfrentar no pós-pandemia;
- promoção do Programa FNE SOL através de diversas ações de comunicação, bem como campanha interna de incentivo à prospecção e contratação de novas operações, além da participação em eventos relacionados ao Setor;
- prorrogação automática de 62.772 operações de crédito com empresas localizadas em municípios nos quais foi decretado estado de calamidade pública, com base na resolução CMN 4.798/2020;
- publicação da Plataforma de Crédito Especializado - PCE, que possibilita aos clientes o registro da solicitação de crédito e *upload* dos documentos necessários para análise dos pleitos, por meio do portal do BNB na Internet;
- realização de campanha de mídia nos jornais, rádio e mídias sociais, para divulgação das vantagens das MPEs;
- realização de encontros de trabalho, ao longo do ano, com gerentes de negócios MPE, junto às superintendências estaduais;
- realização de parceria com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), com vistas a oferecer produtos de crédito (investimento, capital de giro, FNE Sol, entre outros) aos associados da citada entidade;
- realização do Prêmio Banco do Nordeste da Micro e Pequena Empresa 2020 com o inédito formato virtual, com o objetivo de reconhecer as MPE's de destaque em cada setor das economias estaduais da área de atuação do BNB. Foram premiadas 44 MPE's, sendo quatro em cada estado de atuação da Instituição, representando os setores: comércio, serviços e indústria e a nova categoria INOVAÇÃO, reconhecendo as iniciativas inovadoras implementadas pelas MPE's;
- renovação de acordos de cooperação com as franqueadoras BOTICÁRIO e AREZZO, para a concessão de crédito em condições diferenciadas junto aos seus franqueados.

d) Em relação aos segmentos de mini e pequeno agricultores rurais e agricultor familiar, o Programa de Microcrédito Agroamigo:

- disponibilização da Cartilha Energia Solar para o Produtor Rural, no aplicativo “Agronegócio na Mão” e na intranet, para auxiliar os gestores a entender melhor esta alternativa energética e alavancar a contratação do FNE SOL;
- elaboração de whatsfolders de diversos produtos do agronegócio;
- lançamento da Agenda do Produtor Rural Digital- VERSÃO DIGITAL;
- firmatura de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), para financiamento das cooperativas de produção filiadas ao Sistema OCB;
- formação e aperfeiçoamento do quadro de funcionários que atuam com o segmento por meio dos Cursos à distância: recuperação de crédito e regularização de dívidas; noções de crédito rural; negociação e vendas - agronegócio; metodologia de avaliação das carteiras;
- divulgação do Relatório Agronegócio 2019, em versão digital;
- lançamento do curso virtual (na CVA) “Postura Gerencial para Negócios com Clientes PF, PMPR e Agronegócio”, em parceria com a Universidade Corporativa;
- incentivo, através do Programa FNE Agro Inovação, à incorporação de tecnologias e inovações na área rural que visem a ganhos de produtividade, desburocratização de processos e eficiência de custos;
- disponibilização do automatizador rural para os gerentes das carteiras;
- realização de *live*, em 02/07/2020, para divulgar as novidades do BNB para o Plano Safra 2020/2021, informando sobre volume de recursos, diretrizes, programas e soluções inovadoras, como custeio e comercialização digitais, além do aplicativo BNB Agro;
- realização de TeleConsultoria Personalizada, por meio de contato sistemático, direcionado e estruturado com os gestores das carteiras de negócios, para tratar das variáveis da metodologia de avaliação das carteiras, visando potencializar os resultados, bem como, alinhar

- estratégias de negócios, otimizar a forma de gestão e atendimento e direcioná-las à categorização cinco estrelas;
- definição de meta de aplicação no Agronegócio Pessoa Física (R\$ 350 milhões), tendo como fonte a poupança rural;
 - lançamento do curso virtual (na CVA) “FNE Sol Produtor Rural”;
 - realização de consultoria especializada sobre as carteiras especializadas com uma ou duas estrelas, avaliando cada indicador e conversando com o gestor para oferecer dicas e orientações;
 - assinatura de Acordo com a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC) e o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em apoio à atividade de carcinicultura;
 - elaboração de relatório de impactos do AgroNordeste;
 - lançamento da cartilha Apoio do Banco do Nordeste à Carcinicultura;
 - lançamento da campanha de comunicação Agronegócio, contendo inserções em rádio, tv, *whatfolder* etc, para potencializar negócios/resultados estratégicos para o BNB;
 - lançamento da estratégia AGRO#INSIGHT, que está alinhada ao conceito de Gestão do Conhecimento, na busca de impulsionar negócios. Em sua primeira temporada, o AGRO#INSIGHT abordou o Programa FNE Sol Produtor Rural, realizando encontros virtuais com oito superintendências estaduais do BNB;
 - lançamento do curso virtual (na CVA) “Inovação no Campo”;
 - divulgação e lançamento do Aplicativo BNB AGRO;
 - direcionamento dos projetos de aquisição isolada de máquinas e equipamentos, por meio do Cartão BNB Agro;
 - priorização do Plano AgroNordeste nas ações e estratégias, inclusive para divulgação de informações;
 - incentivo a contratações (Metas) por meio do FNE Sol, FNE Água, FNE Verde e FNE Agro Inovação;
 - realização da segunda temporada do AGRO#INSIGHT, sobre Agronegócio 5 estrelas, abordando o modelo de avaliação das carteiras, com a análise dos parâmetros das carteiras, informações e dicas para os gestores;

- realização de evento com produtores do cerrado da Bahia;
- realização de oficina “Acelerando o Agronegócio”;
- realização de pesquisa de satisfação com clientes do Agronegócio do BNB;
- acordo com a Codevasf para financiamentos a irrigantes do Projeto Público de Irrigação Pontal (PPI) - Área Sul;
- realização de reuniões e encontros com gestores das carteiras e das superintendências, através da ferramenta *Teams*, áudio e videoconferências;
- busca de medidas com as diversas áreas da Direção Geral do BNB para simplificação do processo de crédito.
- Em função da pandemia Covid-19, buscaram-se adotar algumas soluções emergenciais, dentre as quais, cabe destacar:
 - ✓ aceitação pelo BNB, do envio de documentos, como orçamento e pedido de renovação de custeio, através de *e-mail*, *whatsapp* e outras ferramentas tecnológicas disponíveis;
 - ✓ simplificação de operações voltadas para carcinicultura;
 - ✓ disponibilização, para gestores, de *folders* e cartilhas digitais sobre produtos e facilidades do BNB, com o propósito de divulgar aos produtores rurais o apoio da Instituição por meio das linhas de crédito e opção de repactuação de dívidas;

e) Em relação aos segmento Microfinança Urbana - Crediamigo:

- início das operações com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), através da linha FNE Emergencial Crediamigo.
- ações de divulgação do FNE Emergencial Crediamigo para microempreendedores formais e informais em toda a área de atuação do BNB;
- produção e distribuição de peças publicitárias da linha de crédito, tais como: *Whatsfolder* FNE, posts em *Feeds* e *Stories* nas páginas oficiais da Instituição em redes sociais, abordando sobre as vantagens da linha especial FNE Emergencial para enfrentamento aos impactos econômicos da pandemia Covid-19;

- realização de treinamento à distância com as equipes das unidades do Programa CrediAmigo sobre a operacionalização da nova linha de crédito;
- elaboração de normativos internos e material de capacitação específicos para atendimento e venda do produto;
- customização de sistema próprio do CrediAmigo (S-344) para a concessão de crédito com as especificidades do FNE; customização do fluxo contábil entre sistemas internos para esse produto;
- disponibilização de uma central de suporte para o atendimento das equipes do CrediAmigo - “Tira dúvidas-FNE”.
- Uso da Semana Brasil para ampliação do atendimento aos clientes interessados em contratação de crédito pelo FNE Emergencial;
- realização de campanhas internas de incentivo com o objetivo de motivar e valorizar as equipes das unidades CrediAmigo para estimular a alavancagem dos resultados da linha FNE Emergencial CrediAmigo.

f) Em relação ao FNE como um todo:

Realização de campanhas de divulgação do Fundo:

- “Começo de Ano”, que deu publicidade a linhas de crédito da Instituição, estimulando a implementação e concentração de novos negócios no BNB;
- “MPE É Possível”, que deu publicidade a linhas de crédito para diversas atividades, com financiamentos do FNE, com ampla divulgação de investimento e capital de giro;
- “Campanha Emergencial Covid-19”, divulgando a prorrogação dos financiamentos e lançamentos de novos créditos emergenciais para minimizar os efeitos da crise nas empresas devido à pandemia, além dos canais digitais do BNB;
- “Campanha Semana Brasil” que divulgou as taxas ainda mais baixas do FNE Emergencial para MEIs durante a Semana Brasil, buscando estimular a tomada de crédito.

Além das campanhas publicitárias, houve a participação do BNB em alguns projetos especiais, com a veiculação de anúncios relacionados ao FNE, destacando-se:

- “Anuário da Arquitetura e Decoração”, que divulgou a linha FNE Sol para pessoas físicas e empresas baianas, despertando o interesse do público e incentivando a tomada de crédito;
- Projetos Geração Família e Saúde e Segurança do Trabalho, realizados pelo Grupo O Povo, que reforçaram a imagem do BNB como Instituição que valoriza e apoia os empreendedores locais, divulgando os benefícios ofertados pelo Programa MPE;
- Edição especial do Jornal de Notícias - Aniversário de Montes Claros e edição da Revista Artigo 5º, na qual se divulgou o FNE Emergencial, incentivando a tomada de crédito e posicionando o BNB como parceiro na recuperação e preservação das atividades produtivas afetadas pela pandemia;
- Projeto “Os Caminhos do desenvolvimento e as trajetórias de resistência pós-Pandemia”, realizado pelo Grupo Arapuan, que veiculou FNE Proatur, divulgando os benefícios do Programa e fomentando o desenvolvimento das microempresas, empresas de pequeno porte e de microempreendedores individuais (MEIs), do Setor do Turismo.

Além das campanhas já mencionadas, foi realizada ação de mídia aeroportuária nas praças de Fortaleza, Recife e Salvador, na qual foram divulgadas as linhas de crédito do FNE, com o objetivo principal de contribuir, de forma assertiva, para o crescimento do interesse de clientes e potenciais clientes e a ampliação da procura pelos recursos.

10. ÓRGÃOS DE CONTROLE

10.1 Atendimento das recomendações

As determinações e recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU) destinadas ao Banco do Nordeste do Brasil são monitoradas pela Superintendência de Auditoria, utilizando-se de sistema informatizado, o qual

registra informações acerca dos responsáveis pelo cumprimento das determinações e recomendações, prazos estabelecidos e situação das providências em andamento.

O TCU não fez recomendações em relação à aplicação de recursos do FNE em 2020.

Segue abaixo o estágio de recomendações decorrentes de trabalhos realizados pelo TCU em anos anteriores e cumpridas em 2020, envolvendo o FNE, alusivas ao cumprimento de recomendação objeto do Acórdão nº 1271/2018 - TCU 021.629/2017-0, o qual tratou das Políticas do FNE:

Pedido de baixa: "Construção de metodologia para identificação de polos econômicos regionais, em nível de município, bem como cálculo do indicador de apoio creditício do FNE. Referido trabalho foi inserido no item 7.4 "Polos econômicos regionais: definição e apoio creditício do FNE" do Relatório de Resultados e Impactos do FNE - exercício 2019, que foi encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 31/03/2020, por meio dos Ofícios nº 2020/719-001 e nº 2020/719-002, respectivamente.

Destaque-se que o Relatório de Resultados e Impactos do FNE - exercício 2019 - foi aprovado pela Diretoria Executiva do Banco do Nordeste do Brasil em 26/03/2020, por meio da PAA nº 2020/719-004."

Ainda, em atendimento à Determinação contida no item 9.7 do Acórdão nº 308/2021-TCU/Plenário, que substituiu o Acórdão nº 1875/2017-TCU/Plenário, O Banco do Nordeste do Brasil informará, nas próximas contas do FNE, acerca do andamento das ações de execução de dívida intentadas contra a empresa objeto dos acórdãos em referência, bem assim, da Ação Anulatória visando à desconstituição do acordo extrajudicial de recomposição de dívidas.

Acórdão TCU: 4212021-1 (Anexo A):

Contou com a relatoria do Ministro José Mucio Monteiro e por meio do qual foi apreciado o Relatório de Auditoria no Fundo Constitucional do Nordeste (FNE),

voltado a avaliar a eficácia e a eficiência dos processos de planejamento e de avaliação de resultados dos financiamentos concedidos com recursos do FNE.

Foi acordado pelos Ministros do TCU, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro no art. 243 do regimento Interno do TCU, em:

1. Considerar implementadas as recomendações constantes dos itens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3, 9.2.4, 9.2.6, 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.10 do Acórdão 1271/2018 - Plenário.
2. Considerar parcialmente implementadas as recomendações dos itens 9.3.4, 9.3.5 e 9.3.6 do Acórdão 1271/2018 - Plenário, dispensando a continuidade do monitoramento das referidas recomendações, de acordo com a Resolução TCU 315/2020 e com os princípios da racionalidade processual e da economia administrativa, sem prejuízo de que futuras ações de controle avaliem o objeto da deliberação.
3. Considerar não implementada a recomendação constante no item 9.2.5 do Acórdão 1.271/2018-TCU-Plenário, porém não mais aplicável, tornando-a insubsistente, sem reformulação da deliberação original, em razão das mudanças de condições no contexto em que a recomendação foi exarada.

O detalhamento das referidas recomendações está anexado em CD-ROM.

Em relação às recomendações emitidas no Parecer Técnico Conjunto nº 2/2029 - MDR/SUDENE, segue, abaixo, os esclarecimentos e planos de providências:

1. Recomendação em relação à Execução Orçamentária: recomendar ao BNB que apresente o detalhamento das alterações ocorridas durante o exercício na rubrica "PREVISÃO DE DESEMBOLSOS/LIBERAÇÕES PARA 2019 (D)", considerando a significativa redução entre o valor previsto e o efetivamente realizado.

Antes de detalhar as alterações na "PREVISÃO DE DESEMBOLSOS/LIBERAÇÕES PARA 2019, viu-se obtemperar que a programação do FNE requer sempre, em primeiro lugar, a definição de uma visão de futuro, cujos ajustes são recursos

necessários e indissociáveis ao processo de aperfeiçoamento do exercício peditivo de planejar a operacionalização do Fundo Constitucional numa região de economia complexa e com dinâmica peculiar.

Dito isso, é preciso compreender que eventualmente existem fatores alheios à vontade do operador que podem influenciar de diferentes formas na execução da programação e, ato contínuo, suscitar adaptações imperativas, como foi o caso do ano de 2019. Essa orientação de ajustes advém da atividade de monitoramento da programação, cujo objetivo primordial é antever situações de aperfeiçoamento.

Ademais, é de conhecimento geral que, superada as medidas de segurança bancária, a exemplo da existência de recursos no caixa do Fundo, cronogramas de desembolsos pré-definidos para as operações contratadas ao longo do exercício, bem como para aquelas contratadas até o exercício anterior, dentre outras formalidades do crédito, a efetivação dos desembolsos depende, invariavelmente, do ritmo de execução dos projetos financiados e do pleno atendimento, pelo cliente do BNB, das condições legais prévias relacionadas ao desembolso de recursos públicos. Ignorar tais pressupostos fatalmente implicará responsabilização administrativa, civil e penal de todos os agentes públicos envolvidos na questão;

Nesse sentido, ajustar a programação é medida que se impõe a depender do cenário que será delineado a partir das interações de variáveis internas e externas ao longo de um tempo. Na rubrica "PREVISÃO DE DESEMBOLSOS/LIBERAÇÕES PARA 2019 isso não foi diferente.

A razão de os desembolsos projetados para 2019 terem sido bem inferiores aos valores efetivamente realizados (R\$ 22,7 bilhões) é explicado pelas ocorrências abaixo:

- a) Com relação às operações já contratadas em exercícios anteriores, em geral, as previsões se confirmaram com pequenas divergências entre valores projetados e realizados;
- b) Acerca da previsão de desembolsos de operações que foram contratadas no próprio exercício, essa previsão foi bastante complexa, ocorrendo

variações significativas entre valores previstos e efetivamente realizados em razão de peculiaridades no perfil dos projetos. Explica-se: a depender do perfil dos novos projetos, o esquema de desembolso poder ser mais curto, se efetivando no próprio exercício da contratação (quando beneficiam mini e pequenos empreendedores e/ou mini e pequenas empresas), ou pode envolver esquemas de desembolsos mais longos, quando beneficiam o Setor de Infraestrutura, médio e grandes clientes;

- c) Por fim, no que se refere ao ritmo de execução dos projetos, o esquema de desembolso da operação não pode ser rígido, podendo ser antecipado quando a execução do projeto ocorre mais aceleradamente, ou postergado quando a execução é mais lenta. Nesse caso, também, as diferenças entre valores projetados e realizados podem ser mais significativas.

Feitas essas ponderações, o detalhamento das alterações ocorridas na previsão de 2019 se perfaz pela apresentação de três dados no decorrer daquele exercício, conforme podem ser extraídos da Programação de 2019, versões de janeiro, julho e setembro, conforme rubrica e valores explicitados no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Detalhamento das alterações ocorridas na previsão de desembolso do FNE em 2019

Rubrica	Versão Programação FNE	Valor (R\$ bilhões)
Saldo a Liberar de Exercícios Anteriores (D)	Janeiro/2019	21,0
Previsão de Desembolsos/Liberações para 2019 (D)	Julho/2019	17,2
Previsão de Desembolsos/Liberações para 2019 (D)	Setembro/2019	18,9

Fonte: Programação FNE Janeiro, Julho, Setembro 2019.

Isto posto, reitera-se que a variação acima apresentada se mostra racional no contexto das fundamentações apresentadas, sendo o instrumento de reprogramação o mecanismo adequado para realizar estes alinhamentos ao longo do exercício, sem prejuízo das demandas pelos esclarecimentos ora ofertados.

2. FNE Inovação: Visando aumentar a produtividade e competitividade da Região, que Sudene, MDR e BNB verifiquem a viabilidade de reformular as condições específicas para o financiamento de projetos do Setor Industrial.

De 2015 a 2020 a linha FNE Inovação aplicou o montante de aproximadamente R\$ 3,2 bilhões, dos quais 79,4% (ou R\$ 2,5 bilhões) direcionados ao setor industrial, onde se observa de fato um nicho onde projetos mais inovativos são mais claramente identificados.

Nesse sentido, sem prejuízo de análises no que se refere ao mérito da atualização/ajustes de condições específicas para o financiamento da inovação no Setor Industrial, vez que todo aprimoramento é sempre bem-vindo, entendemos, pelo próprio fluxo majoritário de projetos direcionado a esse setor, outros pontos, até de cunho mais geral, a serem trabalhados/analísados em condição prioritária no âmbito desta linha, a exemplo da alteração do Fator Programa (FP) para projetos de inovação com valor acima de R\$ 200 mil, o qual, sendo superior àquele (FP) destinado a beneficiário de micro e pequeno portes, torna desestimulante o enquadramento como inovação de projetos inovativos pleiteados por beneficiários desses indicados portes, vez que isso se configuraria uma espécie de prejuízo financeiro pelo aumento do encargo financeiro.

Em outras palavras, uma micro e pequena empresa com um projeto inovativo de valor superior a R\$ 200 mil, embora identificado como tal, acaba por ter seu pleito enquadrado na linha FNE MPE convencional, não gerando estatística ao grupo das linhas de inovação.

Nesse sentido, o BNB propôs, à análise dessa Sudene, um Plano de Providências de cunho geral, de modo a revisar as atuais condicionantes da linha em foco, inserindo a questão nos processos de revisão anuais de itens e condições de financiamento, do qual fazem parte o MDR e a Sudene.

Plano de Providências:

- (1) Providências a serem implementadas: propiciar espaço/canal de discussão junto à Sudene e ao MDR, no sentido de revisar itens e

condições de financiamento específicos à linha FNE Inovação, os quais gerariam impacto à linha como um todo e, conseqüentemente, na segmentação industrial, para a qual é atualmente direcionada a maior parcela dos financiamentos. Prazo: 30/08/2021.

(2) Providências a serem implementadas: Apresentar as propostas de ajustes em itens e condições de financiamento, uma vez analisadas como viáveis pelos atores informados na providência anterior. Prazo: 30/09/2021.

3. FNE Profrota Pesqueira: Recomendar ao BNB que apresente, no prazo de até 120 dias, as razões e/ou justificativas para o não financiamento por meio do Programa FNE Profrota Pesqueira, considerando que no exercício de 2019, conforme relatório aqui examinado, não houve nenhuma contratação no referido Programa. Considerando ainda que em anos anteriores também não houve aplicação de recursos no referido Programa, recomendamos ao Banco que apresente ao Condrel/Sudene sugestões de correção ou outras soluções que julgar cabíveis para a disponibilização desse Programa de financiamento aos beneficiários do FNE.

A justificativa mais relevante para a ausência relatada no ponto acima repousa na falta de arcabouço legal que permitisse, à época, a operacionalização do Profrota.

Salvo melhor juízo, remanescem questões acerca da necessidade de autorização legal para operacionalizar esse Programa, uma vez que a Lei nº 10.849, de 23 de março de 2004, em seu Art. 3º, parágrafo 2º, estabelece que o regulamento desta Lei especificará, dentre outros aspectos, os limites financeiros anuais para a concessão de financiamentos ao amparo do Programa.

Por sua vez, o Decreto nº 5.474, de 22 de junho de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.849, estabeleceu limites financeiros anuais apenas para o período de 2005 a 2015, para a concessão de financiamentos ao amparo do Profrota Pesqueira, por fontes de recursos, dentre as quais o FNE, não havendo publicação de um novo Decreto abrindo limites financeiros para a realização de novos financiamentos ao amparo desse Programa após 2015.

Por conta disso, é de interesse do BNB (já inclusive externado junto ao MDR) que as informações referentes às condições do Programa Profrota Pesqueira não sejam apresentadas no documento da Programação FNE 2021, por conta de necessidade de atualização da legislação atinente a esse *funding*.

Tão logo sejam apresentadas condições propícias e superadas tais barreiras legais e operacionais, inclusive no que se refere à revisão de encargos financeiros que torne a alternativa competitiva em comparação a outros *fundings* de longo prazo, os órgãos administradores analisariam pela viabilidade técnica de ter a linha mais uma vez figurando entre o leque de opções da fonte FNE.

Outrossim, cabe destacar que em vista de seus objetivos, finalidades e público-alvo, boa parte da demanda referente a esse segmento está atualmente amparada na linha FNE Aquipisca, contida no rol de linhas de financiamento dessa fonte, o que permite assegurar o atendimento da atividade em outro Programa do FNE.

Isto posto, entende-se, desse modo, que escapa à alçada dessa instituição financeira a solução do imbróglio em comento, pelo que nos colocamos à disposição no sentido da discussão técnica futura quanto ao planejamento de dotações específicas a essa linha, quando de sua regularização.

4. Repasses a outras instituições financeiras: que o Banco apresente justificativas quanto ao não cumprimento da norma vigente durante o exercício de 2019 (§ 2º, artigo 9 da Lei nº 7.827/2020) onde cabia a Condel/Sudene deliberar sobre as operações de repasse.

Com a devida licença, a norma questionada foi cumprida. A deliberação do Condel/Sudene nas operações de repasse do FNE às instituições financeiras, incluída pela Lei 13.682/2018 que alterou a Lei 7.827/1989, está contemplada na aprovação da Programação do FNE para o ano de 2019, construída seguindo as diretrizes e orientações gerais oriundas do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e do Conselho Deliberativo da Sudene, aprovada por meio da Portaria MI nº 334/2018, de 10/08/2018, e da Resolução Condel/Sudene nº 123/2018, de 15/08/2018, que abriga os repasses de recursos e coobriga as

instituições operadoras com os programas e condições definidos pelo referido Conselho.

No repasse a outras Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, é observado primordialmente a redação contida na Portaria Nº 147, de 5 de Abril de 2018, do Ministério da Integração Nacional, atual Ministério do Desenvolvimento Regional, que estabelece os procedimentos para o repasse de recursos dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE, e do Centro-Oeste - FCO, sendo que em referida portaria não trata sob sua égide a previsão de aprovação pelo Condel/Sudene, no caso do FNE, das operações de repasse realizadas pelo BNB.

Esse entendimento, para que não restasse mais dúvida, foi corroborado pela redação dada pela Lei nº 13.986/2020 de 07/04/2020, excluindo a previsão de aprovação das operações de repasses pelo Condel/Sudene, no caso do FNE:

Lei nº 7.827/1989:

Art. 9º Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade.

§ 1

§ 2º As instituições financeiras beneficiárias dos repasses devolverão aos bancos administradores os valores devidos, de acordo com o cronograma de reembolso das operações formalizadas nos contratos, independentemente do pagamento pelo tomador final. (Redação dada pela Lei nº 13.986, de 2020.

Frise-se que o entendimento adotado pelo BNB está em linha com os dispositivos normativos, imbuído de boa-fé, razão pela qual aprovou as operações de acordo com as regras do Fundo e observou a razoabilidade do contido na Lei. Impõe refletir que exigir a aprovação de autoridades de estado, como Ministros e Governadores, em todas as operações de crédito, configuraria uma intervenção onerosa do Estado e, em última análise, poderia inviabilizar as operações de repasse exigindo um tempo demasiado para conclusão das operações, fato que alimentaria o rol de desafios para o cumprimento da rubrica de desembolsos no âmbito da execução orçamentária, cuja performance em 2019 fora questionada por essa autarquia, como bem descreve o item 73.1 anterior.

5. Programação de Infraestrutura: Que o BNB se manifeste sobre o limite de financiamento de 50% para as empresas no exercício de 2019, conforme exposto nos itens 47 e 48 deste Parecer.

Em 2019, o BNB, na prerrogativa legal dada pelo crivo da oportunidade e conveniência, além do gerenciamento orçamentário em linha com as destinações definidas pelo Condel, optou por limitar a participação do Fundo em projetos de mutuários de grande porte a 50% do investimento projetado, considerando a capacidade que os grupos empreendedores desse segmento possuem em mobilizar recursos adicionais oriundos de outras fontes, a exemplo de instrumentos de mercado de capitais, em vista da prerrogativa que lhe é dada na própria Programação Anual do Fundo, posto percentuais maiores porventura aplicados se afigurarem apenas como teto.

Tal prática é adotada até os dias atuais, não obstante haver permissão na programação para maior alavancagem, mais especificamente para aquelas atividades prioritárias à luz da PRDNE, sendo a grande maioria dos projetos em questão limitados a esse patamar de financiamento. Entendemos que tal prática reduz o risco do FNE e proporciona uma maior pulverização na utilização dos recursos do FNE, favorecendo o atendimento da programação estabelecida de aplicação junto aos públicos prioritários, especialmente pequenos negócios.

6. Estudo “Impactos socioeconômicos do FNE na área de atuação do Banco do Nordeste - Contratações no ano de 2019”: sugere-se atualizar o ano base

para estimações da Matriz Insumo-Produto, em razão da severa seca ocorrida entre os anos 2012 e 2017, a crise econômica de 2014 a 2016, e a atual crise que segue como desdobramento da pandemia da Covid-19 que podem influenciar o comportamento dos agentes e as dinâmicas dos setores econômicos

Plano de Providências:

- (1) Providências a serem implementadas: Identificar trabalhos recentes de Matriz de Insumo-Produto, nas diversas regiões do País, de forma a verificar possíveis avanços metodológicos e subsídios técnicos para a tomada de decisão sobre a atualização da Matriz de Insumo-Produto. Prazo: 30/06/2021.
 - (2) Providências a serem implementadas: Avaliar a necessidade de atualização da Matriz de Insumo-Produto utilizada pelo Banco do Nordeste do Brasil, e se for o caso, realizar alocação técnica de pessoal para realização do trabalho, ou alternativamente, inicializar procedimentos para contratação especializada. Prazo: 30/09/2021.
7. Estudo “Crescimento e manutenção de empresas de pequeno porte: uma experiência de avaliação qualitativa de uma política pública de crédito na área de atuação da Sudene”: diante das considerações da literatura e da análise descritiva apresentada no estudo sobre o FNE MPE, reiteramos as recomendações apontadas no trabalho, em especial, as arroladas nos itens (b), (c), (d) e (e) da página 136 do RRI. Por último, em estudos futuros que envolvam pesquisa de campo, visando a um melhor balanceamento da amostra, sugere-se considerar tipos de amostragem que permitam comparações entre características da população analisada, como, por exemplo, o setor de atividade, faixa de faturamento, e tempo de atividade da Firma.

As recomendações estão sendo observadas. O BNB vem realizando diversas iniciativas no sentido de promover o crescimento do acesso ao crédito junto ao segmento de micro e pequenas empresas, além de oferecer maior comodidade

e celeridade aos clientes MPEs. Adicionalmente, a realização de parcerias a exemplo das com o Sebrae e a Confederação Nacional do Comércio - CNC, viabilizam a promoção de capacitação e estímulo à implementação de melhorias nas áreas de tecnologia, gestão, vendas e produção para as micro e pequenas empresas, considerando as especificidades existentes dentro do próprio segmento.

O BNB conta ainda com parcerias com franqueadoras, a exemplo do grupo Boticário, Arezzo e Bob's, além da Associação Brasileira de Franchising (ABF) e também por meio das Superintendências Estaduais, tem formalizado parcerias com entidades como CDLs e FCDLs em cada estado, fortalecendo a sua atuação junto ao segmento de micro e pequenas empresas em cada uma das cidades de sua atuação.

Com o propósito de promover a difusão do conhecimento junto aos gestores da Instituição, a respeito dos diversos setores de atividade que compõem o segmento de micro e pequenas empresas bem como suas particularidades e momento que vivenciam, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), em parceria com o Ambiente de Negócios com MPE, vem disponibilizando periodicamente boletins informativos à rede de agências, informando acerca de dados e informações importantes sobre as diversas atividades e setores da economia, inclusive de forma regionalizada, possibilitando a melhor tomada de decisões aos gestores de agências quanto aos riscos e oportunidades de negócios das diversas atividades.

Ainda sobre a disponibilização de informações, o Ambiente de Marketing desenvolveu importante ferramenta de prospecção de negócios que permite que cada agência avalie seu percentual de *market share* junto ao segmento MPE em área de atuação. Tal ferramenta cruza base de dados de nossos clientes cadastrados com base pública da Receita Federal, das micro e pequenas empresas ativas por região. Dessa forma, as agências do BNB podem promover uma prospecção de forma mais assertiva na busca de aumentar a participação da Instituição junto ao segmento de micro e pequenas empresas.

Relevantes simplificações no processo de concessão de crédito do BNB foram implementadas através de diversas áreas de sua Direção Geral, com o objetivo de promover maior celeridade e possibilitar maior comodidade para o atendimentos das MPE. Tais simplificações tornam o processo mais célere de acordo com a necessidade de crédito do cliente, promovendo o incentivo à prospecção de negócios com o segmento de microempresas que, em geral, demandam por créditos menores e de menor complexidade de instrução. Ainda no sentido de promover a prospecção de negócios com as microempresas, o Banco tem promovido campanhas internas junto aos gerentes de negócios especializados, no sentido de estimular a prospecção de clientes egressos do Programa CrediAmigo e que, tendo se formalizado, precisam do apoio creditício de maior porte e, em geral, pertencem ao segmento de microempresas.

Com o objetivo de fortalecer a atuação junto ao Setor de Turismo, o Ambiente de Negócios com MPE tem incentivado a prospecção de negócios, em especial nas regiões com vocação, através de mensagens aos gerentes de negócios, disponibilização de publicidade promocional específica.

Em relação aos demais setores, inclusive o da Indústria, a Instituição vem promovendo o Prêmio Banco do Nordeste da Micro e Pequena Empresa, que reconhece a atuação das micro e pequenas empresas nos setores de indústria, comércio e serviços, além das empresas que se destacam pela inovação. Dentre os indicadores avaliados para a escolha dos vencedores, destacam-se a adoção de práticas socioambientais e de sustentabilidade por parte das empresas. Ademais, o Banco tem promovido a difusão do FNE SOL, uma linha específica para financiamento de energia sustentável e limpa que contribui fortemente para a redução dos custos com energia, especialmente no Setor de Indústria que, em geral, tem no consumo energético um de seus maiores custos operacionais. Nos últimos 4 anos, foram contratados mais de 294 milhões somente com a linha FNE SOL com micro e pequenas empresas através de 1.365 operações.

Esta instituição está sempre atenta às transformações do mercado e pronta a implementar melhorias contínuas para favorecer a experiência do cliente MPE,

oferecendo, cada vez mais, funcionalidades na palma de sua mão, que aumentem a conveniência combinada com as vantagens dos recursos do BNB.

O cliente pode iniciar o seu cadastro ou atualizá-lo por meio da internet ou móvel, além de realizar o capital de giro digital e fazer proposta de forma digital *upload* dos documentos, bem como permitir que acompanhe o andamento deste processo de forma digital, reduzindo assim, a necessidade de se deslocar até a agência. Pode contar ainda com a orientação do nosso gerente de negócios especializado em micro e pequenas empresas. Atualmente, o BNB dispõe de 274 carteiras especializadas em MPE distribuídas em todas as nossas agências.

Em complemento, os clientes que mantêm limite disponível na família capital de giro digital podem solicitar seu crédito via internet banking ou mobile. Uma vez aprovada, a proposta é deferida, e o cliente visita a agência apenas para assinar o instrumento de crédito.

Por fim, a sugestão para que sejam considerados, em estudos futuros, *tipos de amostragem que permitam comparações entre características da população analisada*, será avaliada quando da elaboração de novos termos de referência para trabalho com pesquisas de campo do Programa FNE-MPE.

8. Estudo “Polos econômicos regionais: Definição e apoio creditício do FNE”: Sugere-se ao BNB que, ao definir a programação do FNE, passe a considerar os resultados desse estudo e intensifique os esforços nas áreas indicadas para aumentar os financiamentos, a fim de que se possa avaliar futuramente os resultados dessas ações e, conseqüentemente, indicar novos direcionamentos para a política.

Plano de Providências:

- (1) Providências a serem implementadas: monitoramento e análise de dados de contratações com recursos do FNE tendo por base o estudo do Etene.

Prazo: 30/06/2021.

- (2) Providências a serem implementadas: inserir no processo de elaboração da programação do FNE 2022 e FNE 2023, com base no monitoramento prévio efetuado, enfoques específicos às Superintendências Estaduais e à Rede de Agências, no sentido de atuar de modo direcionado nos Territórios em foco. Prazo: 30/10/2021.
- (3) Providências a serem implementadas: analisar o resultado dos esforços e, em conjunto com o Etene, avaliar a necessidade de revisão e complementação do Estudo. Prazo: 30/06/2023.

10.2 Ouvidoria

A Ouvidoria do BNB recebeu um total de 384 reclamações relativas ao FNE em 2020. Desse total, a Ouvidoria constatou que 330 representavam reclamações improcedentes e 54 foram classificadas como procedentes.

A Ouvidoria contatou as diferentes áreas do Banco, objetivando solucionar os problemas decorrentes das denúncias, cumprindo o seu papel como indutora no processo de melhoria de produtos e serviços".

11. ESTIMATIVA DOS IMPACTOS MACROECONÔMICOS

11.1 Estimativa dos impactos dos financiamentos do FNE em 2020 - considerando a MIP Regional

O Sistema de Insumo-Produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer, de forma detalhada, os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a Matriz de Insumo-Produto (MIP) tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A MIP se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da MIP, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do País eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma Tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

O SIIPNE, uma aplicação espacial do Sistema de Insumo-Produto, é um instrumento de análise econômica, construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre todos estados do País, abertos em sessenta zonas. O SIIPNE utiliza dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com o SIIPNE, é possível identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do Banco, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste, do Norte do Espírito Santo e do Norte de Minas Gerais, e integrá-los à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de

capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a Formação Bruta de Capital Fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias, decorrente do aumento de horas trabalhadas ou novas contratações, é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief¹⁰. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no Modelo de Insumo-Produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das Matrizes de Insumo-Produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Na construção do SIIPNE são considerados zonas e setores econômicos.

Foram consideradas 60 zonas, assim determinadas: (1) pelos estados nordestinos subdivididos em áreas menores, computando 38 zonas; (2) pelos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais divididos em três zonas cada (uma vez que interessa ao Banco as porções norte de cada um desses estados por constituírem sua área de atuação); e (3) os outros 16 estados brasileiros, considerados de maneira agregada, ou seja, formados por apenas uma zona cada um.

Compõem o SIIPNE, 82 setores econômicos, perfazendo, apenas no que diz respeito aos insumos intermediários, uma sub-matriz de 4.920 linhas e 4.920

¹⁰ Wassily Leontief recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1973, pelo desenvolvimento da Matriz de Insumo-Produto. O modelo tornou-se um instrumento essencial para o planejamento.

colunas. O SIIPNE utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, e de outras fontes estaduais, mas o valor da produção deduzido o consumo intermediário de cada estado, converge para o PIB estadual do ano em questão.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos Estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente no médio ou no longo prazo.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persistir ao longo do tempo, os impactos passarão a fazer parte dos resultados do Valor Bruto da Produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final em determinado ano, os impactos serão, principalmente, dentro desse ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores, os impactos são residuais.

O SIIPNE, entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados na estimativa de impacto das aplicações do FNE. Com ele, é possível estimar os impactos dos financiamentos concedidos no âmbito do FNE, no Valor Bruto da Produção, no valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos Estados da área de atuação do FNE, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do País. Quanto aos

impactos estimados, vale observar que os desembolsos do Banco do Nordeste atuam indiretamente como uma variação na demanda final dos setores econômicos a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP (SIIPNE), para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor dos financiamentos, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles somarão o valor total financiado. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

O desembolso do BNB a cada setor específico significa acréscimo indireto na produção ou demanda final de vários setores que fazem parte da cadeia produtiva do setor financiado. A hipótese de trabalho é que os recursos financiados são usados na Formação Bruta de Capital Fixo (construção e compra de máquinas e equipamentos) e para custeio.

Usando a matriz de recursos e usos, os 82 setores foram divididos para formarem os grandes setores: agricultura, pecuária, agroindústria, indústria, infraestrutura, comércio e serviços. A partir disto, avaliou-se quanto foi comprado de cada um dos 82 setores, e estes percentuais foram usados para definir quanto dos recursos financiados pelo Banco, em cada um destes grandes setores, irão gerar impactos a partir dos multiplicadores da MIP.

O volume estimado de empregos é uma variável que requer maior atenção, dada sua conotação social em termos de qualificação do trabalho, formalidade ou informalidade dentro das cadeias produtivas, sendo necessário considerar que:

- a) o efeito direto é o emprego estimado no setor que deve aumentar sua produção para atender ao crescimento da demanda final. Como exemplo, temos o caso de uma empresa que para obter o financiamento, necessita atender a todos os requisitos legais, incluindo a formalização dos empregados. Assim, a qualidade do emprego gerado deve estar de acordo com o perfil médio de qualificação exigido pelas empresas dentro da atividade, inclusive por causa da concorrência, uma vez que não seguir o padrão do setor, significaria perder competitividade. As exigências feitas

pelo Banco do Nordeste para o fornecimento do crédito também induzem à qualificação exigida pelo setor;

- b) o efeito indireto é o emprego estimado em função do aumento das demandas intermediárias nos diversos setores que atenderão à atividade em que ocorreu aumento da demanda final. Nesse caso, a MIP estima o emprego a partir das relações intersetoriais que compõem a Matriz de Recursos e Usos do Nordeste (base para o cálculo da MIP), e não existem possibilidades de se detectar o volume de emprego e a sua qualidade em cada elo da cadeia produtiva impactada pelo aumento da demanda final. O que se tem é o total do emprego estimado pelo efeito indireto, que não pode ser detalhado por qualificação ou por outras características, como, por exemplo, a formalização do emprego. Pode-se inferir, considerando o mesmo critério da concorrência entre as empresas de um mesmo setor, que as empresas afetadas indiretamente seguem o padrão do setor para não incorrerem em custos maiores do que os dos concorrentes;
- c) o efeito induzido é o emprego estimado decorrente do aumento da renda das famílias que tiveram incremento em horas trabalhadas ou por novas contratações decorrentes do aumento da demanda final (efeito direto) e das demandas intermediárias (efeito indireto). As mesmas limitações destacadas na estimação do efeito indireto, também ocorrem no efeito induzido.

11.2 Impactos socioeconômicos do FNE na área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil - Contratações no ano de 2020

Cabe salientar que os valores analisados nesta seção, referem-se às contratações nos estados nordestinos, assim como no Norte do Espírito Santo e no Norte de Minas Gerais. Os valores totais contratados pelo FNE, no ano de 2020, alcançaram aproximadamente R\$ 25,84 bilhões. As contratações do período foram distribuídas entre os setores Comércio e Serviços (32,9%), Rural (agricultura e pecuária), com 29,7% dos recursos, Infraestrutura (25,7%), Indústria (7,9%), Turismo (2,1%) e Agroindústria (1,7%).

Considerando apenas os efeitos dentro da área de atuação do Banco do Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2¹¹, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional, de aproximadamente R\$ 53,5 bilhões, em decorrência dos financiamentos realizados no ano de 2020¹². O Setor que tem a maior participação no Valor Bruto da Produção regional é o de Comércio e Serviços, com R\$ 17,9 bilhões, aproximadamente, seguido pelo Setor Rural (R\$ 15,7 bilhões), e pela Infraestrutura, com R\$ 13,6 bilhões (Tabela 107).

Cabe aqui salientar a importância do financiamento à Infraestrutura nesse momento de recuperação econômica, como forma de assegurar um desenvolvimento sustentável no longo prazo, bem como contribuir para a melhoria nas expectativas dos agentes econômicos privados.

O valor agregado (renda) à economia da área de atuação do Banco do Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da parcela do PIB da Região¹³, decorrente dos financiamentos do FNE), é estimado em R\$ 30,4 bilhões, com expressiva representação dos três setores comentados anteriormente (Tabela 107).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 1.430 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas e/ou mantidas na área de atuação do Banco do Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2020. Isto é, na medida em que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo das cadeias de produção, essas novas ocupações serão criadas ou mantidas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais) ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do

¹¹ Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis etc).

¹² A suposição é que as contratações do ano de 2020 geram investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

¹³ Representa o PIB a preços básicos, sem incluir os impostos.

financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise.

Tabela 107 - Repercussões econômicas das contratações do FNE - 2020¹

Indicador	Valores em R\$ mil							Total
	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Indústria	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Turismo	
Valor Total Contratado	3.397,8	4.275,6	446,0	2.040,8	6.636,9	8.512,9	532,7	25.842,7
Resultados por Setor - Área de Atuação do BNB								
Valor Bruto da Produção	6.739,5	8.934,3	996,6	4.232,5	13.559,7	17.893,4	1.140,9	53.497,0
Valor Agregado/ Renda	4.225,1	4.893,8	390,9	1.819,9	7.659,5	10.707,0	666,9	30.363,1
Empregos	273.664	564.087	17.269	50.133	156.899	343.567	23.985	1.429.605
Salários	1.094,8	1.355,7	135,4	587,3	1.978,9	3.439,1	192,8	8.784,0
Tributos	418,2	684,6	100,3	530,0	1.801,9	1.326,4	114,2	4.975,7
Resultados por Setor - Brasil: Área de Atuação do BNB + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção	13.290,8	17.737,6	1.971,8	8.143,1	26.325,1	33.979,6	2.155,7	103.603,7
Valor Agregado/ Renda	7.233,1	8.921,1	841,8	3.634,3	13.736,5	14.570,0	1.138,1	50.075,0
Empregos	320.115	631.715	24.978	77.127	246.580	460.873	31.528	1.792.917
Salários	2.131,7	2.730,9	287,7	1.215,7	4.055,5	6.070,8	356,5	16.848,7
Tributos	1.066,5	1.556,6	192,2	912,3	3.085,3	2.948,6	215,9	9.977,5

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração: Etene-Célula de Macroeconomia. 1. Impactos estimados a partir do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), base 2009, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes do ano de 2020.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na área de atuação do Banco do Nordeste, totalizam R\$ 8,8 bilhões, cabendo ao Setor de Comércio e Serviços a importância de R\$ 3,4 bilhões. À geração de impostos (tributação), estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 5,0 bilhões.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração ou manutenção de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos (que necessitam de mão de obra mais qualificada e mais cara). Vale lembrar que esses números levam em consideração tanto os empregos gerados na área de atuação do Banco do Nordeste como também no resto do País, devido às contratações do FNE e aos efeitos de transbordamento.

O menor valor para a geração de um emprego encontra-se na Pecuária, que é mais intensivo em mão de obra e tem maior destaque, em sua composição estrutural do trabalho, o componente informal. A contratação de R\$ 6.768,30

gera um emprego ou ocupação no Setor¹⁴. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 26.915,90 na Infraestrutura, bem próximo aos R\$ 26.460,90 necessários para o Setor da Indústria, R\$ 18.471,20 no de Comércio e Serviços, R\$ 16.896,70 no Turismo, R\$ 17.853,50 na Agroindústria e R\$ 14.413,80 na média das contratações.

11.3 Os efeitos transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE, na área de atuação do Banco do Nordeste, ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender aos acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como por parte da demanda final na área de atuação do Banco do Nordeste. Esses impactos são captados, no SIIPNE, por meio dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção decorrentes de novos investimentos, principalmente no Valor Bruto da Produção e nos tributos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que para impactos totais de R\$ 103,60 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 50,1 bilhões (48,4%) ocorrem fora da área de atuação do Banco do Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1.793 mil de novas ocupações ou a manutenção delas, 20,3% devem ser geradas fora da área de atuação do Banco (Tabela 51). Com relação à geração de tributos, de um total de R\$ 10,0 bilhões, R\$ 5,0 bilhões (50,1%) são tributos enviados para fora da Região. Este fato aponta para uma estrutura tributária concentrada em tributos federais. Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento da área de atuação do Banco do Nordeste beneficia conjuntamente o restante do País. Também

¹⁴ Olhando a atividade rural como um todo, para se gerar um emprego, são necessários R\$ 8.061,72, sendo que no Setor Agrícola seriam necessários R\$ 10.614,20.

sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe em circulação na economia local, indicando baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e de bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender à demanda para consumo de sua população.

11.4 Microempreendimentos individuais e acesso ao crédito: a intervenção do BNB no contexto da cidadania financeira

Maria Inez Simões Sales

Psicóloga, mestre em Avaliação de Políticas Públicas e pesquisadora do Etene.
Correio Eletrônico: marinezsales@bnb.gov.br

Maria Odete Alves

Agrônoma, mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural, Doutora em em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável e pesquisadora do Etene.
Correio Eletrônico: moalves@bnb.gov.br

Introdução

A proposta de cidadania financeira visa implementar ações que criem/fortaleçam uma cultura de cidadania financeira. Ou seja, vislumbra uma cultura que permita ao cidadão o exercício de direitos e deveres e, conseqüentemente, a possibilidade de gerenciar bem os seus recursos financeiros.

O conceito de cidadania financeira consiste numa forma integrada de atuar na inclusão financeira, na educação financeira e na proteção ao consumidor de serviços financeiros, além de buscar a participação e o engajamento do cidadão e de outros atores em diálogo construtivo para aperfeiçoar o sistema financeiro (BCB, 2018). Na verdade, tal conceito vem sendo construído ao longo dos últimos dez anos, mediante consenso entre instituições financeiras e organismos internacionais. Abrange tanto os indivíduos inseridos no sistema financeiro quanto aqueles à margem. Além disso, precisa ser entendido no contexto da evolução da cidadania em termos mais amplos, que confere aos cidadãos o direito de participar nas decisões que impactam no bem-estar, como também o direito ao apoio do Estado para assegurar esse bem-estar, em troca de um comportamento responsável dentro da sociedade. Foi utilizado pela primeira vez pelo BCB em 2013 e tem experimentado aprimoramentos ao longo dos anos.

Diversos grupos de atores têm um papel a desempenhar na promoção da cidadania financeira, cabendo destacar o Estado, os fornecedores de serviços financeiros, os varejistas, a imprensa, os influenciadores, os educadores e os cidadãos. Além disso, fatores como renda, patrimônio, escolaridade, saúde, estado emocional, hábitos de consumo e práticas comerciais podem afetar a prática e os resultados tanto para o indivíduo quanto para determinado país (BCB, 2018).

Em 2017, 1,7 bilhão de pessoas no mundo estavam excluídas do sistema financeiro, enquanto 3,8 bilhões eram bancarizadas, o equivalente a 69% dos adultos, conforme relatório divulgado pelo Banco Mundial (MAMONA; ALMEIDA; FLACH; FIGO, 2019a, 2019b).

Em países como Austrália, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Noruega e Suécia, 100% dos adultos possuem conta bancária. Por outro lado, é no Afeganistão (15%), na República Centro-africana (14%), em Níger (16%), no Sudão do Sul (9%) e em Serra Leoa (20%) onde o acesso a serviços financeiros ainda é baixo. O mesmo levantamento concluiu que a bancarização tende a acompanhar a renda média e o desenvolvimento dos países (MAMONA; ALMEIDA; FLACH; FIGO, 2019a, 2019b).

Na América Latina, o Brasil detém a liderança, assumindo a marca de 70% de bancarização. De acordo com o BCB (2015), 84% das famílias brasileiras, em 2014, possuíam ou já haviam possuído pelo menos uma conta bancária, dos quais 25% recebiam o salário e o sacavam de uma vez; 40% dos que declararam não ter conta, já tiveram e cancelaram ou deixaram a conta inativa.

Portanto, o Brasil já superou o desafio de promover o primeiro acesso a serviços financeiros, mas ainda precisa avançar em disponibilizar soluções mais fáceis para pagar as contas, receber e transferir dinheiro e manter depósitos. Existem mais de 45 milhões de não incluídos no sistema bancário brasileiro, que movimentam cerca de R\$ 820 bilhões por ano, fora dos bancos. Trata-se de uma fatia razoável da população que, historicamente, percebe os bancos como lugares inacessíveis (MAMONA; ALMEIDA; FLACH; FIGO, 2019).

De fato, pesquisa do Sebrae (2017a) com *ranking* do *Índice de Desenvolvimento do Mercado Financeiro* no período 2016-2017 para 138 países, mostra que o Brasil ocupa a pior posição no que diz respeito à “acessibilidade a serviços financeiros” (131ª colocação geral).

Apesar da existência de instituições bancárias relativamente sólidas e rentáveis no Brasil, com acessos físico e digital aos serviços oferecidos relativamente abundante, o ingresso efetivo ainda é limitado e caro para grande parte da população e das empresas (Sebrae, 2017a; 2017b). Constata-se, por um lado, a existência de mais de 37 milhões de informais no Brasil, sejam trabalhadores ou conta própria (IBGE, 2016; 2019); por outro, o nível de relacionamento bancário no período que abrange os anos 2015 e 2017 manteve-se praticamente estável (BCB, 2018).

Nos últimos anos, o peso do desemprego de 12 milhões de pessoas também jogou contra uma evolução mais rápida da bancarização. Em 2017, apenas 20% dos MEIs possuíam relacionamento bancário como pessoa jurídica, e 8,5% tinham operação de crédito em nome da empresa, o que sugere haver espaço para ampliação do acesso desse segmento ao SFN (BCB, 2018), reconhecendo-se que fatores como a infraestrutura existente, o nível de emprego e da economia formal impactam sobre a bancarização.

Importante explicar que a preocupação do Estado brasileiro com a bancarização se manifestou oficialmente no ano de 2007, por meio da Resolução BCB nº 3.518, de 6/12/2007, reforçada pela Resolução de nº 3.919, de 25/11/2010, as quais tratam de normativos para os bancos nacionais, obrigando-os a disponibilizar, gratuitamente, uma conta-corrente para pessoas físicas, destinada somente à prestação de serviços essenciais básicos, incluindo: quatro saques mensais, duas transferências entre contas do mesmo banco, dois extratos do mês anterior, um extrato anual, dez folhas de cheque (se o correntista preencher os pré-requisitos exigidos pelo banco), acesso ao *internet banking*, cartão de débito. Paralelamente às Resoluções, foram desenvolvidas e implementadas políticas voltadas à formalização dos trabalhadores por conta própria que culminou com a criação do Microempreendedor Individual (MEI) por meio da Lei Complementar (LCP) 128/2008, de 19/12/2008. Em conjunto, os

marcos legais possibilitaram a inclusão bancária de um grande contingente da população brasileira que permanecia sem acesso ao sistema financeiro nacional.

Essas políticas vinculam-se, também, a outras políticas públicas de Estado¹⁵, a saber: a política de desenvolvimento e redução das desigualdades regionais; a política de incentivo aos pequenos negócios; e a política para geração de ocupação e renda, com cuja implementação o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contribui disponibilizando crédito, e amplo leque de serviços e produtos bancários e financeiros diversificados, desde a abertura de contas-correntes simplificadas até os créditos para investimentos de longo prazo. Para tanto, a Instituição disponibiliza recursos livres, oriundos de depósitos de clientes e captação no mercado, ou direcionados, com destinação específica para o usuário final, a exemplo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)¹⁶.

Relativamente ao FNE, a operacionalização acontece no contexto de programas específicos, dentre os quais, o FNE-MEI, cujo financiamento é direcionado a microempreendedores individuais (os denominados MEIs) localizados em toda a área de atuação do BNB (Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo).

Neste contexto, o presente trabalho objetiva avaliar a contribuição do BNB para o fortalecimento da proposta de cidadania financeira coordenada pelo Banco Central do Brasil (BCB), em sua vertente inclusão financeira. Para tanto, analisa os financiamentos concedidos pelo BNB, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), a microempreendedores individuais (MEIs), no período 2011 a 2019. O estudo abrange toda a área de atuação do BNB e adota um modelo de avaliação interna, não experimental, a partir da

¹⁵ Uma política pública pode tanto ser parte de uma política de Estado como de uma política de Governo. Uma política de Estado é toda política que independe do Governo e do governante, pois se encontra amparada por leis específicas ou pela Constituição. Uma política de Governo pode depender da alternância de poder. Cada governo tem seus projetos que, por sua vez, se transformam em políticas públicas (OLIVEIRA, 2011).

¹⁶ A administração do FNE é exercida pelo Condol-Sudene, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o BNB, sendo as taxas de juros para operacionalização do Fundo definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

coleta e tratamento de dados da sua base operacional, atualizados para 31/12/2019.

O documento é constituído de quatro seções, além desta introdução: na primeira, é feita uma explanação sobre o tema central da pesquisa, que consiste na importância do financiamento para os microempreendedores individuais; na segunda, são descritas as características desse segmento de público; na terceira, discutem-se os principais resultados obtidos pelo FNE-MEI, disponibilizando recursos de curto e de longo prazos e, finalmente, na quarta seção, apresentam-se algumas sugestões e considerações finais para melhorar o alcance do público ligado ao segmento MEI.

1. Perfil dos MEIs

A partir da década de 1990, criou-se uma ambiência favorável no Brasil para o surgimento dos pequenos negócios formais ou informais. Tal situação foi decorrência de um acirramento da concorrência internacional, além da evolução da tecnologia de produção e de sucessivas crises econômicas, com aumento significativo de desemprego. Nesse período, se destacou a implementação dos programas de qualificação e financiamento com recursos do FAT (BERNARDO, VIEIRA; ARAÚJO, 2013). Essas iniciativas e os movimentos da sociedade organizada por regulamentação da atuação dos pequenos negócios, forjaram a promulgação da LC 123/2008, conhecida como Lei Geral das MPE, e a LC 128/2008, que regulamentou a atuação dos microempreendedores individuais (Quadro 5).

Quadro 5 - Marco legal relacionado com os microempreendedores individuais

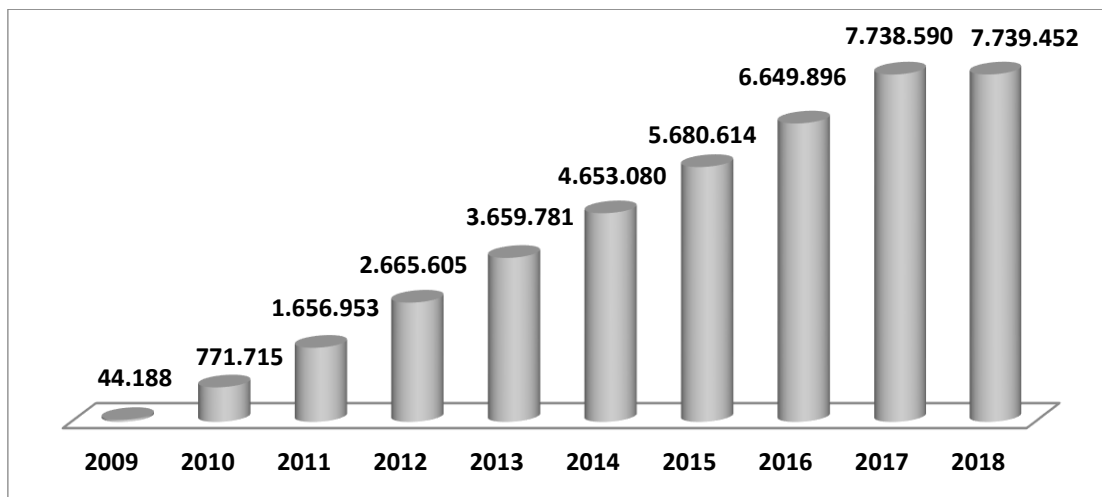
Ano	Leis e Decretos	Descrição
2008	LCP 128	Criação do Microempreendedor Informal e das condições para formalização e legalização do trabalhador autônomo, informal, no Artigo 18-A, nos seguintes termos: "Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo. § 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o <u>art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil</u>, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo".
2009	<u>Decreto nº 6.884</u>	Cria o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM).
2011	LCP 139	Altera o limite para identificação do MEI, no Artigo 18-A, parágrafo § 1º, nos seguintes termos: "Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o <u>art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)</u> , que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo".
2013	<u>Resolução Anvisa - RDC 49</u>	Estabelece normas sobre a regularização do Microempreendedor Individual - MEI em atividades econômicas e ocupações de interesse da vigilância sanitária.
2016	LCP 155	Altera o limite para identificação do MEI, no Artigo 18-A, parágrafo § 1º, nos seguintes termos: "Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual que se enquadre na definição do <u>art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil</u>, ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo".

Fonte: Portal do Empreendedor (2019).

Os dados de dezembro de 2018 mostram que, naquela data, os optantes do Simples Nacional, amparados por esse marco legal, somavam 12,8 milhões, dos quais 60,6% eram MEIs e 39,4% MPEs (RECEITA FEDERAL, 2018). Os MEIs cresceram 107% nos últimos cinco anos, enquanto as MPE cresceram 7%, com tendência de estabilização nos anos 2017 e 2018, de acordo com as estatísticas da Receita Federal (Gráfico 5).

Tais índices sugerem que ocorreu a formalização de uma grande massa de trabalhadores por conta própria que atuavam na informalidade, além de muitos microempresários que mudaram o tipo de constituição da empresa, optando pelas condições mais vantajosas do MEI no que se refere à redução do peso dos encargos.

Gráfico 5 - MEI - Optantes do Simples Nacional - Brasil (2007-2018)



Fonte: Elaboração própria, a partir da Receita Federal (2018).

Na Região Nordeste, as estatísticas da Receita Federal registram o cadastro de 1.410.840 MEIs no final de 2018. Destacam-se os estados da Bahia, do Ceará e de Pernambuco detendo, respectivamente, 30,1%, 17,5% e 17,5% dos registros (Tabela 108). Os três estados possuem o maior PIB e maior contingente populacional da Região.

Tabela 108 - Quantidade de MEI's inscritos na Região Nordeste (2018)

UF	Quantidade MEI	% por UF
Alagoas	77.582	5,50
Bahia	424.404	30,1
Ceará	247.070	17,5
Maranhão	92.199	6,5
Paraíba	109.523	7,8
Pernambuco	246.576	17,5
Piauí	64.175	4,5
Rio Grande do Norte	101.273	7,2
Sergipe	48.038	3,4
Total	1.410.840	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir da Receita Federal (2018).

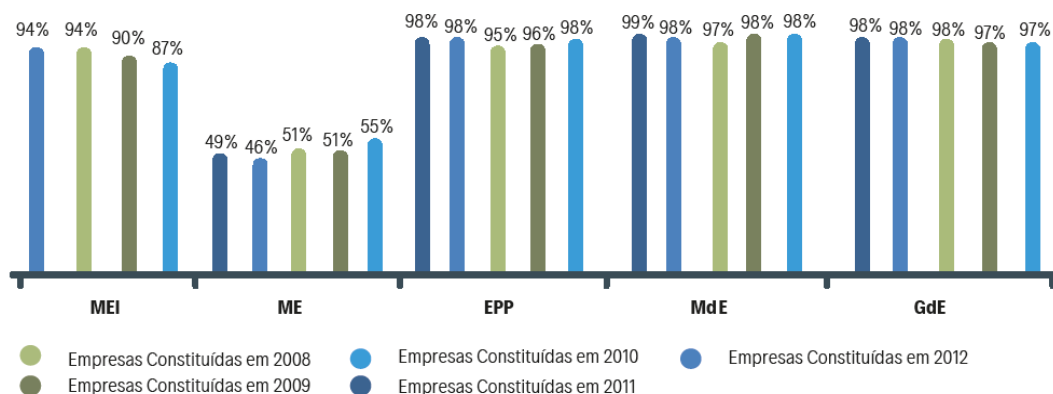
Uma análise sistemática do perfil dos MEIs é realizada anualmente pelo Sebrae. A publicação de 2016, que considerou uma amostragem aleatória estratificada por estado (26 estados e Distrito Federal), envolvendo 10.339 MEIs (380 MEIs por Unidade Federativa), apresenta como principais resultados (SEBRAE, 2016):

- ✓ 72% estão em atividade, 20% sem atuação, 6% ainda não iniciaram as atividades e 2% migraram para um porte maior;
- ✓ 76% têm essa atividade como a única fonte de renda do MEI e 28% têm-na como a única fonte de renda da família;
- ✓ renda média do MEI: R\$ 1.375,00 mensais; renda familiar média: R\$ 4.400,00;
- ✓ o negócio beneficia 3 membros da família e 1 de fora, em geral;
- ✓ antes do cadastro MEI: 51% eram empregados com carteira assinada; 21% trabalhavam como informais; 12% eram empregados sem carteira assinada; 5% eram dona(o)s de casa; 3%, servidores públicos; 2% empreendedores formalizados; 2% estudantes; 2% desempregados; 2% outros;

- ✓ motivação para iniciar o negócio: 33%, pela necessidade de uma fonte de renda; 39%, pela oportunidade do próprio negócio; 8% queria praticar seus conhecimentos; 5% não conseguiu emprego em sua área de conhecimento; 6% saiu do emprego porque o salário não compensava; 9%, motivos diversos;
- ✓ quanto ao local de atuação: 40% atua na própria residência, mas essa taxa vem caindo (em 2015, chegou a 53%); 28%, em um estabelecimento comercial; 17%, no local do cliente; 11%, na rua como ambulante; 1%, em feira ou *shopping* popular; 3%, outros locais;
- ✓ crescimento da escolaridade de nível superior de 17% em 2015 para 31% em 2016;
- ✓ formalização melhorou: desempenho do negócio em 71%; condições de compra em 72%;
- ✓ 12% tiveram negócios com prefeitura ou governos;
- ✓ 33% vendem sistematicamente para outras empresas; 15%, às vezes; 52% nunca venderam para outras empresas;
- ✓ Acesso ao crédito: 8% buscaram e não conseguiram; 84% não buscaram; 8% possuem empréstimo em nome da empresa;
- ✓ instituições financeiras mais procuradas: 22%, CEF; 19%, Banco do Brasil; 8%, Bradesco; 7%, Santander; 7%, BNB; 7%, Itaú; 6%, Sicoob; 3%, cooperativas de crédito; 21% outras opções;
- ✓ escolaridade: 22%, ensino fundamental; 48%, ensino médio; 9%, ensino superior incompleto; 19%, superior completo, 4%, pós-graduação;
- ✓ 61% pretende ter uma empresa maior, no futuro.

Outro aspecto muito importante relacionado aos MEIs, segundo o Sebrae (2016), refere-se aos índices de sobrevivência e mortalidade desses pequenos negócios. Ao separar as empresas por porte, observou-se que o comportamento dos MEIs é mais estável que o das microempresas e semelhante ao das empresas de médio e grande portes (Gráficos 6 e 7).

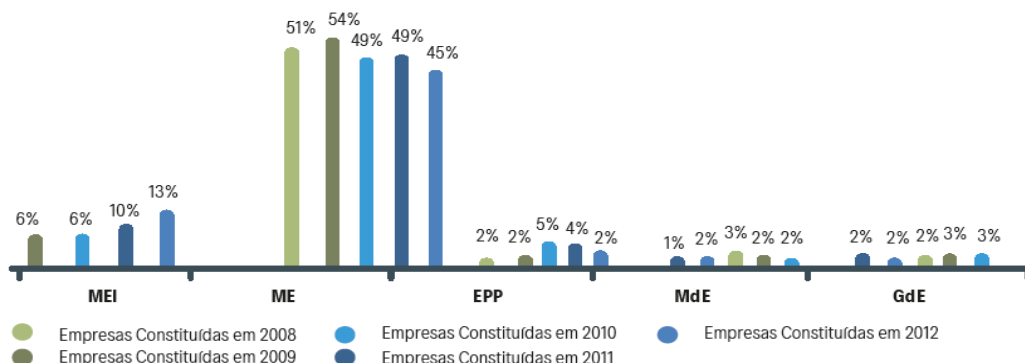
Gráfico 6 - Taxa de sobrevivência de empresas com até 2 anos, por porte - Brasil (2008 - 2012)



Fonte: Sebrae.

Obs.: O registro oficial de MEI teve início em 2009, razão pela qual a taxa de sobrevivência para o MEI só é calculada a partir deste ano.

Gráfico 7 - Taxa de mortalidade de empresas com até 2 anos, por porte - Brasil (2008-2012)



Fonte: Sebrae.

Obs.: O registro oficial de MEI teve início em 2009, razão pela qual a taxa de mortalidade para o MEI só é calculada a partir deste ano.

Como destaca Cacciamali (1997), a baixa capacitação técnico-administrativa não é a única deficiência que sofrem proprietários de negócios de pequeno porte. Eles padecem também de insuficiência de capital. Ambos os fatores restringem o nível e a continuidade de suas atividades. No item a seguir, é feita uma contextualização sobre o crédito às MEIs brasileiras.

2 Crédito e serviços financeiros para MEIs

De acordo com Cacciamali (1997), para que se criem condições para a manutenção e o crescimento dos pequenos negócios a longo prazo (produtividade e estratégias competitivas), é necessário

[...] intensificar a educação geral de qualidade, a formação e o desenvolvimento da vocação empresarial, assim como estabelecer mecanismos de acesso ao crédito, e, acima de tudo, de reforçar a confiança pública nos propósitos deste caminho (CACCIAMALI, 1997, p.87).

O papel do crédito e, de forma particular, dos bancos, é primordial na promoção de investimentos, principalmente aqueles direcionados para a inovação. Daí a importância da relação entre o empresário e o crédito no processo de desenvolvimento, seja para manutenção, crescimento ou implementação de melhorias. No entanto, essa relação não tem ainda a intensidade necessária (CACCIAMALI, 1997, p.85).

Dados do Banco Central (BCB, 2010, 2011, 2012, 2015, 2018, 2019) revelam que a evolução do crédito bancário acompanhou a dinâmica dos ciclos econômicos da última década (anos de 2009 a 2018). De 2009 a 2014, houve crescimento do volume total de crédito e declínio acentuado desse volume no período seguinte, 2015-2018. Observa-se, ainda, que em 2018 os créditos com recursos livres não alcançaram o patamar de 2010, e os direcionados, os de 2013 (Tabela 109).

Tabela 109 - Evolução do volume dos créditos bancários concedidos (2009-2018)

Tipos de Recursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
(1) Recursos livres	1.630,18	1.805,47	1.944,98	1.964,38	1.997,87	1.984,81	1.927,31	1.662,97	1.676,84	1.757,80
Crescimento (%)	-	10,75	7,73	1,00	1,70	-0,65	-2,90	-13,72	0,83	4,83
(2) Recursos direcionados	785,29	954,10	1.081,01	1.366,74	1.597,19	1.812,53	1.862,45	1.655,38	1.594,41	1.499,90
Crescimento (%)	-	21,50	13,30	26,43	16,86	13,48	2,75	-11,12	-3,68	-5,93
Total (1)+(2)	2.415,47	2.759,57	3.026,13	3.331,13	3.595,06	3.797,34	3.789,64	3.318,45	3.271,25	3.257,70

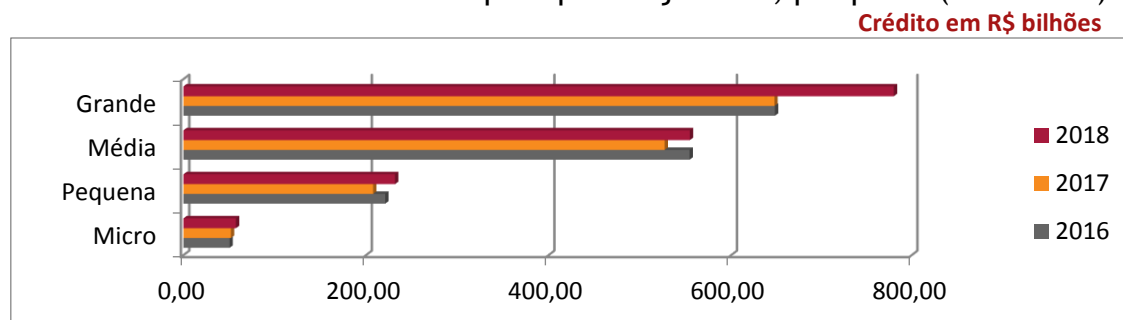
Fonte: Elaboração própria, a partir de BCB (2010, 2011, 2012, 2015, 2018, 2019).

Nota: Valores em bilhões atualizados pelo deflator IGP-DI FGV 2018.

Considerando o porte das empresas, o volume dos créditos concedidos para grandes empresas, no período de 2016 a 2018, manteve-se estável nos dois

primeiros anos, experimentando crescimento em torno de 21% em 2018; em relação às empresas de médio porte, após uma queda em 2017, houve retomada do desempenho em 2018; o desempenho das pequenas empresas foi semelhante ao das médias, com uma queda em 2017 e seguida de crescimento em 2018, chegando a superar o desempenho de 2016; e as microempresas experimentaram uma média anual de 3,5% de crescimento (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Concessão do crédito para pessoa jurídica, por porte (2016-2018)



Fonte: Elaboração própria, a partir de BCB (2017, 2019).

Nesse cenário, esforços têm sido feitos para simplificar o acesso ao crédito e às licitações públicas, ampliar a competitividade, disseminar informações e reduzir custos financeiros. De um modo geral, os bancos que atuam no Brasil, em suas estratégias de segmentação de mercado, estabeleceram os negócios de pequeno porte como público prioritário e demandadores de crédito e produtos específicos e diferenciados (SANTOS, 2012).

Os créditos direcionados são destinados aos diversos setores da economia, cuja fonte é regulada em lei ou normativo, como é o caso do FNE, e geralmente operados por bancos oficiais. A oferta de crédito de longo prazo é feita, majoritariamente, sob a liderança de três grandes bancos públicos federais que apresentam um quadro de estratégias de crédito diversificadas.

Segundo Silva (2018), esses créditos correspondem a uma parcela da riqueza centralizada pelos bancos e dirigida para o financiamento de atividades consideradas relevantes para a reprodução social. O autor avança em sua análise, relacionando a base de dados da Rais e o Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central, que reúne as informações a respeito dos contratos de crédito de clientes com saldo devedor superior a mil reais em algum banco. O relacionamento entre essas bases demonstrou a distribuição

das formas de financiamento, evidenciando que metade das empresas estão fora do mercado formal de crédito bancário, possivelmente dependendo do autofinanciamento para viabilizar investimentos. A maioria - cerca de 90% - que toma crédito direcionado, também utiliza crédito livre, indicando a existência de complementariedade entre ambas as modalidades. O crédito direcionado é, geralmente, dirigido a investimento; o crédito livre, mais utilizado para capital de giro. Afirma ainda o autor que

[...] não só o acesso ao crédito livre está relacionado com o acesso ao crédito direcionado como a quantidade de crédito consumido aumenta consideravelmente quando a firma utiliza crédito direcionado. As firmas com acesso ao direcionado que correspondem a 18,1% do total de firmas, são responsáveis pelo consumo de 81,2% do crédito da economia e de 67% do total de crédito livre (SILVA, 2018, p.19 e 20).

Em suma, argumenta Santos (2012), na configuração desse mercado de crédito, se reproduz uma situação heterogênea que apresenta uma diversificação de instituições, linhas de financiamento e condições contratuais num cenário caracterizado pela importante atuação dos bancos públicos e pela implementação de políticas voltadas para a centralização e o direcionamento de recursos. Nessa situação, quando avaliadas as dimensões dos fluxos de crédito a partir do olhar do pequeno negócio, os empréstimos bancários continuam caros, burocráticos e concentrados.

Importante esclarecer que o financiamento dos MEIs no BNB tem acontecido em diferentes formatos, dependendo do período. Até meados dos anos 1990, a atuação aconteceu sem vinculação a qualquer programa específico; de 1998 a agosto de 2008, a Instituição utilizou recursos do FNE, acumulando um valor de R\$ 1,27 bilhão nos financiamentos às micro e pequenas empresas (BNB, 2009). A partir de 2009, foi criado um programa específico para as micro e pequena empresas (FNE-MPE); em 2012, criou um programa para Empreendedores Individuais (FNE-EI) e, a partir de 2014, grupou os dois últimos no FNE-MPE. Estes aspectos são apresentados mais detalhadamente no item a seguir.

3 O BNB e o apoio aos MEIs

O BNB se caracteriza por disponibilizar financiamentos de longo prazo, empréstimos de curto prazo, operações de microfinanças e de mercado de capitais, sendo centrado nos setores produtivos. Dispõe de diversas soluções de produtos e serviços adequados para os diferentes setores de atividades e segmentos da economia, contemplando as pessoas jurídicas, desde os MEIs, até as empresas de grande porte e as pessoas físicas, inclusive os agricultores familiares. A seguir, são descritas a estrutura que permite o atendimento a esse segmento produtivo, as fontes de financiamento e as condições em que cada uma delas é disponibilizada.

3.1 Estrutura para operacionalização

Em sua jurisdição, o BNB cobre 1.990 municípios (35,7% dos municípios do Brasil). Para tanto, conta com uma rede de 292 agências, correspondendo a 7,8% da rede bancária da Região e com participação de 62,6% no volume total de financiamento de longo prazo, dos quais 64,7% nos financiamentos rurais e

Tabela 110 - Participação do BNB na rede bancária e nos financiamentos - out 2017

UF ⁽¹⁾	Agências Bancárias		Participação Rede Bancária (%)	Participação nos Financiamentos ⁽²⁾	
	Total	BNB		Longo Prazo ⁽³⁾	Crédito Rural
Alagoas	178	17	8,7	72,8	73,5
Bahia	968	59	5,7	51,6	53,7
Ceará	436	45	9,4	76,6	88,4
Norte do Espírito Santo	85	05	5,6	26,1	15,8
Maranhão	304	29	8,7	62,6	62,3
Norte de Minas Gerais	185	19	9,3	54,7	42,4
Paraíba	209	20	8,7	80,0	87,5
Pernambuco	545	40	6,8	67,1	75,4
Piauí	149	20	11,8	69,5	83,0
Rio Grande do Norte	178	21	10,6	74,2	86,5
Sergipe	191	17	8,2	71,9	67,3
Total	3.428	292	7,8	62,6	64,7

Fonte: BNB (2018).

Notas: (1) Norte do ES detém 28 municípios e 168 no Norte de MG. Foram excluídas duas agências extrarregionais (São Paulo e Rio de Janeiro); (2) Contempla bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial. Os financiamentos do FNE foram acrescidos aos dados do Sisbacen; (3) Inclui financiamentos rurais e agroindustriais (crédito rural).

As unidades bancárias (agências) do BNB são classificadas em função do mercado local, segmentadas em cinco diferentes tipos: M1, M2, M3, M4 e M5. Essa descrição é caracterizada pela concorrência na Região, o crédito bancário disponibilizado, a estrutura empresarial e o perfil dos clientes¹⁷.

3.2 As fontes de financiamento

O gerenciamento de clientes do BNB é feito por meio das carteiras especializadas, de acordo com os segmentos, cujo acompanhamento é feito pelas Superintendências Estaduais e suas respectivas agências, que são avaliadas mensalmente através da metodologia de avaliação de carteiras, composta por indicadores de desempenho. No caso dos MEIs, o atendimento não se enquadra em nenhuma carteira específica.

¹⁷ Além das agências, outros canais de atendimento são disponibilizados pela Instituição, a exemplo de pontos de contato e interação com o cliente (Posto de Atendimento Bancário), ATM, Cliente Consulta, Correspondente não bancário, Espaço Nordeste, Internet Banking (Nordeste Eletrônico), Posto Crediamigo, Sala de Negócios, Unidade de Atendimento Agroamigo e Crediamigo, dentre outras.

Os MEIs, enquanto pessoa jurídica, são atendidos por meio dos diversos programas do FNE (principalmente quando a finalidade é investimento) e do Programa FNE-MPE, quando micro e pequenas empresas. Enquanto pessoas físicas, são atendidos via CrediAmigo, com recursos para capital de giro, dos 32 mil clientes com operações de investimento, 52% também detêm operações com o CrediAmigo e em torno de 1% é atendido por outras linhas de curto prazo, com recursos internos.

Em resumo, atualmente o atendimento aos MEIs no BNB acontece da seguinte forma: para os créditos de longo prazo, ocorre numa carteira que agrega outros tipos de públicos; para empréstimos de curto prazo, acontece no âmbito do CrediAmigo, cujo foco são os empreendedores informais, mas que também atende aos MEIs e empresas formalizadas.

De acordo com a base de negócios do BNB, para as pessoas jurídicas com forma de constituição designada como MEI, foram contratadas 7.434 operações nos anos de 2011 a 2019, totalizando R\$ 88,04 milhões, com um tíquete médio de R\$ 11,8 mil, distribuídas conforme apresentado na Tabela 111.

Tabela 111 - MEI - Contratações por ano (2011-2019)

Ano	Quantidade de Operações	Valor (R\$ 1,00)
2011	330	1.339.255,90
2012	744	6.791.920,87
2013	1.360	15.219.295,13
2014	1.128	12.361.303,11
2015	1.320	15.754.568,11
2016	786	9.526.569,67
2017	653	8.672.174,96
2018	560	8.389.853,56
2019	553	9.980.942,00
Total	7.434	88.035.883,31

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2019).

Quanto às fontes de financiamento, 97,56% das operações contratadas usaram recursos do FNE no período de 2011 a 2019, visando a investimentos, enquanto

que em 2,44% delas, utilizaram-se recursos internos de curto prazo, principalmente em empréstimos para capital de giro, cartão empresarial, cheque empresa e descontos. O valor médio das contratações foi de R\$ 12,9 mil para as operações de longo prazo e R\$ 2,83 mil para as operações de curto prazo (Tabela 112).

Tabela 112 - MEI - Contratações por Fonte (2011-2019)

Fonte	Quantidade de Operações	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor médio das Contratações
FNE	6.678	85.891.964,03	97,56	12.861,93
Recin	756	2.143.919,28	2,44	2.835,87
Total	7.434	88.035.883,31	100,00	11.842,33

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2019).

Na região semiárida, foram realizadas 72,2% das contratações com MEIs. O valor médio de contratação foi R\$ 11,6 mil, 6% menos que o valor médio nas regiões fora do Semiárido (Tabela 113).

Tabela 113 - MEI - Contratações no semiárido (2011-2019)

Região	Quantidade de Operações	Valor (R\$ 1,00)	Valor médio das Contratações (R\$ 1,00)	%
Outras Regiões	1.974	24.472.453,30	12.397,39	27,8%
Semiárida	5.460	63.563.430,01	11.641,65	72,2%
Total	7.434	88.035.883,31	11.842,33	100,0%

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2019).

Essas operações foram contratadas com 3.090 MEIs (Tabela 7), identificados por CNPJ, com as seguintes características sociais: 54% empreendedores do sexo masculino; 37% casados, 58% solteiros, 4,4% separados judicialmente ou divorciados e 0,6% viúvos; 58% com segundo grau completo, 28% com o primeiro grau (Gráfico 9).

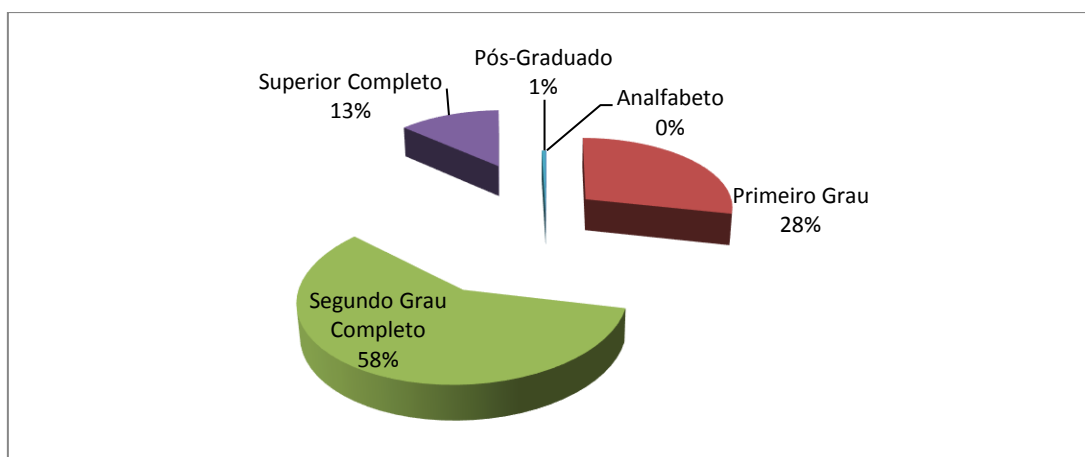
Com uma média de faturamento anual na ordem de R\$ 47.045,55, observou-se que 10 atividades respondem por 54,7% dos valores e 54,4% do total de operações, com destaque para empreendimentos da atividade de comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios; mercearias e minimercados; e salões de beleza, que juntos respondem por 35,5% dos valores contratados. As 20 atividades que respondem por 92% dos empreendimentos financiados estão listadas na Tabela 114.

Tabela 114 - Distribuição da população MEI - por atividade econômica

Atividades Econômicas Financiadas	Quantidade de MEI
Comércio varejista - artigos de vestuário e acessórios	432
Comércio varejista - mercearias, minimercados	395
Serviços pessoais - cabeleireiros, manicure e salões de beleza	270
Indústrias em geral	245
Serviço - cantinas, bares e lanchonetes	169
Serviços manutenção e reparação em geral	163
Comércio varejista - artigos diversos	159
Comércio varejista de cosméticos e produtos de perfumaria	122
Comércio varejista de peças e acessórios para motos, bicicletas e veículos	114
Restaurantes	107
Serviços em geral	102
Comércio varejista de bebidas	96
Comércio varejista - artigos de armarinho e variedades	75
Fornecimento de alimentos preparados	71
Sorveterias, confeitarias e padarias	66
Comércio varejista de materiais de construção em geral	62
Serviços de entretenimentos	57
Comércio varejista de carnes - açougues	55
Construção civil	47
Comercio varejista - artigos de cama, mesa e banho	43
Outras atividades	240
Total	3.090

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2019).

Gráfico 9 - Concessão de crédito para microempreendedores individuais por grau de escolaridade (2011-2019)



Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2019).

Outra característica desse segmento está identificada com o tempo de constituição ou formalização da atividade. Nesse aspecto, embora o Certificado

MEI tenha sido emitido somente após 2008, o tempo anterior de funcionamento da atividade foi preservado na base de informações. Considerando tal base, constatou-se que 11,72% possuem menos de 2 anos, verificando-se, portanto, a existência de atendimento direcionado para os empreendimentos com atividades mais consolidada e menos consolidada, para a fase de implantação (Tabela 115).

Tabela 115 - Distribuição da população - por intervalo de tempo de constituição

Intervalo	CNPJ	%
Mais de 10 anos	58	1,88
Entre 5 e 10 anos	1.491	48,25
Mais de 2 até 5 anos	1.179	38,16
Até 2 anos	362	11,72
Total	3.090	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2019).

a) Operações com recursos do FNE

O FNE tem exercido um papel importante na estratégia do BNB de oferecer tratamento diferenciado aos empreendimentos produtivos de menor porte, particularmente àqueles atendidos com políticas públicas, setoriais e macroeconômicas do Governo Federal: agricultura familiar, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais.

Um programa específico para o atendimento aos MEIs, com uso de recursos do FNE, foi criado em 2011, sob a denominação de FNE-EI. A finalidade era financiar a implantação, a expansão, a modernização, a reforma, a manutenção e a realocização de empreendimentos, inclusive elaboração de estudos ambientais e investimentos estabelecidos nas condicionantes das licenças ambientais. Ao longo do tempo, o Programa tem sido sistematicamente atualizado, inclusive, rebatizado como FNE-MPE, em 2014 (Quadro 6)¹⁸.

¹⁸ O BNB atuava no financiamento a pequenos negócios sem um programa específico. Antes disso, de 1998 a agosto de 2008, o BNB, por meio do FNE, já havia financiado R\$ 1,27 bilhão às micro e pequenas empresas (BNB, 2009, pág. 7). A partir de 2009, implementou um programa para as micro e pequena empresas; em 2011, um programa para Empreendedores Individuais e a partir de 2014, juntou os dois programas no FNE-MPE.

Quadro 6 - Evolução da proposta de apoio do FNE para MEIs (2011-2018)

Ano	Nome do Programa	Documento	Diretrizes do Programa
2011	Programa FNE Empreendedores Individuais (FNE EI)	Resolução Condel/Sudene nº 032, de 30.07.2010, que aprovou a Proposição nº 031, de 14.07.2010.	- Financiar investimentos, tais como aquisição de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e construção/ reforma de instalações físicas, destinados à atividade dos empreendedores individuais; - Empreendedores individuais, classificados conforme a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, em atividade há pelo menos 6 (seis) meses, comprovada por meio da experiência bancária ou comercial; - Até 100% do investimento projetado, limitado a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); - Até 36 meses, incluindo carência de até 60 dias, sendo o prazo máximo de operação em função do cronograma físico e financeiro do projeto e da capacidade de pagamento do mutuário; - encargos 6,75% ao ano.
2012	Programa FNE Empreendedores Individuais (FNE EI)	Portarias Ministério da Integração 568, de 05/08/2011 e nº 823, de 17/11/2011	- as mesmas diretrizes do ano anterior incluindo destaque para os microempreendedores da economia da cultura.
2013	Programa FNE Empreendedores Individuais (FNE EI)	Portaria Ministério da Integração 385, de 04.07.2012 Res. Condel 054, de 13/07/2012	- as mesmas diretrizes do ano anterior e alteração da taxa de juros - jan a jun - 3,53% e de jul a dez 4,12%.
2014	FNE MPE - Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais	Res. Condel 0710 de 15/08/2013	- as mesmas diretrizes do ano anterior e mais - financiamento de forma isolada de cursos e treinamento - juros - investimento em bens de capital 5,30%; demais investimentos 6,48%.
2015	FNE MPE - Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais	Res. Condel 078, de 15/08/2014	- as mesmas diretrizes do ano anterior e alteração da taxa de juros 8,24% a.a.
2016	FNE MPE - Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais	Port MI 203 - 28.08.2015 Res. Condel 087, de 29.10.2015 Res. CMN 4423, de 25/06/2015 4470, de 14/03/2016 Res. MI/Condel/Sudene 89, de 14/12/2015 99, de 22/06/2016	- as mesmas diretrizes do ano anterior e alteração da taxa de juros 11,18% a.a.

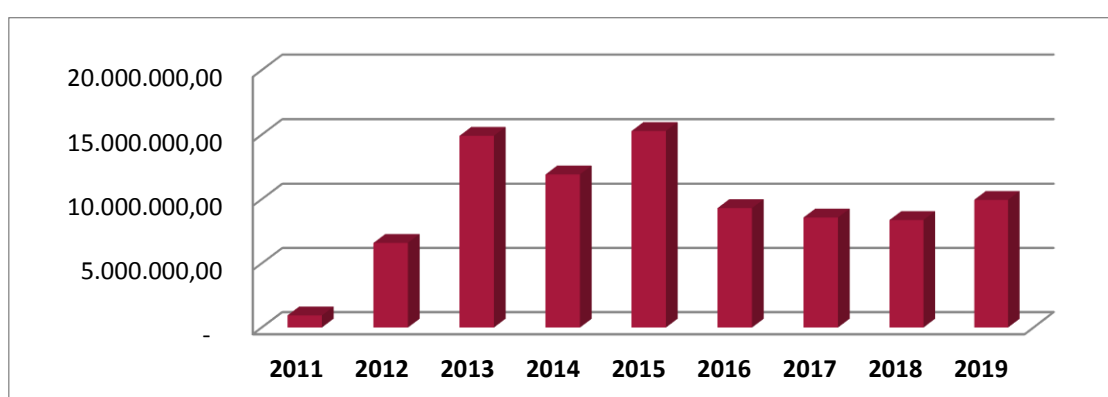
Ano	Nome do Programa	Documento	Diretrizes do Programa
		102, de 12/12/2016	
2017	FNE MPE - Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais	Res. Condel 094, de 12/08/2016	- as mesmas diretrizes do ano anterior e alteração da taxa de juros 8,75% a.a.

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2011 a 2017).

Os microempreendedores individuais podem financiar até 100% do valor do investimento com recursos do FNE, com prazo de cinco anos e carência de 3 meses. Os encargos financeiros são definidos mediante Resolução do Conselho Monetário Nacional (BRASIL, 2018).

O FNE respondeu por 97,56% dos valores contratados com o segmento MEI nos anos de 2011 a 2019, correspondendo a 6.678 operações e um montante de R\$ 85,89 milhões. Nesse período, observou-se uma média de valor contratado de aproximadamente R\$ 9,5 milhões por ano; uma média por ano de 742 operações; e um tíquete médio de R\$ 12.861,93. Destacaram-se os anos de 2013 a 2015, com os maiores valores contratados (Gráfico 10).

Gráfico 10 - MEI - contratações FNE, por ano (2011-2019)



Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2019).

O Ceará foi o estado com maior volume de aplicações, abrigando 32,90% das operações e 34,54% dos valores contratados, embora conte com apenas 17,51% do total de MEIs da Região, conforme mostrado na Tabela 116.

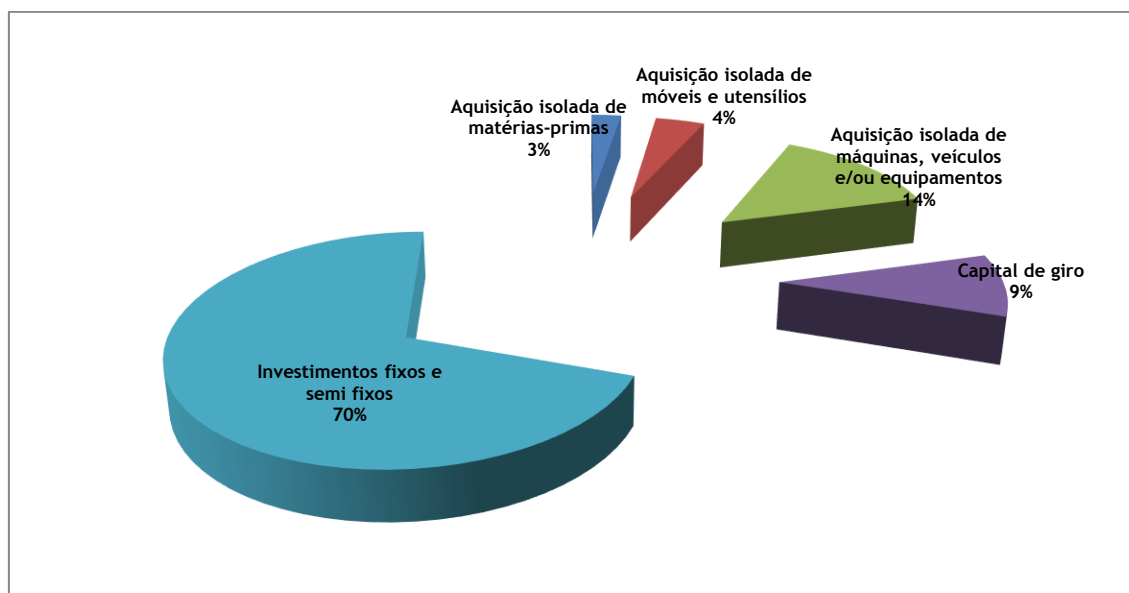
Tabela 116 - MEI - Contratações FNE por UF (2011-2019)

UF	Quantidade de Operações	% por UF	Valor Contratado (R\$ 1,00)	% Valor por UF
AL	95	1,42	1.216.345,33	1,42
BA	627	9,39	7.442.779,56	8,67
CE	2.197	32,90	29.671.083,68	34,54
ES	73	1,09	842.570,36	0,98
MA	740	11,08	10.350.982,06	12,05
MG	740	11,08	9.372.342,69	10,91
PB	184	2,76	2.137.814,98	2,49
PE	307	4,60	3.645.749,52	4,24
PI	439	6,57	5.971.505,40	6,95
RN	808	12,10	9.201.300,50	10,71
SE	468	7,01	6.039.489,95	7,03
Total	6.678	100,00	85.891.964,03	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2019).

Quanto à finalidade, 70% das operações do FNE foram contratadas para investimentos fixos e semifixos, destacando-se o crédito para pequenas construções e reformas das instalações (Gráfico 11).

Gráfico 11 - MEI - contratações FNE por finalidade (2011-2019)



Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2019).

Observa-se, ainda, no caso do MEI, que a atividade geralmente é exercida na própria residência. O investimento isolado em máquinas, equipamentos ou veículos responderam por 14% do volume de crédito; móveis e utensílios, 4%; capital de giro, 9% e formação de estoque, apenas 3% (Gráfico 4).

b) Operações com recursos internos e do Crediamigo

Em menor volume, os recursos internos têm contribuído para a estratégia de financiamento das MEIs no BNB. As operações firmadas com recursos dessa fonte responderam por 2,44% do total destinado ao segmento MEI, correspondendo a R\$ 2,14 milhões e 756 operações, gerando um valor médio contratado de R\$ R\$ 2.835,7.

As operações foram realizadas para atender necessidades urgentes na manutenção financeira dos negócios. Os principais produtos financiados foram desconto, capital de giro e cheque empresa.

Relativamente ao Crediamigo, o BNB atua em primeiro nível, acompanhando, supervisionando e fiscalizando o cumprimento do termo de parceria, e proporcionando o apoio necessário à Ocip executora do Programa, de modo que o trabalho seja desenvolvido dentro dos parâmetros previamente estabelecidos. É também uma responsabilidade do BNB o deferimento das propostas de crédito encaminhadas e a liberação das parcelas concedidas aos beneficiários.

Trata-se de Programa com atuação fundamentada nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), do Governo Federal, com a finalidade de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores formais e informais. Atende, principalmente, pessoas físicas empreendedoras. Desse modo, os MEI, pessoas jurídicas, que detêm operações com o BNB, seja por meio do FNE ou de outras fontes de recursos, podem ser atendidos também como pessoas físicas, no âmbito do Crediamigo.

A metodologia de operacionalização do Crediamigo consiste em: atendimento, por pessoas treinadas, aos empreendedores formais ou informais, com o objetivo de efetuar o levantamento socioeconômico para definição das necessidades de crédito; relacionamento direto dos agentes de microcrédito com os empreendedores, no próprio local de trabalho; prestação de serviços de orientação sobre o planejamento do negócio.

O valor das operações firmadas cresce gradativamente, levando-se em conta a capacidade de pagamento e o histórico do cliente até o limite de R\$ 15 mil.

Para fins deste trabalho, observou-se que 51% das pessoas físicas que têm cadastro como MEI e possuem operação no Banco, seja com recursos do FNE ou com recursos internos, também possuem operações com o CrediAmigo.

4 Considerações finais

Este trabalho avaliou a contribuição do BNB para o fortalecimento da proposta de cidadania financeira coordenada pelo BCB, a partir da análise dos financiamentos concedidos com recursos do FNE, de fontes internas e do CrediAmigo. Para tanto, analisou a vertente inclusão financeira a partir dos financiamentos concedidos a microempreendimentos individuais (MEIs) com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) nos anos de 2011 a 2019. Utilizou dados originários da base operacional da Instituição e adotou um modelo de avaliação interna não experimental.

A preocupação com a cidadania financeira é consenso entre instituições financeiras e organismos internacionais e o conceito vem sendo construído ao longo dos últimos dez anos. A compreensão do termo parte da visão de que o aperfeiçoamento do sistema financeiro passa pela atuação integrada das instituições financeiras na inclusão, educação e proteção do consumidor de seus serviços, permitindo a participação e o engajamento dos atores, independente de estarem ou não inseridos em tal sistema. O BCB, primeira instituição a utilizar o conceito, em 2013, é o coordenador atual das ações no âmbito nacional.

O crescimento dos pequenos negócios no Brasil, sejam eles formais ou informais, está ligado à conjuntura de crise econômica dos anos 1990, associado também às mudanças tecnológicas e à elevação significativa do número de desempregados naquela década. Em consequência, o próprio Estado implementou medidas de qualificação dos microempreendedores e financiamento das atividades do segmento, culminando com a promulgação das leis de regulamentação das MPEs e das MEIs, em 2008. Isso contribuiu para o aumento do número de MEIs formalizadas, originárias de conta própria e de mudança de constituição de empresas para MEI.

Os MEIs, segundo pesquisa do Sebrae, têm índice de sobrevivência mais estável que o das microempresas e semelhante ao das empresas de médio e grande portes. Por outro lado, além da baixa capacitação técnico-administrativa, a maior parte (84%) sequer busca o crédito em alguma instituição financeira, apesar da insuficiência de capital.

No Nordeste, são registrados cerca de 1,4 milhão de MEIs, com destaque para os estados de maior PIB e população (Bahia, Ceará e Pernambuco) que, juntos, detêm em torno de 65% do total regional.

No BNB, ao longo dos anos, o atendimento a micro e pequenas empresas tem acontecido em diferentes formatos. Sem vinculação a programa específico num primeiro momento, o financiamento passou a utilizar recursos do FNE a partir de meados da década de 1990. No final dos anos 2000, o atendimento passou a ser direcionado em programas específicos e, desde então, tem sofrido diversos ajustes para aproximá-los das especificidades e demandas específicas dos micro e pequenos empreendimentos, assim como dos empreendimentos individuais. Atualmente, a Instituição conta com estrutura para atendimento dos MEIs, seja para os créditos de longo ou curto prazo, junto com outros tipos de públicos; as estratégias empresarias do FNE priorizam as empresas de porte MPE, médias e grandes, enquanto o CrediAmigo tem como público prioritário os autônomos e informais.

Os dados sistematizados neste estudo mostram que o BNB firmou 7.434 operações com MEIs nos anos 2011 a 2019, totalizando R\$ 88,04 milhões, gerando o valor médio de R\$ 11,8 mil por contrato. O FNE foi a fonte mais importante, responsável por cerca de 98% do valor e quase 90% das operações. Esse Fundo foi responsável pelo atendimento registrado como pessoa jurídica, algumas vezes por meio de programas específicos, outras em conjunto com as MPE; o atendimento desses clientes, enquanto pessoas físicas, se deu principalmente via CrediAmigo, com recursos para capital de giro.

Em 2020, o BNB implantou nova estratégia de atendimento aos MEIs, integrando empréstimos de curto prazo (CrediAmigo) com investimento de longo prazo (FNE), com uso da metodologia do programa de microcrédito orientado. Na

medida em que abre o leque de possibilidades, tal estratégia tende a atrair novos clientes, assim como pode permitir, aos já clientes, acesso a novos produtos e serviços bancários. Alerta-se, no entanto, que os resultados dessa estratégia não são objeto de análise no presente trabalho, visto que o período de análise se limita aos anos 2011 a 2019.

Enfim, os resultados mostram que o BNB tem tido um papel importante no estímulo à formalização de pequenos negócios, disponibilizando recursos e, inclusive, implementando programas específicos para o segmento. Com isso, contribui para a inclusão financeira de uma parte significativa de atores, fortalecendo uma das vertentes da cidadania financeira.

Deve-se levar em conta, também, que o segmento MEI se situa num espaço “sanduíche”: por um lado, é constantemente pressionado a cruzar a linha rumo à informalidade, como denunciam os índices anuais de baixa de certificados MEI; por outro, é vizinho de um segmento mais estruturado, formado pelas MPEs.

Enfim, é fundamental que se defina uma estratégia empresarial que permita o alcance de uma parcela maior dos MEIs, levando em conta os aspectos acima mencionados. Um possível caminho envolve o uso de metodologias e ferramentas que coloquem o usuário no centro do desenvolvimento. É importante usar abordagens e instrumentos inovadores que permitam compreender profundamente as prioridades, os hábitos e os processos decisórios dos perfis de interesse para, então, moldar-lhes um serviço e testá-lo com eles, conforme indica o BCB (2015).

Além disso, é importante considerar a hipótese de um atendimento mais customizado ao segmento MPE (faturamento até R\$ 360 mil) pois, na prática, a estrutura da micro empresa tende a ser confundida com a da pequena empresa (faturamento de R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões). Poderia ser pensado um programa específico para as microempresas, criando, portanto, melhores condições para o atendimento dos pleitos.

Referências

- Banco Central do Brasil - BCB. **Relatório de economia bancária 2009**. Brasília: BCB, 2010. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- _____. **Relatório de economia bancária 2010**. Brasília: BCB, 2011. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- _____. **Relatório de economia bancária 2011**. Brasília: BCB, 2012. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- _____. **Relatório de economia bancária 2014**. Brasília: BCB, 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- _____. **Relatório de economia bancária 2017**. Brasília: BCB, 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- _____. **Relatório de economia bancária 2018**. Brasília: BCB, 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- _____. **Relatório de cidadania financeira 2018**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/index.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- Banco do Nordeste do Brasil - BNB. **Relatório de administração 2018**. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/50268/5403116/Relatorio+Administra%C3%A7%C3%A3o+2018+Anual+pdf/f52d86ec-89c5-09e1-7f31-572a16c8bde9>>. Acesso em: 30 set. 2019.
- _____. **Programação regional do FNE. Relatórios 2012 a 2017**. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/fundo-constitucional-de-financiamento-do-nordeste-fne/programação-regional-e-legislação-do-fne>>. Acesso em: 05 abr. 2018.
- _____. **Programação regional do FNE. Relatórios 2009 a 2011**. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/inicio?p_p_id=3&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_3_struts_action=%2Fsearch%2Fsearch&_3_redirect=%2Finicio%3Fp_p_id%3D101%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_101_struts_action%3D%252Fasset_publisher%252Fview_content%26_101_returnToFullPageURL%3D%252Finicio%253Fp_p_id%253D101%2526p_p_lifecycle%253D0%2526p_p_state%253Dmaximized%2526p_p_mode%253Dview%2526_101_struts_action%253D%252F

asset_publisher%25252Fview_content%2526_101_assetEntryId%253D209257%2526_101_type%253Ddocument%2526%26_101_assetEntryId%3D209532%26_101_type%3Ddocument%26redirect%3Dhttps%253A%252F%252Fwww.bnb.gov.br%252Finicio%253Fp__id%253D3%2526p__life_cycle%253D0%2526p__p_state%253Dmaximized%2526p__p_mode%253Dview%2526_3_groupId%253D0%2526_3_groupId%253D0%2526_3_keywords%253Dfne%252B2011%2526_3_keywords%253Dfne%252B2011%2526_3_struts_action%253D%25252Fsearch%25252Fsearch%2526_3_struts_action%253D%25252Fsearch%25252Fsearch%2526&_3_keywords=fne+2012&_3_groupId=0. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Relatório de resultados e impactos do FNE 2017**. Fortaleza: BNB, 2018. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/fundo-constitucional-de-financiamento-do-nordeste-fne/relatorios-de-gestao-do-fne>. Acesso em: 03 jan. 2019.

_____. **Relatório de resultados e impactos do FNE. Série histórica 2009 - 2016**. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/fundo-constitucional-de-financiamento-do-nordeste-fne/relatorios-de-gestao-dofne>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

_____. **Relatório de gestão 2017**. Fortaleza: BNB, 2018. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestao.xhtml>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

_____. **Base de dados do BNB**. Fortaleza: BNB, 2019. Acesso em: 03 jan. 2019. BERNARDO, N. R. R.; VIEIRA, E. T.; ARAÚJO, E. A. S. de. A relevância da atividade empreendedora para o desenvolvimento econômico de um país. Guaratinguetá, **Revista Científica On-line Tecnologia, Faculdade de Tecnologia**, v. 2, n. 1, Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.fatecguaratingueta.edu.br/revista/index.php/RCO-TGH/article/view/22/31>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. **Resolução Nº 4.672, DE 26 DE JUNHO DE 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/27566637/do1-2018-06-28-resolucao-n-4-672-de-26-de-junho-de-2018-27566628. Acesso em 15 JAN. 2020.

_____. Ministério da Economia - ME. **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**. 2016. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacionaldo-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IBGE. **Demografia das empresas 2014**. IBGE, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98073.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **Estatísticas do cadastro central de empresas 2017**. IBGE, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101590.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MAMONA, K.; ALMEIDA, M.; FLACH, N.; FIGO, A. **O Brasil sem banco**. Revista Exame, 26/09/2019a. Disponível em < <https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-brasil-sem-banco/>> Acesso em 28 nov. 2019.

_____. **Por que o Brasil vive uma corrida pelos sem banco**. Startups, fintechs e bancos digitais miramos 45 milhões de brasileiros que usam só dinheiro de papel. Revista Exame. Publicado em 27 set 2019b, 10h37. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/por-que-o-brasil-vive-uma-corrida-pelossem-banco/>. Acesso em: 03 out. 2019.

OLIVEIRA, D. de A. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 17 nov.2017.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Legislação: leis e decretos**. 2019. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

RECEITA FEDERAL. **Estatísticas do simples nacional**. 2017. Disponível em: <<http://www8.eceita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/estatisticasSinac.app/EstatisticasOptantesPorDataMunicipio.aspx?tipoConsulta=2&optanteSimei=1>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. **Estatísticas sinac e simei**. 2018. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/estatisticasSinac.app/EstatisticasOptantesPorDataMunicipio.aspx?tipoConsulta=2&optanteSimei=1>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

SANTOS, C. A (Coord). **Pequenos Negócios: desafios e perspectivas - Inovação**. Brasília: SEBRAE Nacional, v. 3, 2012. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a7dd7d5bcef3f0092cd9f9eac9297ae1/\\$File/4171-dublin.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/a7dd7d5bcef3f0092cd9f9eac9297ae1/$File/4171-dublin.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2018.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: Sebrae, 2016. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-rasildestaque15,01e9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Boletim Estudos e Pesquisas**. Sebrae Nacional, nº 61, dez/2017a. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/boletins-de-estudos-pesquisas-ano-2017detalhe50,1b82e336168ba510VgnVCM1000004c002100aRCRD>. Acesso em; 16 nov. 2018.

_____. **Relatório Especial: O Financiamento das MPEs no Brasil**. Setembro, 2017b. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/>

ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/843a3cb8bd1901b9dec713eb3cdbb260/\$File/7754.pdf. Acesso em: em: 02 dez. 2019.

SILVA, M. S. de S. **Crédito direcionado e desenvolvimento econômico: uma avaliação da política de crédito brasileira.** São Paulo, 2018. Teses de doutorado. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-12062018-111324/pt-br.php>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

11.5 Os financiamentos do FNE no Nordeste em períodos de expansão e de recessão econômica

Jane Mary Gondim de Souza

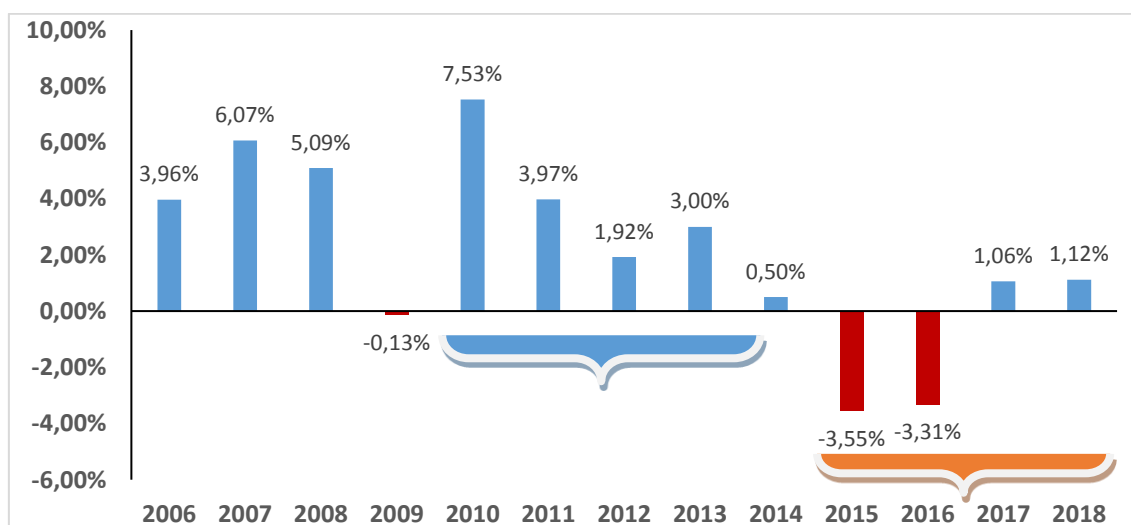
Economista, Doutora em Economia Regional e Desenvolvimento Territorial, Banco do Nordeste.
janemgs@hotmail.com. (85)988709566.

Introdução

O Banco do Nordeste do Brasil, como banco de desenvolvimento, administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), instrumento de grande importância para o financiamento de atividades produtivas na Região Nordeste. Pelo montante de recursos públicos envolvidos, além da abrangência de sua atuação, a aplicação desses recursos requer uma avaliação de sua execução frente aos resultados obtidos ao longo do tempo. Desde sua criação, em 1989, os recursos do FNE têm apoiado muitas empresas, independente da conjuntura econômica, seja ela de recessão ou de expansão.

Nesse contexto, é importante frisar que, depois da crise econômica mundial de 2008/2009, a economia brasileira apresentou variação negativa, recuperando-se a partir de 2010. Entretanto, verificou-se que, desde meados de 2011, houve um processo de desaceleração, e que em 2014 essa tendência se agravou, levando o Brasil a uma recessão (Gráfico 12).

Gráfico 12 - PIB do Brasil - variação anual (%)



Fonte: IBGE. Informações disponíveis no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais, no site do Banco Central.

A economia brasileira viveu um ciclo de crescimento econômico no período de 2010 a 2013, com incremento anual real médio do PIB de 2,3%. Esse período refletia uma situação de grandes superávits das contas externas, em razão dos preços das commodities e do humor externo favoráveis às economias emergentes, cujos benefícios foram sentidos (VIDAL; ALVES, 2017). O crescimento do PIB nacional no período 2010-2014 foi corroborado pela expansão econômica em todas as regiões do País, tendo o PIB do Nordeste crescido 3,6%.

A partir de 2013, os preços das commodities começaram a cair no mercado internacional, gerando termos de troca desfavoráveis ao Brasil. Ainda que tenham sido adotadas políticas expansionistas que induziram o aumento do crédito, mediante redução da taxa de juros e aumento do gasto público, isso não foi suficiente para arrefecer o início do ciclo recessivo a partir de 2014.

A profundidade da recessão da economia brasileira no período mais recente é o resultado, entre outras coisas, de um conjunto de choques de oferta e de demanda que foram ocasionados por erros de política econômica cometidos principalmente no período em que foram adotadas políticas que formaram a "Nova Matriz Econômica" (NME). Esses choques produziram uma redução da capacidade de crescimento da economia brasileira e risco de insolvência das finanças públicas.

A redução da taxa de crescimento do PIB foi acompanhada de redução da taxa de investimento em 4,8% e da menor taxa de crescimento do consumo nos últimos anos, com crescimento de somente 2,3% no ano de 2014. No entanto, somente após a disparada do risco país em 2015 se observa a forte contração de consumo e investimento na economia do País (BARBOSA FILHO, 2017).

Essencial para manter a saúde das empresas, o financiamento, seja para capital de giro como para investimentos em equipamentos ou expansão, nem sempre é acessível para pequenos e médios empresários. Embora a maior parte dos bancos ofereça linhas de crédito específicas para implantação de novos negócios, capital de giro e investimentos, a limitação de acesso a esses recursos

é ainda maior em momentos de fraca atividade econômica, já que os bancos ampliam as exigências para reduzir o risco de calote.

O BNB, por se tratar de banco de desenvolvimento, detém dinâmica de empréstimos diferenciada, principalmente em comparação aos bancos privados. Por exemplo, o maior volume de recursos do FNE foi emprestado no segundo período, ou seja, durante a recessão. A relevância deste fato remete à importância de se analisar a dinâmica de participação dos estados, setores e atividades econômicas nos financiamentos do Fundo, em ambos os períodos atravessados pela economia brasileira (expansão e recessão).

A importância deste estudo é a contribuição para o conhecimento do que vem sendo gerado nos estados a partir dos financiamentos, em diferentes conjunturas, uma vez que a eficiente aplicação desses recursos é o que vai proporcionar resultados positivos capazes de contribuir para o desenvolvimento de cada município beneficiado. Conhecer a forma como se elegem as atividades a serem financiadas, principalmente em períodos de recessão econômica, pode facilitar a busca de soluções inovadoras. É importante, ainda, saber se os financiamentos beneficiam sempre as mesmas atividades nos estados, de acordo com a vocação do município, independentemente do nível da atividade econômica do momento ou, se em períodos de recessão, há o surgimento de novas atividades capazes de gerar mais emprego. Adicionalmente, se busca observar se houve crescimento dos financiamentos em determinado setor econômico em períodos de expansão econômica ou de recessão.

1 Metodologia

A metodologia utilizada para atingir o objetivo proposto foi a comparação entre os períodos de expansão e de recessão econômica, verificando as mudanças ocorridas nos níveis de financiamento em cada um deles.

Todas as análises se referem somente aos estados da Região Nordeste, ainda que a área de atuação do BNB inclua o Norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Os dados para a elaboração do estudo foram coletados da base de dados do ativo operacional do Banco do Nordeste no período de 2010 a 2019.

A coleta de dados foi realizada para cada estado do Nordeste, com cortes por setor de atividade e atividade econômica, calculando-se o percentual de recursos destinados a cada atividade dentro dos financiamentos concedidos ao respectivo estado em períodos distintos.

Todos os valores foram atualizados para o ano de 2019, utilizando o IGP-DI. As análises foram abordadas por segmento temporal (2010-2014 e 2015-2019), que representam os períodos de expansão e recessão da economia brasileira, respectivamente. Esses intervalos de tempo foram selecionados em razão de fazerem parte de um período recente e se encaixarem no objetivo da pesquisa, qual seja, conterem períodos de expansão e recessão econômica.

Optou-se, ainda, por analisar separadamente o Setor de Infraestrutura em razão de envolver grandes valores de financiamento, o que proporcionaria um resultado distorcido, quando analisado em conjunto com os demais setores econômicos. Dessa forma, a partir do item 2, todas as análises excluem esse setor, sendo o mesmo analisado separadamente no final do trabalho.

2 Os empréstimos do FNE - Visão geral

O FNE aplicou em toda a Região Nordeste, no período de 2010-2014, o valor real, corrigido para 2019, de R\$ 77,3 bilhões, excluindo as aplicações em infraestrutura (R\$ 6,7 bilhões). O estado que mais recebeu recursos foi a Bahia (23,7%), seguido de Pernambuco (17,5%) e do Ceará (15,9%), perfazendo, juntos, 56,7% dos recursos. Os estados menos beneficiados foram Alagoas e Paraíba, com apenas 5,1% dos recursos cada um (Tabela 117).

No período de recessão (2015-2019), em valores reais de 2019, o valor financiado foi de R\$ 70,2 bilhões.

Percebe-se que as maiores reduções se deram em Pernambuco (-25,9%), seguido de Sergipe e Ceará. Por outro lado, a Bahia teve uma variação positiva significativa (21,1%). Observou-se decréscimo de 9,2% no volume total de recursos aplicados entre os dois períodos.

Tabela 117 - Participação percentual dos estados nos financiamentos do FNE na Região Nordeste - período 2010-2014 e 2015-2019 (1)

Estado	2010-2014	2015-2019	Variação (%)
	(%)	(%)	
Alagoas	5,1	4,4	-13,7
Bahia	23,7	28,7	21,1
Ceará	15,9	13,4	-15,7
Maranhão	11,7	13,2	12,8
Paraíba	5,1	6,1	19,6
Pernambuco	17,5	13,1	-25,1
Piauí	8,9	10	12,4
Rio Grande do Norte	6,3	6,6	4,8
Sergipe	5,8	4,5	-22,4

Fonte: BNB (2020).

(1) Valores efetivamente contratados por cada estado do Nordeste, que tenta seguir a Programação do FNE.

O percentual de recursos destinado a cada estado da Região se baseia na proposta de aplicação de recursos elaborada, anualmente, pelo Banco do Nordeste por meio da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. A programação contempla, dentre outros aspectos, as diretrizes e prioridades do Governo Federal, além dos planos estaduais de aplicação de recursos. São consideradas, ainda, as potencialidades e oportunidades de investimentos identificadas conjuntamente com os órgãos governamentais e as entidades públicas e privadas, bem como a distribuição histórica das aplicações do FNE e o marco regulatório dos fundos constitucionais.

A Região Nordeste se compõe de estados em diferentes níveis de desenvolvimento e de oportunidades de negócios, além de diferentes graus de participação do PIB e da população no total da Região, conforme se pode observar na Tabela 118 onde se apresenta, para cada estado, a média do período estudado. A Bahia se destaca como o estado com maior população (26,7%) e o que mais contribui para o PIB do Nordeste com uma média de 28,5%, seguido por Pernambuco e Ceará.

A economia do Estado da Bahia é diversificada, com atuação nas atividades da agropecuária, indústria, mineração, turismo e serviços. É o maior produtor de soja, algodão, café, cacau, coco e banana no Nordeste (IBGE, 2017). Entre as 20 maiores empresas baianas, nove companhias são da área de petróleo,

petroquímica, gás e energia, três da área de celulose, três da área de mineração e uma do setor de borracha - sendo todas produtoras de insumos e matérias-primas (Jornal A Tarde de 03/10/2019). No que se refere ao Setor de Comércio e Serviços, quatro empresas baianas estão entre as maiores do País: Atakarejo e Le Biscuit (varejo); Santa Casa de Misericórdia (saúde); e o grupo TPC (transporte).

Tabela 118 - PIB e população - participação percentual dos estados na Região Nordeste (média) - período 2010-2019

Estado	PIB	População	FNE
Maranhão	9,26	12,31	10,00
Piauí	4,51	5,74	8,76
Ceará	15,30	15,85	15,31
Rio Grande do Norte	6,88	6,06	6,24
Paraíba	6,50	7,05	5,95
Pernambuco	19,00	16,58	14,23
Alagoas	5,33	5,89	4,62
Sergipe	4,72	3,96	4,69
Bahia	28,50	26,56	22,55

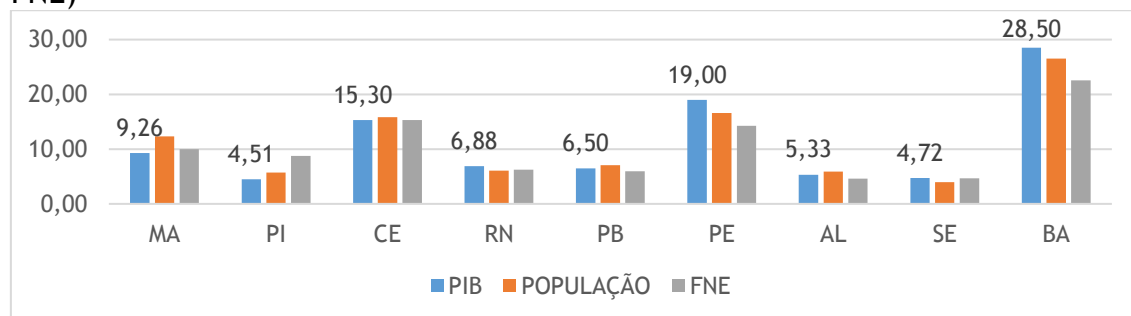
Fonte: IBGE-Sidra e BNB.

* Valores do PIB (2010-2017).

* Valore do FNE (2013-2019)

Observou-se que a distribuição dos recursos do FNE acompanha praticamente a mesma ordem de participação de cada estado em termos de PIB e população, com pequenas variações. Dessa forma, verifica-se a imparcialidade na destinação de recursos para cada estado. Destaca-se o Piauí como o único estado cuja destinação de recursos do FNE apresenta percentual maior do que PIB e População (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Média da participação percentual dos estados (PIB, população e FNE)



Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB e IBGE-Sidra.

* Valores do PIB (2010-2017).

* Valore do FNE (2013-2019).

* População (2010-2019).

Em uma abordagem por setor de atividade, percebe-se queda dos financiamentos ao Setor Industrial que se reduziram cerca de 56,6%, em média, entre os períodos de 2010 a 2014 e 2015 a 2019 (Tabela 119), efeito da desindustrialização ocorrida no Brasil. Por outro lado, há um significativo crescimento dos financiamentos voltados para o Setor de Comércio entre os dois períodos (67,8%).

Tabela 119 - Participação percentual dos setores nos financiamentos do FNE na Região Nordeste - período 2010-2014 e 2015-2019

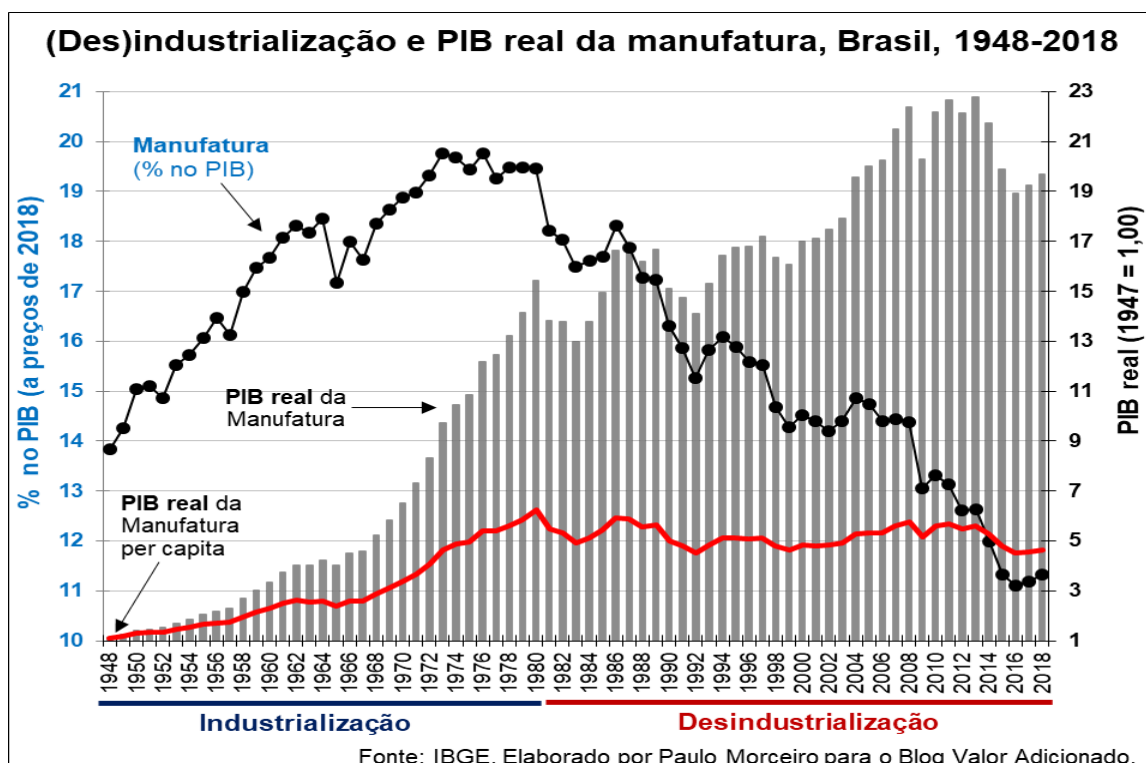
Setor	2010-2014	2015-2019	Variação (%)
Agrícola	20,7	23,8	15,0
Agroindústria	1,6	1,6	5,3
Comércio	13,7	23,0	67,8
Industrial	29,6	12,8	-56,6
Pecuária	19,5	23,3	19,8
Serviços	15,0	15,4	2,7
Total	100	100,0	

Fonte: BNB (2020).

De acordo com o Relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Unctad, divulgado em 2016, o processo de desindustrialização brasileiro foi precoce e teve início com os choques econômicos vividos pelo mercado nacional nos anos 1980, se intensificou com a abertura comercial no começo dos anos 1990, seguido pelo abandono das políticas desenvolvimentistas e pelo emprego da taxa de câmbio como ferramenta no combate à inflação. Depois, a desindustrialização foi favorecida por reformas liberalizantes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e, mais recentemente, pela pauta exportadora focada em *commodities*.

De acordo com a Unctad, no começo da década de 1970, a participação das manufaturas na geração de emprego e valor agregado no Brasil correspondia a 27,4%, em valores da época, enquanto em 2014 essa participação caiu para 10,9% (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Desindustrialização no Brasil



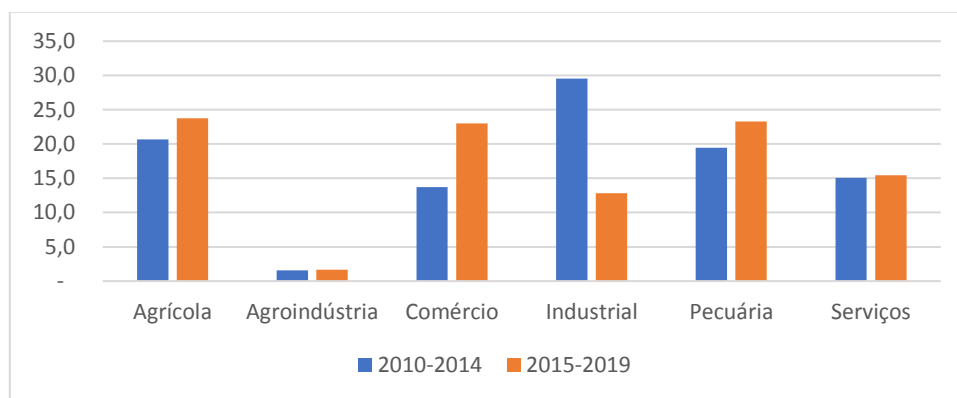
No caso do Nordeste, a participação dos estados na produção industrial da Região em relação ao PIB, no período, apresentou uma concentração em três estados: Bahia, Pernambuco e Ceará. A Bahia, mesmo com a perda de participação na última década, ainda detinha cerca 30,0% da produção industrial do Nordeste em 2014. O Estado do Ceará apresentou uma trajetória relativamente instável, de modo que, em 2013, possuía uma participação maior que a de 2002, mas, em 2014, esse percentual caiu para 18,7%. Já Pernambuco apresentou ganho expressivo, sobretudo, entre 2010 e 2013. O Estado passou de 18,8% da produção industrial do Nordeste, em 2010, para 25,6% em 2013. Entretanto, sofreu uma queda de quase 3,0 p.p. em 2014 (SILVA, 2019).

Em relação aos demais estados, Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram significativas reduções de participação nos últimos anos. Alagoas sofreu sucessivas quedas até 2007, quando iniciou uma recuperação que foi interrompida em 2012, detendo apenas 4,6% de toda a produção industrial do Nordeste. O Rio Grande do Norte passou de 5,2% da produção industrial em 2002 para 3,9% em 2014 e Sergipe passou de 5,4% para 4,2% no mesmo período.

Por outro lado, Maranhão e Piauí apresentaram um aumento de participação na produção industrial regional. Ou seja, enquanto Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe se desindustrializavam, Maranhão e Piauí estavam em processo de industrialização.

É interessante notar, no Gráfico 15, que no período de expansão, os financiamentos à indústria se sobressaíram, seguidos da agropecuária. Os demais setores não alcançaram 15,0%. Por outro lado, no período de recessão, enquanto houve grande retração na indústria, o financiamento ao comércio cresceu cerca de 68,0%.

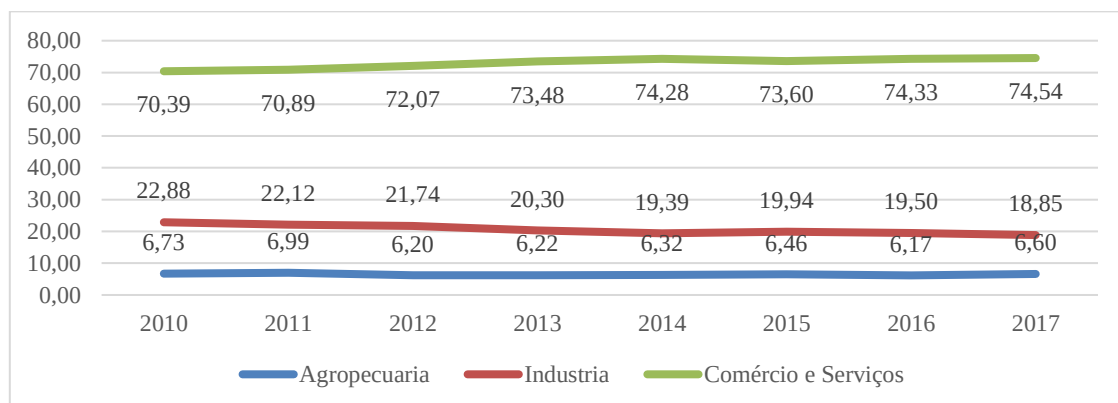
Gráfico 15 - Participação percentual dos setores econômicos nos financiamentos do FNE na Região Nordeste - período 2010-2014 e 2015-2019



Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2010-2014 e 2015-2019).

O Gráfico 16 mostra que, na Região Nordeste, a participação dos setores no Valor Adicionado Bruto, ao longo dos períodos, teve comportamento semelhante ao dos empréstimos, ainda que em proporções diferentes, apresentando queda na indústria e aumento nas atividades de comércio e serviços, provavelmente puxado pelo comércio.

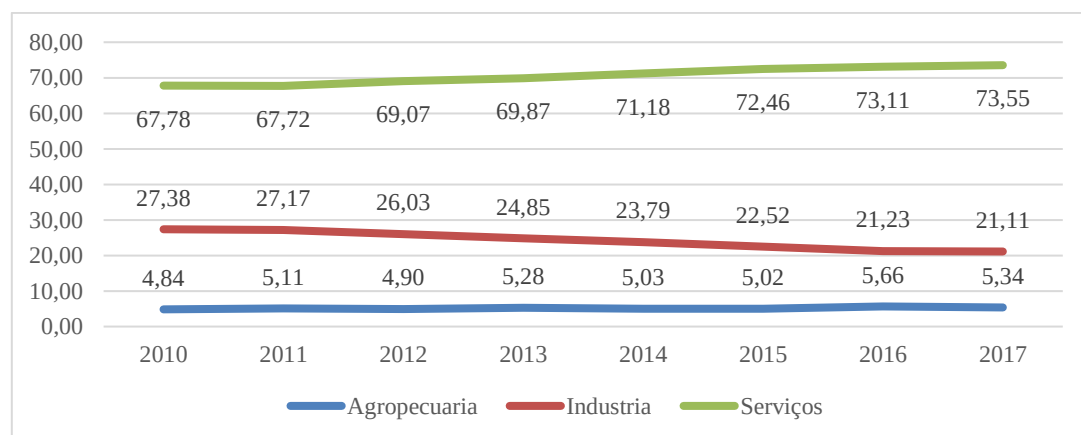
Gráfico 16 - Participação percentual dos setores no Valor Adicionado Bruto do Nordeste



Fonte: IBGE-Sidra (2010-2017).

É interessante perceber que a mesma tendência também ocorreu no Brasil quando se analisam os gráficos 16 e 17.

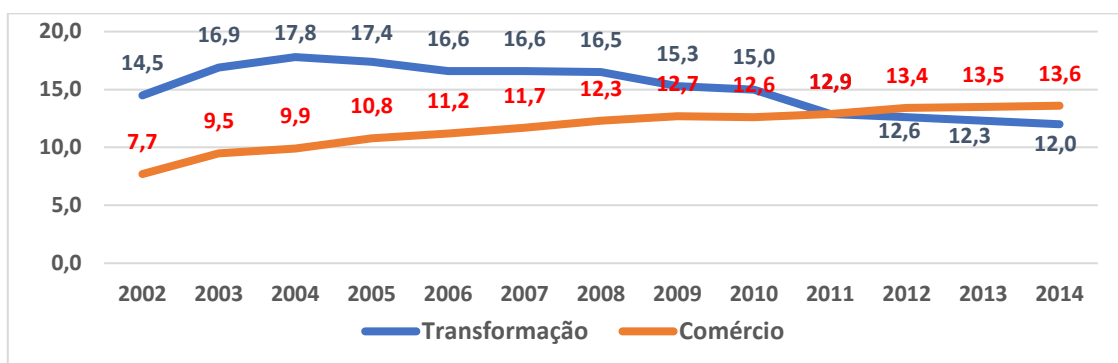
Gráfico 17 - Participação percentual dos setores no Valor Adicionado Bruto do Brasil



Fonte: IBGE-Sidra (2010-2017).

No Gráfico 18, pode-se observar a tendência de crescimento do Setor de Comércio no Brasil, em contrapartida com a queda da Indústria de transformação, mais visível a partir de 2011.

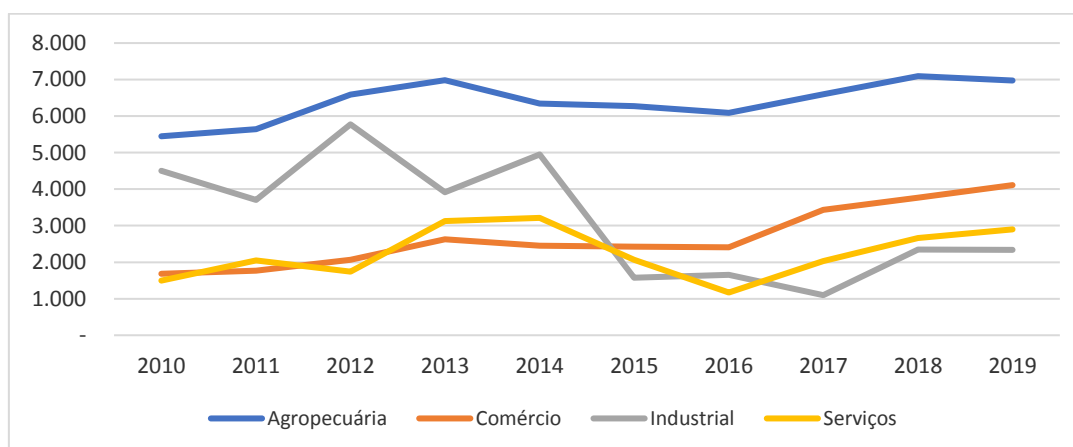
Gráfico 18 - Participação percentual das atividades de Indústria e Comércio no Valor Agregado do Brasil



Fonte: IBGE (2020).

Ao analisar ano a ano, pode-se observar melhor o comportamento dos financiamentos aos demais setores em todo o período, especialmente o crescimento dos financiamentos ao comércio e queda na indústria no segundo período (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Valor financiado por setor de atividade (em R\$ milhão)



Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2010-2019).

Em termos percentuais, a variação média dos dois períodos, sem considerar o Setor de Infraestrutura, demonstra que o Setor de Comércio continua apresentando forte variação positiva (67,8%) e a Agropecuária teve variação positiva, conforme Tabela 120.

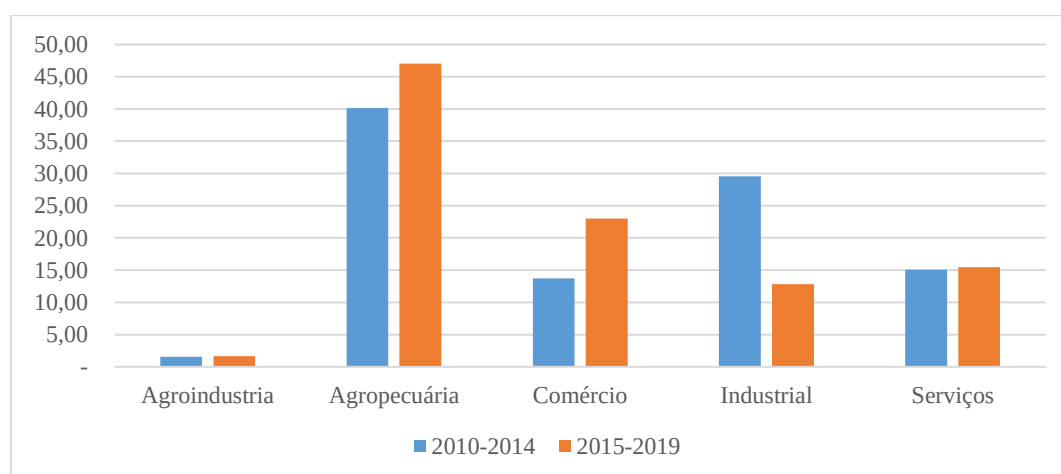
Tabela 120 - Participação percentual dos setores nos financiamentos do FNE na Região Nordeste - período 2010-2014 e 2015-2019

Setor	2010-2014	2015-2019	Variação (%)
Agroindústria	1,56	1,64	5,3
Agropecuária	40,12	47,06	17,3
Comércio	13,72	23,01	67,8
Indústria	29,57	12,84	-56,6
Serviços	15,04	15,45	2,7
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: BNB (2020).

No Gráfico 20, há uma visualização clara da compensação feita pelo comércio diante da queda dos financiamentos à indústria.

Gráfico 20 - Participação percentual dos setores nos financiamentos do FNE na Região Nordeste - período 2010-2014 e 2015-2019



Fonte: BNB (2020).

Com relação às atividades econômicas, as mais financiadas em todos os períodos foram bovinocultura, comércio varejista e grãos (Tabela 121). No primeiro período, houve também significativo financiamento à indústria na atividade de minerais não metálicos, o que já não ocorreu no segundo período.

Entretanto, considerando-se os valores reais financiados, é interessante observar que os financiamentos ao comércio varejista cresceram mais de 30,0% entre os períodos, conforme se havia constatado anteriormente. A

bovinocultura, por outro lado obteve uma pequena retração, cedendo espaço para os grãos que obtiveram expressivo crescimento de 33,0%.

Tabela 121 - principais atividades econômicas financiadas pelo FNE na Região Nordeste - período - 2010-2014 e 2015-2019 (em R\$ milhão)

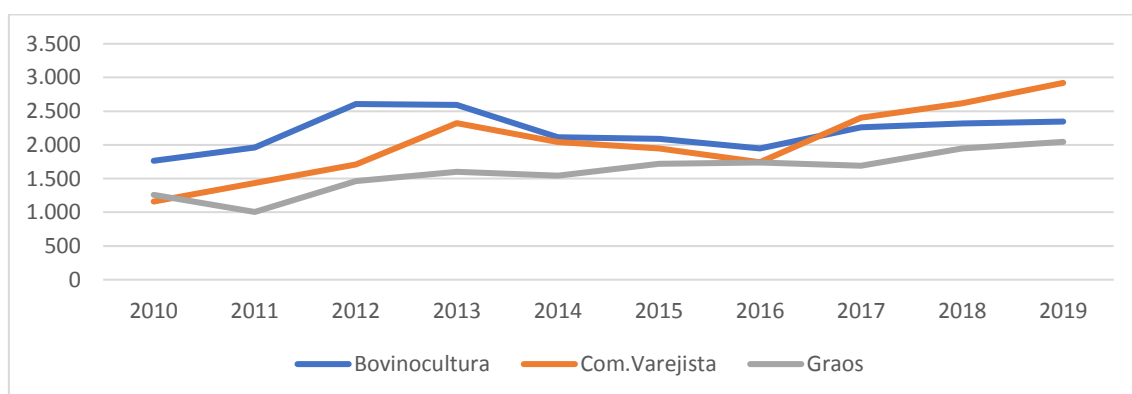
Atividade	2010-2014	2015-2019	Variação (%)
Bovinocultura	11.039	10.965	-0,7
Comércio Varejista	8.673	11.630	34,1
Grãos	6.869	9.137	33,0

Fonte: BNB (2020).

É importante salientar que essas três atividades, juntas, representam cerca de 34,4% do total de financiamentos concedidos no período de expansão e de 45,2% no período de recessão, significando que a concentração dos financiamentos nas mesmas atividades é algo que se perpetua ao longo do tempo, independente da conjuntura.

No Gráfico 21, é possível observar uma pequena queda dos financiamentos à bovinocultura, em contrapartida ao crescimento contínuo dos grãos e ao expressivo crescimento do comércio varejista, principalmente após o ano de 2016.

Gráfico 21 - Financiamento do FNE às principais atividades na Região Nordeste - período 2010-2019 (em R\$ milhão)



Fonte: BNB (2020).

A expressiva queda do comércio varejista a partir de 2013 até 2016 se deveu claramente à recessão no País. O ano de 2016 foi considerado um dos piores da

história para o comércio varejista no Brasil, ocasião em que foram fechadas quase 190 mil lojas, o que levou a um impacto direto no desemprego (JORNAL DA GLOBO, 2017).

3 Análise dos empréstimos por estado e setor

A Tabela 122 apresenta o percentual de financiamento destinando pelo FNE a cada estado, por setor econômico, no período de expansão (2010-2014). Observam-se os baixos percentuais para agroindústria em todos os estados, concentrando-se os financiamentos nos setores agropecuário, industrial e de comércio e serviços.

Tabela 122 - Participação percentual dos setores nos financiamentos do FNE aos estados - período 2010-2014

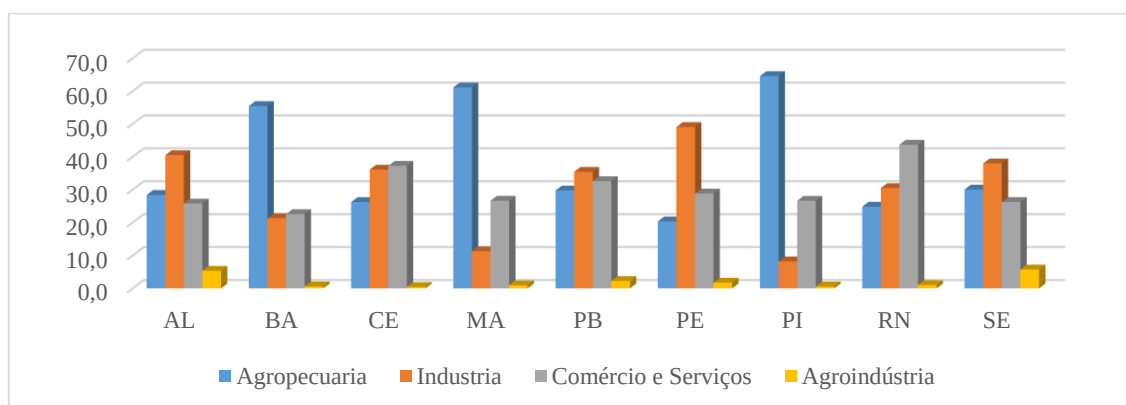
UF	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Agroindústria
Alagoas	28,4	40,5	25,8	5,4
Bahia	55,5	21,4	22,6	0,6
Ceará	26,2	36,1	37,2	0,4
Maranhão	61,1	11,3	26,6	1,0
Paraíba	29,7	35,4	32,6	2,3
Pernambuco	20,3	49,1	28,8	1,8
Piauí	64,6	8,2	26,6	0,6
Rio Grande do Norte	24,8	30,5	43,7	1,0
Sergipe	30,0	38,0	26,2	5,7
Média	37,9	30,0	30,0	2,1

Fonte: BNB (2020).

A Agropecuária apresenta-se como o setor que, em média, recebeu os maiores percentuais de financiamentos no Nordeste (37,9%) no período analisado. Os estados mais beneficiados com recursos para esse setor foram Piauí (64,6%), Maranhão (61,1%) e Bahia (55,5%), apresentando, por outro lado, os mais baixos percentuais de financiamentos no Setor Industrial, em confronto com os demais estados do Nordeste.

Nestes três estados, o percentual de financiamentos à indústria, no período, foi de apenas 8,2% para o Piauí, 11,3% para o Maranhão e 21,4% para a Bahia, em relação ao total financiado em cada estado.

Gráfico 22 - Participação percentual dos setores nos financiamentos do FNE aos estados - período (2010-2014)



Fonte: BNB (2020).

Em termos de financiamentos, observa-se, no Gráfico 22, que os estados de Pernambuco (49,1%), Alagoas (40,5%) e Sergipe (38,0%) apresentaram os maiores percentuais de financiamentos do FNE para o Setor Industrial nesse período. Em Pernambuco, os recursos foram destinados à fabricação de automóveis e caminhonetes em cinco municípios do Estado. Em Alagoas, o principal produto financiado foi a construção e reparo de embarcações para esporte e lazer, em Maceió.

Quanto ao Setor de Comércio e Serviços, apenas o Ceará (37,2%) e o Rio Grande do Norte (43,7%) têm nesse setor o maior percentual de financiamento no período.

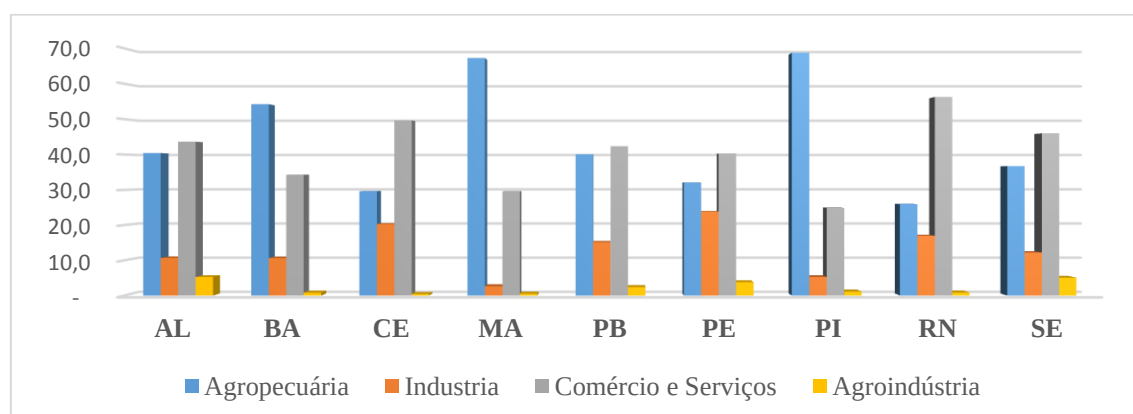
O período de 2015 a 2019 caracterizou-se por uma recessão econômica. O resultado desse processo para o FNE foi uma reorganização dos financiamentos. Nesse período de retração econômica, mesmo com um percentual médio menor que no período anterior, a Agropecuária continuou apresentando a maior média nos financiamentos (43,9%), seguida agora pelo Comércio e Serviços (40,8%), conforme mostrado na Tabela 123.

Tabela 123 - Participação percentual dos setores nos financiamentos do FNE aos estados - período 2015-2019

UF	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	AgroIndústria
Alagoas	40,4	10,7	43,6	5,3
Bahia	54,2	10,6	34,3	0,8
Ceará	29,6	20,3	49,7	0,4
Maranhão	67,3	2,7	29,6	0,5
Paraíba	40,1	15,2	42,3	2,4
Pernambuco	32,1	23,8	40,3	3,8
Piauí	68,8	5,3	24,8	1,1
Rio Grande do Norte	25,9	17,0	56,3	0,9
Sergipe	36,7	12,2	46,0	5,1
Média	43,9	13,1	40,8	2,3

Fonte: BNB (2020).

Gráfico 23 - Participação percentual dos setores nos financiamentos do FNE aos estados - período (2015-2019)



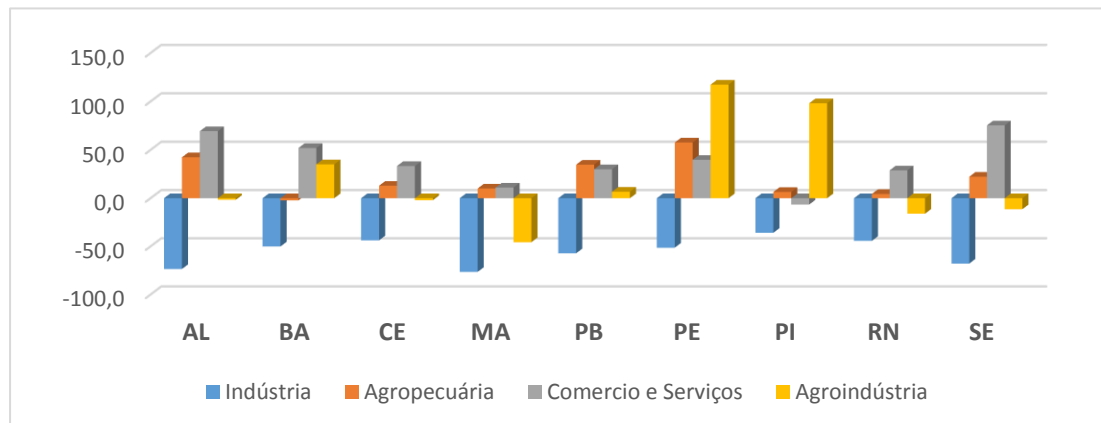
Fonte: BNB (2020).

Comparando os dois períodos e verificando a variação ocorrida entre eles, pode-se observar que os financiamentos à Agropecuária diminuíram sua participação apenas na Bahia, apresentando variação positiva mais significativa em Pernambuco (Gráfico 24).

O Gráfico 24 mostra o alto percentual de queda do Setor Industrial em que as maiores reduções se deram no Maranhão (76,5%), em Alagoas (73,6%) e Sergipe (67,9%), enquanto a menor redução percentual se deu no Piauí (35,9%).

Enquanto nos estados de Alagoas e Sergipe os financiamentos à indústria decresceram, houve, em contrapartida, um crescimento nesses mesmos estados de 69,3% e 75,3%, respectivamente, no Setor de Comércio e Serviços.

Gráfico 24 - Variação percentual do volume de financiamento aos setores entre os períodos de (2010-2019)



Fonte: Elaboração própria com dados da Base do Ativo.

Comparando-se um período maior de financiamento à indústria (1998-2009), pode-se observar que a média de períodos anteriores giravam em torno de 21,0% (Tabela 124). No período de 2010-2014, praticamente todos os estados financiaram mais à indústria, e estados como Pernambuco, Alagoas Sergipe e Ceará puxaram essa média para cima, atingindo 30,0%. Por outro lado, no período seguinte, a média dos financiamentos à indústria no Nordeste caiu para 8,5%.

No período de 2010-2014, Pernambuco recebeu financiamento de quase 900 milhões para uma fábrica de automóveis, no Município de Jaboatão dos Guararapes. Goiana financiou em torno de R\$ 600 milhões para uma fábrica de vidro e R\$ 380 milhões para fábrica de automóveis. Paraíba e Sergipe financiaram algo em torno de R\$ 500 milhões e R\$ 640 milhões para fábricas de cimento, respectivamente. Alagoas financiou mais fortemente produtos petroquímicos e resinas.

Tabela 124 - Participação percentual dos financiamentos à indústria por período

UF	1998-2005	2006-2009	2010-2014	2015-2019
Alagoas	29,5	21,7	40,5	10,7
Bahia	21,1	19	21,4	10,6
Ceará	34,4	31,1	36,1	20,3
Maranhão	18,9	12,2	11,3	2,7
Paraíba	22,8	26,6	35,4	15,2
Pernambuco	25,8	28,4	49,1	23,8
Piauí	3,8	4,1	8,2	5,3
Rio Grande do Norte	15	24,6	30,5	17,0
Sergipe	20,1	26	38,0	12,2
Média	21,3	21,5	30,0	13,1

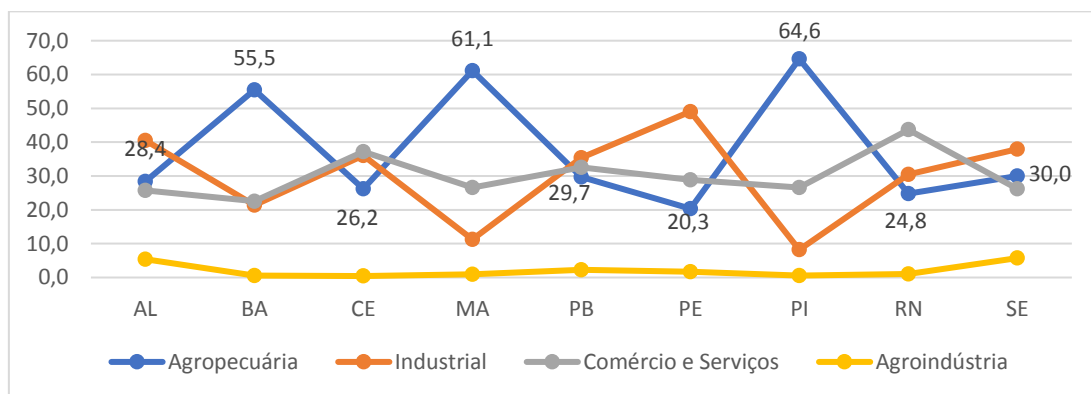
Fonte: BNB (2020).

Com o objetivo de mostrar as diferenças ocorridas entre os dois períodos, no que diz respeito ao comportamento dos financiamentos, criou-se os Gráficos 25 e 26 que permitem uma visão clara dos estados que menos receberam financiamentos para a indústria, que são os mesmos com maior percentual de financiamentos no Setor Agropecuário, no caso, Piauí e Maranhão.

A Bahia apresentou significativo percentual de financiamento na Agropecuária no primeiro período (48,9%), mas apresentou queda de 26,3% entre os dois períodos, embora esse setor continue sendo importante no Estado.

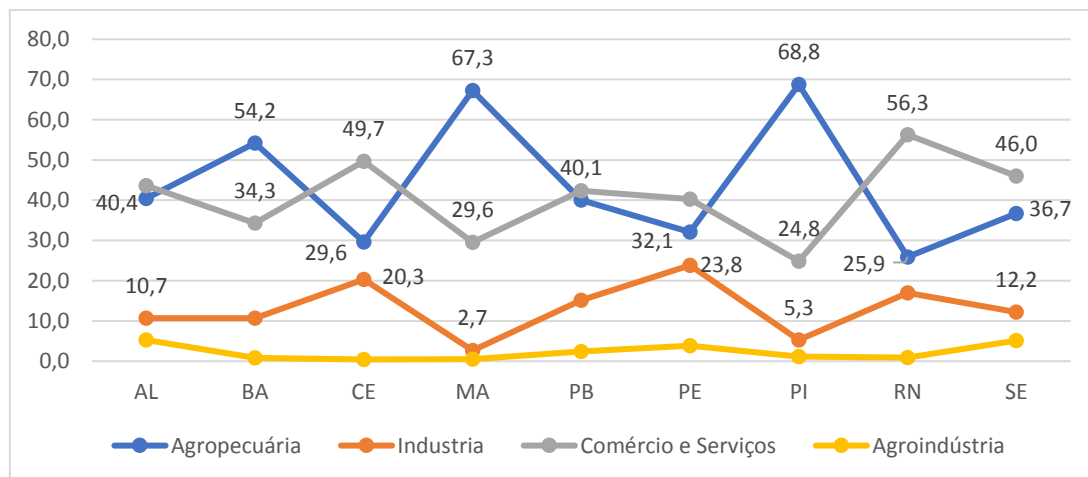
Ao mesmo tempo se observa que o Estado de Pernambuco se sobressai como o que mais aplicou na indústria e o que menos aplicou em agropecuária no primeiro período. O Setor de Comércio e Serviços tem uma média de aplicação em torno de 30,0% no primeiro período, passando para uma média de 40,8% no segundo, sobressaindo-se o Rio Grande do Norte em ambos.

Gráfico 25 - Participação percentual dos setores nos financiamentos do FNE aos estados - período (2010-2014)



Fonte: BNB (2020).

Gráfico 26 - Participação percentual dos setores nos financiamentos do FNE aos estados - período (2015-2019)



Fonte: BNB (2020).

Em resumo, no período de expansão (Gráfico 25), a indústria se apresentou com o maior percentual de participação nos financiamentos, notadamente nos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Por outro lado, a agropecuária se sobressaiu nos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, em decorrência da produção de soja e algodão.

No período de recessão, ainda que tenha havido queda na indústria em todos os estados nordestinos, todos os outros estados financiaram mais o comércio e serviços.

4 Análise por setor de atividade

4.1 Agricultura

No período de 2010-2014, o FNE financiou no Nordeste, para a agricultura, o valor de R\$ 16,0 bilhões em valores reais. Deste total 70,3% se destinaram ao financiamento das principais culturas (Tabela 125).

No período seguinte (2015-2018), a soja e o algodão continuaram sendo as atividades mais financiadas, sobressaindo-se a soja com variação positiva de 30,7% entre os percentuais de participação nos dois períodos. O algodão, por outro lado, apresentou redução de 29,6% de participação. Culturas como o milho e o café também tiveram crescimento de participação nos financiamentos das culturas agrícolas.

Tabela 125 - Financiamentos do FNE à agricultura no Nordeste (em R\$ milhão)

Produto	2010-2014	(%)	2015-2019	(%)	Variação
Soja	4.882	30,6	6.660	39,9	30,7
Algodão	3.063	19,2	2.252	13,5	-29,6
Milho	1.614	10,1	2.100	12,6	24,6
Café	686	4,3	806	4,8	12,5
Cana	989	6,2	917	5,5	-11,2
Total	11.234	70,3	12.734	76,4	8,6
Total	15.971	100	16.673	100	

Fonte: BNB (2020).

No primeiro período, a soja e o algodão absorveram a maior parte dos recursos distribuídos para a agricultura nordestina (49,7%), sendo cultivados nos estados do Piauí, Bahia e Maranhão.

No segundo período, essas duas culturas continuam predominando, agora envolvendo recursos que somam 53,4%, permanecendo seu cultivo nos três estados citados anteriormente. O crescimento do financiamento para soja foi puxado pelo Estado do Maranhão, aumentando 40,1%.

Em termos de participação nos financiamentos dentro dos estados (Gráfico 8), em ambos os períodos a soja se destaca no Piauí, Maranhão e Bahia. No caso do

algodão, a Bahia se sobressai tanto no primeiro como no segundo período (Tabela 126).

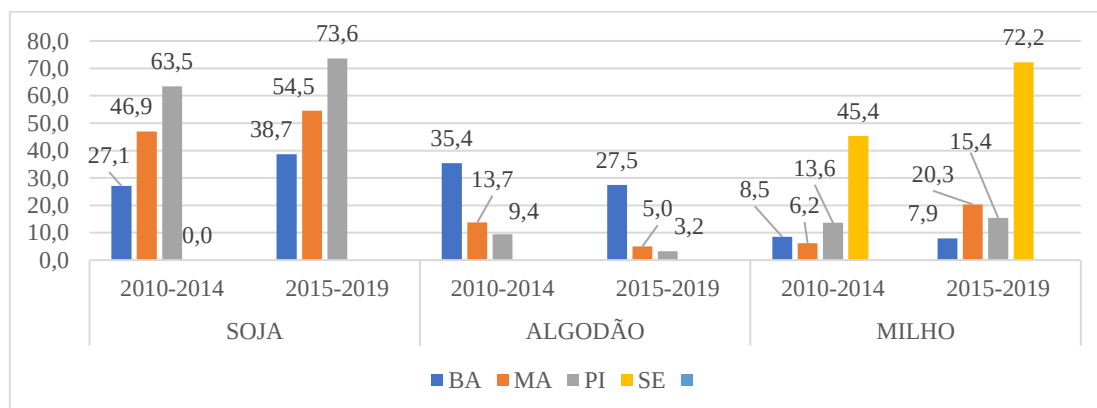
Tabela 126 - Participação percentual dos principais produtos financiados nos estados do Nordeste em relação à produção agrícola do estado

Estado	Soja		Algodão		Milho	
	2010-2014	2015-2019	2010-2014	2015-2019	2010-2014	2015-2019
Bahia	27,1	38,7	35,4	27,5	8,5	7,9
Maranhão	46,9	54,5	13,7	5,0	6,2	20,3
Piauí	63,5	73,6	9,4	3,2	13,6	15,4
Sergipe	0,0				45,4	72,2

Fonte: BNB (2020).

O milho é também uma cultura importante para o Nordeste, sendo cultivado em todos os estados da Região. Analisando a produção agrícola de cada estado, percebe-se a grande importância do milho para o Estado de Sergipe com 45,4% dos financiamentos no período de 2010-2014, passando para 72,2% no segundo período (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Principais produtos financiados nos estados do Nordeste (em %)

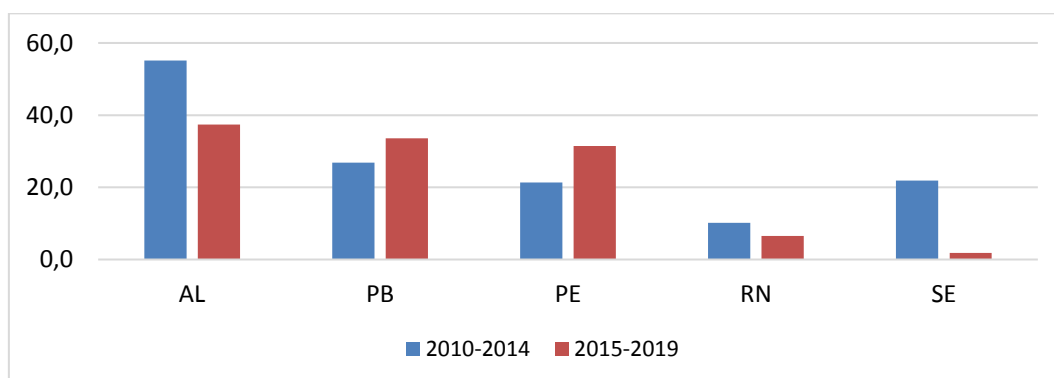


Fonte: BNB (2020).

A cana-de-açúcar é outro produto importante para o Nordeste, sendo financiado principalmente em Alagoas, onde foram aplicados 30,6% e 17,2% dos recursos destinados a esse produto na Região, nos dois períodos, respectivamente.

Quando se analisa a importância do produto dentro do Estado em relação a outros, ele se apresenta como no Gráfico 28.

Gráfico 28 - Participação percentual da cana-de-açúcar nos financiamentos dos estados do Nordeste em relação ao financiamento agrícola para o Estado

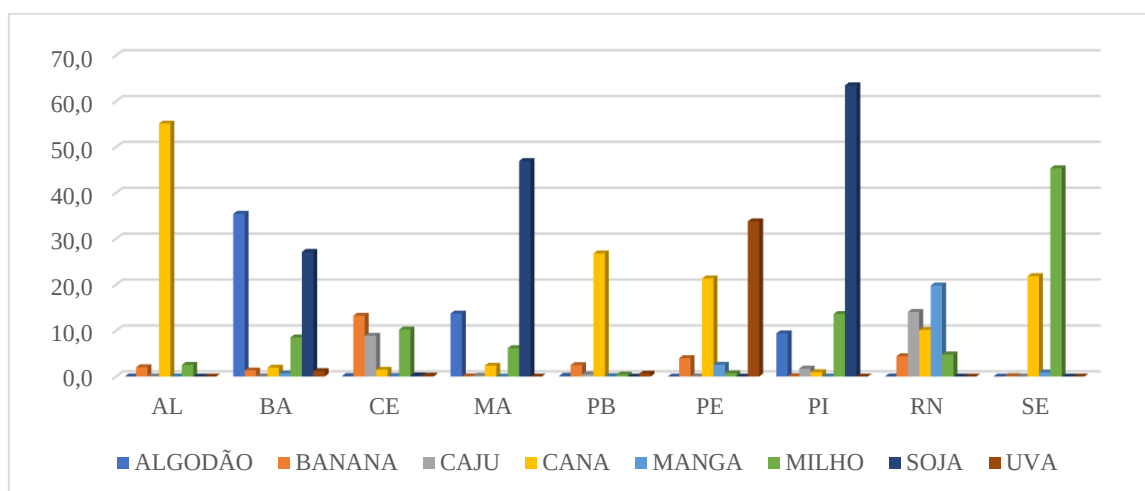


Fonte: BNB (2020).

Observa-se o percentual de participação de cada produto nos financiamentos do respectivo estado.

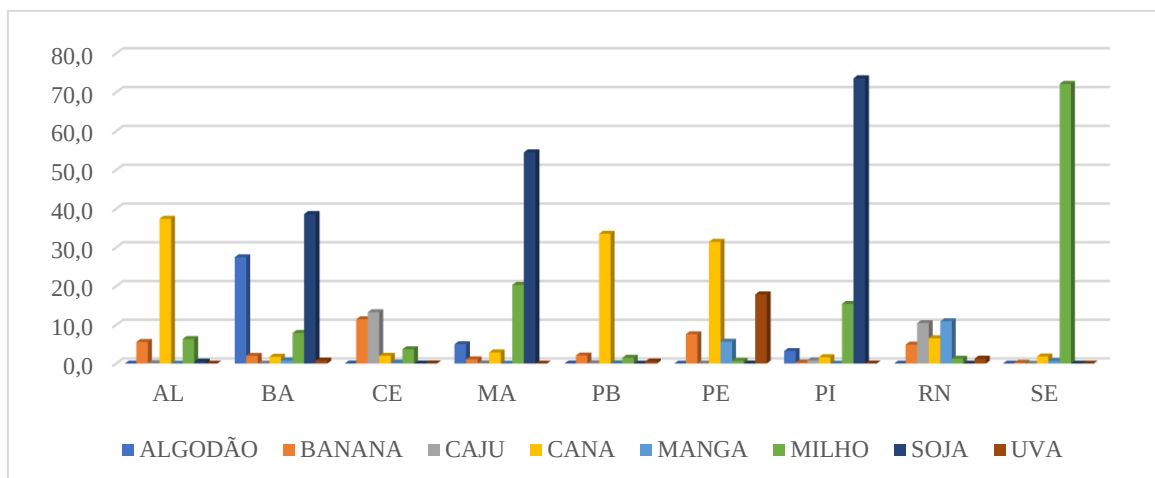
Nota-se, por exemplo, uma queda na participação da uva em Pernambuco, que passou de 33,8% no primeiro período para 17,9% no segundo. A cana-de-açúcar em Sergipe também se reduziu bastante em contrapartida ao aumento no financiamento de milho. O Maranhão passou a financiar praticamente soja (54,5%).

Gráfico 29 - Participação percentual das culturas nos financiamentos dos estados do Nordeste em termos relativos (2010-2014)



Fonte: BNB (2020).

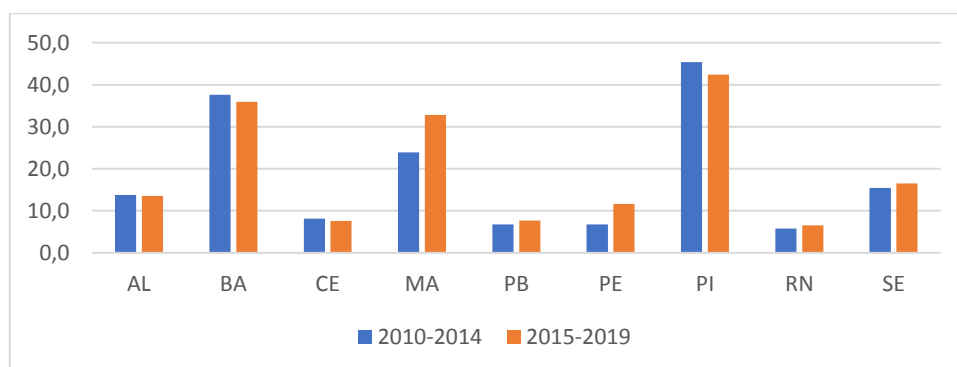
Gráfico 30 - Participação percentual das culturas nos financiamentos dos estados do Nordeste (2015-2019)



Fonte: BNB (2020).

Em termos de participação do setor agrícola em relação aos recursos destinados aos estados, verificam-se as maiores variações positivas para Pernambuco (72,4%) e Maranhão (37,2), com aumento da cana-de-açúcar e da soja, respectivamente (Gráfico 31). No caso do Maranhão, os financiamentos sempre foram concentrados na Agropecuária e assim continuaram, com aumento nesse setor e no de Comércio e Serviços.

Gráfico 31 - Participação percentual do setor agrícola nos financiamentos aos estados do Nordeste



Fonte: BNB (2020).

4.2 Pecuária

A bovinocultura é de longe a atividade mais financiada no setor pecuário nordestino, embora tenha havido redução de 22,2% nos financiamentos entre os dois períodos (Tabela 127). Desde a criação do FNE, a bovinocultura sempre teve um elevado percentual de financiamento em relação às outras atividades pecuárias, principalmente a bovinocultura de corte e leite.

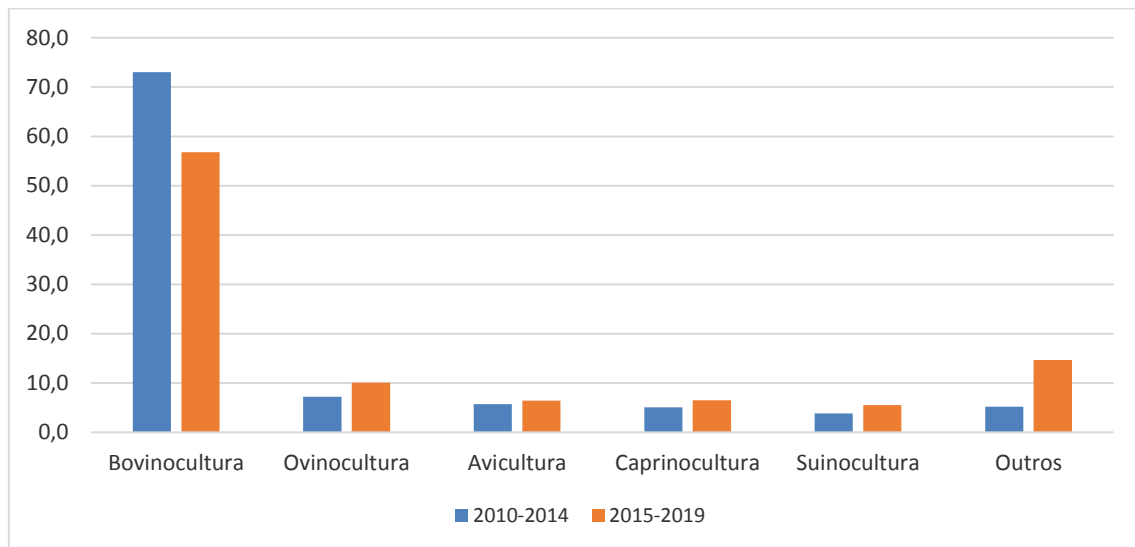
Tabela 127 - Financiamento das atividades pecuárias no Nordeste (em percentual)

Produto	2010-2014	2015-2019	VARIAÇÃO
Bovinicultura	73,0	56,8	-22,2
Ovinocultura	7,2	10,1	39,9
Avicultura	5,7	6,4	12,9
Caprinocultura	5,0	6,5	28,8
Suinocultura	3,9	5,5	42,6
Outros	5,2	14,7	182,7
Total	100,0	100,0	

Fonte: BNB (2020).

O perfil dos financiamentos no setor pecuário continuou o mesmo, com o grande percentual de recursos destinados à bovinocultura (Gráfico 32). Por outro lado, observam-se variações positivas, entre os dois períodos, no que se refere às outras criações, qual seja 42,6% nos financiamentos à suinocultura e 39,9% na ovinocultura, principalmente. Entretanto, tais acréscimos não geram impacto em razão do pequeno montante envolvido (Tabela 117).

Gráfico 32 - Financiamento das atividades pecuárias no Nordeste (em percentual)



Fonte: BNB (2020).

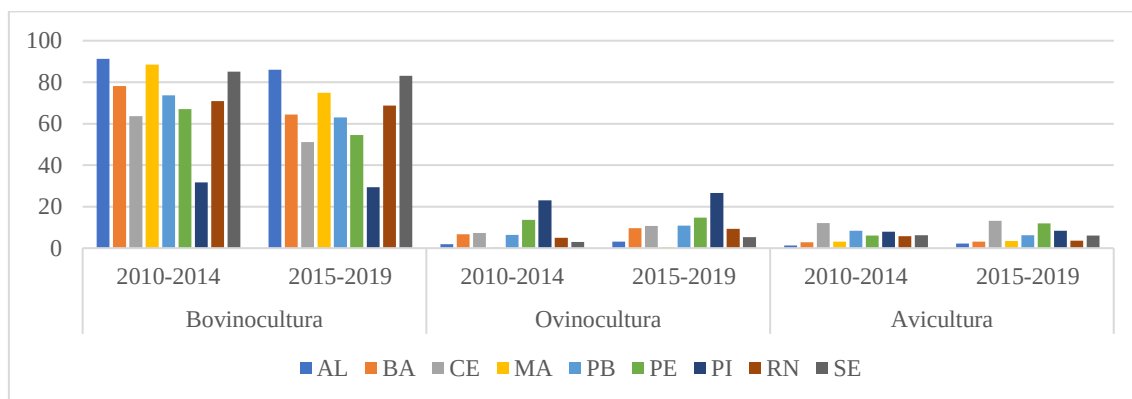
Quando se observa a participação dos financiamentos nos estados, percebe-se o mesmo perfil ao longo do tempo. Alagoas, Maranhão e Sergipe financiam fortemente a atividade de bovinocultura dentro do setor pecuário, dado que mais de 80,0% dos recursos do FNE se destinam a esse segmento nesses estados (Tabela 128, Gráfico 33). O segundo produto com maior percentual de financiamento é a ovinocultura, financiado principalmente no Piauí e em Pernambuco. O Ceará se destaca na avicultura.

Tabela 128 - Financiamento das atividades pecuárias no Nordeste por estado (em %)

UF	Bovinocultura		Ovinocultura		Avicultura	
	2010-2014	2015-2019	2010-2014	2015-2019	2010-2014	2015-2019
Alagoas	91,3	86,1	1,9	3,1	1,3	2,2
Bahia	78,2	64,5	6,7	9,6	2,8	3,2
Ceará	63,7	51,1	7,3	10,7	12,1	13,2
Maranhão	88,5	74,8	0,4	0,5	3,2	3,5
Paraíba	73,7	63,0	6,3	10,9	8,4	6,3
Pernambuco	67	54,5	13,6	14,8	6,1	11,9
Piauí	31,7	29,4	23,1	26,6	7,9	8,4
Rio Grande do Norte	70,9	68,7	5,0	9,3	5,8	3,7
Sergipe	85,1	83,1	3,0	5,2	6,2	6,1

Fonte: BNB (2020).

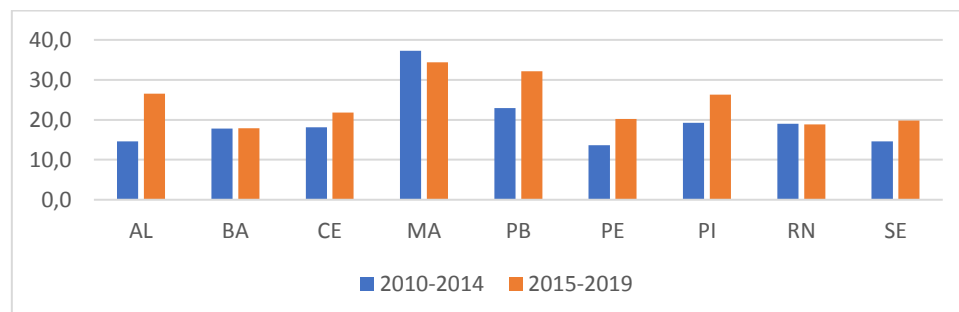
Gráfico 33 - Participação percentual dos produtos pecuários nos financiamentos aos estados do Nordeste



Fonte: BNB (2020).

No gráfico 34 se observa qual o percentual destinado à pecuária no total de financiamentos direcionados a cada estado. Verifica-se aumento de participação na maior parte dos estados.

Gráfico 34 - Participação percentual da pecuária nos financiamentos aos estados do Nordeste

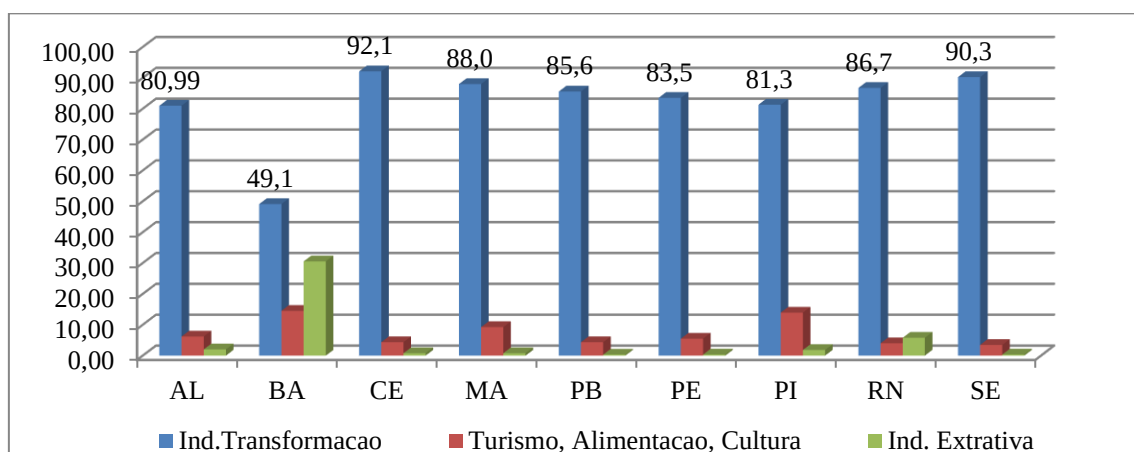


Fonte: BNB (2020).

4.3 Indústria

Durante a expansão (2010-2014), o FNE destinou para a indústria do Nordeste um volume de R\$ 22,9 bilhões, em valores reais de 2019, sendo 80,0% desse valor para o financiamento da Indústria de Transformação, que se sobressai em todos os estados nordestinos. Como se pode ver no Gráfico 35, a Indústria de Transformação tem participação acima de 80,0% para quase todos os estados, exceto para a Bahia, que tem na indústria extrativa um percentual de 30,5% no período.

Gráfico 35 - Participação percentual dos subsetores industriais nos financiamentos aos estados do Nordeste (2010-2014)

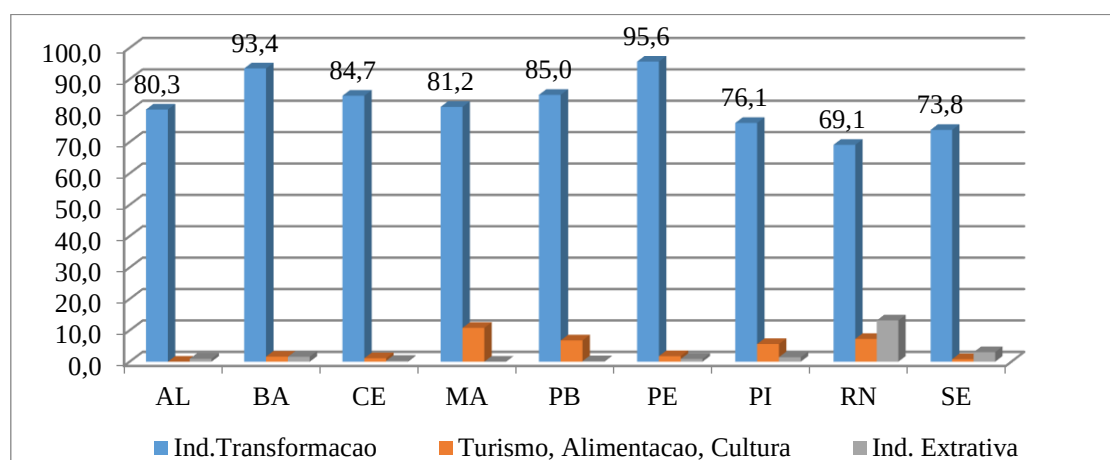


Fonte: BNB (2020).

No período de recessão (2015-2019), o total financiado na indústria caiu para R\$ 8,2 bilhões, entretanto, o percentual de participação dos segmentos variou pouco. A indústria de transformação continuou a ocupar o primeiro lugar com uma média de 82,0% dos recursos e os outros segmentos apresentaram uma pequena queda, conforme se observa no Gráfico 36.

É importante perceber que o Estado da Bahia foi o que apresentou a maior variação entre as atividades, reduzindo o financiamento para a indústria extrativa e financiando mais a indústria de transformação, que passou de um percentual de 49,1% no primeiro período para 93,4% no último.

Gráfico 36 - Participação percentual dos subsetores industriais nos financiamentos aos estados do Nordeste (2015-2019)

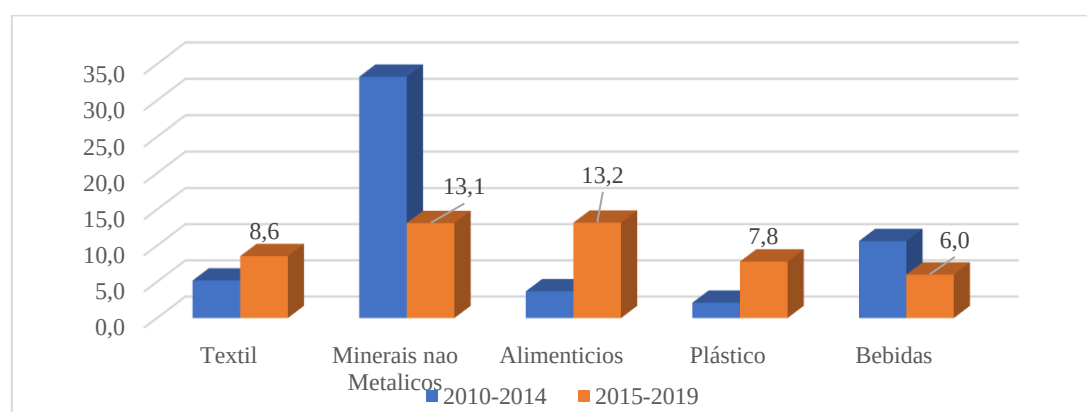


Fonte: BNB (2020).

Conforme se observa no Gráfico 37, a principal atividade da Indústria de Transformação no Nordeste, em termos proporcionais, principalmente no primeiro período, foi a produção de minerais não metálicos, presente em todos os estados.

Atividades como produtos químicos e bebidas, que também foram bastante financiadas no período de expansão, deram lugar ao maior financiamento da produção de outros bens como alimentícios, plásticos e têxteis.

Gráfico 37 - Participação percentual das principais atividades da Indústria de Transformação no Nordeste



Fonte: BNB (2020).

*percentual de participação no total.

Os produtos alimentícios tiveram grande crescimento nos financiamentos do FNE, dentro da Indústria de Transformação, no período de 2015 a 2019. Observou-se acréscimo significativo de participação principalmente nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, de acordo com a Tabela 129 e o Gráfico 38.

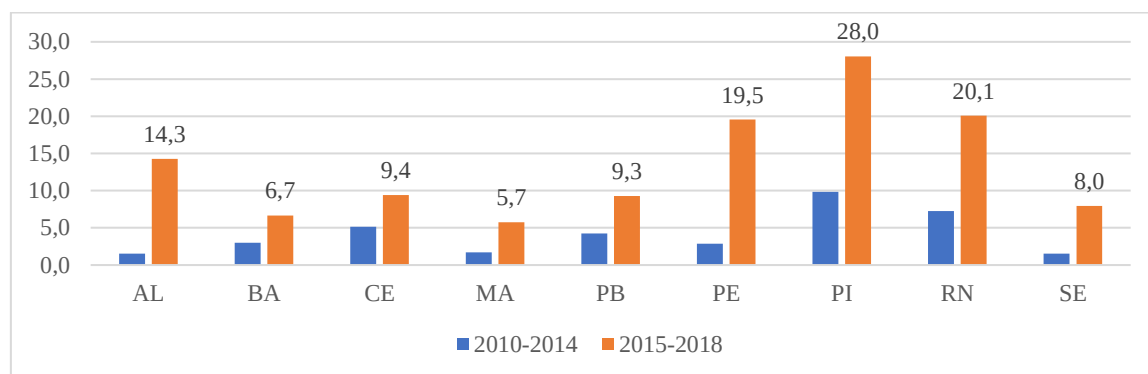
Tabela 129 - Financiamento de produtos alimentícios por estado do Nordeste em (%)

UF	Alimentos	
	2010-2014	2015-2019
Alagoas	1,5	14,3
Bahia	3,0	6,7
Ceará	5,1	9,4
Maranhão	1,7	5,7
Paraíba	4,2	9,3
Pernambuco	2,9	19,5
Piauí	9,8	28,0
Rio Grande do Norte	7,2	20,1
Sergipe	1,5	8,0

Fonte: BNB (2020).

Pode-se inferir que, como o ramo de alimentos encontra seus insumos principais - máquinas e mão de obra qualificada - no mercado nacional e, portanto, não alcança níveis de sofisticação tecnológica comparáveis aos dos outros ramos, isso facilita sua produção em períodos de recessão. Por outro lado, essas mesmas características do ramo o destacam como exportador em potencial (vantagens comparativas), gerador de empregos e, assim, fonte de redistribuição de renda (HATTNER, 1978).

Gráfico 38 - Financiamento de produtos alimentícios por estado do Nordeste (%)

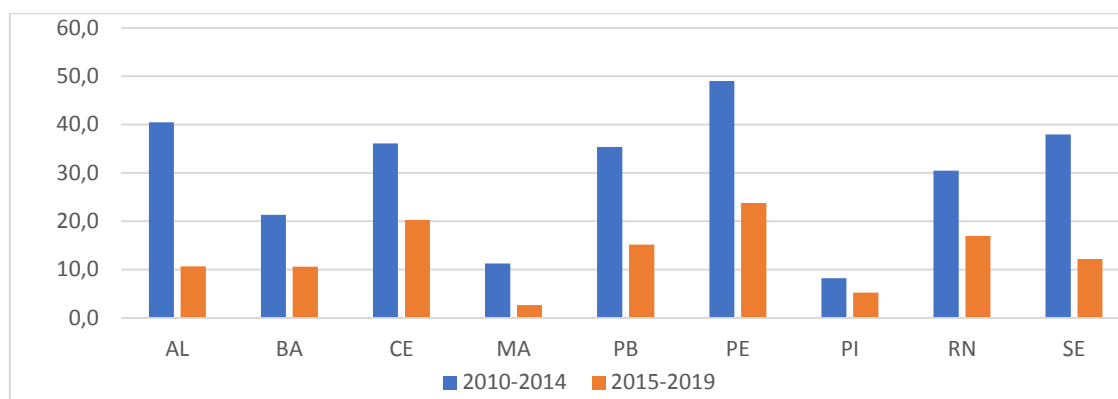


Fonte: BNB (2020).

Em termos de participação do Setor Industrial em relação aos recursos destinados aos estados, verificam-se as maiores variações negativas para o Maranhão (76,5 %), Alagoas (73,6%) e Sergipe (67,9%), de acordo com o Gráfico 39.

No caso do Maranhão, os financiamentos nunca foram concentrados na Indústria, mas na Agropecuária e assim continuaram, com aumento nesse setor e no de Comércio e Serviços. Por outro lado, o Estado de Alagoas, no primeiro período recebeu para a indústria 40,5% dos financiamentos totais ao estado, passando, no segundo período a financiar principalmente a Agropecuária e o Setor de Comércio e Serviços. No caso de Sergipe, os financiamentos eram maiores na indústria, seguido da agropecuária, mas no segundo período, a grande queda na Indústria teve em contrapartida aumento no Setor de Comércio e Serviços.

Gráfico 39 - Participação percentual do Setor Industrial nos financiamentos aos estados do Nordeste

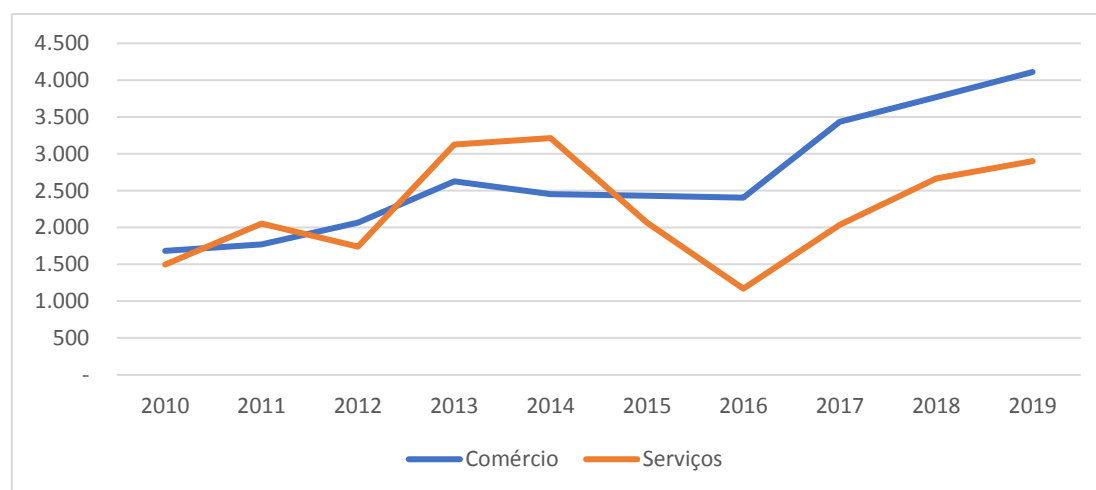


Fonte: BNB (2020).

4.4 Comércio e Serviços

Os financiamentos do FNE para os dois setores têm uma trajetória ascendente em termos de valores ofertados, tendo financiado no Nordeste o valor de aproximadamente R\$ 22,0 bilhões no primeiro período e R\$ 27,0 bilhões no segundo período (Gráfico 40).

Gráfico 40 - Financiamento aos Setores de Comércio e Serviços no Nordeste - (R\$ milhão)



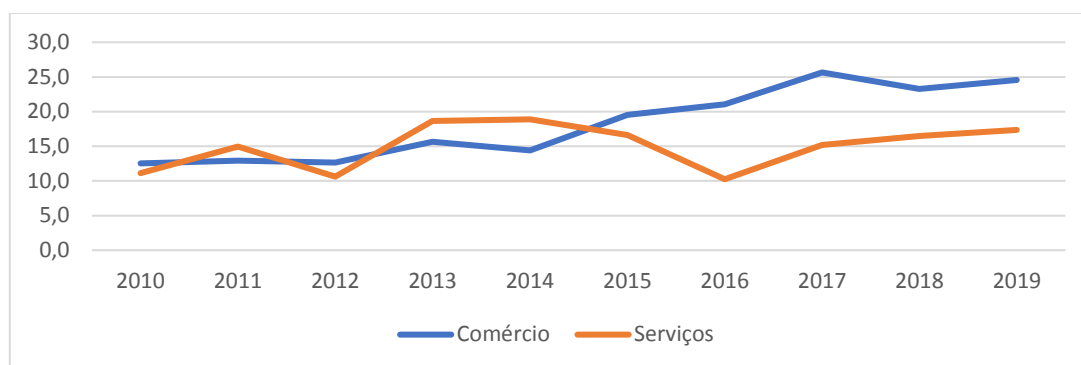
Fonte: BNB (2020).

Observa-se que no período de 2010 a 2014, os valores foram ascendentes, com maior predominância do Setor de Serviços. Nos anos de 2015 e 2016, quando iniciou o período de recessão, houve uma queda significativa nos financiamentos ao Setor de Serviços, em torno de 70,0% no biênio, voltando a

crescer em 2017. Por outro lado, o Setor Comércio apresenta uma curva ascendente desde o início do período.

Quando se observa a participação percentual nos financiamentos dos dois setores (Gráfico 41), fica clara a divisão de recursos bastante próxima no início do período. Mas a partir de 2014, há uma tendência de queda na participação dos serviços e um salto positivo na participação do comércio.

Gráfico 41 - Financiamento aos Setores de Comércio e Serviços no Nordeste - (em percentual)



Fonte: BNB (2020)

Setor de Comércio

Em uma análise por segmento, pode-se observar que o maior volume de financiamento nesse setor se destinou ao comércio varejista, nos dois períodos, com participação acima de 70,0% do total, financiando, principalmente, mercadorias alimentícias para mercearias, minimercado e supermercados, seguido de combustíveis e lubrificantes (Tabela 130).

Tabela 130 - Financiamento das atividades de Comércio no Nordeste (em %)

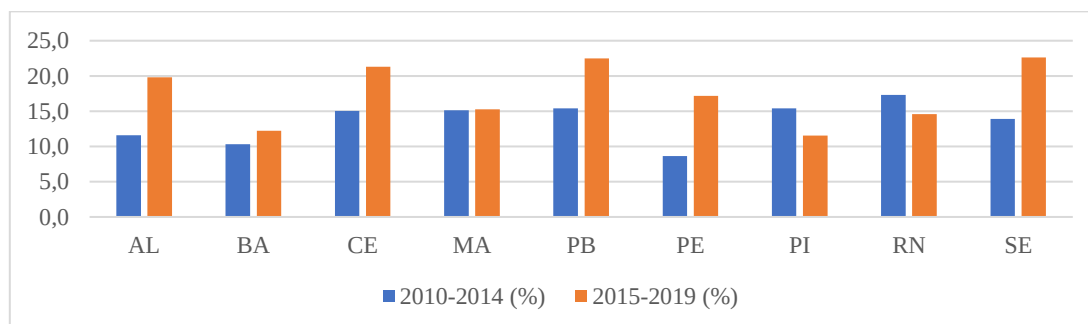
Atividades	2010-2014 (%)	2015-2019 (%)
Comércio Varejista	79,9	71,4
Comércio Atacadista	14,9	24,6
Alimentação	2,4	2,9
Total Comércio	97,2	98,8

Fonte: BNB (2020).

Em termos de participação do Setor de Comércio em relação aos recursos destinados aos estados, verificam-se as maiores variações positivas para Pernambuco (98,7 %), Alagoas (70,8%) e Sergipe (62,6%), com a maior parte dos recursos destinada ao comércio varejista (Gráfico 42).

No Piauí e Rio Grande do Norte, a redução de financiamentos ao Comércio se deve a maiores financiamentos na agricultura e infraestrutura, respectivamente.

Gráfico 42 - Participação percentual do Setor de Comércio nos financiamentos aos estados do Nordeste



Fonte: BNB (2020).

Setor de Serviços

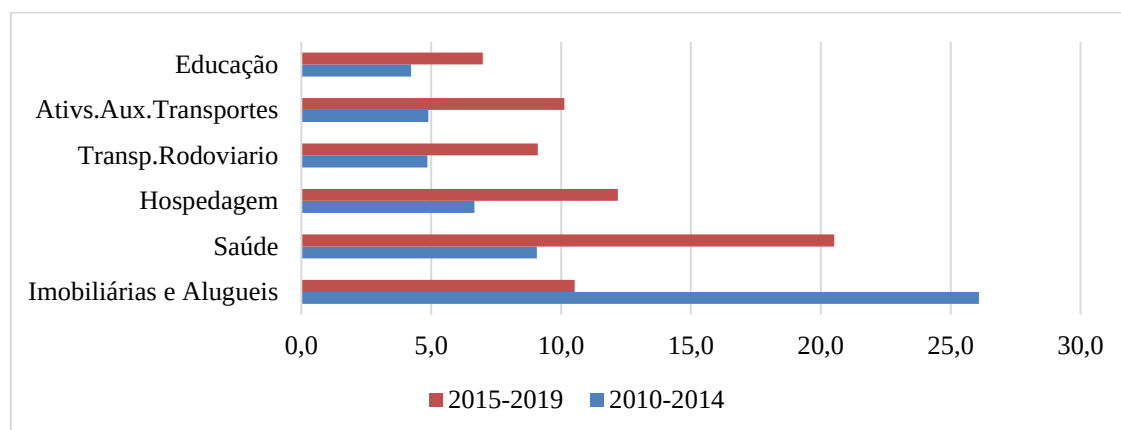
Países que desejam alcançar níveis maiores de desenvolvimento, melhorar as condições de vida de suas populações e aumentar a competitividade das suas empresas não podem fazê-lo sem um Setor de Serviços dinâmico e bem estruturado. O Setor de Serviços é de grande importância no que diz respeito à criação de firmas e de empregos no Brasil. Em 2003, os serviços mercantis não financeiros empregavam quase 7 milhões de trabalhadores formais, montante superior ao empregado no comércio e na indústria (IPEA, 2006).

Os financiamentos do FNE para o Setor de Serviços apresentaram-se com queda entre os dois períodos, em termos de valores médios. No período 2010-2014, o FNE destinou R\$ 11,6 bilhões ao setor. Nos anos de recessão (2015-2019), esse valor caiu para R\$ 10,8 bilhões.

As seis atividades apresentadas no Gráfico 23 englobaram 55,8% dos recursos no primeiro período e 69,4% no segundo período, havendo crescimento em quase todas essas atividades, com exceção de Imobiliárias e aluguéis.

Os financiamentos para o segmento de saúde, por exemplo, aumentaram 126,3% entre os dois períodos, sendo financiada principalmente a parte de atendimento hospitalar. O Estado da Bahia foi o maior beneficiado nesse setor. Com respeito à Educação, o segmento mais beneficiado foi a educação superior em todos os estados, principalmente Paraíba, Bahia e Ceará (Gráfico 43).

Gráfico 43 - Financiamento das principais atividades de serviços no Nordeste - em %)



Fonte: BNB (2020).

De acordo com a Tabela 131, os recursos aplicados pelo Setor de Serviços foram destinados no primeiro período principalmente a Pernambuco (22,7%) e Ceará (21,8%). No segundo período, o maior volume de recursos do Setor de Serviços foi direcionado para a Bahia (29,5%).

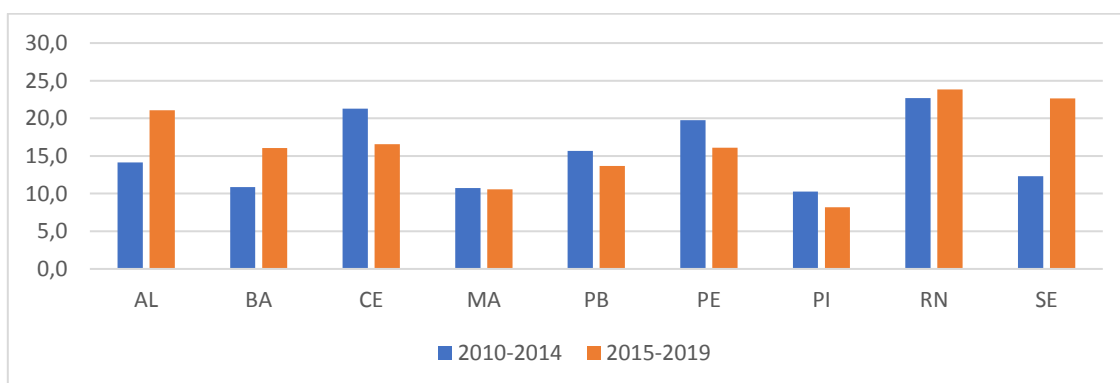
Tabela 131 - Participação percentual dos estados do Nordeste em relação ao total de recursos do Setor de Serviços

Estado	2010-2014 (%)	2015-2019 (%)	Variação
Alagoas	4,7	6,0	27,7
Bahia	17,0	29,5	73,5
Ceará	21,8	14,3	-34,4
Maranhão	8,2	9,0	9,8
Paraíba	5,3	5,4	1,9
Pernambuco	22,7	13,7	-39,6
Piauí	6,0	5,3	-11,7
Rio Grande do Norte	9,5	10,3	8,4
Sergipe	4,8	6,6	37,5
Total	100	100	

Fonte: BNB (2020).

Em termos de participação do Setor de Serviços em relação aos recursos destinados aos estados (Gráfico 44), verificou-se queda em quase todos no período de 2015-2019. Por outro lado, Sergipe apresentou uma variação positiva de 83,6%, além de Alagoas e Bahia com cerca de 48,0%.

Gráfico 44 - Participação percentual do Setor de Serviços no total de financiamento aos estados do Nordeste



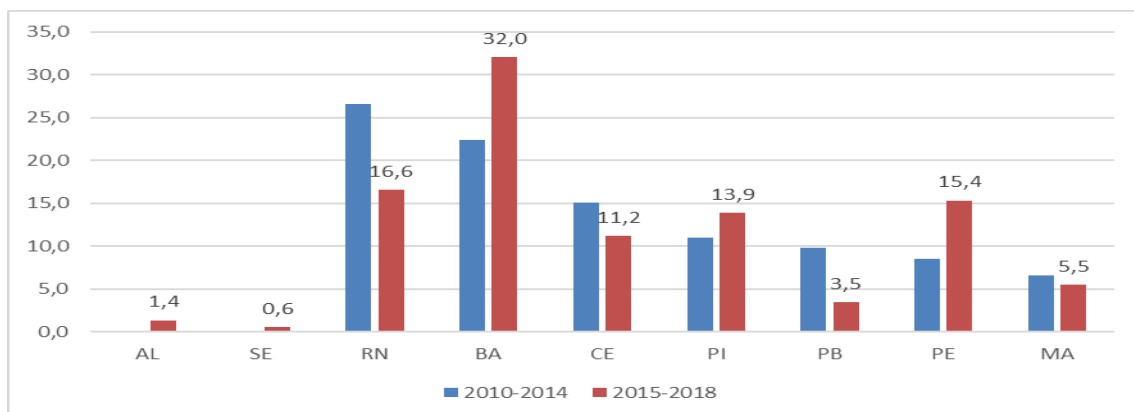
Fonte: BNB (2020).

4.5 Infraestrutura

O Setor de Infraestrutura recebeu do FNE um total de R\$ 6,7 bilhões, a preços de 2019, no período de 2010-2014. Para o financiamento da estrutura de energia elétrica no Nordeste, foi destinado o equivalente a 63,6% do total de recursos aplicados no setor. O estado mais beneficiado foi o Rio Grande do Norte, com 26,6% dos recursos destinados à energia.

No período de 2015 a 2019, o Setor de Infraestrutura recebeu R\$ 32,0 bilhões, tendo aplicado em energia elétrica cerca de 80,0% do total investido no setor. O estado mais beneficiado com energia elétrica foi a Bahia, com 32,0%. (Gráfico 45).

Gráfico 45 - Energia elétrica - percentual de participação por estado no Nordeste



Fonte: BNB (2020).

Observa-se considerável variação positiva entre os períodos, especificamente para o setor de eletricidade, gás e água.

É interessante notar que o Setor de Infraestrutura se apresenta com o menor percentual de financiamento em todos os estados no período de 2010 a 2014, em relação aos demais setores. Entretanto, no período seguinte, sobressai-se nos estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte com percentuais expressivos. O principal subsetor financiado nesses estados foi o energético.

Conclusões

O FNE aplicou em toda a Região Nordeste, no período de 2010-2014, o montante de R\$ 84,0 bilhões, sendo os estados mais beneficiados a Bahia, Pernambuco e Ceará, perfazendo, juntos, 57,3% dos recursos. O estado menos beneficiado foi Alagoas, com apenas 4,7% dos recursos.

No período de recessão (2015-2019), o valor financiado foi de R\$ 102,1 bilhões, permanecendo os três estados já citados como os que mais receberam recursos. Por outro lado, Sergipe e Alagoas foram os menos financiados.

A primeira questão desse trabalho foi verificar se os financiamentos beneficiam sempre as mesmas atividades nos estados, de acordo com a vocação do município, independentemente da situação econômica do momento ou, se em períodos de recessão, há o surgimento de novas atividades capazes de gerar mais emprego.

No caso da agricultura, os principais produtos financiados são soja, algodão e milho, independente da conjuntura econômica, sendo os dois primeiros financiados no Maranhão, Piauí e Bahia e o milho em Sergipe. Não se observou surgimento de novas atividades significativas nesse setor.

No que se refere à pecuária, observou-se que todos os estados, sem exceção, têm a bovinocultura como principal produto, sendo Alagoas, Maranhão e Sergipe os que financiam mais fortemente essa atividade dentro do setor pecuário, dado que mais de 80,0% dos recursos do FNE destinados ao setor, nesses estados, foram aplicados nessa atividade ao longo do tempo. A pecuária é, assim, a atividade mais financiada com o maior volume de recursos do FNE ao longo dos períodos.

Cabe ressaltar que essa afirmação não inclui os recursos destinados ao Setor de Infraestrutura, por serem valores muito altos, sem termo de comparação.

Dos recursos destinados pelo FNE para a Indústria no Nordeste, cerca de 80% foram direcionados para o financiamento da indústria de Transformação, que se sobressai em todos os estados nordestinos, com a produção de minerais não metálicos, presente nos dois períodos. Entretanto, os produtos alimentícios tiveram grande crescimento nos financiamentos do FNE, dentro da Indústria de Transformação, no período de 2015 a 2019. O estado que mais recebeu recursos para a Indústria foi Pernambuco, nos dois períodos.

Os financiamentos do FNE para os setores de Comércio e de Serviços, em conjunto, apresentam uma trajetória ascendente em termos de valores, tendo financiado no Nordeste aproximadamente R\$ 22,2 bilhões no primeiro período e R\$ 27,0 bilhões no segundo.

No período de expansão econômica, Rio Grande do Norte e Ceará tiveram financiamentos direcionados principalmente para Comércio e Serviços. No período de recessão, apresentam-se Sergipe e Alagoas, seguidos do Ceará, com maiores percentuais de financiamento do setor.

Entre os segmentos de comércio, a atividade que recebeu maior volume de financiamento foi o comércio varejista nos dois períodos, com participação acima de 70,0% do total, financiando, principalmente, mercadorias alimentícias para mercearias, mini mercado e supermercados, seguido de combustíveis e lubrificantes.

O financiamento ao Setor de Serviços beneficiou, no primeiro período, principalmente a atividade de aluguéis e imobiliárias, mas após 2015, o FNE passou a financiar fortemente o segmento de saúde. Nesse contexto, mais do que uma nova atividade que surgiu, foi a criação de linhas de crédito que atendessem a esse nicho de atividade.

Em resumo, com relação às atividades econômicas, as mais financiadas, no Nordeste, em todos os períodos foram bovinocultura, comércio varejista e grãos. No primeiro período, houve também um significativo financiamento à indústria na atividade de minerais não metálicos, o que já não ocorre no período de recessão, quando se verifica maior financiamento ao setor de alimentos. Também durante o período de recessão, observou-se um elevado valor de financiamento à Infraestrutura, especificamente para as atividades de distribuição de energia, gás e água.

A segunda questão do estudo foi verificar se foi observado crescimento dos financiamentos em determinado setor econômico em períodos de expansão econômica ou de recessão.

Quanto a essa questão, a maior variação de participação percentual entre os setores ocorreu no Setor Industrial que sofreu queda de 67,6% entre os dois períodos estudados. Entretanto, a queda de financiamento ao setor, em anos recentes, não se deveu somente ao período de recessão, dado que o Brasil já vinha sofrendo um processo de desindustrialização. Entre os anos de 2010 a 2014, estados como Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Paraíba puxaram a média

dos financiamentos para cima, atingindo 27,2%, com relação aos outros setores. Por outro lado, no período seguinte, a média dos financiamentos à Indústria no Nordeste caiu para 9,0%.

No caso da indústria, atividades como produtos químicos e bebidas, que foram bastante financiados no período de expansão, deram lugar a um maior financiamento da produção de outros bens como os alimentícios e os produtos plásticos. Nos alimentícios, observou-se crescimento significativo em Alagoas, Pernambuco e Sergipe entre os períodos de expansão e de recessão.

O Setor de Comércio e o de Serviços vêm crescendo em termos de financiamento nos últimos anos em virtude, primeiro, de uma tendência mundial das economias se tornarem mais terciárias à medida que ficam mais maduras. Em segundo lugar, o BNB criou linhas de financiamentos para atender a empresários do setor.

Entretanto, em termos de participação, os serviços foram mais financiados no primeiro período, caindo substancialmente no segundo, enquanto o comércio crescia na mesma proporção no período de recessão.

Aqui, pode-se fazer duas análises distintas quanto ao crescimento/queda na participação dos setores. A primeira, quando não se considera o Setor de Infraestrutura, por serem valores bastante altos no ano de 2018 e a segunda, considerando esse setor.

Agricultura e pecuária participam com os maiores percentuais nos financiamentos, qualquer que seja a forma de análise, mas quando se exclui o Setor de Infraestrutura, observa-se maior crescimento na participação tanto da agricultura como da pecuária, a indústria continua com grande queda de participação, mas os serviços passam a ter variação positiva e o comércio apresenta um crescimento muito maior.

Considerando-se o segundo caso, ou seja, os financiamentos à Infraestrutura, quase todos os setores se retraem, com exceção do Comércio e da própria Infraestrutura. O aumento da participação do Comércio foi decorrente do crescimento de 30,0% nos financiamentos ao comércio varejista. A

bovinocultura, por outro lado, sofreu pequena retração, em oposição aos grãos, cujo crescimento foi expressivo.

Conclui-se que o FNE tem contribuído para dinamizar a economia dos estados nordestinos, financiando atividades que contemplam a vocação de cada um deles.

Por fim, a revelação de que o FNE emprestou o maior volume de recursos no período de recessão, mostra a sua importância para o segmento produtivo e a relevância do estudo recém-concluído. Além disso, os resultados das análises contribuem para ampliar o conhecimento do que vem sendo gerado nos estados nordestinos a partir dos financiamentos do Fundo, em diferentes conjunturas, permitindo entender: se os financiamentos beneficiaram sempre as mesmas atividades nos estados, de acordo com a vocação do município, independentemente do nível da atividade econômica do momento; se em períodos de recessão, houve o surgimento de novas atividades capazes de gerar mais emprego; se houve crescimento ou redução dos financiamentos em determinado setor econômico em períodos de expansão econômica ou de recessão; se existe um trabalho de incentivo ao financiamento de atividades promissoras.

Referências

Banco do Nordeste do Brasil - BNB. **Base do ativo do FNE: 2010-2014; 2015-2019.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2020.

BEZERRA, Francisco J. A. et al. (org.) **Perfil Socioeconômico de Alagoas** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

RATTNER, Henrique. Aspectos econômicos e tecnológicos da indústria de alimentos brasileira. **Rev. Adm. Empres.** São Paulo. v. 18, n. 3, July/Sept. 1978.

SILVA, José A. A desindustrialização na Região Nordeste. **Interações (Campo Grande).** Campo Grande, v. 20, n. 1, jan./mar. 2019.

JORNAL DA GLOBO. **Comércio no Brasil tem desempenho ruim em 2016.** 13 fev. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2017/02/comercio-no-brasil-tem-desempenho-ruim-em-2016>. Acesso em: 13 fev. 2017.

VIDAL, A.R.N.; ALVES, F.C.D. Análise das contas regionais. **Revista de Conjuntura Econômica.** Fortaleza, v. 2, n. 4, abr., 2017.

BARBOSA FILHO, F.H. A crise econômica de 2014/2017. **Estud. Av.** São Paulo. v. 31, n. 89. Jan./Apr. 2017.

BACEN. SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais, Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/srgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em 20.mar.2020.

IBGE. SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em 14.mar.2020.

MORCEIRO. Paulo **Desindustrialização contribuiu negativamente para o desenvolvimento brasileiro**. Disponível em:

<https://valoradicionado.wordpress.com/2018/12/11/desindustrializacaocontribuiu-negativamente-para-o-desenvolvimento-brasileiro/>. Acesso em mar.2020

12. APÊNDICES

APÊNDICE A - FNE - contratações por programa e UF - 2020

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
AGRIN	AL	14	20.020.736,78
	BA	27	46.118.565,45
	CE	9	32.238.000,00
	ES	23	29.365.868,00
	MA	4	503.228,70
	MG	16	9.887.147,73
	PB	31	68.031.556,05
	PE	24	72.974.666,12
	PI	21	51.702.393,06
	RN	9	3.527.732,80
	SE	15	64.577.912,10
AQUIPESCA	BA	1	2.308.688,40
	CE	5	11.389.812,83
	MA	18	3.453.972,06
	PB	8	4.233.161,78
	PI	7	5.499.926,99
	RN	9	2.266.670,10
	SE	4	791.909,30
Fies ESTUDANTE	AL	9	195.300,41
	BA	67	1.084.593,62
	CE	312	3.012.182,91
	MA	126	723.888,47
	MG	30	1.095.359,30
	PB	61	774.156,07
	PE	10	51.598,93
	PI	42	221.774,97
	RN	104	4.235.596,30
	SE	55	344.764,36
FNE INOVAÇÃO AGRIN	PE	1	2.917.919,86
FNE PNMPPO	AL	3.403	48.440.341,74
	BA	10.714	162.255.301,91
	CE	20.278	344.067.731,31
	ES	110	1.700.629,52
	MA	5.472	101.967.496,67
	MG	2.594	47.546.661,91
	PB	4.950	81.693.344,80

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	PE	4.384	66.497.648,70
	PI	8.080	102.536.162,20
	RN	2.923	41.881.357,62
	SE	3.279	49.144.906,66
FNE VERDE MPE AGROINDÚSTRIA	CE	1	795.000,00
	ES	1	364.070,00
	PE	2	223.793,50
	RN	1	81.090,27
	SE	1	200.000,00
FNE VERDE MPE COMÉRCIO	AL	14	1.298.958,36
	BA	65	5.954.523,89
	CE	49	4.733.066,69
	ES	3	221.546,95
	MA	23	2.522.551,81
	MG	37	2.872.224,01
	PB	21	1.196.258,70
	PE	24	2.520.752,91
	PI	38	3.239.758,59
	RN	33	3.211.003,36
	SE	25	2.054.402,67
FNE VERDE MPE INDÚSTRIA	AL	5	2.973.536,08
	BA	13	4.300.303,74
	CE	39	6.665.712,32
	ES	5	1.779.000,00
	MA	3	1.060.078,58
	MG	9	984.122,60
	PB	13	4.153.090,05
	PE	22	6.281.742,05
	PI	16	3.132.880,36
	RN	20	7.333.980,22
	SE	10	1.644.736,74
FNE VERDE MPE SERVIÇOS	AL	5	551.957,67
	BA	29	2.980.946,58
	CE	24	7.126.180,58
	ES	2	243.500,00
	MA	15	2.738.774,75
	MG	17	1.586.958,27
	PB	7	749.825,20
	PE	17	9.131.551,32
	PI	24	3.756.301,59
	RN	15	1.400.352,14
	SE	14	3.149.649,06
FNE VERDE MPE TURISMO	AL	3	310.021,49

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	BA	6	1.266.603,82
	CE	11	1.661.031,03
	ES	2	150.000,00
	MA	5	713.353,76
	MG	3	252.250,00
	PB	3	361.299,49
	PE	6	849.244,14
	PI	7	1.573.057,93
	RN	6	1.276.548,35
FNE VERDE PROATUR	BA	1	737.290,42
	CE	1	432.187,32
	RN	2	871.455,14
FNE VERDE SOL PESSOA FÍSICA	AL	156	5.404.039,19
	BA	680	19.487.507,56
	CE	508	15.643.498,45
	ES	50	1.373.232,59
	MA	374	12.273.083,79
	MG	266	6.168.538,05
	PB	336	9.042.536,61
	PE	324	10.326.811,07
	PI	617	21.216.511,03
	RN	266	7.876.078,12
	SE	136	4.138.391,07
FNE VERDE/SERVIÇOS	BA	1	87.497,27
	CE	9	34.674.876,98
	MA	2	350.398,60
	MG	2	24.007.131,20
	PE	4	16.135.329,78
	PI	3	3.414.671,79
	RN	2	340.871,06
	SE	1	118.400,00
FNE VERDE-AGRIN	AL	1	585.000,00
	PB	1	4.550.920,79
	PI	1	2.182.124,88
FNE VERDE-COMERCIAL	AL	2	400.000,00
	BA	11	1.432.854,15
	CE	8	1.573.443,69
	ES	2	1.249.670,00
	MA	6	886.282,37
	MG	3	413.946,00
	PB	8	2.874.147,65
	PE	4	1.560.311,72
	PI	7	3.609.009,27

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	RN	3	22.613.143,44
	SE	5	1.849.266,49
FNE VERDE-INDUSTRIAL	AL	1	309.946,00
	CE	1	70.470,00
	ES	2	5.149.383,03
	MG	2	612.090,00
	PB	1	263.000,00
	PE	3	1.221.410,17
	PI	1	200.000,00
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	BA	14	1.400.032.137,49
	CE	14	733.878.110,00
	PB	4	270.535.032,05
	PE	2	192.195.103,68
	PI	7	715.107.117,00
	RN	9	1.068.403.378,58
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA-2	BA	3	367.007.119,52
	CE	1	59.498.000,00
FNE VERDE-IRRIGAÇÃO	AL	1	2.366.400,00
	CE	2	54.702,60
	MG	1	1.362.000,00
	PB	1	121.627,86
	PE	1	162.900,00
	PI	7	1.306.401,79
FNE VERDE-RURAL	AL	4	6.132.874,85
	BA	24	14.766.325,63
	CE	10	933.345,45
	ES	5	1.345.571,45
	MA	12	6.669.226,59
	MG	20	20.633.820,73
	PB	3	597.134,07
	PE	31	20.529.337,66
	PI	8	991.773,16
	RN	8	956.561,83
	SE	4	1.674.634,40
FNE-COMÉRCIO	AL	236	140.122.877,22
	BA	755	451.355.769,68
	CE	983	528.089.367,13
	ES	130	63.197.698,06
	MA	380	279.589.099,05
	MG	262	77.282.801,08
	PB	513	196.549.487,60
	PE	865	408.954.275,73
	PI	310	142.483.201,05

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	RN	453	200.944.199,25
	SE	297	125.485.931,99
FNE-EI/COMÉRCIO	AL	3	56.120,83
	BA	9	146.329,77
	CE	42	1.075.727,46
	MA	29	628.658,32
	MG	44	942.089,29
	PB	5	78.457,00
	PE	6	95.957,38
	PI	14	300.812,06
	RN	2	28.570,30
	SE	11	212.035,80
FNE-EI/INDÚSTRIA	BA	1	25.000,00
	CE	12	208.015,11
	MA	4	102.100,00
	MG	5	147.563,42
	PB	1	35.000,00
	PE	2	41.437,52
	PI	2	42.700,00
	SE	4	48.348,21
FNE-EI/SERVIÇOS	AL	5	77.386,54
	BA	10	180.521,20
	CE	25	537.245,45
	MA	10	197.012,92
	MG	17	300.474,24
	PB	2	32.557,41
	PE	1	31.130,00
	PI	13	272.380,88
	RN	7	104.235,10
	SE	8	121.544,43
FNE-EI/TURISMO	CE	2	60.320,13
	MG	2	59.600,00
	PB	1	21.186,00
FNE-MPE-AGROINDÚSTRIA	AL	11	1.050.085,54
	BA	37	5.594.053,57
	CE	18	3.253.313,37
	ES	3	997.829,50
	MA	7	1.516.600,00
	MG	1	170.000,00
	PB	29	3.892.754,68
	PE	75	12.648.634,52
	PI	11	3.010.473,57
	RN	29	3.162.693,18

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	SE	10	1.297.148,83
FNE-MPE-COMÉRCIO	AL	949	90.672.535,38
	BA	4.955	467.947.594,77
	CE	4.185	367.168.090,82
	ES	436	43.497.756,64
	MA	2.479	232.503.868,44
	MG	1.705	124.113.019,23
	PB	1.987	153.680.010,72
	PE	3.599	307.613.960,51
	PI	1.757	159.746.114,28
	RN	2.258	171.361.024,53
	SE	1.072	90.167.781,11
FNE-MPE-INDÚSTRIA	AL	86	16.013.702,53
	BA	683	91.697.708,32
	CE	882	120.483.005,24
	ES	90	11.015.317,84
	MA	182	24.760.846,11
	MG	172	16.093.813,05
	PB	354	37.360.834,03
	PE	692	81.044.222,47
	PI	203	23.432.546,10
	RN	399	40.187.128,28
	SE	198	23.510.635,32
FNE-MPE-SERVIÇOS	AL	335	54.264.408,18
	BA	1.537	193.464.283,20
	CE	1.540	193.186.406,39
	ES	160	21.709.704,67
	MA	734	124.903.964,94
	MG	449	45.616.190,72
	PB	521	54.634.971,15
	PE	1.487	190.356.580,28
	PI	565	91.490.930,28
	RN	942	112.004.498,57
	SE	626	82.525.617,73
FNE-MPE-TURISMO	AL	115	20.658.912,84
	BA	318	38.323.362,64
	CE	387	52.137.680,25
	ES	23	1.763.969,07
	MA	38	6.738.740,32
	MG	88	6.953.153,75
	PB	200	16.844.506,25
	PE	274	30.575.062,29
	PI	97	15.045.283,24

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	RN	219	13.235.098,09
	SE	31	6.218.292,44
FNE-SAÚDE-INOVAÇÃO-INDUSTRIAL	PB	1	17.524.624,01
FNE-SAÚDE-MPE-SERVIÇOS	AL	1	100.000,00
	CE	1	2.500.200,00
	PB	1	46.800,00
	PE	3	169.029,98
FNE-SAÚDE-SERVIÇOS	CE	2	5.919.200,00
	PE	1	7.314.334,38
FNE-SERVIÇOS	AL	46	33.278.537,79
	BA	283	332.773.967,78
	CE	241	185.383.089,88
	ES	33	10.060.103,75
	MA	145	107.431.351,45
	MG	38	15.187.579,20
	PB	131	76.081.246,75
	PE	255	223.498.362,62
	PI	61	30.154.020,92
	RN	114	53.923.990,00
	SE	104	69.505.391,66
INDUSTRIAL	AL	37	75.672.835,51
	BA	168	240.156.862,42
	CE	252	379.442.077,97
	ES	60	50.185.960,81
	MA	25	45.224.050,00
	MG	25	30.817.650,00
	PB	84	80.307.745,48
	PE	159	130.596.719,40
	PI	36	19.615.884,52
	RN	79	60.593.128,99
	SE	100	93.302.126,13
INOVAÇÃO-INDUSTRIAL	AL	1	957.406,10
	BA	1	7.240.191,20
	MG	2	18.611.064,30
	PB	1	1.410.000,00
	PE	2	249.738.736,06
	RN	1	1.430.547,55
INOVAÇÃO-RURAL	BA	6	28.095.230,43
	CE	1	187.432,50
	MA	2	2.902.500,00
	PB	8	7.000.755,56
	PE	2	21.228.351,64
	PI	15	20.446.449,97

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	RN	8	2.402.397,75
	SE	2	828.758,12
INOVAÇÃO-SERVIÇOS	AL	2	3.217.329,72
	BA	1	3.335.443,76
	PE	1	50.000,00
	PI	1	765.000,00
	RN	6	5.849.168,68
	SE	2	966.490,00
INOVAÇÃO-STARTUP	BA	1	99.875,00
	CE	4	310.000,00
	PE	3	165.446,00
	RN	1	72.000,00
	SE	1	69.430,92
IRRIGAÇÃO	AL	7	45.728.000,92
	BA	76	121.501.784,83
	CE	22	5.446.513,78
	ES	66	69.414.509,94
	MG	53	98.116.257,67
	PB	18	9.090.666,87
	PE	81	60.273.595,93
	PI	30	6.105.455,37
	RN	38	21.949.126,91
	SE	4	5.194.623,57
PROATUR	AL	15	33.883.336,53
	BA	26	42.144.375,20
	CE	22	33.780.931,99
	ES	4	1.006.820,78
	MA	4	8.665.715,98
	PB	14	9.384.300,00
	PE	35	158.919.527,35
	PI	1	3.390.645,41
	RN	22	15.647.530,00
	SE	10	6.806.217,18
PROCIR/OUTRAS OP.FNE/RISCO BNB	PI	1	33.242,04
PROINFRA	AL	1	3.060.000,00
	BA	4	492.037.966,58
	CE	4	420.899.253,97
	MA	7	581.283.866,10
	PB	1	91.717.706,98
	PE	1	142.323.613,18
	PI	1	29.074.554,50
	SE	1	20.303.659,60
PROINFRA-2	PI	1	49.567.253,82

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
PRONAF FLORESTA - FNE	BA	148	5.303.951,73
	CE	29	740.672,89
	ES	21	1.069.659,04
	PI	1	19.571,25
PRONAF GRUPO "A" - FNE	AL	71	1.818.071,49
	BA	281	7.441.019,23
	CE	468	12.029.534,71
	ES	10	258.735,47
	MA	844	22.318.061,89
	MG	57	1.504.507,66
	PB	225	5.604.735,11
	PE	605	15.836.687,29
	PI	411	10.715.342,10
	RN	246	6.506.382,52
	SE	177	4.365.932,67
PRONAF GRUPO "B" - FNE	AL	11.835	58.764.984,11
	BA	20.792	101.439.135,21
	CE	9.615	42.928.131,82
	ES	520	2.599.958,51
	MA	57.577	285.402.326,81
	MG	17.784	86.610.111,01
	PB	9.163	43.668.495,32
	PE	15.153	74.628.585,97
	PI	13.110	64.181.953,37
	RN	4.597	22.359.536,35
	SE	9.220	45.328.416,87
PRONAF GRUPO A/C - FNE	AL	1	7.404,70
	CE	9	55.158,44
	MA	21	145.557,90
	MG	1	7.483,42
	PB	16	88.569,20
	PE	14	104.524,08
	PI	11	72.079,61
	RN	10	74.755,15
	SE	54	387.858,80
PRONAF JOVEM - FNE	BA	1	14.999,67
	CE	9	137.399,59
	MA	26	402.847,10
	MG	3	48.218,58
	PB	2	31.240,00
	PE	2	31.493,58
	PI	1	15.000,00
	RN	2	23.547,40

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
PRONAF MULHER - FNE	AL	68	998.846,31
	BA	722	10.542.956,83
	CE	122	1.896.942,63
	ES	22	595.503,86
	MA	167	3.306.694,20
	MG	337	5.141.364,30
	PB	137	1.835.270,07
	PE	268	4.374.211,65
	PI	277	3.817.903,25
	RN	150	2.515.925,02
	SE	87	1.426.320,57
PRONAF SEMIÁRIDO - FNE	AL	37	651.784,46
	BA	1.942	34.987.640,55
	CE	1.546	28.512.689,14
	MA	8	153.166,20
	MG	762	14.029.119,84
	PB	504	8.841.053,09
	PE	1.452	27.227.563,18
	PI	1.438	26.887.346,48
	RN	341	6.324.247,59
	SE	24	411.412,11
PRONAF-AGRINF (FNE)	CE	15	214.377,75
	RN	3	39.000,00
PRONAF-AGROECOLOGIA (FNE)	MG	1	14.999,87
	PB	22	842.680,11
PRONAF-AGROINDÚSTRIA (FNE)	BA	4	64.800,00
	CE	15	264.960,75
	MA	5	76.794,50
	MG	8	131.405,81
	PB	2	180.000,00
	PI	3	166.394,40
	RN	4	292.583,61
PRONAF B/PLANO SAFRA SEMIÁRIDO	AL	15.366	75.782.564,65
	BA	107.986	525.076.282,31
	CE	58.124	278.886.599,43
	MA	844	4.142.944,97
	MG	33.394	162.439.067,42
	PB	37.351	181.459.989,48
	PE	44.750	218.548.887,60
	PI	48.194	233.673.557,37
	RN	23.811	115.814.764,93
	SE	7.988	39.368.917,53
PRONAF-COMUM (FNE)	AL	680	13.851.786,13

Programa	UF	Quantidade de Operações	Valor (R\$)
	BA	559	16.297.152,99
	CE	951	19.955.803,75
	ES	14	431.589,42
	MA	1.029	24.140.891,42
	MG	275	6.779.652,62
	PB	800	12.488.183,67
	PE	608	15.554.384,78
	PI	682	13.227.985,98
	RN	333	6.352.426,06
	SE	992	34.849.590,76
PRONAF-ECO (FNE)	BA	5	169.544,44
	CE	1	13.600,00
	MA	1	15.000,00
	MG	26	673.488,13
	PB	3	114.147,18
	PE	2	68.560,00
	PI	21	418.170,39
	RN	3	139.852,40
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	AL	709	13.299.857,77
	BA	3.644	76.849.402,97
	CE	1.823	48.122.362,53
	ES	154	5.131.689,57
	MA	1.627	51.794.618,03
	MG	1.246	26.278.036,74
	PB	865	20.701.274,23
	PE	1.783	47.017.031,59
	PI	1.918	40.788.983,15
	RN	710	22.321.333,48
	SE	350	10.992.657,33
RURAL	AL	385	96.238.706,40
	BA	1.218	1.147.926.838,48
	CE	836	108.115.164,19
	ES	42	16.480.252,60
	MA	1.150	693.046.932,18
	MG	483	254.648.224,03
	PB	423	102.415.071,70
	PE	505	199.584.146,00
	PI	792	723.586.264,50
	RN	355	46.575.492,31
	SE	855	173.814.321,74
Total Geral		711.129	25.842.698.168,34

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

APÊNDICE B - FNE - Contratações por Atividade - Pronaf - 2020

Atividade	Quantidade	(%) Quantidade	Valor (R\$)	(%) Valor
Abate e Preparação produtos carne, aves e pescado	28	0,005%	133.500,00	0,004%
Alimentação	1.255	0,215%	6.102.545,84	0,176%
Alimentação preparada	55	0,009%	256.100,00	0,007%
Alimentos naturais c/práticas Ecológicas	49	0,008%	227.600,00	0,007%
Apicultura	4.694	0,805%	27.128.791,63	0,780%
Artesanato	2.130	0,365%	9.440.596,82	0,272%
Atividades de apoio à agricultura	470	0,081%	2.306.706,32	0,066%
Atividades de apoio à aquicultura em água doce	4	0,001%	20.000,00	0,001%
Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	30	0,005%	145.289,60	0,004%
Ativs. aux. transportes	12	0,002%	58.800,00	0,002%
Atividades associativas	2	0,000%	9.000,00	0,000%
Avestruz	2	0,000%	10.000,00	0,000%
Avicultura	26.122	4,479%	134.502.209,71	3,870%
Bebidas e fumo	2.903	0,498%	23.593.812,76	0,679%
Beneficiamento de fibras	8	0,001%	37.999,00	0,001%
Bovinocultura	152.922	26,219%	941.573.889,63	27,089%
Bovinocultura recria e engorda extensiva	3.136	0,538%	20.446.160,48	0,588%
Bubalinocultura (búfalo)	72	0,012%	599.075,44	0,017%
Caca e pesca	7.491	1,284%	37.322.999,93	1,074%
Cactácea	323	0,055%	1.588.462,90	0,046%
Caprinocultura	32.152	5,512%	187.863.891,56	5,405%
Carcinicultura (camarão)	206	0,035%	1.197.474,05	0,034%
Comércio atacadista	118	0,020%	576.315,98	0,017%
Comércio Varejista turístico	7.414	1,271%	33.655.254,45	0,968%
Comércio varejista	1.295	0,222%	6.562.682,69	0,189%
Criação de asininos e muares	1	0,000%	3.000,00	0,000%
Criação de bovinos para corte	64.536	11,065%	400.422.493,08	11,520%
Criação de bovinos para leite	80.921	13,874%	491.914.462,78	14,152%
Criação de bovinos, exceto para corte e leite	59	0,010%	258.010,00	0,007%
Criação de outros animais não especificados anteriormente	856	0,147%	4.166.145,97	0,120%
Criação de peixes em água salgada e salobra	7	0,001%	35.000,00	0,001%
Cultivo e semicultivos da aquicultura em água doce n/ especific. Anteriormente	3	0,001%	15.000,00	0,000%
Curtume	6	0,001%	28.000,00	0,001%
Diversos (microcrédito rural)	1.405	0,241%	6.824.800,22	0,196%
Ecológico	50	0,009%	528.942,81	0,015%
Edifícios e obras de engenharia civil	17	0,003%	84.620,00	0,002%
Educação	1	0,000%	5.000,00	0,000%
Entretenimento	216	0,037%	1.053.239,59	0,030%
Equinocultura	7	0,001%	35.000,00	0,001%
Especiarias	316	0,054%	1.757.227,43	0,051%
Extração de carvão, petróleo e gás	2	0,000%	10.000,00	0,000%

Atividade	Quantidade de	(%) Quantidade	Valor (R\$)	(%) Valor
Extração de Minerais não metálicos	2	0,000%	10.000,00	0,000%
Extração vegetal	1.445	0,248%	12.738.931,96	0,366%
Fibras e têxteis	707	0,121%	4.455.790,52	0,128%
Flores	213	0,037%	1.806.805,11	0,052%
Florestamento e reflorestamento	23	0,004%	551.161,16	0,016%
Fruticultura	35.027	6,005%	238.032.789,16	6,848%
Gramínea	3.896	0,668%	27.174.382,55	0,782%
Grãos	10.546	1,808%	92.995.947,23	2,675%
Hospedagem	19	0,003%	142.476,21	0,004%
Imobiliárias e aluguéis	1	0,000%	5.000,00	0,000%
Ind. de transformação	45	0,008%	210.177,88	0,006%
Ind. eletroeletrônica	8	0,001%	38.300,00	0,001%
Ind. gráfica	15	0,003%	69.000,00	0,002%
Ind. Siderúrgica	5	0,001%	25.000,00	0,001%
Ind. metal-mecânica	86	0,015%	418.866,00	0,012%
Ind. calçados	5	0,001%	24.000,00	0,001%
Ind. couros e peles	5	0,001%	24.990,00	0,001%
Ind. fibras, fios, cabos e filamentos artificiais	5	0,001%	19.500,00	0,001%
Ind. madeira, exceto mobiliário	73	0,013%	357.150,00	0,010%
Ind. mobiliário	72	0,012%	356.400,00	0,010%
Ind. prod. alimentícios	394	0,068%	2.025.464,42	0,058%
Ind. prod. borracha	13	0,002%	62.850,00	0,002%
Ind. prod. limpeza, perfumaria, cosméticos	13	0,002%	56.285,00	0,002%
Ind. prod. minerais não metálicos	59	0,010%	300.500,00	0,009%
Ind. prod. plástico	2	0,000%	20.000,00	0,001%
Ind. prod. químicos	1	0,000%	4.500,00	0,000%
Ind. têxtil	230	0,039%	1.081.199,50	0,031%
Ind. transportes	3	0,001%	12.500,00	0,000%
Ind. vestuário e acessórios	337	0,058%	1.626.114,00	0,047%
Informática	5	0,001%	21.500,00	0,001%
Intermediários do comercio	97	0,017%	445.050,00	0,013%
Laticínios	59	0,010%	357.975,00	0,010%
Leguminosas	6	0,001%	29.995,00	0,001%
Minhocultura	1	0,000%	4.800,00	0,000%
Moagem e beneficiamento	2.625	0,450%	13.474.089,74	0,388%
Mudas e sementes	46	0,008%	277.396,05	0,008%
Não especificado	78	0,013%	408.093,25	0,012%
Obras de acabamento	61	0,010%	285.979,00	0,008%
Obras de instalações	9	0,002%	45.000,00	0,001%
Oleaginosa	986	0,169%	5.549.871,37	0,160%
Olericultura	11.033	1,892%	62.031.316,65	1,785%
Outras atividades (microcrédito rural)	609	0,104%	2.982.978,73	0,086%
Outras atividades relacionadas ao lazer	374	0,064%	1.842.429,40	0,053%
Outros serviços	463	0,079%	2.234.985,37	0,064%

Atividade	Quantidade de	(%) Quantidade	Valor (R\$)	(%) Valor
Ovinocultura	58.023	9,948%	321.208.235,66	9,241%
Pesquisa e desenvolvimento	1	0,000%	9.250,00	0,000%
Piscicultura	1.795	0,308%	14.778.519,99	0,425%
Plantas aromáticas e medicinais	1	0,000%	2.500,00	0,000%
Plantas ornamentais	57	0,010%	274.190,00	0,008%
Proces. benef. cana-de-açúcar	1.195	0,205%	5.917.337,66	0,170%
Proces. benef. castanha de caju	1.281	0,220%	6.507.982,34	0,187%
Proces. benef. frutas e hortaliças	230	0,039%	1.236.535,10	0,036%
Proces. benef. mel de abelha	22	0,004%	110.000,00	0,003%
Proces. benef. óleos e gorduras vegetais e animais	19	0,003%	204.934,07	0,006%
Prod. e distrib. eletricidade, gás e água	10	0,002%	50.000,00	0,001%
Produção de ovos	3	0,001%	15.000,00	0,000%
Raízes e tubérculos	15.201	2,606%	84.739.426,72	2,438%
Reparação e conservação	1.100	0,189%	5.395.313,45	0,155%
Saneamento básico	2	0,000%	7.500,00	0,000%
Serv. aux. à indústria	33	0,006%	158.500,00	0,005%
Serv. aux. adm. empresas	4	0,001%	16.900,00	0,000%
Serv. aux. agropecuária, extrativismo e silvicultura	725	0,124%	6.810.508,14	0,196%
Serv. aux. construção	17	0,003%	82.600,00	0,002%
Serv. pessoais	727	0,125%	3.487.036,78	0,100%
Serviço de manejo de animais	20	0,003%	98.600,00	0,003%
Serviços a empresas	1	0,000%	2.500,00	0,000%
Serviços domésticos	5	0,001%	24.000,00	0,001%
Silvicultura	44	0,008%	740.271,41	0,021%
Suinocultura	41.746	7,157%	206.835.946,70	5,951%
Telecomunicações	4	0,001%	20.000,00	0,001%
Transp. aquaviário urbano	1	0,000%	2.500,00	0,000%
Transp. rodoviário	1	0,000%	5.000,00	0,000%
Transp. turismo	3	0,001%	12.500,00	0,000%
Total	583.258	100,00%	3.475.891.228,95	100,00%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

APÊNDICE C - FNE - Contratações na modalidade Fies - por UF e curso - 2020

UF E Curso	Quantidade	%	Valor (R\$)	%
ALAGOAS	10	1,2	200.294,59	1,7
Direito	2	0,2	9.993,23	0,1
Medicina	3	0,4	124.529,31	1,1
Odontologia	4	0,5	61.378,85	0,5
Psicologia	1	0,1	4.393,20	0,0
BAHIA	64	7,7	1.025.405,92	8,7
Administração	3	0,4	7.794,30	0,1
Direito	23	2,8	158.556,20	1,3
Enfermagem	1	0,1	4.870,20	0,0
Engenharia Agrônoma	2	0,2	13.581,28	0,1
Farmácia	2	0,2	11.937,41	0,1
Fisioterapia	2	0,2	11.628,93	0,1
Medicina	17	2,0	731.072,10	6,2
Odontologia	3	0,4	41.539,72	0,4
Psicologia	9	1,1	37.437,10	0,3
Radiologia	2	0,2	6.988,68	0,1
CEARÁ	318	38,3	3.122.364,86	26,5
Administração	5	0,6	28.586,01	0,2
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1	0,1	4.742,89	0,0
Arquitetura e Urbanismo	13	1,6	99.484,46	0,8
Ciência da Computação	6	0,7	37.572,98	0,3
Ciências Contábeis	4	0,5	17.484,18	0,1
Cinema e Audiovisual	2	0,2	14.984,48	0,1
Comércio Exterior	2	0,2	6.992,23	0,1
Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	2	0,2	15.896,62	0,1
Direito	108	13,0	960.907,60	8,2
Energias Renováveis	4	0,5	19.081,18	0,2
Enfermagem	22	2,7	187.207,15	1,6
Engenharia Civil	19	2,3	178.287,43	1,5
Engenharia de Produção	4	0,5	33.730,36	0,3
Engenharia Elétrica	3	0,4	30.361,61	0,3
Estética e Cosmética	2	0,2	10.351,22	0,1
Farmácia	11	1,3	106.742,45	0,9
Fisioterapia	14	1,7	124.296,41	1,1
Fonoaudiologia	2	0,2	22.904,21	0,2
Jornalismo	2	0,2	16.369,69	0,1
Medicina	2	0,2	97.943,62	0,8
Medicina Veterinária	14	1,7	209.257,49	1,8
Nutrição	25	3,0	248.713,73	2,1
Odontologia	28	3,4	480.591,67	4,1
Psicologia	21	2,5	163.915,35	1,4
Sistemas de Informação	2	0,2	5.959,84	0,1

UF E Curso	Quantidade	%	Valor (R\$)	%
MARANHÃO	132	15,9	780.146,20	6,6
Administração	5	0,6	15.339,75	0,1
Arquitetura e Urbanismo	9	1,1	69.534,34	0,6
Biomedicina	2	0,2	9.974,38	0,1
Ciências Contábeis	5	0,6	25.866,90	0,2
Direito	30	3,6	191.601,00	1,6
Educação Física	2	0,2	6.670,30	0,1
Enfermagem	21	2,5	102.795,92	0,9
Engenharia Civil	2	0,2	15.582,54	0,1
Engenharia de Computação	1	0,1	7.478,58	0,1
Engenharia Mecânica	5	0,6	23.771,58	0,2
Estética	1	0,1	6.353,00	0,1
Farmácia	8	1,0	45.968,40	0,4
Fisioterapia	10	1,2	57.087,85	0,5
Nutrição	6	0,7	37.473,79	0,3
Odontologia	5	0,6	62.055,22	0,5
Pedagogia	2	0,2	6.763,78	0,1
Psicologia	16	1,9	89.910,64	0,8
Serviço Social	2	0,2	5.918,23	0,1
MINAS GERAIS	30	3,6	1.095.359,30	9,3
Direito	2	0,2	19.513,39	0,2
Engenharia Civil	2	0,2	10.262,56	0,1
Medicina	26	3,1	1.065.583,35	9,1
PARAÍBA	63	7,6	844.559,86	7,2
Administração	3	0,4	6.318,20	0,1
Arquitetura e Urbanismo	7	0,8	47.815,97	0,4
Ciências Aeronáuticas	1	0,1	40.550,94	0,3
Direito	14	1,7	91.028,87	0,8
Educação Física	1	0,1	4.622,89	0,0
Enfermagem	8	1,0	39.737,44	0,3
Engenharia Civil	4	0,5	38.151,92	0,3
Farmácia	3	0,4	21.670,53	0,2
Medicina	11	1,3	479.983,22	4,1
Nutrição	4	0,5	42.749,10	0,4
Psicologia	7	0,8	31.930,78	0,3
PERNAMBUCO	10	1,2	51.598,93	0,4
Arquitetura e Urbanismo	2	0,2	11.139,50	0,1
Biomedicina	2	0,2	10.607,40	0,1
Direito	4	0,5	20.056,95	0,2
Engenharia Mecânica	1	0,1	5.340,19	0,0
Fisioterapia	1	0,1	4.454,89	0,0
PIAUI	51	6,1	271.777,83	2,3
Direito	21	2,5	101.573,44	0,9
Enfermagem	2	0,2	11.050,28	0,1

UF E Curso	Quantidade	%	Valor (R\$)	%
Engenharia Civil	9	1,1	47.405,98	0,4
Farmácia	10	1,2	45.400,13	0,4
Nutrição	1	0,1	4.253,13	0,0
Odontologia	4	0,5	48.246,99	0,4
Psicologia	2	0,2	8.934,10	0,1
Serviço Social	2	0,2	4.913,78	0,0
RIO GRANDE DO NORTE	98	11,8	4.031.937,72	34,3
Direito	2	0,2	14.195,63	0,1
Enfermagem	2	0,2	17.787,85	0,2
Medicina	88	10,6	3.935.391,46	33,4
Nutrição	2	0,2	14.748,23	0,1
Odontologia	2	0,2	37.647,13	0,3
Psicologia	2	0,2	12.167,42	0,1
SERGIPE	54	6,5	344.727,57	2,9
Arquitetura e Urbanismo	2	0,2	13.871,78	0,1
Ciências Contábeis	2	0,2	6.690,81	0,1
Design Gráfico	2	0,2	10.842,38	0,1
Direito	20	2,4	109.333,30	0,9
Educação Física	2	0,2	7.963,64	0,1
Enfermagem	8	1,0	50.225,61	0,4
Fisioterapia	4	0,5	24.058,20	0,2
Medicina Veterinária	10	1,2	88.590,50	0,8
Odontologia	1	0,1	16.063,20	0,1
Psicologia	3	0,4	17.088,15	0,1
Total	830	100,0	11.768.172,78	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito / Ambiente de Concessão de Crédito.

APÊNDICE D - Escritórios Regionais - Cartas consultas aprovadas 2020

CARTAS CONSULTAS APROVADAS - RIO DE JANEIRO		
CLIENTE	VALOR APROVADO (R\$)	SETORES
ALEX ENERGIA - SPEs I,III,IV,V,VI,VII,VIII,IX e X (BRROKSFIELD ENERGIA)	434.025.647,00	SP
ARES I PARTICIPAÇÕES (PERFIN)	193.600.000,00	SP
BRESCO VII EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA.	64.000.000,00	SP
CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA.	217.188.625,00	Mineração
CENTRAL EÓLICA ACAUA I, II E III (ALIANÇA ENERGIA)	273.018.000,00	SP
DOM PEDRO II TRANSMISSORA DE ENERGIA (ENGEPAR)	58.800.000,00	SP
EÓLICA CANUDOS II SPE S.A - VOLTÁLIA	124.253.958,00	Energia Eólica
EÓLICA CANUDOS III SPE S.A - VOLTÁLIA	124.253.958,00	Energia Eólica
ITAESBRA INDUSTRIA MECANICA LTDA.	38.605.000,00	SP
JAIBA SE1 ENERGIAS RENOVÁVEIS AS (CANADIAN SOLAR)	67.976.000,00	SP
JARDIM SERIDÓ	500.000.000,00	Energia Solar
MEZ ENERGIA	154.536.470,00	SP
MPC SERVIÇOS ENERGÉTICOS (GRUPO COMERC)	30.000.000,00	SP
NOVA OLINDINA TRANSMISSORA (MEZ ENERGIA)	22.247.517,00	SP
OITIS 2,3,4,5,6,7,8 ENERGIAS RENOVÁVEIS - NEONERGIA S.A	700.000.000,00	Energia Solar
OURO VERDE LOCACAO E SERVICOS S.A	142.697.500,00	SP
QUÍMICA AMPARO LTDA. (YPE)	195.000.000,00	SP
RIO ENERGY DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGICAS (RIO NERGY FIP I)	520.762.620,00	Energia Eólica
RIO ENERGY DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGICAS (RIO NERGY FIP II)	604.084.639,00	Energia Eólica
SERRA DAS VACAS VI, VIII e IX	197.904.000,00	SP

SOL SERRA DO MEL I SPE S/A - VOLTÁLIA	249.207.029,00	Energia Solar
SOL SERRA DO MEL II SPE S/A - VOLTÁLIA	249.143.978,00	Energia Solar
STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A	879.082.753,00	Energia Eólica
STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A	183.764.449,00	Energia Eólica
SUCONOR S.A	40.000.000,00	SP
TUCANO F1 - AES TIETE (COMPLEMENTO)	85.717.590,00	SP
TUCANO F6 - AES TIETE (COMPLEMENTO)	103.582.642,00	SP
USINA DE ENERGIA FOTOVOLTÁICA LEO SILVEIRA I LTDA.	829.500.000,00	Energia Solar
VENTOS DA BAHIA III	420.000.000,00	Energia Eólica
VTRM ENERGIA PARTICIPAÇÕES (VOTORANTIM ENERGIA)	1.094.279.000,00	SP
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA.	2.448.254,92	Indústria Farmacêutica
NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	1.804.363,00	Ind. Farmacêutica
SAFIRA VMF MC 01 ASSESSORIA E CONSULTORIA SPE LTDA.	10.176.030,22	SP
TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GONÇALVES BALSAS (COMPLEMENTO)	3.984.523,20	SP
BRASIL GRAFITE MINERAÇÃO LTDA.	29.690.237,00	SP
TOTAL RIO DE JANEIRO	8.845.334.783,34	
CARTAS CONSULTAS APROVADAS - SÃO PAULO		
CLIENTE	VALOR APROVADO (R\$)	ESCRITÓRIO
ALEX ENERGIA - SPEs I,III,IV,V,VI,VII,VIII,IX e X (BRROKSFIELD ENERGIA)	434.025.647,00	Geração Solar
ARES I PARTICIPACOES (PERFIN)	193.600.000,00	Geração Solar
BRESCO VII EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA.	64.000.000,00	Parque Logístico
CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA.	217.188.625,00	RJ

CENTRAL EOLICA ACAUA I, II E III (ALIANÇA ENERGIA)	273.018.000,00	Geração Eólica
DOM PEDRO II TRANSMISSORA DE ENERGIA (ENGEPAR)	58.800.000,00	Linha de Transmissão
EÓLICA CANUDOS II SPE S.A - VOLTÁLIA	124.253.958,00	RJ
EÓLICA CANUDOS III SPE S.A - VOLTÁLIA	124.253.958,00	RJ
ITAESBRA INDUSTRIA MECANICA LTDA.	38.605.000,00	Geração Solar
JAIBA SE1 ENERGIAS RENOVÁVEIS AS (CANADIAN SOLAR)	67.976.000,00	Geração Solar
JARDIM SERIDÓ	500.000.000,00	RJ
MEZ ENERGIA	154.536.470,00	Linha de Transmissão
MPC SERVIÇOS ENERGÉTICOS (GRUPO COMERC)	30.000.000,00	Energia em Bateria
NOVA OLINDINA TRANSMISSORA (MEZ ENERGIA)	22.247.517,00	Linha de Transmissão
OITIS 2,3,4,5,6,7,8 ENERGIAS RENOVÁVEIS - NEONERGIA S.A	700.000.000,00	RJ
OURO VERDE LOCACAO E SERVICOS S.A	142.697.500,00	Locadora de Veículos
QUIMICA AMPARO LTDA. (YPE)	195.000.000,00	Indústria Química
RIO ENERGY DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGICA (RIO NERGY FIP I)	520.762.620,00	RJ
RIO ENERGY DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGICA (RIO NERGY FIP II)	604.084.639,00	RJ
SERRA DAS VACAS VI, VIII e IX	197.904.000,00	Geração Eólica
SOL SERRA DO MEL I SPE S/A - VOLTÁLIA	249.207.029,00	RJ
SOL SERRA DO MEL II SPE S/A - VOLTÁLIA	249.143.978,00	RJ
STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A	879.082.753,00	RJ
STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A	183.764.449,00	RJ
SUCONOR S.A	40.000.000,00	Industria de Sucos
TUCANO F1 - AES TIETE (COMPLEMENTO)	85.717.590,00	Geração Eólica
TUCANO F6 - AES TIETE (COMPLEMENTO)	103.582.642,00	Geração Eólica

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LEO SILVEIRA I LTDA.	829.500.000,00	RJ
VENTOS DA BAHIA III	420.000.000,00	RJ
VTRM ENERGIA PARTICIPAÇÕES (VOTORANTIM ENERGIA)	1.094.279.000,00	Geração Eólica
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA.	2.448.254,92	RJ
NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	1.804.363,00	RJ
SAFIRA VMF MC 01 ASSESSORIA E CONSULTORIA SPE LTDA.	10.176.030,22	Geração Distribuída
TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GONÇALVES BALSAS (COMPLEMENTO)	3.984.523,20	Linha de Transmissão
BRASIL GRAFITE MINERACAO LTDA.	29.690.237,00	Mineração
TOTAL SÃO PAULO	8.845.334.783,34	
TOTAL GERAL (RJ E SP)	17.690.669.566,68	

Fonte: BNB (2020).

APÊNDICE E - Escritórios Regionais - Operações contratadas 2020

OPERAÇÕES CONTRATADAS - RIO DE JANEIRO			
CLIENTE	VALOR CONTRATADO (R\$)	AGÊNCIA CONTRATANTE	SETORES
ALEX ENERGIA - SPes I,III,IV,V,VI,VII,VIII,IX e X (BRROKSFIELD ENERGIA)	448.288.110,00	FORTALEZA ALDEOTA	SP
EOL POTIGUAR B31, B32 E B33 SPE S/A - GRUPO VOLTÁLIA	409.737.000,00	NATAL TIROL	Energia Eólica
EÓLICA CANUDOS II SPE S.A - VOLTÁLIA	123.000.303,00	NATAL TIROL	Energia Eólica
EÓLICA CANUDOS III SPE S.A - VOLTÁLIA	123.000.303,00	NATAL TIROL	Energia Eólica
FS TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA (LYON CAPITAL)	61.278.211,35	SALVADOR COSTA AZUL	SP
ITAESBRA INDÚSTRIA MECÂNICA	35.276.399,79	IGARASSU	SP
MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.	59.905.881,89	SÃO LUÍS CALHAU	SP
SÃO FRANCISCO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A	290.021.787,40	RECIFE CENTRO	SP
SOLARGRID AUTOGERAÇÃO SOLAR LOCAÇÃO DE EQUIP LTDA.	9.050.000,00	JANUÁRIA	Energia Solar
TIM S.A	752.478.933,00	SALVADOR COSTA AZUL	Telecomunicação
VENTOS DA BAHIA	420.000.000,00	MONTES CLAROS	Energia Eólica
VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S.A	86.626.677,91	RECIFE CENTRO	SP
EOL POTIGUAR B61- GRUPO VOLTÁLIA	163.886.000,00	NATAL TIROL	Energia Eólica
AMAGGI	27.705.377,00	FORTALEZA ALDEOTA	Terminal Portuário
SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. (LYON CAPITAL)	49.567.253,82	SALVADOR COSTA AZUL	SP
BRIGIDA SOLAR SPE S.A	96.097.551,84	RECIFE CENTRO	SP
BRIGIDA 2 SOLAR SPE S.A	96.097.551,84	RECIFE CENTRO	SP
CHDS DO BRASIL COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA	4.123.609,00	SÃO LUÍS CALHAU	Comércio
NEONERGIA	715.107.117,00	JOÃO PESSOA CENTRO	Energia Eólica
STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A (Oslo IX, X e Manguabeiras)	366.000.000,00	SALVADOR COSTA AZUL	Energia Eólica

OPERAÇÕES CONTRATADAS - RIO DE JANEIRO			
CLIENTE	VALOR CONTRATADO (R\$)	AGÊNCIA CONTRATANTE	SETORES
SOL SERRA DO MEL I - VOLTALIA	284.808.000,00	NATAL TIROL	Energia Solar
STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A (Oslo I, II, III, IV, V, VI e VIII)	695.716.848,00	SALVADOR PITUBA	Energia Eólica
QUIMICA AMAPARO LTDA	214.462.336,27	RECIFE CENTRO	SP
TOTAL RIO DE JANEIRO	5.532.235.252,11		
PERAÇÕES CONTRATADAS - SÃO PAULO			
CLIENTE	VALOR CONTRATADO (R\$)	AGÊNCIA CONTRATANTE	SETOR
ALEX ENERGIA - SPEs I,III,IV,V,VI,VII,VIII,IX e X (BRROKSFIELD ENERGIA)	448.288.110,00	FORTALEZA ALDEOTA	Geração Solar
EOL POTIGUAR B31, B32 E B33 SPE S.A - GRUPO VOLTÁLIA	409.737.000,00	NATAL TIROL	RJ
EÓLICA CANUDOS II SPE S.A - VOLTÁLIA	123.000.303,00	NATAL TIROL	RJ
EÓLICA CANUDOS III SPE S.A - VOLTÁLIA	123.000.303,00	NATAL TIROL	RJ
FS TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA (LYON CAPITAL)	61.278.211,35	SALVADOR COSTA AZUL	Linha de Transmissão
ITAESBRA INDÚSTRIA MECÂNICA	35.276.399,79	IGARASSU	Industria
MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.	59.905.881,89	SÃO LUÍS CALHAU	Linha de Transmissão
SÃO FRANCISCO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A	290.021.787,40	RECIFE CENTRO	Linha de Transmissão
SOLARGRID AUTOGERAÇÃO SOLAR LOCAÇÃO DE EQUIP LTDA.	9.050.000,00	JANUÁRIA	RJ
TIM S.A	752.478.933,00	SALVADOR COSTA AZUL	RJ
VENTOS DA BAHIA	420.000.000,00	MONTES CLAROS	RJ
VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S.A	86.626.677,91	RECIFE CENTRO	Indústria de Cimentos

OPERAÇÕES CONTRATADAS - RIO DE JANEIRO			
CLIENTE	VALOR CONTRATADO (R\$)	AGÊNCIA CONTRATANTE	SETORES
EOL POTIGUAR B61- GRUPO VOLTÁLIA	163.886.000,00	NATAL TIROL	RJ
AMAGGI	27.705.377,00	FORTALEZA ALDEOTA	RJ
SIMÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. (LYON CAPITAL)	49.567.253,82	SALVADOR COSTA AZUL	Linha de Transmissão
BRÍGIDA SOLAR SPE S.A	96.097.551,84	RECIFE CENTRO	Geração Solar
BRÍGIDA 2 SOLAR SPE S.A	96.097.551,84	RECIFE CENTRO	Geração Solar
CHDS DO BRASIL COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA	4.123.609,00	SÃO LUÍS CALHAU	RJ
NEONERGIA	715.107.117,00	JOÃO PESSOA CENTRO	RJ
STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A (Oslo IX, X e Manguabeiras)	366.000.000,00	SALVADOR COSTA AZUL	RJ
SOL SERRA DO MEL I - VOLTALIA	284.808.000,00	NATAL TIROL	RJ
STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A (Oslo I, II, III, IV, V, VI e VIII)	695.716.848,00	SALVADOR PITUBA	RJ
QUÍMICA AMAPARO LTDA	214.462.336,27	RECIFE CENTRO	Indústria Química
TOTAL SÃO PAULO	5.532.235.252,11		
TOTAL GERAL (RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO)	11.064.470.504,22		

Fonte: BNB (2020).

13. ANEXOS

ANEXO 1 - Acórdãos TCU 11-03-21-1

PUBLICAÇÃO: 22 de 26

Processo: 008.347/2019-0.2.

Termo: BANCO DO NORDESTE

Data Disponibilização: 11/03/2021

Data Publicação: 11/03/2021

Jornal: DO Diário Oficial da União

Tribunal: Tribunal de Contas da União

Vara: PLENÁRIO

Cidade:

Página: 0000146

Título:

ATA No 5, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021 (Sessão Telepresencial) Presidência: Ministra Ana Arraes (Presidente) e Ministro Jorge Oliveira Representante do Ministério Público: Procuradora Geral Cristina Machado da Costa e Silva Secretária das Sessões, em substituição: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Aline Guimarães Diógenes Às 14 horas e 30 minutos, a Presidente declarou aberta a sessão telepresencial do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; dos Ministros Substitutos Marcos Bem querer Costa (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz) e André Luís de Carvalho; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

ACORDAO Nº 421/2021 - TCU - Plenário 1. Processo nº TC 008.347/2019-0. 2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento. 3. Interessados/Responsáveis: não ha. 4. Órgãos/Entidades: **BANCO DO NORDESTE do Brasil S.A.**; Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; Ministério do Desenvolvimento Regional; Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. 5. Relator:

Ministro Raimundo Carreiro. 6. Representante do Ministério Público: não atuou. 7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen). 8. Representação legal: não ha 9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam do monitoramento do Acórdão 1271/2018 - Plenário (Relator: Ministro Jose Mucio Monteiro), por meio do qual se apreciou Relatório de Auditoria no Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), voltado a avaliar a eficácia e a eficiência dos processos de planejamento e de avaliação de resultados dos financiamentos concedidos com recursos do FNE. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razoes expostas pelo Relator, com fulcro no art. 243 do Regimento Interno do TCU, em: 9.1. Considerar implementadas as recomendações constantes dos itens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3, 9.2.4, 9.2.6, 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.10 do Acórdão 1271/2018 - Plenário; 9.2. Considerar parcialmente implementadas as recomendações dos itens 9.3.4, 9.3.5 e 9.3.6 do Acórdão 1271/2018 - Plenário, dispensando a continuidade do monitoramento das referidas recomendações, de acordo com a Resolução TCU 315/2020 e com os princípios da racionalidade processual e da economia administrativa, sem prejuízo de que futuras ações de controle avaliem o objeto da deliberação; 9.3. Considerar não implementada a recomendação constante no item 9.2.5 do Acórdão 1.271/2018-TCU-Plenário, porém não mais aplicável, tornando-a insubsistente, sem reformulação da deliberação original, em razão das mudanças de condições no contexto em que a recomendação foi exarada; 9.4. encaminhar, para ciência, cópia da presente deliberação a Casa Civil da Presidência da República, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, ao Ministério do Desenvolvimento Regional, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; informando-lhes que o inteiro teor da deliberação, incluindo o relatório e o voto, pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acórdãos; e 9.5. Apensar definitivamente este monitoramento ao processo originário, TC 021.629/2017-0, nos termos do art. 5º, inciso II, da Portaria-Secex 27/2009 e no art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU. 10. Ata nº 6/2021 - Plenário. 11. Data da Sessão: 3/3/2021 - Telepresencial. 12. Código eletrônico para

localização na página do TCU na Internet: AC-0421- 06/21-P. 13. Especificação do quórum: 13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rego e Jorge Oliveira. 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa. 13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Andre Luis de Carvalho e Weder de Oliveira.

ANEXO 2 - INCLUSÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS VALORES DESEMBOLSADOS (ITEM 1.5.A E 1.5.B) DO OFÍCIO Nº 1189/2021/DFIN/SUDENE

1.5.A - VALORES DESEMBOLSADOS E VALORES CONTRATADOS, SEGUNDO O EXERCÍCIO ATUAL X EXERCÍCIOS ANTERIORES

✓ Por UF

Do volume total de desembolsos em 2020 (26,8 bilhões), cerca de R\$ 10,8 bilhões são relativos a contratações anteriores ao exercício de 2020. Como os desembolsos dependem, em grande medida, do dinamismo dos clientes na execução dos projetos, principalmente na fase de implantação, o volume de desembolsos relativos às contratações no mesmo exercício é inferior ao volume de contratações.

No ano de 2020, foram contratados R\$ 25,8 bilhões, enquanto os desembolsos foram da ordem de R\$ 26,8 bilhões, representando uma relação contratação x desembolso da ordem de 96,4%.

Tabela A132 - FNE - Valores desembolsados e contratos por UF - 2020 e anos anteriores

UF	Valores em R\$ mil					
	Desembolsado em 2020	%	Desembolsos das Ops. Contr. até 2019	Ops. Contratadas em 2020	(B / A)	
	Valor (A)		Valor	Valor (B)	%	%
AL	873.037.603,4	3,3	195.442.815,32	869.216.594,2	3,4	99,6
BA	6.065.763.978,3	22,6	2.581.240.002,26	6.472.054.304,2	25,0	106,7
CE	4.048.025.521,9	15,1	1.621.805.766,49	4.100.388.621,2	15,9	101,3
ES	409.551.925,6	1,5	140.207.671,82	342.359.531,1	1,3	83,6
MA	2.864.024.327,6	10,7	1.071.972.372,59	2.635.256.545,0	10,2	92,0
MG	1.367.167.407,7	5,1	499.441.168,44	1.110.139.185,2	4,3	81,2
PB	1.393.316.975,8	5,2	360.192.422,13	1.583.141.410,8	6,1	113,6
PE	3.351.679.662,3	12,5	1.382.544.775,84	3.032.195.174,6	11,7	90,5
PI	2.342.130.765,5	8,7	788.287.909,25	2.632.237.364,5	10,2	112,4
RN	3.202.739.398,8	12,0	2.066.660.759,38	2.098.511.003,3	8,1	65,5
SE	890.203.600,8	3,3	131.059.752,54	967.198.434,3	3,7	108,6
Total	26.807.641.167,8	100,0	10.838.855.416,06	25.842.698.168,3	100,0	96,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por Programa

No recorte por programa, merece destaque O FNE Verde que apresentou uma relação entre valores contratados (R\$ 5,2 bilhões) e desembolsados (R\$ 795,1 milhões) de 660,1%. (Tabela A2.4).

Por outro lado, o Programa Infraestrutura apresentou uma relação entre valor contratado e valor desembolsado, da ordem de 11,9%. Vale ressaltar que os financiamentos no Setor de Infraestrutura demandam mais tempo de desembolso devido às suas características de grandes projetos estruturantes, nos quais o período de implantação levam a desembolsos ao longo de vários exercícios (Tabela A2.3).

Considerando o total de contratações (R\$ 28,8 bilhões) e desembolsos (R\$ 37,6 bilhões), a relação global foi de 68,6%.

Tabela A133.1 - FNE - Valores desembolsados e valores contratados, por Programa: Rural e Agroindustrial - 2020 e anos anteriores

Valores em R\$ mil

UF	RURAL			AGROINDUSTRIAL		
	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020	Desemb. das Ops. Contr. até 2019	Oper. Contratadas em 2020	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020	Desemb. das Ops. Contr. até 2019	Oper. Contratadas em 2020
AL	322.666.768,19	51.172.453,42	307.142.006,94	49.669.995,81	31.547.024,03	12.230.736,78
BA	2.020.025.558,74	240.676.228,43	2.049.924.197,64	46.533.154,76	830.923,43	44.968.565,45
CE	526.943.994,86	77.304.069,44	558.709.724,23	32.562.853,93	324.853,93	32.238.000,00
ES	76.858.149,30	22.567.438,36	95.981.898,41	33.449.967,89	5.951.429,89	29.365.868,00
MA	1.103.734.481,82	191.758.729,37	1.088.399.807,26	324.000,00	-	503.228,70
MG	624.429.781,24	108.879.776,99	656.421.937,10	7.198.168,54	3.888.488,46	9.737.147,73
PB	367.036.824,37	30.700.049,46	391.594.537,81	60.088.614,59	445.500,00	44.966.396,05
PE	632.117.786,46	87.727.629,03	657.274.822,99	77.656.319,85	6.317.508,69	44.849.514,78
PI	1.131.621.500,49	144.143.084,12	1.129.209.176,25	26.901.953,66	635.100,00	37.482.848,06
RN	239.540.249,94	25.073.839,28	253.555.643,83	5.078.444,89	1.868.412,09	3.527.732,80
SE	291.875.759,62	30.238.924,74	310.299.806,50	23.741.997,91	-	23.377.912,10
Total	7.336.850.855,03	1.010.242.222,64	7.498.513.558,96	363.205.471,83	51.809.240,52	283.247.950,45

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela A134.2 - FNE - Valores desembolsados e valores contratados, por Programa: Industrial e Turismo - 2020 e anos anteriores

Valores em R\$ mil

UF	INDUSTRIAL			TURISMO		
	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020	Desemb. das Ops. Contr. até 2019	Oper. Contratadas em 2020	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020	Desemb. das Ops. Contr. até 2019	Oper. Contratadas em 2020
AL	97.618.596,86	2.915.496,76	75.672.835,51	37.264.430,24	17.740.723,03	33.883.336,53
BA	368.657.550,70	33.238.768,23	240.156.862,42	88.680.255,38	33.977.200,86	42.144.375,20
CE	726.231.525,36	129.433.797,68	379.442.077,97	69.367.010,72	5.537.596,94	33.780.931,99
ES	55.039.313,07	10.167.664,49	50.185.960,81	2.909.820,58	229.453,11	1.006.820,78
MA	168.983.698,89	22.990.540,51	45.224.050,00	15.050.059,83	2.989.881,90	8.665.715,98
MG	78.294.611,91	-	30.817.650,00	8.883.690,39	3.168.285,46	-
PB	159.310.348,38	15.964.594,66	80.307.745,48	24.167.850,35	2.705.219,58	9.384.300,00
PE	297.065.046,16	121.860.248,81	130.596.719,40	123.417.123,15	15.389.188,80	158.919.527,35
PI	118.218.721,08	2.107.240,00	19.615.884,52	16.324.866,16	5.668.230,92	3.390.645,41
RN	137.162.325,99	45.673.353,07	60.593.128,99	65.676.928,66	40.526.938,47	15.647.530,00
SE	154.513.043,74	19.998.091,49	93.302.126,13	11.825.801,07	2.042.944,26	6.806.217,18
Total	2.361.094.782,14	404.349.795,70	1.205.915.041,23	463.567.836,53	129.975.663,33	313.629.400,42

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela A135.3 - FNE - Valores desembolsados e valores contratados, por Programa: Infraestrutura e Comércio e Serviços - 2020 e anos anteriores

Valores em R\$ mil

UF	INFRAESTRUTURA			COMÉRCIO E SERVIÇOS		
	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020	Desemb. das Ops. Contr. até 2019	Oper. Contratadas em 2020	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020	Desemb. das Ops. Contr. até 2019	Oper. Contratadas em 2020
AL	21.611.724,55	18.551.724,55	3.060.000,00	188.241.658,72	47.667.032,20	227.441.096,35
BA	1.856.457.059,24	1.856.457.059,24	492.037.966,58	849.760.523,91	246.753.401,18	966.957.140,55
CE	1.227.308.292,51	1.227.308.292,51	420.899.253,97	693.012.051,19	89.636.542,73	1.082.115.069,68
ES	-	-	-	70.647.532,64	6.422.558,52	76.331.663,92
MA	765.237.617,65	725.237.617,69	581.283.866,10	440.778.107,29	87.532.404,93	501.984.919,43
MG	287.797.912,17	287.797.912,17	-	98.673.966,46	14.505.237,72	147.280.939,54
PB	227.810.005,15	227.810.005,15	91.717.706,98	303.505.051,35	56.999.864,31	364.140.771,83
PE	858.518.523,46	858.518.523,46	142.323.613,18	640.287.989,46	128.361.708,23	716.643.031,43
PI	557.873.341,15	557.873.341,15	78.641.808,32	207.987.469,59	43.783.368,27	296.611.670,17
RN	1.899.250.725,45	1.899.250.725,45	-	243.543.077,28	21.725.601,08	308.861.221,29
SE	16.880.341,17	16.880.341,17	20.303.659,60	181.210.647,64	21.346.979,79	248.619.385,74
Total	7.718.745.542,50	7.675.685.542,54	1.830.267.874,73	3.917.648.075,53	764.734.698,96	4.936.986.909,93

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela A136.4 - FNE - Valores desembolsados e valores contratados, por Programa: Inovação e FNE Verde - 2020 e anos anteriores

Valores em R\$ mil

UF	Inovação			FNE VERDE		
	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020	Desemb. das Ops. Contr. até 2019	Oper. Contratadas em 2020	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020	Desemb. das Ops. Contr. até 2019	Oper. Contratadas em 2020
AL	12.594.389,64	8.942.821,95	4.174.735,82	12.760.640,70	4.141.821,14	20.332.733,64
BA	91.714.994,35	85.156.212,15	38.770.740,39	34.507.711,83	11.543.609,18	1.818.053.110,07
CE	10.001.563,55	9.756.992,60	497.432,50	139.211.160,51	18.105.612,22	867.739.625,11
ES	85.345.279,89	85.345.279,89	-	11.068.035,94	1.734.425,43	11.875.974,02
MA	-	-	2.902.500,00	22.443.321,13	7.294.623,61	27.213.750,25
MG	52.290.088,39	51.984.873,55	18.611.064,30	33.659.629,87	14.954.707,32	58.893.080,86
PB	9.041.621,08	2.178.359,39	25.935.379,57	19.407.014,43	6.158.217,32	294.444.872,47
PE	116.777.494,15	103.183.654,13	274.100.453,56	65.008.032,40	8.430.826,87	261.138.288,00
PI	765.000,00	765.000,00	21.211.449,97	39.977.187,72	14.394.387,62	759.729.607,39
RN	5.755.379,83	1.816.863,25	9.754.113,98	310.932.861,33	3.777.073,34	1.114.364.462,51
SE	19.273.634,58	18.576.820,08	1.864.679,04	11.613.065,38	4.033.829,99	14.829.480,43
Total	403.559.445,46	367.706.876,99	397.822.549,13	700.588.661,24	94.569.134,04	5.248.614.984,75

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela A137.5 - FNE - Valores desembolsados e valores contratados, por Programa: FNE - MPE e FNE - EI - 2020 e anos anteriores

Valores em R\$ mil

UF	FNE - MPE			FNE - EI		
	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020	Desemb. das Ops. Contr. até 2019	Oper. Contratadas em 2020	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020	Desemb. das Ops. Contr. até 2019	Oper. Contratadas em 2020
AL	130.471.014,17	12.731.820,24	182.759.644,47	138.384,55	31.898,00	133.507,37
BA	709.080.685,33	72.595.920,08	797.027.002,50	346.484,04	10.679,48	351.850,97
CE	621.510.161,12	64.225.373,69	738.728.696,07	1.876.908,16	172.634,75	1.881.308,15
ES	74.233.826,29	7.789.422,13	78.984.577,72	-	-	-
MA	346.658.573,33	34.123.074,58	390.424.019,81	814.467,66	45.500,00	927.771,24
MG	174.652.259,32	14.164.100,88	192.946.176,75	1.287.299,40	97.785,89	1.449.726,95
PB	222.834.189,13	17.230.612,26	266.459.876,83	115.457,00	-	167.200,41
PE	540.664.072,10	52.724.024,08	622.407.490,05	167.275,10	31.463,74	168.524,90
PI	241.850.510,15	18.862.612,34	292.725.347,47	610.215,50	55.544,83	615.892,94
RN	295.645.869,56	26.908.953,35	339.950.442,65	153.535,87	39.000,00	132.805,40
SE	178.914.085,52	17.941.821,02	203.719.475,43	355.224,19	-	381.928,44
Total	3.536.515.246,02	339.297.734,65	4.106.132.749,75	5.865.251,47	484.506,69	6.210.516,77

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela A138.6 - FNE - Valores desembolsados e valores contratados, por Programa: Total - 2020 e anos anteriores

Valores em R\$ mil

UF	VALORES EM REAIS		
	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020	Desemb. das Ops. Contr. até 2019	Oper. Contratadas em 2020
AL	873.037.603,4	195.442.815,3	869.216.594,2
BA	6.065.763.978,3	2.581.240.002,3	6.472.054.304,2
CE	4.048.025.521,9	1.621.805.766,5	4.100.388.621,2
ES	409.551.925,6	140.207.671,8	342.359.531,1
MA	2.864.024.327,6	1.071.972.372,6	2.635.256.545,0
MG	1.367.167.407,7	499.441.168,4	1.110.139.185,2
PB	1.393.316.975,8	360.192.422,1	1.583.141.410,8
PE	3.351.679.662,3	1.382.544.775,8	3.032.195.174,6
PI	2.342.130.765,5	788.287.909,3	2.632.237.364,5
RN	3.202.739.398,8	2.066.660.759,4	2.098.511.003,3
SE	890.203.600,8	131.059.752,5	967.198.434,3
Total	26.807.641.167,8	10.838.855.416,1	25.842.698.168,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por Programação

Do volume total desembolsado ao longo de 2020 (R\$ 19,1 bilhões), 83,4% são referentes às contratações realizadas no próprio exercício de 2020 (R\$ 15,9 bilhões). Dentre os programas de financiamento, o FNE PNMPPO foi o único que não apresentou, em 2020, desembolsos de anos anteriores a 2020, e 100% dos desembolsos foram relativos às operações contratadas no próprio exercício de 2020. Isso se deve à característica do microcrédito, no qual o processo de financiamento é bem mais dinâmico e menos burocrático. (Tabela A3).

Tabela A3 - FNE - Valores projetados e valores desembolsados, por Programação Padrão - 2020 e anos anteriores

Valores em R\$ mil				
Programa	Valor Projetado	[%]	Desembolsos das Ops. Contr. até 2019	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020
1. Programas Setoriais	8.644.359	50,0	1.487.590	6.307.355
- FNE RURAL	2.764.582	16,0	116.515	474.993
- FNE Aquipisca	36.771	0,3	5.178	16.454
- FNE Profrota Pesqueira	0	0,0	0	0
- FNE Industrial	1.156.523	6,7	404.350	1.956.745
- FNE Irrigação	356.551	2,1	15.027	61.260
- FNE Agrin	298.464	1,7	51.809	311.396
- FNE Proatur	298.846	1,7	129.976	333.592
- FNE Comércio e Serviços	3.732.622	21,6	764.735	3.152.913
2. Programas Multissetoriais	8.655.641	50,0	1.675.580	9.618.371
- PRONAF	3.300.000	19,1	855.076	5.731.863
- FNE Inovação	186.531	1,1	367.707	35.853
- FNE Verde	315.810	1,8	113.015	648.058
- FNE PNMPD	1.050.000	6,1	0	1.047.663
- FNE MPE	3.803.300	22,0	339.782	2.154.935
TOTAL	17.300.000	100,0	3.163.170	15.925.726

Fonte: Programação Regional FNE, 2020.

Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação, poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

No âmbito das contratações no Setor de Infraestrutura, foram desembolsados R\$ 43,1 milhões ao longo de 2020, o que representa 0,6% dos desembolsos realizados no ano (R\$ 7,7 bilhões). Por outro lado, a quase totalidade dos desembolsos em 2020 (R\$ 7,6 bilhões) são referentes a contratações realizadas até 2019 em virtude das características dos projetos financiados que, em geral, são de grande porte e demandam mais tempo durante a etapa de implantação dos projetos. (Tabela 4).

Tabela A4 - FNE - Valores projetados e valores desembolsados, por Programação Padrão - 2020 e anos anteriores

Valores em R\$ mil

Programa	Valor Projetado	[%]	Desembolsos das Ops. Contr. até 2019	Desembolsos das Ops. Contr. em 2020
. FNE Proinfra	7.910.000	286,1	7.675.686	43.060
TOTAL	7.910.000	286,1	7.675.686	43.060

Fonte: Programação Regional FNE, 2020.

Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação, poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

1.5.B - VALORES DESEMBOLSADOS¹⁹ E VALORES CONTRATADOS

✓ Por UF

A relação entre os valores desembolsados e os valores contratados apresentou valor de 103,7%, ou seja, o volume de desembolsos foi superior ao de contratados. Os estados do Rio Grande do Norte e Minas Gerais foram os que apresentaram as maiores relações, 152,6% e 123,2%, respectivamente. O Estado com a menor relação entre valor desembolsado e contratação foi a Paraíba, com 88,0% (Tabela A5).

Tabela A5 - FNE - Valores desembolsados e valores contratados, por UF - 2020

UF	Desembolsado		Contratado		Valores em R\$ mil (A / B)
	Valor (A)	%	Valor (B)	%	%
AL	873.037.603,4	3,3	869.216.594,2	3,4	100,4
BA	6.065.763.978,3	22,6	6.472.054.304,2	25,0	93,7
CE	4.048.025.521,9	15,1	4.100.388.621,2	15,9	98,7
ES	409.551.925,6	1,5	342.359.531,1	1,3	119,6
MA	2.864.024.327,6	10,7	2.635.256.545,0	10,2	108,7
MG	1.367.167.407,7	5,1	1.110.139.185,2	4,3	123,2
PB	1.393.316.975,8	5,2	1.583.141.410,8	6,1	88,0
PE	3.351.679.662,3	12,5	3.032.195.174,6	11,7	110,5
PI	2.342.130.765,5	8,7	2.632.237.364,5	10,2	89,0
RN	3.202.739.398,8	12,0	2.098.511.003,3	8,1	152,6
SE	890.203.600,8	3,3	967.198.434,3	3,7	92,0
Total	26.807.641.167,8	100,0	25.842.698.168,3	100,0	103,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

¹⁹ Neste item, incluem-se os valores de desembolso de Infraestrutura.

✓ Por Setor

No Setor Rural, os valores desembolsados atingiram o montante aproximado de R\$ 7,3 bilhões, o equivalente a 101,4% dos valores contratados em 2020 (R\$ 7,2 bilhões). O Estado com a maior relação entre valor desembolsado e valor contratado foi o Espírito Santo, basicamente afetado pelo seu forte desempenho no Pronaf-Demais, no qual o Estado desembolsou um valor superior (R\$ 66,5 milhões) ao valor contrato de R\$ 7,5 milhões (Tabelas A6.1 e A6.2). O Estado com a menor relação valor desembolsado x valor contratado foi Sergipe, tendo a relação alcançado 26,4%.

Tabela A6.1 - FNE - Valores desembolsados e valores contratados, por Programa - Setor Rural: Pronaf A, Pronaf B e Pronaf - Demais - 2020

Valores em R\$ mil

UF	PRONAF A			PRONAF B			PRONAF-Demais		
	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	2.066.065,04	1.818.071,49	113,6	134.716.975,2	134.547.548,8	100,1	145.794.351,09	30.627.750,86	476,0
BA	6.579.693,71	7.441.019,23	88,4	605.503.433,7	626.515.417,5	96,6	1.258.667.443,36	151.606.668,41	830,2
CE	12.809.188,86	12.029.534,71	106,5	317.393.574,0	321.814.731,3	98,6	102.891.403,37	111.464.163,68	92,3
ES	271.842,56	258.735,47	105,1	2.634.958,5	2.599.958,5	101,3	66.518.711,22	7.487.177,36	888,4
MA	20.508.458,67	22.318.061,89	91,9	278.495.893,3	289.545.271,8	96,2	722.546.772,48	102.276.836,74	706,5
MG	1.477.625,36	1.504.507,66	98,2	241.968.148,6	249.049.178,4	97,2	319.039.363,52	54.476.871,16	585,6
PB	4.992.419,34	5.604.735,11	89,1	221.519.892,5	225.128.484,8	98,4	95.145.641,40	50.547.152,66	188,2
PE	13.618.386,47	15.836.687,29	86,0	291.985.602,8	293.177.473,6	99,6	227.776.748,24	110.214.456,15	206,7
PI	12.098.135,49	10.715.342,10	112,9	287.642.141,3	297.855.510,7	96,6	744.895.651,35	95.962.382,21	776,2
RN	7.669.501,86	6.506.382,52	117,9	132.940.032,1	138.174.301,3	96,2	62.961.708,50	44.258.469,62	142,3
SE	3.726.811,50	4.365.932,67	85,4	83.903.039,2	84.697.334,4	99,1	156.179.688,39	52.433.772,24	297,9
TOTAL	85.818.128,86	88.399.010,14	97,10	2.598.703.691,12	2.663.105.211,04	97,60	3.902.417.482,92	811.355.701,09	481,00

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela A6.2 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Programa - Setor Rural: Aquicultura e Pesca, FNE Verde, Rurais, Outros e Total - 2020

UF	Aquicultura e Pesca			FNE Verde			Rurais-Outros			Total		
	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	-	-	-	10.741.587,27	8.499.274,85	126,4	29.347.789,57	96.238.706,4	30,5	322.666.768,2	271.731.352,4	118,7
BA	2.181.479,22	2.308.688,40	94,5	10.861.789,94	14.766.325,63	73,6	136.231.718,86	1.147.926.838,5	11,9	2.020.025.558,7	1.950.564.957,7	103,6
CE	3.220.585,78	11.389.812,83	28,3	971.548,37	988.048,05	98,3	89.657.694,44	108.115.164,2	82,9	526.943.994,9	565.801.454,7	93,1
ES	-	-	-	673.248,38	1.345.571,45	50,0	6.759.388,63	16.480.252,6	41,0	76.858.149,3	28.171.695,4	272,8
MA	3.234.874,46	3.453.972,06	93,7	6.624.781,38	6.669.226,59	99,3	72.323.701,56	693.046.932,2	10,4	1.103.734.481,8	1.117.310.301,2	98,8
MG	-	-	-	13.374.525,16	21.995.820,73	60,8	48.570.118,64	254.648.224,0	19,1	624.429.781,2	581.674.602,0	107,4
PB	3.984.044,21	4.233.161,78	94,1	587.133,18	718.761,93	81,7	40.807.693,75	102.415.071,7	39,8	367.036.824,4	388.647.368,0	94,4
PE	-	-	-	12.106.009,96	20.692.237,66	58,5	86.631.039,03	199.584.146,0	43,4	632.117.786,5	639.505.000,7	98,8
PI	4.814.733,82	5.499.926,99	87,5	2.157.293,39	2.298.174,95	93,9	80.013.545,18	723.586.264,5	11,1	1.131.621.500,5	1.135.917.601,5	99,6
RN	3.462.607,37	2.266.670,10	152,8	992.810,73	956.561,83	103,8	31.513.589,37	46.575.492,3	67,7	239.540.249,9	238.737.877,7	100,3
SE	734.134,77	791.909,30	92,7	1.392.857,21	1.674.634,40	83,2	45.939.228,50	173.814.321,7	26,4	291.875.759,6	317.777.904,8	91,8
TOTAL	21.632.459,63	29.944.141,46	72,20	60.483.584,97	80.604.638,07	75,00	667.795.507,53	3.562.431.414,13	18,70	7.336.850.855,03	7.235.840.115,93	101,40

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O montante desembolsado nos demais setores foi superior ao volume de contratações em 6,3% (Tabela A7.4). O Estado que apresentou a maior relação desembolso/contratação foi Minas Gerais com 163,7%, fortemente impactada pelos desembolsos no Programa Inovação no qual os desembolsos de R\$ 52,9 bilhões superaram as contratações (R\$ 18,6 bilhões) no exercício de 2020 (Tabela A3.2).

Por outro lado, o Estado do Piauí apresentou a menor relação entre o volume de desembolsos e o volume de contratações, atingindo 80,5%. Esse resultado pode ser explicado pelo nível mais modesto de desembolsos nos Programas Inovação e FNE Verde (Tabelas A7.2 e A7.3).

Tabela A7.1 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Programa - Demais Setores: Agroindustrial, Industrial e Turismo - 2020

UF	Agroindustrial			Industrial			Turismo		
	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	49.669.995,81	20.020.736,78	40,3	97.618.596,86	75.672.835,51	77,5	37.264.430,24	33.883.336,53	90,9
BA	46.533.154,76	46.183.365,45	99,2	368.657.550,70	240.156.862,42	65,1	88.680.255,38	42.144.375,20	47,5
CE	32.562.853,93	32.717.338,50	100,5	726.231.525,36	379.442.077,97	52,2	69.367.010,72	33.780.931,99	48,7
ES	33.449.967,89	29.365.868,00	87,8	55.039.313,07	50.185.960,81	91,2	2.909.820,58	1.006.820,78	34,6
MA	324.000,00	580.023,20	179,0	168.983.698,89	45.224.050,00	26,8	15.050.059,83	8.665.715,98	57,6
MG	7.198.168,54	10.018.553,54	139,2	78.294.611,91	30.817.650,00	39,4	8.883.690,39	-	-
PB	60.088.614,59	68.211.556,05	113,5	159.310.348,38	80.307.745,48	50,4	24.167.850,35	9.384.300,00	38,8
PE	77.656.319,85	72.974.666,12	94,0	297.065.046,16	130.596.719,40	44,0	123.417.123,15	158.919.527,35	128,8
PI	26.901.953,66	51.868.787,46	192,8	118.218.721,08	19.615.884,52	16,6	16.324.866,16	3.390.645,41	20,8
RN	5.078.444,89	3.859.316,41	76,0	137.162.325,99	60.593.128,99	44,2	65.676.928,66	15.647.530,00	23,8
SE	23.741.997,91	64.577.912,10	272,0	154.513.043,74	93.302.126,13	60,4	11.825.801,07	6.806.217,18	57,6
Total	363.205.471,83	400.378.123,61	110,20	2.361.094.782,14	1.205.915.041,23	51,1	463.567.836,53	313.629.400,42	67,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

**Tabela A7.2 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Programa -
Demais Setores: Infraestrutura, Comércio e Serviços, e Inovação - 2020**

Valores em R\$ mil

UF	Infraestrutura			Comércio e Serviços			Inovação		
	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	21.611.724,55	3.060.000,00	706,3	188.241.658,72	227.441.096,35	82,8	12.594.389,64	4.174.735,82	301,7
BA	1.856.457.059,24	492.037.966,58	377,3	849.760.523,91	966.957.140,55	87,9	91.714.994,35	38.770.740,39	236,6
CE	1.227.308.292,51	420.899.253,97	291,6	693.012.051,19	1.082.115.069,68	64,0	10.001.563,55	497.432,50	2.010,6
ES	-	-	-	70.647.532,64	76.331.663,92	92,6	85.345.279,89		-
MA	765.237.617,65	581.283.866,10	131,6	440.778.107,29	501.984.919,43	87,8	-	2.902.500,00	-
MG	287.797.912,17	-	-	98.673.966,46	147.280.939,54	67,0	52.290.088,39	18.611.064,30	281,0
PB	227.810.005,15	91.717.706,98	248,4	303.505.051,35	364.140.771,83	83,3	9.041.621,08	8.410.755,56	107,5
PE	858.518.523,46	142.323.613,18	603,2	640.287.989,46	716.643.031,43	89,3	116.777.494,15	274.100.453,56	42,6
PI	557.873.341,15	78.641.808,32	709,4	207.987.469,59	296.611.670,17	70,1	765.000,00	21.211.449,97	3,6
RN	1.899.250.725,45	-	-	243.543.077,28	308.861.221,29	78,9	5.755.379,83	9.754.113,98	59,0
SE	16.880.341,17	20.303.659,60	83,1	181.210.647,64	248.619.385,74	72,9	19.273.634,58	1.864.679,04	1.033,6
Total	7.718.745.542,50	1.830.267.874,73	421,70	3.917.648.075,53	4.936.986.909,93	79,40	403.559.445,46	36.855.016,41	119,80

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

**Tabela A7.3 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Programa -
Demais Setores: FNE Verde, FNE - MPE e FNE - EI - 2020**

Valores em R\$ mil

UF	FNE Verde			FNE-MPE			FNE-EI		
	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	12.760.640,70	14.928.694,45	85,5	130.471.014,17	182.659.644,47	71,4	138.384,55	133.507,37	103,7
BA	34.507.711,83	1.798.565.602,51	1,9	709.080.685,33	797.027.002,50	89,0	346.484,04	351.850,97	98,5
CE	139.211.160,51	852.096.126,66	16,3	621.510.161,12	736.228.496,07	84,4	1.876.908,16	1.881.308,15	99,8
ES	11.068.035,94	10.502.741,43	105,4	74.233.826,29	78.984.577,72	94,0	-	-	-
MA	22.443.321,13	14.940.666,46	150,2	346.658.573,33	390.424.019,81	88,8	814.467,66	927.771,24	87,8
MG	33.659.629,87	52.724.542,81	63,8	174.652.259,32	192.946.176,75	90,5	1.287.299,40	1.449.726,95	88,8
PB	19.407.014,43	285.402.335,86	6,8	222.834.189,13	266.413.076,83	83,6	115.457,00	167.200,41	69,1
PE	65.008.032,40	250.811.476,93	25,9	540.664.072,10	622.238.460,07	86,9	167.275,10	168.524,90	99,3
PI	39.977.187,72	738.513.096,36	5,4	241.850.510,15	292.725.347,47	82,6	610.215,50	615.892,94	99,1
RN	310.932.861,33	1.106.488.384,39	28,1	295.645.869,56	339.950.442,65	87,0	153.535,87	132.805,40	115,6
SE	11.613.065,38	10.691.089,36	108,6	178.914.085,52	203.719.475,43	87,8	355.224,19	381.928,44	93,0
Total	700.588.661,24	5.135.664.757,22	13,60	3.536.515.246,02	4.103.316.719,77	86,20	5.865.251,47	6.210.516,77	94,40

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela A7.4 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Programa - Demais Setores: Total - 2020

Valores em R\$ mil			
UF	Valores em Reais - TOTAL		
	Desembolso	Contratação	%
AL	550.370.835,2	561.974.587,3	97,9
BA	4.045.738.419,5	4.422.194.906,6	91,5
CE	3.521.081.527,1	3.539.658.035,5	99,5
ES	332.693.776,3	246.377.632,7	135,0
MA	1.760.289.845,8	1.546.933.532,2	113,8
MG	742.737.626,5	453.848.653,9	163,7
PB	1.026.280.151,5	1.174.155.449,0	87,4
PE	2.719.561.875,8	2.368.776.472,9	114,8
PI	1.210.509.265,0	1.503.194.582,6	80,5
RN	2.963.199.148,9	1.845.286.943,1	160,6
SE	598.327.841,2	650.266.473,0	92,0
Total	19.470.790.312,7	18.312.667.268,8	106,30

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por Porte

A relação entre os valores desembolsados e contratados foi de 95,6% no Setor Rural, de forma geral, variando entre uma relação mínima de 79,0% no Estado do Espírito Santo e uma máxima de 102,2%, em Alagoas (Tabela A8.3). Quanto ao porte, a maior relação (128,5%) ocorreu no Médio porte, enquanto a relação mais baixa se deu no Médio II, 78,9%.

Tabela A8.1 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Porte - Setor Rural: Mini, Agricultura Familiar e Pequeno - 2020

							Valores em R\$ mil		
Mini				Agricultura Familiar			Pequeno		
UF	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	30.069.787,24	21.843.591,65	137,7	157.037.889,95	165.175.299,62	95,1	55.220.582,90	58.195.319,71	94,9
BA	90.304.736,24	70.220.410,09	128,6	725.167.917,98	778.186.885,93	93,2	372.035.144,78	389.005.089,93	95,6
CE	119.191.847,13	89.189.697,94	133,6	385.359.285,52	433.758.233,43	88,8	6.115.285,66	7.980.053,89	76,6
ES	7.370.665,02	7.884.867,88	93,5	9.436.373,03	10.087.135,87	93,5	45.728.583,94	57.447.405,35	79,6
MA	122.935.468,67	105.922.419,94	116,1	356.289.568,98	391.898.903,02	90,9	214.202.821,89	223.736.580,56	95,7
MG	38.055.040,47	30.220.470,90	125,9	284.286.532,14	303.657.455,40	93,6	148.749.856,83	161.559.884,91	92,1
PB	41.358.799,66	31.400.643,29	131,7	253.860.516,78	275.855.637,46	92,0	32.101.693,94	44.013.301,95	72,9
PE	58.011.618,19	46.972.646,18	123,5	377.447.783,83	403.391.929,72	93,6	76.663.710,54	84.545.093,60	90,7
PI	69.324.967,09	44.792.771,10	154,8	356.222.760,66	393.984.287,35	90,4	82.823.132,44	84.171.855,16	98,4
RN	43.990.366,98	39.268.376,23	112,0	164.975.615,91	182.764.354,51	90,3	13.609.888,23	18.274.739,60	74,5
SE	58.381.720,94	57.958.933,84	100,7	127.417.625,80	137.131.106,64	92,9	80.739.810,93	93.093.222,16	86,7
Total	678.995.017,63	545.674.829,04	124,4	3.197.501.870,58	3.475.891.228,95	92,0	1.127.990.512,08	1.222.022.546,82	92,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela A8.2 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Porte - Setor Rural: Pequeno-Médio, Médio e Médio I - 2020

Núcleo Pequeno-Médio, Médio e Médio I - 2023							Valores em R\$ mil		
UF	Pequeno-Médio			Médio			Médio I		
	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	6.236.836,50	7.988.095,09	78,1	12.631.142,85	7.606.260,62	166,1	1.255.820,46	7.018.698,26	17,9
BA	221.826.874,77	238.968.485,86	92,8	156.393.110,94	112.020.800,21	139,6	299.371.743,61	335.655.919,65	89,2
CE	4.749.054,22	2.076.854,10	228,7	4.106.219,95	1.755.265,20	233,9	378.088,62	18.080.886,46	2,1
ES	7.200.036,13	14.785.569,58	48,7	-	-	-	7.122.491,18	7.122.491,18	100,0
MA	166.346.272,06	160.253.119,82	103,8	56.058.046,55	37.333.938,72	150,2	88.670.538,88	100.422.454,00	88,3
MG	40.768.772,06	42.550.637,99	95,8	9.159.585,77	9.217.107,40	99,4	23.708.791,06	34.360.851,90	69,0
PB	4.751.821,53	4.826.654,69	98,4	3.644.706,91	3.845.566,03	94,8	9.119.843,57	10.487.627,80	87,0
PE	6.326.479,21	5.523.539,05	114,5	9.732.791,78	17.696.289,13	55,0	10.697.874,27	17.985.460,57	59,5
PI	139.568.314,93	144.366.322,82	96,7	127.494.112,70	105.904.961,30	120,4	138.402.116,47	182.961.849,13	75,6
RN	6.849.776,34	4.736.140,17	144,6	1.684.243,40	1.684.243,40	100,0	-	268.680,00	-
SE	5.376.697,98	9.697.838,76	55,4	5.358.852,45	3.617.335,65	148,1	1.394.033,86	4.729.899,06	29,5
Total	610.000.935,73	635.773.257,93	95,9	386.262.813,30	300.681.767,66	128,5	580.121.341,98	719.094.818,01	80,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela A8.3 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Porte - Setor Rural: Médio II, Grande e Total - 2020

Valores em R\$ mil

UF	Médio II			Grande			Total		
	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	-	-	-	60.214.708,29	47.814.016,84	125,9	322.666.768,19	315.641.281,79	102,2
BA	109.472.090,32	132.735.957,94	82,5	45.453.940,10	35.992.204,09	126,3	2.020.025.558,74	2.092.785.753,70	96,5
CE	-	-	-	7.044.213,76	7.044.213,76	100,0	526.943.994,86	559.885.204,78	94,1
ES	-	-	-	-	-	-	76.858.149,30	97.327.469,86	79,0
MA	-	-	-	99.231.764,79	78.404.117,79	126,6	1.103.734.481,82	1.097.971.533,85	100,5
MG	-	-	-	79.701.202,91	96.851.349,33	82,3	624.429.781,24	678.417.757,83	92,0
PB	20.585.391,98	27.270.574,08	75,5	1.614.050,00	1.614.050,00	100,0	367.036.824,37	399.314.055,30	91,9
PE	19.668.806,10	43.513.659,41	45,2	73.568.722,54	85.541.643,29	86,0	632.117.786,46	705.170.260,95	89,6
PI	77.153.731,89	87.620.112,31	88,1	140.632.364,31	108.151.642,00	130,0	1.131.621.500,49	1.151.953.801,17	98,2
RN	-	-	-	8.430.359,08	9.918.069,50	85,0	239.540.249,94	256.914.603,41	93,2
SE	13.207.017,66	13.207.017,66	100,0	-	-	-	291.875.759,62	319.435.353,77	91,4
Total	240.087.037,95	304.347.321,40	78,9	515.891.325,78	471.331.306,60	109,5	7.336.850.855,03	7.674.817.076,41	95,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nos “Demais Setores”, o maior percentual de desembolsos em relação à contratação ocorreu no Estado de Minas Gerais (172,0%), enquanto a menor relação foi identificada no Piauí (81,8%). De forma geral, os desembolsos foram superiores às contratações em 2020 em 7,2%. (Tabela A9.4).

Tabela A9.1 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Porte - Demais Setores: Empreendedor Individual, Micro E Mini - 2020

Valores em R\$ mil									
Empreendedor Individual				Micro			Mini		
UF	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	119.141,55	133.507,37	89,2	58.025.912,90	62.407.538,04	93,0	410.639,50	-	-
BA	190.914,40	351.850,97	54,3	217.377.495,68	225.407.436,91	96,4	1.326.035,03	-	-
CE	1.501.896,44	1.881.308,15	79,8	397.365.232,70	409.188.487,40	97,1	1.201.320,60	22.927,77	5.239,6
ES	25.535,00	-	-	7.032.438,07	7.493.156,77	93,9	19.990,00	-	-
MA	362.605,16	927.771,24	39,1	128.688.072,00	131.053.816,09	98,2	960.714,09	-	-
MG	876.958,06	1.449.726,95	60,5	72.730.729,67	76.791.187,16	94,7	749.528,14	-	-
PB	72.676,00	167.200,41	43,5	102.207.372,04	109.342.599,25	93,5	987.076,92	-	-
PE	129.487,72	168.524,90	76,8	106.079.080,81	120.022.518,83	88,4	219.828,80	-	-
PI	461.638,13	615.892,94	75,0	135.455.575,72	141.268.248,54	95,9	2.007.127,87	-	-
RN	141.570,30	132.805,40	106,6	73.987.156,23	78.963.752,76	93,7	726.083,15	150.000,00	484,1
SE	150.572,61	381.928,44	39,4	74.647.864,48	77.741.393,36	96,0	10.725.756,20	6.610.594,76	162,3
Total	4.032.995,37	6.210.516,77	64,9	1.373.596.930,30	1.439.680.135,11	95,4	19.334.100,30	6.783.522,53	285,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela A9.2 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Porte - Demais Setores: Pequeno, Pequeno-Médio e Médio - 2020

Valores em R\$ mil									
UF	Pequeno			Pequeno-Médio			Médio		
	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	140.789.147,66	173.926.921,77	80,9	58.459.917,28	67.434.204,98	86,7	49.213.282,48	4.055.600,00	1.213,5
BA	717.581.322,50	755.717.311,73	95,0	227.017.608,05	273.316.388,75	83,1	216.971.466,27	14.713.862,24	1.474,6
CE	622.248.486,14	694.876.002,83	89,5	227.302.274,94	247.234.446,73	91,9	527.842.659,35	23.899.862,27	2.208,6
ES	74.287.924,32	75.950.167,42	97,8	23.205.972,50	23.927.627,47	97,0	2.839.554,49	1.160.729,54	244,6
MA	334.220.067,09	368.372.459,29	90,7	92.087.140,90	91.172.320,48	101,0	78.541.859,67	12.310.083,61	638,0
MG	160.917.248,06	169.702.421,22	94,8	73.720.294,26	67.951.955,75	108,5	6.517.033,79	2.067.270,65	315,2
PB	221.888.942,85	246.681.095,82	89,9	97.484.522,36	118.762.260,92	82,1	207.277.923,15	273.331.905,37	75,8
PE	540.029.964,73	588.105.149,84	91,8	182.653.423,39	205.050.867,50	89,1	104.698.890,53	15.513.917,03	674,9
PI	228.047.228,03	267.676.767,75	85,2	66.598.467,91	71.404.198,40	93,3	65.971.678,46	2.277.597,33	2.896,5
RN	290.870.388,05	316.649.581,85	91,9	100.689.015,42	102.275.653,65	98,4	19.822.932,75	13.723.880,60	144,4
SE	166.075.776,77	182.878.208,12	90,8	62.105.107,25	72.460.433,31	85,7	12.364.186,68	2.163.477,10	571,5
Total	3.496.956.496,20	3.840.536.087,64	91,1	1.211.323.744,26	1.340.990.357,94	90,3	1.292.061.467,62	365.218.185,74	353,8

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tabela A9.3 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Porte - Demais Setores: Médio I, Médio II e Pessoa Física - 2020

Valores em R\$ mil

UF	Médio I			Médio II			Pessoa Física ⁽¹⁾		
	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	84.954.776,99	117.645.105,54	72,2	29.172.189,94	36.481.985,13	80,0	6.072.908,11	5.599.339,60	108,5
BA	257.046.873,18	313.330.942,04	82,0	85.943.927,47	93.784.354,43	91,6	21.426.698,82	20.572.101,18	104,2
CE	316.875.176,22	372.036.711,65	85,2	225.784.240,69	632.947.440,74	35,7	22.742.442,48	18.655.681,36	121,9
ES	40.542.776,50	46.025.844,09	88,1	30.807.238,20	35.895.228,05	85,8	1.264.085,23	1.373.232,59	92,1
MA	97.682.405,43	109.441.632,39	89,3	41.410.000,00	107.073.521,26	38,7	12.763.334,50	12.996.972,26	98,2
MG	41.436.844,77	43.653.780,40	94,9	5.930.000,00	30.551.188,16	19,4	7.501.955,98	7.263.897,35	103,3
PB	111.112.293,88	125.328.336,80	88,7	89.862.133,27	109.143.024,48	82,3	12.028.266,42	9.816.692,68	122,5
PE	315.997.781,84	566.340.417,34	55,8	202.261.240,08	310.318.856,43	65,2	11.039.295,06	10.378.410,00	106,4
PI	91.714.652,78	95.798.892,89	95,7	17.603.519,90	22.971.522,30	76,6	23.635.695,38	21.438.286,00	110,2
RN	110.102.468,66	126.707.320,85	86,9	58.883.988,43	68.697.533,32	85,7	12.774.744,74	12.111.674,42	105,5
SE	99.391.443,15	116.581.992,25	85,3	48.674.532,70	58.805.971,00	82,8	4.915.146,18	4.483.155,43	109,6
Total	1.566.857.493,40	2.032.890.976,24	77,1	836.333.010,68	1.506.670.625,30	55,5	136.164.572,90	124.689.442,87	109,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota (1) O porte Pessoa Física abrange as operações do Fies Estudante e Verde Sol.

Tabela A9.4 - FNE - Valores desembolsados e contratados, por Porte - Demais Setores: Grande e Total - 2020

Valores em R\$ mil

UF	Grande			Total		
	Desembolso	Contratação	%	Desembolso	Contratação	%
AL	123.152.918,83	85.891.110,00	143,4	550.370.835,2	553.575.312,4	99,4
BA	2.300.856.078,14	2.682.074.302,26	85,8	4.045.738.419,5	4.379.268.550,5	92,4
CE	1.178.217.797,49	1.139.760.547,54	103,4	3.521.081.527,1	3.540.503.416,4	99,5
ES	152.668.261,99	53.206.075,28	286,9	332.693.776,3	245.032.061,2	135,8
MA	973.573.646,94	703.936.434,51	138,3	1.760.289.845,8	1.537.285.011,1	114,5
MG	372.357.033,72	32.289.999,71	1.153,2	742.737.626,5	431.721.427,4	172,0
PB	183.358.944,57	191.254.239,79	95,9	1.026.280.151,5	1.183.827.355,5	86,7
PE	1.256.452.882,87	511.126.251,75	245,8	2.719.561.875,8	2.327.024.913,6	116,9
PI	579.013.680,83	856.832.157,15	67,6	1.210.509.265,0	1.480.283.563,3	81,8
RN	2.295.200.801,13	1.122.184.197,07	204,5	2.963.199.148,9	1.841.596.399,9	160,9
SE	119.277.455,18	125.655.926,73	94,9	598.327.841,2	647.763.080,5	92,4
Total	9.534.129.501,69	7.504.211.241,79	127,1	19.470.790.312,7	18.167.881.091,9	107,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por Risco de Crédito

Em termos de risco de crédito, os valores desembolsados foram maiores que os valores contratados em 3,7%, sendo que no risco compartilhado, os desembolsos foram maiores que os valores contratados em 5,2%. A menor relação desembolso/contratação foi verificada do tipo de risco individual do Banco, 73,6%.

Tabela A10 - Valor desembolsado e valor contratado, por Risco de Crédito, em 2020

Tipo de Risco	Valores em R\$ mil				
	Valor Desembolsado (A)	%	Valor Contratado (B)	%	(A / B) %
Risco do Banco	360.105.472,9	1,3	489.498.364,9	1,9	73,6
Risco Compartilhado	23.617.077.006,4	88,1	22.445.592.313,4	86,9	105,2
Risco 100% FNE	2.830.458.688,5	10,6	2.907.607.490,0	11,3	97,3
Total	26.807.641.167,8	100,0	25.842.698.168,3	100,0	103,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

✓ Por Faixa de Risco dos Tomadores

Quanto aos valores desembolsados e contratados por faixa de risco dos tomadores, o volume desembolsado foi maior que o contratado em 3,7%. A maior relação entre desembolsos e contratações ocorreu na faixa de risco G (1.391,4%) enquanto a menor ocorreu na faixa sem nota (31,3%).

Tabela A11 - Valor desembolsado e contratado, por Faixa de Risco do Tomador, em 2020

Valores em R\$ mil

Faixa de Risco do Tomador	Valor Desembolsado (A)	%	Valor Contratado (B)	%	(A / B) %
A	7.454.807.410,1	27,8	4.911.918.043,1	19,0	151,8
AA	11.389.038.507,0	42,5	8.794.928.632,7	34,0	129,5
B	4.152.264.747,2	15,5	764.126.751,1	3,0	543,4
C	204.971.383,3	0,8	71.099.072,1	0,3	288,3
D	60.270.231,6	0,2	10.980.081,9	0,0	548,9
E	6.488.847,0	0,0	14.639.768,9	0,1	44,3
F	3.088.777,3	0,0	525.345,8	0,0	588,0
G	2.883.538,6	0,0	207.242,0	0,0	1.391,4
H	9.338.915,4	0,0	1.097.004,0	0,0	851,3
Sem Nota	3.524.488.810,3	13,2	11.273.176.226,7	43,6	31,3
Total	26.807.641.167,8	100,0	25.842.698.168,3	100,0	103,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.